

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ROBERTO AMADEU FASSARELLA

**COOPERATIVISMO NO SETOR CAFEIEIRO NO ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO, 1950 - 1970**

VITÓRIA

2020

ROBERTO AMADEU FASSARELLA

**COOPERATIVISMO DO SETOR CAFEIEIRO NO ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO, 1950 - 1970**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Arthmar

Coorientadora: Profa. Dra. Patrícia Maria
Silva Merlo

VITÓRIA

2020

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado
de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

Fassarella, Roberto Amadeu, 1956-

Cooperativismo no setor cafeeiro no estado do Espírito Santo, 1950 - 1970 /
Roberto Amadeu Fassarella. - 2020.

302 f. : il.

Orientador: Rogério Arthmar. Coorientadora: Patrícia
Maria Silva Merlo.

Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo,
Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Cooperativismo. 2. Cafeicultura. 3. Crises da cafeicultura.
4. Cooperação. 5. Café. 6. Etnia. I. Arthmar, Rogério. II. Merlo, Patrícia Maria
Silva. III. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas
e Naturais. IV. Título.

CDU: 93/99

ROBERTO AMADEU FASSARELLA

**COOPERATIVISMO DO SETOR CAFEIEIRO NO ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO, 1950 - 1970**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Aprovada em 24 de agosto de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Rogério Arthmar
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco
Universidade Federal do Espírito Santo

Profa. Dra. Kátia Sausen da Motta
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Robson Antonio Grassi
Universidade Federal do Espírito Santo

Profa. Dra. Rafaela Domingos Lago
Faculdade Novo Milênio

Dedico

Aos meus pais, Honório (*in memorian*) e Henriqueta, pelo exemplo de dignidade, trabalho e esperança.

Á Márcia, Luíza, Yuri e Janaína, pela graça divina da família.

A Maurício (*in memorian*), exemplo de intensidade de vida e de ética.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo pela possibilidade de cursar o Curso de Doutorado em História Social das Relações Políticas.

Ao meu orientador Prof. Dr. Rogério Arthmar pela amizade e orientação nesta tese.

A minha coorientadora Prof^a Dr^a Patrícia Maria Silva Merlo pela amizade, estímulo e orientação nesta pesquisa.

Aos Professores Sebastião Pimentel Franco e Robson Antonio Grassi e às Professoras Rafaela Domingos Lago e Kátia Sausen da Motta pela participação na Banca de defesa desta tese e pelas sugestões apresentadas.

À Presidência da Junta Comercial do Estado do Espírito Santo (JUCEES) por disponibilizar o acesso aos registros da criação de cooperativas na instituição. Agradeço especialmente aos funcionários da JUCEES Vilma Marcelino de Lima e Paulo Vinícius de Souza Moreira pelo apoio técnico no acesso a informações fundamentais para esta tese.

Às bibliotecárias da Biblioteca Rui Tendinha do Incaper, Merielen Frasson da Silva e Margareth Cock Passoni pela atenção e apoio no acesso a documentos e obras que são importantes referências para esta pesquisa.

Ao Dr. Pablo Medeiros Jabour, coordenador de geoprocessamento do Instituto Jones dos Santos Neves do Estado do Espírito Santo pela elaboração dos mapas que constam nessa tese.

A Ailton Vargas de Souza, Naum da Silva Soeiro e Romário Gava Ferrão pelas orientações na fase inicial da elaboração desta tese.

Ao Engenheiro Agrônomo Adilon Vargas de Souza pela entrevista e orientações na pesquisa.

Ao colega de turma Arion Mergár pela amizade e companheirismo durante o curso.

Ao amigo José Lázaro Celin pelo incentivo e força nos momentos mais difíceis do percurso dessa pesquisa.

RESUMO

A abordagem de um tema sobre o cooperativismo de um setor econômico específico como o café, é buscar conhecimentos sobre o espírito e os ideais do ser humano na busca por cooperação social e econômica. Consiste em encontrar, num coletivo humano, as causas que o levam à agregação e à ação solidária. O café foi, desde o início de sua implantação no início do século XIX até o final da década de 1960, o principal produto da economia do estado do Espírito Santo. No final da década de 1950 e durante a década de 1960, a atividade cafeeira e o cooperativismo tiveram uma relação intensa, com a criação de cooperativa de cafeicultores em todo o estado. O objetivo deste trabalho é o de identificar os fatores que levaram ao movimento de cafeicultores capixabas ao cooperativismo no setor. Considerando que movimentos desse tipo são uma construção histórica e por serem estudados nesta pesquisa o caso do Espírito Santo, num espaço temporal também limitado e para um produto específico, o universo metodológico será o da micro história. A pesquisa será descritiva por revisão bibliográfica sobre a história do cooperativismo no mundo e no Brasil, com uma construção teórica e doutrinária sobre cooperativismo. Também por revisão bibliográfica e com uma base de dados e informações foi estudada a história da colonização e da estruturação da cafeicultura no Espírito Santo, de modo a identificar as causas do advento do cooperativismo no café no estado. Os resultados e as conclusões são no sentido de que quatro fatores levaram os agricultores capixabas a um movimento de criação de cooperativas de café. O primeiro foi que se desenvolveu no estado um sistema agroindustrial com excesso de intermediação no setor cafeeiro, que ocasionava baixa remuneração aos cafeicultores, problema que poderia ser solucionado via cooperativas. O segundo fator está ligado à origem étnica italiana da maioria dos produtores capixabas de café que, em momentos de dificuldades, por atributos culturais são levados a movimentos associacionistas e cooperativistas. O terceiro e quarto fator para o fortalecimento do cooperativismo no setor de café do Espírito Santo foi o apoio da Igreja Católica e o apoio do poder público estadual e federal.

Palavras chaves: Cooperativismo; Cooperação; Etnia; Café; Crises da cafeicultura;

ABSTRACT

The approach of a theme about the cooperativism of a economic sector, such as coffee, is to search knowledge about the spirit and ideals of the human being in the search for social and economic cooperation. It consists in finding in a human collective, the causes that lead to aggregation and solidarity action. Coffee was, its implementation in the early 19th century until the end of the 1960s, the main product of the economy of the state of Espírito Santo. In the late 1950s and during the 1960s, coffee activity and cooperativism had an high relationship, with the creation of a coffee cooperative all over the state. The objective of this research is to identify the factors that took farmers to adapt cooperativism. The methodological universe will be that of micro history, as the research covers a limited period of time and for a specific product. The research will be descriptive, by bibliographic review on the history of cooperativism in the world and in Brazil, with a theoretical and doctrinal construction on cooperativism. Also by bibliographic review and with a database and information, the history of colonization and structuring of coffee production in Espírito Santo was studied, in order to identify the causes of the advent of coffee cooperatives in the state. The results show that four factor contributed to the creation of coffee cooperatives. The first factor refers to the excessive presence of intermediation in the coffee sector, which caused low remuneration to coffee growers, a problem that could be solved via cooperatives. The second factor is related to the Italian ethnic origin of the most Espírito Santo coffee producers, who in times of difficulty, due to cultural attributes, are led to associationist and cooperation. The third and fourth factor for strengthening cooperatives in the coffee sector in Espírito Santo was the support of the Catholic Church and the support of the state and federal public authorities.

Keywords: Cooperativism; Cooperation; Ethnicity; Coffee; Coffee crop crises.

SINTESI

L'approccio da adottare per affrontare un tema sul cooperativismo di uno specifico settore economico, come il caffè, consiste nell'approfondire la conoscenza dello spirito e degli ideali dell'essere umano nella ricerca della cooperazione sociale ed economica. Consiste nel trovare, in un collettivo umano, le cause che lo portano all'aggregazione e alla solidarietà. Il caffè fu, dall'inizio della sua la sua attuazione all'inizio del XIX secolo fino alla fine degli anni '60, il prodotto principale dell'economia dello stato dell'Espírito Santo. Alla fine degli anni '50 e durante gli anni '60, l'attività del caffè e il cooperativismo svilupparono rapporti intensi, con la creazione di una cooperativa di coltivatori di caffè in tutto lo stato. L'obiettivo del presente lavoro è identificare i fattori che hanno portato il movimento dei coltivatori di caffè dall'Espírito Santo alle cooperative del settore. Si deve tener presente che movimenti di questo tipo rappresentano un evento storico e poiché in questa ricerca viene studiato il caso dell'Espírito Santo, in un arco di tempo limitato e per un prodotto specifico, l'universo metodologico sarà quello della micro-storia. La ricerca sarà descrittiva mediante revisione bibliografica sulla storia del cooperativismo nel mondo e nel Brasile, con una elaborazione teorica e dottrinale del cooperativismo. Al fine di identificare le cause dell'avvento delle cooperative del caffè nello stato, anche la storia della colonizzazione e della strutturazione della coltivazione del caffè nello Espírito Santo, è stata studiata attraverso la revisione bibliografica, con informazioni e un database. Tale analisi ha permesso di identificare le cause della nascita del cooperativismo nella coltivazione del caffè nello Stato. I risultati e le conclusioni portano a identificare quattro fattori che hanno portato gli agricoltori dell'Espírito Santo a creare cooperative di caffè. Il primo riguarda un sistema agroindustriale sviluppatosi nello stato con eccessiva intermediazione nel settore del caffè. Tale sistema causava una bassa remunerazione per i coltivatori di caffè. Problema, questo, che poteva essere risolto tramite le cooperative. Il secondo fattore è collegato all'origine etnica italiana della maggior parte dei produttori di caffè dell' Espírito Santo, i quali, in tempi di difficoltà, per formazione culturale, sono portati a movimenti associativi e cooperativi. Il terzo e il quarto fattore per il rafforzamento delle unità cooperative nel settore del caffè nell'Espírito Santo sono stati il sostegno della Chiesa cattolica e quello delle autorità pubbliche statali e federali.

Parole chiave: Cooperativismo; Cooperazione; Etnia; Caffè; Crisi delle colture di caffè.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Número de cooperativas fundadas por origem do movimento no período de 1878 a 1931.....	60
Tabela 02 - Produção exportável de café pelos principais estados do Brasil no período de 1880 a 1960 por 1.000 sacas (sc) de 60 kg.....	79
Tabela 03 - Taxas anuais de crescimento (porcentagem) da produção exportável de café dos principais estados produtores do Brasil de 1820-21 a 1960-61.....	80
Tabela 04 - Participação do café no total exportado pelo Brasil, em porcentagem, no período de 1860-1964	83
Tabela 05 - Produção exportável de café pelos principais estados produtores do Brasil no período de 1990 a 1915 por 1000 sacas (sc) de 60 kg.....	86
Tabela 06 - Produção de café no período de 1839 a 1860 na Província do Espírito Santo.....	87
Tabela 07 - Imigração no Estado do Espírito Santo de acordo com a nacionalidade nos séculos XIX e XX.....	89
Tabela 08 - Área plantada com café, por extrato de área, na agricultura do Estado do Espírito Santo, segundo o Censo Agrícola de 1960.....	92
Tabela 09 - Pés plantados de café no Estado do Espírito Santo nos anos de 1940/1950/1960.....	92
Tabela 10 - Área ocupada e estabelecimentos rurais, conforme grupos de tamanho, em algumas zonas do Estado do Espírito Santo de acordo com o Censo Agrícola de 1960.....	98
Tabela 11 - Pessoal ocupado, distribuído por categoria na produção de café na agropecuária do Estado do Espírito Santo, segundo o Censo Agropecuário de 1960	98
Tabela 12 - Consumo mundial, produção e exportação de café pelo Brasil, em mil sacas de 60 kg no período de 1885/1934.....	110
Tabela 13 - Preço em contos de réis por sacas de 60 kg de café no Brasil no período de 1821 a 1879.....	112
Tabela 14 - Preço da saca de café exportada pelo Brasil, em libras esterlinas e em mil-réis no período de 1928 a 1939.....	128
Tabela 15 - Preço médio de café (verde e solúvel) no Brasil no período de 1945 a 1970.....	136

Tabela 16 - Exportação de café do Estado do Espírito Santo para o Estado do Rio de Janeiro por tipos de cafés no período de 1929 a 1930.....	147
Tabela 17 - Percentual de pés de café erradicados e da área cultivada liberada com café do programa de erradicação de cafezais nos principais estados produtores do Brasil no período de 1962 a 1970.....	165
Tabela 18 - Número de cooperativas fundadas por ramo de atividade no Estado do Espírito Santo no período de 1930 a 1970.....	185
Tabela 19 - Cooperativas agrárias fundadas e assistidas com a assessoria da Acares no período de 1960 a 1965.....	213
Tabela 20 - Áreas cultivadas com atividades agropecuárias selecionadas no município de Colatina-ES, segundo o Censo Agropecuário de 1960.....	243
Tabela 21 - Grupos de área total e estabelecimentos rurais no município de Colatina, segundo o Censo Agropecuário de 1960.....	247
Tabela 22 - Grupos de área total e estabelecimentos rurais no município de São Gabriel da Palha, segundo o Censo Agropecuário de 1970.....	248
Tabela 23 - Áreas cultivadas com atividades agropecuárias selecionadas no estado do Espírito Santo e no município de São Gabriel da Palha-ES, segundo o Censo Agropecuário de 1970.....	249
Tabela 24 - Valor da produção em porcentagem de produtos agropecuários selecionados no estado do Espírito Santo e no município de São Gabriel da Palha-ES, segundo o Censo Agropecuário de 1970.....	250
Tabela 25 - Condição do produtor nos estabelecimentos rurais no município de São Gabriel da Palha do estado do Espírito Santo, segundo o Censo Agropecuário de 1970.....	251
Tabela 26 - Pessoal ocupado por categoria na agropecuária do município de São Gabriel da Palha-ES e no estado do Espírito Santo, segundo o Censo Agropecuário de 1970.....	251

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Localização por município das cooperativas agrárias de cafeicultores fundadas no Estado do Espírito Santo no período de 1947 a 1970.....	200
Figura 02. Companhia Territorial de Colonização, município de Colatina 1933.....	236
Figura 03. Município de São Gabriel da Palha - ES em 1943.....	245
Figura 04. Município de São Gabriel da Palha - ES em 1943.....	246
Figura 05. Primeiro armazém da Coaabriel, 1963.....	256
Figura 06. Prédio da primeira sede própria da Coaabriel, início da década de 1970.	256

LISTA DE SIGLAS

ACARES - Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo

BANDES - Banco de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo

BNCC - Banco Nacional de Crédito Cooperativo

CERES S/A - Companhia de Expansão Rural Espírito-Santense

CESMAG - Companhia do Espírito Santo e Minas de Armazéns Gerais

COOABRIEL - Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de São Gabriel da Palha

CODES - Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo

CNC - Conselho Nacional do Café

CONDEPE - Conselho Nacional da Pecuária

DEC - Departamento Econômico do Café

DNC - Departamento Nacional do Café

EUA - Estados Unidos da América

FECES - Federação das Cooperativas de Cafeicultores do Espírito Santo

FUNDAP - Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias

FUNRES - Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo

GERCA - Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura

GERES - Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo

IBC - Instituto Brasileiro do Café

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICESP - Instituto de Café de São Paulo

INCAPER - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

JCEES - Junta Comercial do Estado do Espírito Santo

MCCJ - Congregação dos Filhos do Sagrado Coração de Jesus

OIC - Organização Internacional do Café

OPA - Office of Price Administration

PIB - Produto Interno Bruto

PRP - Partido Republicano Paulista

SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 O COOPERATIVISMO: ASPECTOS DOUTRINÁRIOS E SUA EXPANSÃO PELA EUROPA E PELO CONTINENTE AMERICANO	30
1.1 A GÊNESE E O CONCEITO DE COOPERATIVISMO	32
1.1.1 A gênese do cooperativismo	32
1.1.2 Conceito de cooperativismo	42
1.2 A EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO COOPERATIVISMO NA EUROPA E NO CONTINENTE AMERICANO.....	45
1.3 O COOPERATIVISMO NO BRASIL.....	55
2 HISTÓRIA DO CAFÉ: DO MUNDO PARA O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	73
2.1 O CAFÉ: SUA ORIGEM, EXPANSÃO PELO MUNDO, INTRODUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO NO BRASIL.....	75
2.2 CAFEICULTURA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: DO INÍCIO DA ATIVIDADE À DÉCADA DE 1960.....	86
3 AS CRISES DA ATIVIDADE CAFEIEIRA BRASILEIRA E AS REPERCUSSÕES NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	107
3.1 AS CRISES DA ATIVIDADE CAFEIEIRA NO BRASIL.....	109
3.2 AS CONSEQUÊNCIAS DAS CRISES DO CAFÉ NA ATIVIDADE CAFEIEIRA E NA ECONOMIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.....	139
4 O COOPERATIVISMO NO SETOR DE CAFÉ NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO NO PERÍODO DE 1950 A 1970	172
4.1 O COOPERATIVISMO CAPIXABA NO PERÍODO DE 1920 A 1970	174
4.2 O COOPERATIVISMO NO SETOR CAFEIEIRO DO ESPÍRITO SANTO NO PERÍODO DE 1950 A 1970.....	191
4.2.1 As fases dos movimentos cooperativistas de café no Brasil e o estado do Espírito Santo.....	192
4.2.2 A etnia italiana e o cooperativismo de café no Espírito Santo.....	198

4.2.3 A Igreja Católica como fator de apoio ao movimento cooperativista do setor de café no Espírito Santo.....	204
4.2.4 O poder público como fator de apoio aos movimentos cooperativistas de cafeicultores no Espírito Santo.....	208
4.2.5 Sistema agroindustrial da cafeicultura capixaba e as crises nos mercados de café no movimento cooperativista de cafeicultores.....	215
5 COOPERATIVA AGRÁRIA DOS CAFEICULTORES DE SÃO GABRIEL DA PALHA - COOABRIEL.....	229
5.1 A ORIGEM DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA PALHA	231
5.2 O MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA PALHA E A CAFEICULTURA	246
5.3 A COOPERATIVA AGRÁRIA DE CAFEICULTORES DE SÃO GABRIEL DA PALHA - COOABRIEL.....	253
CONCLUSÕES	268
REFERÊNCIAS.....	276
ANEXOS.....	291

INTRODUÇÃO

Este trabalho se dedica ao estudo da história do surgimento e expansão do cooperativismo no setor de café no estado do Espírito Santo no período compreendido entre 1950 e 1970. A pesquisa sobre o cooperativismo no sistema agroindustrial do café é realizada em dois níveis de estudo. Num primeiro momento, a análise se dirige ao movimento cooperativista de cafeicultores do estado e, num segundo momento, o estudo trata de um caso específico de cooperativismo no setor de café, a Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de São Gabriel LTDA (Cooabriel), localizada no município de São Gabriel da Palha, que será tratado no quinto capítulo.

Com relação ao período selecionado para a pesquisa, o motivo é por ser na década de 1920, que se registra os primeiros movimentos de criação das primeiras cooperativas no Espírito Santo, que se intensificou a partir do início da década de 1940, quando a partir dela aconteceu a criação da maioria das cooperativas capixabas. Já o estudo de caso, a escolha da Cooabriel está relacionada a duas razões. A primeira está ligada à crise do café que teve início no final da década de 1950 e sua relação com a variedade de café dominante nas lavouras e a localização geográfica dos cultivos de café no estado. A variedade de café cultivada até o final da década de 1960 em praticamente em todo território estadual era a arábica, que se desenvolve melhor vegetativamente e em produção em condições edafo-climáticas¹ acima da altitude de 400 metros, isto é, em clima de temperatura amena. Mas parte do café arábica era cultivado em regiões de clima tropical, com baixa produtividade e qualidade do grão, caso do município de São Gabriel da Palha, e, portanto, local impróprio para o cultivo da variedade arábica.

De fato, a região noroeste do estado, onde se localiza o município de São Gabriel da Palha, foi uma das mais duramente atingidas pela crise no mercado internacional do café, que teve início no final dos anos de 1950². Essa crise culminou com o Programa de Erradicação e Renovação das Lavouras Cafeeiras do governo federal. Estava previsto

¹ Condições ligadas ao meio ambiente natural determinadas pelo por tipo de solo, relevo, umidade relativa do ar, temperatura ambiente, radiação e precipitação.

² Conforme conteúdo do capítulo 3 desta tese, verifica-se que a atividade cafeeira do Brasil se caracteriza por crises periódicas nos mercados internacionais, que determinavam oscilações de preços em determinados momentos, provocados por excesso ou déficit de oferta do grão. Essas crises de mercado afetavam de forma profunda a economia cafeeira do Brasil, gerando instabilidades e incertezas.

no Programa a erradicação de todas as lavouras em altitudes abaixo de 400 metros, sem renovação de plantios. Desse modo, a atividade cafeeira no município de São Gabriel da Palha estaria dessa forma extinta (ROCHA & MORANDI, 2012; BUFFON, 1992). Foi nesse ambiente de profunda crise na principal atividade econômica de São Gabriel da Palha que aconteceu o movimento cooperativista de cafeicultores no município.

E o segundo motivo se relaciona ao fato que dentre as cooperativas criadas no setor cafeeiro capixaba, a Coobriel foi a que se estruturou, funciona e age no mercado de café de forma vigorosa ainda na atualidade. É relevante estudar a história da fundação dessa cooperativa, para que se possa entender seu sucesso, principalmente num ambiente adverso na época à cafeicultura da variedade arábica.

Vários estudos relacionados à história da colonização e também às consequências das crises do café cafeeiras foram realizados no estado do Espírito Santo e raros são os estudos sobre cooperativismo. As poucas pesquisas sobre cooperativismo do café se dedicaram a estudar questões relacionadas às Ciências Econômicas, mais especificamente sobre gestão de cooperativas em situações específicas de cada instituição. Durante essa pesquisa, não se encontrou nenhum estudo sobre cooperativismo de café no Espírito Santo com análises baseadas em teorias e metodologias próprias da História. Muito menos pesquisas relacionadas ao cooperativismo no setor de café.

É nesse sentido que repousa o ineditismo deste trabalho, o de investigar os fatores que fizeram emergir o movimento, expansão e consolidação do cooperativismo no ramo de café no estado do Espírito Santo e, mais especificamente, o caso da Coobriel. Esse estudo se reveste ainda de importância, por ser o café o produto mais importante da história da economia capixaba e o cooperativismo uma estrutura econômica de relevância em vários setores econômicos do estado, notadamente o do agronegócio.

Sendo assim, o café, a partir da segunda metade do século XIX, foi por quase um século o principal fator do progresso socioeconômico do estado do Espírito Santo. O café possibilitou praticamente toda infraestrutura socioeconômica da região, permitindo a abertura de estradas, a reestruturação do Porto de Vitória e ofereceu recursos a outras iniciativas econômicas no estado. Resistindo a crises econômicas do setor, e com produções crescentes, desenvolveu o mercado externo e o capitalismo no estado do Espírito Santo (SIQUEIRA, 1984). A importância do café para a economia estadual no

final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX é comprovada por estatísticas. Do valor total das exportações, em 1891 e 1920, 97,5% e 89% são, respectivamente, provenientes do café. De 1892 a 1918, para a receita estadual, o café contribuiu, em média, com mais de 60% da arrecadação (SIQUEIRA, 1981, p. 10). Segundo a autora, a partir da segunda metade do século XIX até o início da década de 1960, o café foi o propulsor socioeconômico capixaba, sendo responsável geral pela geração de renda, absorção de mão de obra, pela pauta de exportação e receita tributária do Estado.

No que tange ao cooperativismo, esse teve início no Espírito Santo a partir de 1929. Nesse ano, foram fundadas duas cooperativas no ramo de crédito, a primeira no município de Cachoeiro de Itapemirim e a segunda no município de Muqui. No ano de 1933, foi criada outra cooperativa nesse ramo no município de Vitória (ESPÍRITO SANTO, 2019).

De 1930 até o final da década de 1960, foram criadas 102 cooperativas, sendo 61 delas no ramo agrário, o que totaliza 59,80% das cooperativas criadas no estado do Espírito Santo no período. Complementa em importância para o estado, as cooperativas do setor de consumo e as do setor de crédito, com um percentual de 20,83% e 13%, respectivamente. E das 61 cooperativas do ramo agrário, 22 delas foram fundadas no setor de café, o que perfaz um percentual de 21,57% do total das cooperativas capixabas criadas de 1930 até o final da década de 1960 (ESPÍRITO SANTO, 2019).

A importância do cooperativismo na economia do Espírito Santo pode ser, por exemplo, constatado no ramo de cooperativismo agrário, que é fundamental para o desenvolvimento rural ainda na atualidade no estado. Atualmente conta com 30.000 associados, que representa em torno de 42% do número de estabelecimentos rurais capixabas. Emprega diretamente 2.150 pessoas e gera renda R\$1.750.000.000,00/ano (JORNAL DO CAMPO, 2019).

Esses dois elementos, a cafeicultura e o cooperativismo, podem ser relacionados de forma expressiva na economia capixaba no período de 1950 a 1970. Esse relacionamento acontece de forma mais intensa a partir do final da década de 1950, quando na década de 1960 foram criadas 17 cooperativas de cafeicultores, ou seja, 89,47% do total das fundadas no período selecionado para esse estudo. Na década de 1960 e no contexto de movimentos cooperativistas no setor de café é que aconteceu a

última grande crise na cafeicultura, a mais importante para a economia capixaba, o que nos levou a fazer uma ligação entre essa crise do café especificamente e o surgimento do cooperativismo no setor cafeeiro do Espírito Santo. Mas aqui nos vem uma questão: se houve outras crises no setor cafeeiro em períodos anteriores, porque o cooperativismo de café não se desenvolveu anteriormente? Os estudos revelam que as crises anteriores do café não atingiram, de forma impactante, a economia cafeeira do estado do Espírito Santo, fato que aconteceu somente a partir da crise do setor que teve início na segunda metade da década de 1950.

Nesse sentido, o que sustentaria a ideia de que o cooperativismo do setor cafeeiro que surgiu no início da última de sua grande crise estaria ligado a ela? É que os estudos sobre cooperação e a história do cooperativismo revelam que em duas situações podem emergir a prática da cooperação ou agregação: ambas advindas de problemas estruturais no sistema socioeconômico. A primeira se refere a momentos de crises em setores específicos de atividades econômicas e a segunda seria quando as estruturas do sistema econômico não atendem mais adequadamente à sociedade em situações particulares, e, conseqüentemente, o próprio sistema econômico vigente não encontra soluções para essas crises. E citando Rousseau (1981), se o ser humano individualmente não encontra soluções para os problemas que o atingem, um dos caminhos seria a cooperação ou agregação, ou seja, em conjunto com outros membros se organizariam em instituições coletivas para atingir fins comuns e solucionar seus problemas tanto a nível individual, bem como coletivos.

Além da crise internacional do café no final da década de 1950, a cafeicultura capixaba tinha suas crises particulares. A que passou a chamar a atenção era o rendimento físico das lavouras. Principalmente a partir da década de 1950, a cafeicultura do estado sofreu com a queda relativa da produtividade de suas lavouras quando comparada a outros estados como São Paulo e Minas Gerais. Nessa perspectiva, essa queda de produtividade era devido ao plantio da variedade arábica em regiões inadequadas ao seu cultivo e ao baixo padrão tecnológico do manejo das lavouras (BUFFON, 1992).

A segunda crise estava relacionada à baixa qualidade dos grãos de café. O Espírito Santo sempre esteve abaixo dos outros estados cafeeiros em relação a atributos de qualidade de seus grãos, tendo como causas a localização geográfica inadequada dos seus plantios (em condições climáticas não propícias ao desenvolvimento da variedade

arábica) e ausência de práticas de processamento após colheita no interior dos estabelecimentos rurais (BUFFON, 1992).

O consumo mundial exigia, naquela época, cada vez mais em atributos de qualidade dos grãos da rubiácea, fato que achatava os preços dos cafés capixabas. Essa depreciação nos preços do café aliado à baixa produtividade das lavouras tornava, portanto, a atividade cada vez mais inviável economicamente, principalmente, nas regiões tropicais do estado.

Por fim, o terceiro tipo de crise estava ligado ao sistema agroindustrial do café no estado do Espírito Santo que, estruturado com excesso de intermediação, deprimia os preços do produto, conseqüentemente, uma baixa rentabilidade da atividade cafeeira para os produtores. Nesse ínterim, essa estrutura beneficiava os agentes do último elo da cadeia de comercialização (exportadores e outros comerciantes da Praça de Vitória), que mantinham margens de lucros elevadas em detrimento da rentabilidade do produtor rural (BUFFON, 1992).

Além da estrutura socioeconômica como indutora de movimentos cooperativistas conforme exposto acima, a literatura da história do desenvolvimento do cooperativismo aponta para outros fatores que surgiram em apoio a esses movimentos, notadamente as igrejas cristãs e o Poder Público. Conforme aponta Namorado (2012), na Europa Continental, com destaque em países como a Alemanha, a Itália, a França e Países Escandinavos, o apoio das igrejas cristãs foi um forte aliado e impulsionador do cooperativismo. Na América do Norte, segundo Port (2014), o apoio da Igreja Católica foi também fundamental para o movimento do cooperativismo no setor de crédito no Canadá. E o autor acrescenta que nesse país surgiu outro elemento de suporte ao cooperativismo, o poder público, especificamente com produção e edição de leis para legitimar e proporcionar segurança jurídica à fundação e funcionamento das cooperativas.

Sob esse enfoque, a literatura no que diz respeito à história dos movimentos cooperativistas da América Latina (inclusive o Brasil) reafirma a influência do poder público e da igreja nesses movimentos. E acrescenta ainda outro elemento como fator de alavancagem do cooperativismo, a etnia. Afirmam os estudos que naquelas regiões onde a população é majoritariamente de origem de imigrantes europeus (italianos, alemães e franceses) que aportaram no continente a partir da segunda metade do século XIX, os

movimentos cooperativistas foram em maior número e obtiveram maior sucesso (COQUE MARTINEZ, 2002; PINHO, 1965; MORA PORTUGUEZ, 2012).

Documentos elaborados por *policy makers*³ de políticas para a agricultura capixaba, no início da década de 1960, afirmam também que o movimento cooperativista de cafeicultores estava ligado a dois fatores. O primeiro seria a etnia italiana, majoritária nas principais áreas de lavouras de café, e por ser culturalmente coletivista e dedicada a práticas de solidariedade, proporcionando dinamismo ao cooperativismo no estado. O segundo fator foi o apoio da Igreja Católica aos movimentos cooperativistas, notadamente nas comunidades rurais (IBC, 1967).

De acordo com a Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo (196.), outro elemento foi essencial ao cooperativismo capixaba no setor de café, o poder público. Esse apoio foi em duas vertentes, uma na participação dos movimentos da criação das cooperativas e outra no apoio técnico para estruturação das mesmas. E Zandonadi (1992) confirma e descreve as ações do poder público federal e estadual em apoio ao cooperativismo capixaba.

A partir da história e estruturação da economia cafeeira capixaba, das crises de preços no comércio internacional e das crises capixabas do setor, e de outros fatores identificados pela literatura da história como dinamizadores do cooperativismo no mundo, e com a emergência e expansão do cooperativismo cafeeiro no estado do Espírito Santo pode-se então delinear as hipóteses desta pesquisa.

A hipótese principal da tese é a de que o cooperativismo de café no estado do Espírito Santo emergiu devido a cinco fatores. Dois deles são de ordem estrutural, o sistema agroindustrial⁴ do café, ligado às questões de oferta de recursos para o cafeicultor, a jusante da produção no campo, com excesso de intermediação que depreciava o preço para o cafeicultor e os problemas referentes às exigências do mercado internacional por qualidade do grão e da última crise de preço do produto. O segundo fator de ordem estrutural diz respeito à crise do mercado internacional do café que teve início no final da década de 1950 e que afetou, portanto, de forma profunda a estrutura produtiva da

³ Formuladores de políticas públicas.

⁴ Sistema agroindustrial de um setor, basicamente é formado por três elos: a produção no campo, um a montante (produtores e fornecedores de insumos e máquinas e implementos agrícolas para a produção no campo) e o terceiro, a jusante (comerciantes intermediários, agroindústrias, etc.) que atuam no mercado a partir da produção agrícola, conhecido como estrutura de comercialização.

cafeicultura capixaba. O terceiro fator estaria ligado à origem étnica da população, mais especificamente a de imigrantes italianos. O quarto e quinto fatores seriam os de apoio ao cooperativismo, a Igreja Católica e o poder público estadual e federal. Essa hipótese nesta tese será testada tanto no que se refere aos movimentos de criação de cooperativas de cafeicultores do estado, como no caso de uma cooperativa em particular, a Coaabriel.

Para melhor estruturar a abordagem do tema, foram realizadas consultas em documentos e relatórios relacionados à problemática da cafeicultura capixaba nas décadas de 1950 e 1960, elaborados por órgãos federais sediados no Estado do Espírito Santo, por órgãos estaduais e também por entidades coletivas e privadas, e, posteriormente, por meio de fontes de informações de outros órgãos, nos quais se constatou o emergir do cooperativismo cafeeiro no estado num período ainda anterior ao início da última grande crise que teve em meados da década de 1940.

Para ampliar o panorama sobre o cooperativismo no setor cafeeiro, realizamos uma série de consultas preliminares com pesquisadores capixabas e técnicos que atuaram na implantação e estruturação do cooperativismo agrário no estado do Espírito Santo⁵. Essas entrevistas preliminares combinadas a fontes diversas, registros e documentos sobre a economia cafeeira, à origem e estruturação do cooperativismo capixaba no ramo de café a partir de meados da década de 1940 permitiram uma visão mais apurada do fenômeno e melhor orientação na condução desta pesquisa.

Considerando as hipóteses que orientam essa pesquisa, partimos de um aporte metodológico pautado nas análises da micro história. Nascida nos anos de 1970 na Itália, tendo como principais autores Carlo Ginzburg, Giovani Levi e Edoardo Grendi, tal abordagem reúne diferentes olhares sobre o objeto. C. Ginzburg, por exemplo, se dedica a estudos culturais com aporte da antropologia, já G. Levi foca sua atenção na

⁵Ailton Vargas de Souza é Engenheiro Agrônomo e Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa, foi extensionista da antiga ACARES (hoje INCAPER) e dirigente do setor de cooperativismo do Estado do Espírito Santo. Foi o autor do primeiro projeto de plantio de Café Conilon tecnicamente orientado no Espírito Santo.

Naum da Silva Soeiro é cafeicultor e foi dirigente de cooperativas no Estado do Espírito Santo, no período de 1960 a 1980.

Romário Gava Ferrão é Engenheiro Agrônomo pela UFES, Mestre e Doutor em Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa e pesquisador sobre genética e melhoramento de café do INCAPER.

Antonio Elias de Souza é Engenheiro Agrônomo pela UFES e Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa e Técnico em Extensão Rural do INCAPER.

Rita de Cássia Zanúncio Araújo é Economista Doméstica e Mestre em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa e Extensionista do INCAPER.

análise dos sistemas econômicos e de redes sociais a micro história social. Só para citar os autores mais conhecidos.

As contribuições teóricas e metodológicas da micro história para o presente trabalho repousam, sobretudo, no problema escalar e na interdisciplinaridade. Segundo o historiador francês Bernard Lepetit (1998), partindo da lógica da cartografia e da arquitetura, escala é uma linha dividida em partes iguais no rodapé de um mapa ou planta arquitetônica para servir de medida comum a todas as partes e distâncias de um mapa ou planta, estabelecendo uma relação de homologia entre realidade e imagem e entre cada uma, uma proporção. No caso da cartografia, o mapa é o representante e o território o referente. A escolha da escala é fundamental e sem ela é impossível a apreensão do real. A escala permite uma redução do real, uma análise de um fenômeno na especificidade de seus elementos, indicando o campo de referência no qual o objeto é pensado.

Contudo, a redução escalar não significa apenas uma abordagem de uma região ou comunidade ligada a uma temporalidade ou ainda a um estudo de caso. Trata-se da escolha de uma delimitação com relação a um tema, mesmo que esse tenha raízes históricas, antropológicas e sociais mais profundas. Na micro história, a escolha e redução de uma escala são recortes no tempo e no espaço que permitem ao historiador perceber aspectos de uma realidade que não seria possível em outras formas de análise.

Da analogia de Lepetit (1998), relacionando a cartografia com a análise micro histórica, podemos estabelecer que um mapa em grande escala nos mostra realidades gerais do mundo natural, como as fronteiras regionais, localizações globais de países e continentes, os grandes rios e oceanos, realidades verdadeiras para aquela escala. Na medida em que se diminui a escala, visualizamos em detalhes as características locais, tais como, o relevo, tipo de solo, pequenos cursos d'água, tipo de fauna e flora. É possível compreender também em detalhes e intensidade as relações naturais estabelecidas dos seres vivos entre si e destes com a natureza física local, impossíveis de vivenciar e compreender na grande escala. Podem-se relacionar ainda as influências cósmicas (sol, lua, etc.) e fenômenos de grande magnitude do passado (erupções vulcânicas, terremotos, etc.) nas características locais. Ao se reduzir a escala de estudo a uma espécie viva específica, por exemplo, podemos através dela compreender de forma mais profunda a história natural local, a vida e as outras espécies e as características

físico-biológicas locais. Enfim, é na pequena escala que vamos visualizar e compreender os fenômenos físicos e biológicos nos seus detalhes.

Assim também é na análise histórica. Podemos empreender o estudo da história pelos grandes agregados, como o estado em sua estrutura e suas políticas, a evolução da economia, grandes movimentos sociais, as guerras e as consequências desses fenômenos na história da humanidade. Mas é na delimitação temática, que podemos empreender a aventura de uma pesquisa visando compreender fenômenos históricos nos detalhes. Através, por exemplo, do estudo de um personagem, de uma família ou de uma instituição, identificando estratégias, táticas, redes de relacionamento, casos de sucesso e insucesso por parte desses agentes podemos chegar à compreensão histórica de uma comunidade geográfica e temporalmente delimitada.

O historiador francês Jacques Revel (1998) vê na redução da escala um procedimento de análise que pode ser usado em qualquer circunstância da dimensão do fenômeno histórico, independente do lugar e do tempo. Nesse sentido, o princípio de escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimento. Ainda segundo Revel (1998), a redução da escala possibilita reflexões em vários campos, quando também, pelo estudo de trajetórias individuais ou grupais em suas particularidades, permite, por meio de micro análises, a reconstrução de fenômenos sociais circunscritos num contexto macro de compreensão.

Com relação à interdisciplinaridade, o objetivo da micro história foi, por meio de um ecletismo metodológico, buscar uma relação da história social com as outras áreas das ciências sociais, como a economia, a demografia e de forma mais próxima, com a antropologia. A interdisciplinaridade permite que a análise histórica possa ser elaborada de forma mais ampla, capaz de mostrar um mesmo elemento a partir de vários pontos de vista diferentes e em seus pormenores.

Nesse sentido, micro história permite o desenvolvimento de autonomia metodológica com as características próprias de cada pesquisador e do fenômeno a ser estudado. Portanto, o conhecimento produzido por essa corrente historiográfica não é somente um conhecimento de compreensão do fenômeno estudado, mas também de produção de conhecimentos epistemológicos, dado que o pesquisador adotará estratégias de pesquisa baseadas em características próprias e do fenômeno a ser pesquisado (REVEL, 1998).

Duas obras serviram de inspiração para o desenvolvimento deste trabalho de tese. *O queijo e os vermes* de Carlo Ginzburg (2006) e *Colônias imperiais na terra do café: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras*, sendo esta publicada pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (2008), do sociólogo italiano Renzo Maria Grosselli.

Ginzburg (2006) ao investigar o processo inquisitório e a vida do moleiro Domenico Scandella, o Menocchio, do século XVI, foram reveladas através da biografia do próprio processo ao qual foi submetido esse personagem, aspectos da vida da aldeia italiana de Montereale. Mas nos interrogatórios inquisitórios, Menocchio revelou uma cosmologia própria, em um emaranhado de conhecimentos surpreendentes para um moleiro praticamente analfabeto. O autor da obra em sua investigação identificou nos argumentos do moleiro aos inquisidores conhecimentos de obras sacras, literárias, de cultura popular⁶ e conhecimentos de cultura oral antiga ainda pré-cristã, passadas de geração em geração, que permitiram ao moleiro a construção de uma cosmologia própria.

Ginzburg (2006) observou que foi a Reforma Protestante e o Anabatismo que permitiram a emergência novamente nas comunidades camponesas dessas formas culturais que estavam adormecidas e reprimidas. E mais, o autor ao ampliar sua pesquisa também a nível geográfico verificou que casos semelhantes ao de Domenico Scandella tinham acontecido em outras regiões da Itália. Essa obra seminal de Ginzburg indica que para a compreensão de um fenômeno local, delimitado no tempo, depende da construção de sua relação com fenômenos macros (Inquisição e Reforma Protestante, por exemplo), de elementos construídos historicamente (doutrinas elaboradas em tempos anteriores, aspectos culturais e de conhecimentos de cultura oral transmitidos através das gerações) e de elementos do seu próprio tempo. Contudo, fundamental também é investigar a diferença de influência dessas variáveis macros e históricas em outras regiões para casos semelhantes. Assim, o autor, baseado num estudo de um fenômeno específico, foi buscar em elementos macro e históricos a chave para a compreensão do mesmo.

Já na obra, *Colônias imperiais na terra do café* (2008), o autor escolhe o caminho inverso ao de Ginzburg. Ao pesquisar sobre as colônias de imigrantes italianos do Vêneto, da Lombardia e do Trentino, no período de 1874 a 1900, na Província do

⁶ Como por exemplo conhecimentos do maniqueísmo.

Espírito Santo, Renzo Maria Grosselli inicia seu estudo comum à análise macro, especificamente sobre os efeitos da introdução do capitalismo não somente naquelas regiões, mas em toda a Itália do século XIX. Tratou das condições de vida da população, de aspectos culturais e religiosos, da desestruturação da economia camponesa, da exclusão dos pequenos empreendimentos pela nova economia capitalista, das crises no sistema social e econômico e da nova estrutura econômica que se estabelecia, naquelas três regiões da Itália. Identificou e descreveu as causas do movimento migratório dos vênetsos, dos lombardos e trentinos para outras regiões da Europa e mais especificamente para o Brasil e Espírito Santo.

Seguindo ainda esse procedimento metodológico, o autor apresenta o contexto brasileiro e notadamente o da Província do Espírito Santo do século XIX, com destaque para aquelas questões de relevância para sua análise, como a população e sua relação com o território, a estrutura produtiva da agricultura, a infraestrutura de comunicação e transportes, a escravidão e o problema da mão de obra no final da década de 1860 e o processo colonizatório capixaba. A partir dos fenômenos macros do país de origem dos imigrantes e do Brasil e das condições locais na Província do Espírito Santo, o autor realiza a análise específica de cada colônia capixaba daquele período (GROSSELLI, 2008).

Ginzburg, partindo do estudo de um personagem de uma pequena aldeia da Itália, foi buscar, em fenômenos históricos macro e gerais, parte da explicação para a conduta de vida e o comportamento do personagem diante de uma situação específica, o processo inquisitorial. E, a partir do estudo do personagem, o autor produz conhecimentos conclusivos, inclusive sobre a história da comunidade na qual o personagem viveu. Grosselli, para pesquisar historicamente a formação de comunidades e as variáveis da dinâmica de colonizadores italianos e teutos no estado do Espírito Santo no final do século XIX e início do seguinte, fez sua análise a partir de fenômenos macro e gerais da distante Itália, do Brasil e da Província do Espírito Santo para buscar explicações conclusivas sobre o comportamento desses imigrantes nas suas comunidades onde foram assentados no Estado.

Portanto, o estudo do movimento cooperativista no estado do Espírito Santo de 1950 a 1970, tema escolhido para essa tese de doutorado, se enquadra na modalidade historiográfica da micro história, por se tratar de tema específico e bem delimitado tanto

geográfica como temporalmente. É um fenômeno específico do estado do Espírito Santo, já que nas crises do café, as políticas públicas brasileiras tinham definido e indicado os caminhos gerais para a cafeicultura brasileira, sob influência dos grandes produtores de café visando atender seus interesses.

No estado do Espírito Santo, onde os cultivos de café baseavam-se em pequena propriedade diversificada e com trabalho familiar e parceria, a sociedade local (grupos sociais, entidades religiosas, entidades públicas e privadas, indivíduos), ligada à economia cafeeira, decidiu por vários caminhos e mecanismos próprios⁷, com o objetivo de solucionar os impactos negativos das crises da atividade cafeeira, mesmo elas estando circunscritas num contexto macro. O cooperativismo como um dos caminhos para a agropecuária já havia iniciado sua trajetória, inicialmente, como movimento espontâneo, inclusive nas regiões cafeeiras do estado do Espírito Santo.

Nesta tese, a exemplo da proposição de Renzo Maria Grosselli (2008), iniciamos a investigação sobre o fenômeno com uma análise a nível macro e geral, para em seguida caminhar para o estudo específico do objeto sob investigação, o movimento cooperativista de cafeicultores capixabas, mais particularmente ainda, a Coaabriel. Para tanto, optamos inicialmente por uma revisão bibliográfica procurando estabelecer uma relação de conteúdos entre as questões de ordem teórica e o fenômeno a ser investigado. Igualmente, lançamos mão de estatísticas indispensáveis ao estudo, para confirmação ou refutação das hipóteses levantadas e também para enriquecer com informações e dados a revisão bibliográfica.

Sobre a confecção de tabelas, gráficos e quadros, duas observações são necessárias para a compreensão das mesmas. Primeiro, ao invés de séries longas de dados, optamos por elaboração de tabelas de séries temporais em períodos curtos que retratassem os momentos históricos específicos, principalmente na descrição e análise do caso das crises do café, por serem temporárias com delimitações definidas. Segundo, várias tabelas tiveram na sua elaboração como fontes de informações e dados, além daqueles disponíveis nas publicações especializadas de órgãos públicos e privados, aqueles que constam de forma esparsa nas obras que serviram de base na revisão bibliográfica dessa

⁷ Conforme aponta Rocha & Morandi (2012), entre as soluções sugeridas pelos órgãos públicos tanto federais como estaduais na década de 1960, como solução para a agropecuária capixaba, estava a diversificação na agricultura, a modernização das práticas de cultivos agrícolas e de manejo das criações de animais, o cooperativismo, por exemplo.

pesquisa. As fontes documentais, as fontes orais, bem como as referências bibliográficas que serviram de base para essa pesquisa, foram relacionadas no início de cada capítulo.

O objetivo geral desta pesquisa então é o de estudar a relação entre o emergir dos movimentos de cafeicultores capixabas no estado do Espírito Santo no período de 1950 a 1970 e sua relação com o sistema agroindustrial do café, as crises internacionais do mercado do produto, a origem étnica dos cafeicultores, a atuação da Igreja Católica nos movimentos cooperativos e o apoio do poder público estadual e federal ao cooperativismo agrário.

Para analisar a verificação das hipótese e atender os objetivos propostos, esse estudo, além da introdução, conclusões e referências, será composto por cinco capítulos. O primeiro capítulo trata da gênese e conceituação de cooperação e cooperativismo, da história do cooperativismo na Europa, no Continente Americano e no Brasil. Esse capítulo, com conteúdos sobre a gênese e conceitos de cooperativismo e análise da história dos movimentos cooperativistas, fornece a base para estruturar na tese os aspectos doutrinários e identificar os fatores que potencialmente fazem emergir e fortalecer esses movimentos.

O segundo está focado na análise das diferenças entre a história e estruturação da cafeicultura capixaba em relação a outros estados cafeeiros do Brasil. O terceiro capítulo é sobre uma análise das origens e natureza das crises no mercado internacional do café e seus impactos na economia cafeeira capixaba. Esses dois capítulos se revestem de importância, por possibilitar a identificação de possíveis fatores estruturais que fizeram aflorar os movimentos cooperativos de cafeicultores; o quarto capítulo versa sobre os fatores determinantes da introdução e expansão do cooperativismo no estado do Espírito Santo, com ênfase no cooperativismo do setor cafeeiro capixaba. O quinto capítulo estuda a origem do movimento da criação e estruturação da Coaabriel.

CAPÍTULO 1

O COOPERATIVISMO: ASPECTOS DOUTRINÁRIOS E SUA EXPANSÃO PELA EUROPA E CONTINENTE AMERICANO.

O cooperativismo, um modelo de cooperação como o conhecemos hoje, surgiu em meados do século XIX na Inglaterra. Formas de cooperação são encontradas ainda na pré-história e aparecem praticamente em todas as civilizações humanas, como na babilônica, egípcia, grega, romana e nas civilizações indígenas do Continente Americano⁸. Contudo, foi num momento histórico específico da Inglaterra, sob a égide da Revolução Industrial, que teve início o cooperativismo moderno e em funcionamento como ainda o conhecemos na atualidade.

Para uma compreensão de maior profundidade como se exige de uma tese de doutorado em micro história, nesse caso, torna-se necessário, além da história da cooperação no setor de café capixaba, o entendimento sobre a própria história do cooperativismo, dos conceitos relacionados ao mesmo e dos elementos que o fizeram surgir e prosperar como uma via para o desenvolvimento humano, social e econômico.

Nessa visão, esse capítulo tem dois objetivos especiais. O primeiro, por meio de uma revisão bibliográfica, é o de discutir os aspectos doutrinários, no que diz respeito à gênese e ao conceito do cooperativismo, visando proporcionar suporte para o entendimento do seu desenvolvimento no mundo. O segundo objetivo é o de descrever a expansão do cooperativismo na Europa, América do Norte e América do Sul. A escolha específica dessas regiões do mundo se justifica por dois motivos. O primeiro porque reforça e amplia aspectos doutrinários cooperativistas. O segundo motivo, como veremos, por ter aspectos históricos, doutrinários e teóricos relacionados ao cooperativismo no setor de café no estado do Espírito Santo.

Para atender a esses objetivos, este capítulo foi dividido em três tópicos. O primeiro é sobre uma abordagem da gênese e conceito de cooperativismo; o segundo é uma análise

⁸ As formas de cooperação de cada uma dessas civilizações serão relacionadas no conteúdo desse capítulo.

da expansão e consolidação do cooperativismo na Europa e no Continente Americano; o terceiro tópico trata da introdução e desenvolvimento do cooperativismo no Brasil.

O objetivo do primeiro tópico, com base em revisão bibliográfica, é o de discutir a gênese e os conceitos de cooperação e cooperativismo, as condições da realidade em que se deu seu advento, o que proporciona, num primeiro momento, uma base teórica e doutrinária para análise do seu desenvolvimento no mundo.

O segundo tópico do capítulo objetiva, além de descrever o processo histórico do cooperativismo no Continente Europeu e Americano, identificar os elementos que determinaram sua introdução e sucesso nesses continentes e relacionar esses elementos com a introdução e expansão do cooperativismo no Brasil.

O terceiro tópico, ao tratar do cooperativismo no Brasil, descreve sua introdução, sucesso e consolidação no país e tem como objetivo também, comparar os elementos que impulsionaram o cooperativismo entre os continentes europeu e americano, assim como no Brasil.

Esses três tópicos em conjunto fornecem bases sólidas para construir um corpo teórico e doutrinário sobre quais realidades emergem movimentos cooperativos e quais fatores são determinantes para seu desenvolvimento.

Autores da área filosófica forneceram base para a revisão bibliográfica do primeiro tópico que, com suas visões e doutrinas, contribuíram para a gênese do cooperativismo, juntamente com autores de diversas áreas do conhecimento científico que pesquisaram o fenômeno cooperativo.

Os principais autores que tornaram possível a análise proposta são: Jean-Jacques Rousseau (1981); Erich John Ernest Hobsbawm (1977); Charles Gide (1936); Rui Namorado (2007); Diva Benevides Pinho (1965); Bialoskorski Neto (2012); Sigismundo Bialoskorski Neto (2006); Sigismundo Bialoskorski Neto (1977); Daniel Rech (1995); Paul Singer (2002); Theodore Henrique Maurer Junior (1966); Luis Salgado Klaes (2005); Valdemar Dias Santos (2001) e Adilon Vargas de Souza (1966)

O segundo tópico também está estruturado numa revisão bibliográfica de autores que pesquisaram a história do cooperativismo na Europa e no Continente Americano. A revisão está baseada em Nerii Luiz Cenzi (2012); Diva Benevides Pinho (1966); Daniel

Hech (1995); Rui Namorado (2007); Giovani Ancarini (1984); Georges Lassare (1939); Márcio Port (2014); Jorge Coque Martinez (2002) e Alberto Mora Portuguese (2012).

O terceiro tópico também é baseado numa revisão bibliográfica de autores que desenvolveram pesquisas ou temas que se relacionam com a história do cooperativismo no Brasil. Os autores que compõem essa revisão são: Neri Luiz Cenzi (2012); Diva Benevides Pinho (2004); Joaquim Coutinho da Fonseca Vieira (1916); Renzo Maria Grosselli (2008); Organização das Cooperativas do Brasil (1973).

Decretos-Lei que foram editados para estímulo e regulamentação brasileira que também serviram de base para a compreensão do desenvolvimento histórico do cooperativismo no Brasil: Decreto-Lei n. 24.647 de 19 de julho de 1934; Decreto-Lei n. 22.239 de 18 de dezembro de 1932; Decreto-Lei n. 5.893 de 19 de outubro de 1943; Decreto-Lei n. 5.893 de 13 de agosto de 1951; Decreto-Lei n. 52.093 de 04 de junho de 1963.

Um documento papal, a Encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII (1891), foi analisado para compor uma parte do texto desse tópico dedicado à influência da Igreja no cooperativismo brasileiro.

1.1 A GÊNESE E O CONCEITO DE COOPERATIVISMO

1.1.1 A gênese do cooperativismo

Desde a pré-história até a atualidade, os seres humanos têm buscado formas solidárias de convivência, seja para atender a situações de sobrevivência biológica, como da caça, pesca e coleta de produtos do ambiente natural, bem como para a defesa da coletividade. E na evolução pelas civilizações, a existência das pessoas e das instituições foi se inserindo num conjunto de relações cada vez mais complexas e competitivas, que na dinâmica evolutiva tem gerado melhores condições de vida, mas também gerado conflitos e ambiente de insegurança. Como consequência dessa evolução, pessoas e instituições que vivem dentro da mesma cultura e mesmos valores, e ainda que se encontrem em atividades afins e/ou mesmas perspectivas, visualizam na cooperação uma energia propulsora e congregadora nos ambientes onde vivem, que as conduziria a

condições de vida mais confortável e segura. É num ambiente de necessidade de cooperação, que o cooperativismo como o conhecemos hoje tem sua origem.

Na literatura referente à história do cooperativismo, parte dos autores veem a cooperação, além dos aspectos racionais, como uma natureza instintiva do reino animal. É nesse sentido que Luiz Salgado Klaes (2005), em sua tese de doutorado em Engenharia de Produção, afirma que formas solidárias de ação e de cooperação são também instintivas. A argumentação é baseada em estudos biológicos da análise comportamental do reino animal. Cita como exemplo, o trabalho da formiga precavida e laboriosa agindo coletivamente; a ação coletiva e inteligente das abelhas a serviço de uma causa comum, como a confecção do mel e a defesa da colmeia e da rainha; animais predadores que caçam coletivamente suas presas, como as hienas, lobos e leões; entre os pinguins é observado uma espécie de sentimento de solidariedade, quando cuidam com desvelo de seus membros doentes, inclusive alimentando-os com cuidado; em voos a longa distância de aves em grupo, nota-se uma tática de localizar os mais frágeis no centro do bando para protegê-los na longa jornada do voo. Dessa forma, o homem, como um ser do reino animal, em situações de necessidade, também por instinto, buscaria na cooperação formas de ações para alcançar objetivos comuns.

Rui Namorado (2007), em sua análise histórica da prática cooperativa, argumenta que essa como prática humana foi construída, ao contrário dos animais, de forma racional e mais recentemente com construção doutrinária, e que teria surgido de forma vigorosa a partir do final do século XVIII e início do seguinte na Europa. No bojo dessas reflexões, o autor afirma ainda que a raiz do cooperativismo está realmente na cooperação e que deve ser entendida como relações de ações coletivas e que se faz presente desde os primórdios da história das civilizações humanas.

Também o Engenheiro Agrônomo, doutor em Economia e Professor da FEA/USP Sigismundo Bialoskorski Neto (2006), reafirma que as ações cooperativas da humanidade são uma construção racional e situa formas de cooperação e associativismo desde a pré-história, perpassando por civilizações antigas como a babilônica, bem como em sociedades indígenas.

Na narrativa de Adilon Vargas de Souza (1966), a história do cooperativismo sugere que a cooperação surge já no início da origem do homem, expondo assim a questão:

Apesar do individualismo, do egoísmo e interesse pessoal que caracteriza a ação do homem, a humanidade tem, dentro de si, um sentimento que não foi destruído e que, quando se apresenta a oportunidade de manifestar-se, cresce e produz impressionantes realizações que traduzem por um sincero desejo de ajudar e servir o próximo.

Pode-se afirmar que a cooperação é conhecida e praticada desde o início da civilização. Nasceu como resultado das próprias necessidades do homem.

O homem, desde a criação do mundo, sentiu necessidade de ajuda. Com a cooperação da mulher formou a família, que é a primeira célula de união (SOUZA, 1966, p. 1).

E Souza (1966), continuando sua análise, comenta que após esse primeiro núcleo de agregação que é a família, quando necessário foi formando grupos maiores, dando origem às tribos, aos bandos e formando nações. E que no caso do Brasil, no início de nossa colonização, herdamos dos índios o sistema de mutirão praticado por eles como uma forma de cooperação mútua.

Namorado (2007, p. 4) divide a cooperação, lá no seu início, em dois momentos históricos. Um primeiro momento, no qual um grupo social sobrevivia se praticasse a cooperação entre seus membros, tornando, assim, a cooperação uma forma de sobrevivência. "Era a época da cooperação livre entre iguais, como expressão directa de uma necessidade coletiva de sobrevivência e progresso". A cooperação era assim um elemento estruturante da organização social daqueles tempos.

Posteriormente a esse período de cooperação livre, "surgiram as sociedades de exploração, hierarquicamente diferenciadas" nas quais a sobrevivência delas se operava por cooperação produtiva, em que aquelas classes sociais que detinham poder e/ou os meios de produção, se enriqueciam à custa das demais classes⁹. Desse modo, essa forma de cooperação se define e se estrutura como uma cooperação funcional, que funciona como uma "hierarquia imposta, legitimada e politicamente protegida", que conduz essas sociedades a uma distribuição desigual da riqueza nelas produzida (NAMORADO, 2007, p.4).

Efetivamente, as sociedades na sua evolução no tempo, com relação à cooperação hierarquizada, se estruturavam numa lógica de colaboração forçada, baseada na

⁹ Na história de vários povos, essa cooperação se estabelece em relações de trabalho escravo e forçado, como na antiguidade por exemplo. Em civilizações como as do Antigo Egito e Babilônica, a cooperação estava presente entre agricultores, escravos ou livres (SCHNEIDER, 1998, p.2 22-23).

hierarquia e no conflito entre interesses de classes e de setores da estrutura social e econômica.

Mas, segundo ainda Namorado (2007, p. 5), a cooperação livre, mesmo nessas novas realidades não desapareceu no suceder das civilizações. Permaneceu nos mais diversos lugares e nas mais diversas situações, o que mostra o enraizamento desse tipo de cooperação, como uma forma de "energia cooperativa latente"¹⁰.

E o filósofo iluminista francês Jean-Jacques Rousseau (1981) analisa de forma lapidar essa necessidade de cooperação nas relações humanas. O autor afirma que o homem sem a possibilidade de agregação pereceria. Argumenta que os homens individualmente diante de determinadas situações da realidade em seu ambiente não conseguiriam engendrar novas forças para atender suas necessidades individuais e se conservarem na luta cotidiana, lhes restando somente a possibilidade de gerir aquelas forças que já existem, uma delas a agregação, que permite formar um conjunto de forças cooperativas com fins comuns superando as limitações individuais e para atender também interesses individuais comuns.

Rousseau (1981) considera que os homens idealizam e iniciam atividades no seu meio social por iniciativa individual, com fins de satisfazer suas necessidades da melhor forma possível. Dessa forma, as iniciativas de cada indivíduo se materializam numa coletividade na sociedade, e as forças desse coletivo se tornam mais poderosas que o poder de cada indivíduo. Mas o autor lembra que em várias situações da vida em sociedade os indivíduos e instituições dão origem a objetivos afins impossíveis de serem alcançados individualmente. E daí é que surge a possibilidade de movimentar forças de forma coletiva visando atender esses objetivos. Segundo o autor, essa agregação pode ser assim sintetizada:

Esse conjunto de forças só pode nascer do concurso de muitos, mas, como é que cada homem poderia engajar a força e a liberdade, primeiros

¹⁰ Pode-se citar como exemplo de entidades organizadas no modelo de cooperação livre na história da humanidade, as unidades coletivas agrícolas da Babilônia; as associações artesanais do antigo Egito, da Grécia e de Roma; as sociedades de crédito na antiga China; as "*guildas*" medievais; o socorro mútuo comunal islandês anterior ao ano mil; o "*mir*" russo; a "*zadruga*" da região balcânica; as "*frutières*" do Jura; os celeiros coletivos japoneses; os "*ejidos*" mexicanos (NAMORADO, 2007, p. 5). E Rech (1995, p. 13) relaciona ainda outras formas de cooperação livre e solidárias nas mais diversas civilizações, tais como: os "grêmios" do antigo Egito; as "argolanas" e "tiasas" da Grécia; os "colégios" e as "sodalistas" dos romanos, os "ágapes" dos primeiros cristãos citados nos Atos dos Apóstolos do Novo Testamento; os "ayllus" dos Incas; os "calpulli" dos Astecas (NAMORADO, 2012, p. 5).

instrumentos de sua conservação, sem se prejudicar e sem negligenciar os cuidados que se deve? Esta dificuldade, segundo minha opinião, poderá ser enunciada nesses termos: encontrar uma forma de associação que defenda e proteja de toda força comum a pessoa e os bens de cada associado, e pelo qual cada um, se se unindo a todos, obedeça apenas, portanto a si mesmo, e permaneça tão livre quanto antes (ROUSSEAU, 1981, p. 27).

Essa proposta de vida social de Rousseau (1981) se torna realidade pelo livre arbítrio de cada ser humano. Com isso, a agregação ou cooperação terão origem naquelas situações nas quais, pela ação particular, geram estruturas socioeconômicas desfavoráveis aos interesses particulares dos indivíduos, inclusive criando situações de opressão, quando determinadas classes de indivíduos são privadas de opções mais favoráveis com relação a suas atividades e/ou ações, privando-os de liberdade mais ampla. A visão cooperativa de Rousseau (1981) pode se realizar no cooperativismo através da entidade cooperativa, por ser ela uma agregação de cooperados com fins comuns, mas que, ao contrário das individualidades se anularem nesse coletivo, essas se fortalecem e o homem individualmente se torna mais livre.

E o ser humano, pelo seu próprio aprendizado e vivência na história evolutiva, por sobrevivência visualiza na cooperação soluções para crises no ambiente socioeconômico, almejando melhor atendimento de suas necessidades. Assim, se explica porque tanto as formas de cooperação livre, como as hierarquizadas, sobreviveram e avançaram na história das civilizações em várias regiões do mundo até o início do século XIX.

Importante ainda registrar, como lembra Santos (2001), que desde a antiguidade até o alvorecer do que se denominou de pensamento cooperativo moderno, alguns pensadores, que ao observar as desigualdades entre sociedades e entre seres humanos e a miséria e conflitos advindos dessas situações, propunham, em suas visões de humanidade, uma organização social e econômica ideal de relações humanas, na qual prevaleceria a justiça, a igualdade e a paz. Entre essas obras inspiradoras que viriam influenciar o pensamento de Rousseau e o próprio pensamento cooperativo, no século XIX, são importantes "A República" de Platão, a "Utopia" de Thomas Morus (1470-1535), "A Nova Atlântida" de Francis Bacon (1561-1626) e a "Cidade do Sol" de Tomás Campanella (1568-1639).

Mas foi somente a partir do século XIX que se estruturou o cooperativismo moderno. E esse cooperativismo surge no florescer e no seio do capitalismo na Europa. E, dependendo dos objetivos de cada visão cooperativista, o movimento se estruturou sob duas perspectivas, um numa visão socialista e outro numa visão capitalista.

Para tanto, torna-se imprescindível ressaltar que a visão socialista teve sua origem nos chamados socialistas utópicos, cujos principais expoentes foram o inglês Robert Owen (1777-1858), o alemão Ferdinand Lasalle (1825-1864) e os franceses Claude-Henri de Rouvroy, Conde de Saint-Simon (1760-1825), François Marie Charles Fourier (1772-1837), Louis Jean Joseph Charles Blanc, Louis Blanc (1811-1882), Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) e Charles Gide (1847-1932). Esses autores, vivendo e estudando o surgimento do capitalismo e suas consequências nas áreas econômica e social, como o desemprego, a marginalização da classe trabalhadora e a miséria de parte da população europeia da época, propunham através do movimento cooperativista a possibilidade de uma nova ordem social, movimento esse, que com base nos autores citados pode assim ser resumido:

Conhecedores [os autores do socialismo utópico] das mazelas do capitalismo desde a sua origem, e envolvidos em manifestações acirradas da classe operária, especialmente na Inglaterra e na França, eles viam na cooperativa um embrião de uma nova sociedade onde as pessoas poderiam trabalhar conjuntamente, libertando-se do jugo do capital e mesclando interesses pessoais e coletivos (RECH, 1995, p. 14).

O historiador britânico de tradição marxista Eric John Ernest Hobsbawm (1977), ao analisar o alvorecer do capitalismo na Inglaterra, com sua rapidez de mudança nas relações sociais e econômicas, afirmava que a estrutura social e econômica que estava sendo construída no capitalismo era baseada na competição e no individualismo, o que levaria a desigualdades sociais e econômicas na sociedade e conseqüentemente à marginalização de parte dos cidadãos. A partir dessa visão, o autor estimulava os trabalhadores a organizarem e estruturarem uma sociedade diversa daquela que estava sendo construída e propunha então uma sociedade cooperativa coletivista em contraposição àquela que estava sendo estruturada na competição e no individualismo.

Na visão socialista, são propostos dois modelos de cooperativismo. Um orientando o cooperativismo para um sistema socialista, tendo como principais autores Owen, Fourier, Blanc, Saint-Simon, Lasalle e Hobsbawm. Outro tendo como expoente Charles

Gide, que propunha um sistema cooperativista no qual convergiria os interesses coletivos com os interesses pessoais.

A proposta de Gide está claramente expressa em sua obra intitulada o "Problema cooperativista" que, seguindo um pensamento conservador diante dos problemas oriundos do capitalismo e desconsiderando as questões econômicas, aponta que havia uma questão social a ser solucionada, para evitar que ações de cunho revolucionário fossem postas em ação. E ressalta ainda em suas propostas que instituições coletivas devem ser fundadas e estruturadas, para que os sistemas sociais sejam mais eficientes coletivamente, para que promovessem individualmente o ser humano (GIDE, 1936). Essa visão de Gide vai ao encontro da de Rousseau, na qual uma instituição idealizada e estruturada coletivamente pode e deve objetivar prioritariamente a garantia das liberdades e das individualidades humanas.

Mas é interessante comentar que, mesmo com filósofos do socialismo utópico propondo o cooperativismo como via para o socialismo, pensadores ligados ao socialismo do materialismo histórico não acreditavam no cooperativismo como uma superação do capitalismo. É nesse sentido que Rech (1995, p.15) argumenta que os estados socialistas já no século XX não seguiram as propostas dos filósofos utópicos por um socialismo via cooperativismo. O autor lembra que o próprio Marx, no Congresso da Associação Internacional do Trabalho de 1864, "não demonstrou ânimo pelas cooperativas" por não acreditar que essas ao operar isoladamente, por mais que se agigassem, fossem capazes de enfrentar o monopólio dos grandes grupos econômicos capitalistas que já se formavam na época.

E de acordo com Diva Benevides Pinho (1966), na visão socialista, o cooperativismo representava, em primeiro lugar, um modelo de organização social e econômico, que levaria a expansão do socialismo, por possibilitar o uso de recursos produtivos de forma coletiva. Em segundo lugar, propunham uma forma coletiva de distribuição de gêneros alimentícios e matérias-primas, cuja estrutura era deficiente e deterioradora nas relações de trocas no sistema econômico capitalista. Em terceiro lugar, seria também uma forma de reerguimento e sustentação das pequenas unidades de produção, com risco de extinção naquele meio econômico. E, por fim, vislumbravam a defesa dos indivíduos e

entidades de setor produtivo de intervenção do Estado¹¹. Na visão desse movimento, o socialismo seria um sistema socioeconômico sem a presença do Estado e, portanto, de cunho utópico.

Com relação ao desenvolvimento da doutrina e prática cooperativista no regime capitalista, essa surge de forma vigorosa e com sucesso no século XIX na Inglaterra. É importante lembrar que o capitalismo encontra amparo doutrinário primeiramente na Escola Fisiocrática e posteriormente na Escola Clássica, hegemônicas no final do século XVIII e início do seguinte. Nesse âmbito, proclamavam essas escolas a harmonia entre o interesse do indivíduo numa visão hedonista e o interesse coletivo da sociedade. O regime capitalista realmente promoveu progresso e crescimento econômico que o sustentava ideologicamente, mas contrariamente ao que defendia essas Escolas, gerou conflitos nas relações entre empresários e trabalhadores, concentrando riqueza e renda para os empresários, e marginalização e miséria para os trabalhadores. E de acordo com Pinho (1966), além dos socialistas utópicos, surgiram propostas intervencionistas para a solução dessas mazelas do capitalismo. Segundo a autora, Jean de Sismondi (1773-1842), por exemplo, propunha que esse intermediário interventor fosse o Estado, Pierre-Guillaume-Frédéric Le Play (1806-1882) propunha que fosse a família, para os confessionais a Igreja e para Charles Gide a cooperativa.

Diante dessa exposição preliminar, cumpre situar que Pinho (1966, p. 33-34) aborda uma outra questão sobre a prática cooperativista. Num regime capitalista "atomizado"¹² é que surgem as sociedades que a autora denomina de pré-cooperativas, por se situarem num período anterior à "estruturação propriamente dita das cooperativas como as conhecemos hoje. A autora caracteriza essas cooperativas como sendo do tipo comunitárias idealizadas por grupos confessionais ou por idealistas leigos". E de acordo com a origem e seus idealizadores, a autora propõe a seguinte classificação para essas

¹¹Algumas experiências com cooperativismo foram realizadas em países socialistas. Na União Soviética, destacou-se as cooperativas de consumo e na produção o modelo denominado "kolkhoses". Na China, as cooperativas agrícolas denominadas "comunas", bem como as de consumo e crédito. Na Tcheco-Eslováquia, Polônia, Romênia, Hungria, Albânia, Bulgária e Iugoslávia, foram institucionalizadas cooperativas na produção agrícola, de consumo e de trabalho. Um cooperativismo inspirado num socialismo reformista foi realizado em países como Inglaterra, Israel, Índia e México (PINHO, 1966).

¹² Ambiente capitalista com predominância de pequenas e médias unidades de produção.

cooperativas: confessionais¹³ de tipo comunitário e seculares¹⁴ e de tipo não comunitário.

As cooperativas do regime capitalista como as conhecemos hoje surgiram na metade do século XIX. E a classificação das cooperativas de acordo com sua origem e fundadores podem ser classificadas conforme o quadro 1.

Quadro 1 - Classificação das cooperativas do regime capitalista nos primórdios do cooperativismo

<p>1. Do setor privado:</p> <p>Seculares:</p> <p>1.1.2 . Cooperativas de consumo Ex. Pioneiros de Rochdale</p> <p>1.1.3. Cooperativas de crédito a) Schultze-Delitzsch e Raiffeisen b) Luzzatti, Haas, Wollemborg, etc.</p> <p>1.2. De caráter confessional</p> <p>1.2.1. Movimento católico-social Ex. Buchez e as cooperativas de produção; O "Boerembond" Belga</p> <p>1.2.2. Movimento protestante-social Ex. "Christian Socialists", na Inglaterra</p> <p>2. Do setor público: Ex. "regies" cooperativas.</p>
--

Fonte: Pinho, 1966, p. 35.

Aquelas cooperativas se institucionalizaram no setor privado e no setor público. As que nos interessa neste trabalho são aquelas idealizadas e estruturadas no setor privado por dois motivos. Primeiro: porque as do setor público não conseguiram se firmar como movimento cooperativo. Segundo: pois foi a partir das que se originaram do setor privado é que se desenvolveu o cooperativismo atualmente em funcionamento no mundo. Pelos estudos e descrição de Pinho (1966), as cooperativas do setor privado podem ser classificadas em seculares e confessionais. As cooperativas seculares se caracterizaram pela atuação no setor de consumo e de crédito. Enquanto as

¹³Cooperativas idealizadas e organizadas por instituições religiosas, geralmente orientadas por princípios cristãos. Exemplo desse tipo de cooperativas são as Shalkers, nos EUA.

¹⁴ São cooperativas originárias de experiências associacionistas, com influência do pensamento socialista, mas que a estruturação das mesmas se forma por pequenas unidades autônomas de produção. São exemplos desse tipo de cooperativas: Nova Harmonia, Falanstérios, Colônias Icarianas, todas nos EUA e algumas experiências operárias na Inglaterra e França.

confessionais, que surgiram tanto do movimento cristão católico como do protestante, atuavam preponderantemente no setor de produção.

Nessa perspectiva, a estrutura dominante do cooperativismo como a conhecemos hoje surgiu de um modelo de cooperativa secular. Bialoskorski Neto (1997), ao estudar fenômeno do surgimento do cooperativismo, lembra que, em 1844, analisando e discutindo em como combater as desigualdades, a exclusão e a miséria de grande parte da população oriundas do novo sistema econômico, um grupo de tecelões, após o fracasso de uma greve, visualizou no cooperativismo uma alternativa para reverter a situação de desesperança da época. Esse grupo fundou a primeira cooperativa do tipo secular no ramo de consumo no seio do sistema capitalista, a Rochdale Society of Equitable Pioneers¹⁵.

Na visão do romancista Theodore Henrique Maurer Junior (1966), os objetivos dessa cooperativa de Rochdale foram econômicos e sociais. Econômicos porque tinha como um dos objetivos a compra e venda comum de mercadorias, visando diminuir intermediários, comprando os produtos diretamente dos produtores e vendendo aos cooperados a um preço mais baixo que o de mercado. Já os objetivos sociais se referem à oferta, por parte da cooperativa, de serviços de educação a seus membros e familiares, acesso à moradia e trabalho por meio da compra de terras e fábricas para os empregados e os mal remunerados, buscando inclusive o estabelecimento de colônias cooperativas autossuficientes.

Em linhas gerais, essa análise de Maurer Jr. (1966) pode ser comprovada nos princípios doutrinários e estatutos de Rochdale. Os princípios doutrinários foram filosoficamente concebidos nos ideais da Revolução Francesa, sendo eles o de igualdade, liberdade, fraternidade e acrescido do princípio da solidariedade. Para a consecução desses princípios, foram elaborados os Estatutos de Rochdale, tendo por base o associativismo, o retorno *pro rata*, a gestão democrática, a neutralidade política e religiosa, a cooperação voluntária, a livre entrada e saída de membros e educação cooperativa.

Bialoskorski Neto (2012, p. 712-713) analisa assim os princípios e os estatutos da cooperativa de Rochdale:

¹⁵ Sociedade dos Justos Pioneiros de Rochdale. Essa cooperativa foi inspirada na fracassada proposta cooperativa dos Armazéns de Troca do socialista utópico Robert Owen. Entre os fundadores dessa cooperativa, 6 deles foram discípulos de Owen.

O primeiro princípio exposto nos estatutos é o da *democracia*, segundo o qual a sociedade será dirigida por um corpo composto de presidente, tesoureiro, secretário, uma junta de três administradores e cinco diretores, todos eleitos em assembléia geral dos associados, na qual cada associado tem direito a um único voto.

O segundo princípio exposto é o da *livre adesão*, segundo o qual qualquer cidadão indicado por dois membros da sociedade e aprovado pelos diretores pode tornar-se mais um membro, bem como é livre sua saída da sociedade.

Os princípios restantes evidenciados nos estatutos dessa sociedade são: o pagamento de uma taxa limitada de juros ao capital investido, o *retorno pro rata* dos excedentes, proporcional à atividade e à operação de cada um dos associados, a *educação* dos membros, efetuada através de um fundo específico para este fim, e *neutralidade política e religiosa* desta sociedade.

Namorado (2007, p. 7) afirma que o êxito dos Pioneiros de Rochdale consagrou os princípios e os estatutos daquela experiência em cooperativismo, "instituído um paradigma cooperativo hoje, mais de 160 anos depois, dominante em escala mundial". O autor afirma ainda que esse sucesso de Rochdale só se tornou possível em escala mundial, porque a concepção filosófica dos princípios e estatutos foi "suficientemente flexível e aberto" para ajustamentos de acordo com a evolução das dinâmicas econômicas e sociais, mas suficientemente consistente para não se descaracterizar.

Esses princípios doutrinários de Rochdale são adotados universalmente pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI)¹⁶ e são basilares no cooperativismo atualmente em todo o mundo.

Em conformidade com Paul Singer (2002, p. 110) foi o sucesso da Cooperativa de Rochdale, com seus princípios filosóficos e estatutos, que influenciou a disseminação da ideia do cooperativismo moderno na Inglaterra. O autor faz essa afirmação baseado nas estatísticas que mostram que do ano de 1881 a 1900 o número de associados em cooperativas saltou de 547 mil para 1,7 milhões naquele país. Do sucesso na Inglaterra, o cooperativismo chegou a outros países da Europa e a partir desse continente se disseminou para outras regiões do mundo.

1.1.2 Conceito de cooperativismo

A partir dos acontecimentos e evolução do pensamento que envolveu o desenvolvimento e evolução da construção histórica do cooperativismo e sua

¹⁶ Federação de cooperativas que congrega todas as cooperativas e o movimento cooperativo de todo o mundo. Foi fundada em 1895 e sua sede atual se localiza na cidade de Bruxelas, Bélgica.

diversidade como movimento de estruturação de uma nova proposta de humanidade, para toda e qualquer análise científica e/ou filosófica que se propõe a estudar e analisar esse fenômeno, é imprescindível a conceituação do mesmo e situar terminologias sobre o mesmo.

De acordo com Pinho (1966, p. 7), é importante na análise conceitual diferenciar cooperação, cooperativismo e cooperativa. Afirma a autora que essas três expressões, apesar de derivarem de um verbo comum, do latim *cooperari*¹⁷, têm conceitos distintos. O verbo cooperar significa "ação conjunta com vistas aos mesmos objetivos". Assim, sociologicamente, cooperação significa uma estrutura de relações formais e/ou informais entre grupos de pessoas ou entidades objetivando os mesmos fins. Enquanto que cooperativismo se refere a doutrinas, ideologias e princípios que compõem um corpo de conhecimento com o objetivo de propor novas estruturas de organização social e econômica pautadas na cooperação. E cooperativa seria uma instituição ou entidade constituída de pessoas e/ou entidades, estruturada pelos princípios do cooperativismo com vistas a objetivos comuns entre seus membros.

Seguindo sua análise conceitual, Pinho (1966, p. 8) define cooperativismo e cooperativa conforme abaixo:

Cooperativismo no sentido de doutrina que tem por objeto a correção do social pelo econômico através de associações de fim predominantemente econômico, ou seja, as cooperativas; cooperativas no sentido de sociedades de pessoas organizadas em bases democráticas, que visam não só a suprir seus membros de bens e serviços como também a realizar determinados programas educativos e sociais. Trata-se, insistimos, de sociedade de pessoas e não de capital, sem interesse lucrativo e com fins econômico-sociais. Seu funcionamento se inspira nos chamados "Princípios dos Pioneiros de Rochdale"¹⁸.

Assim, nessa lógica conceitual e doutrinária, pode-se assegurar que a cooperação quando estruturada pelos princípios e estatutos do cooperativismo devidamente pré-estabelecidos dá origem a um tipo de grupo social específico denominado cooperativa, cujos membros objetivam através dela resultados econômicos e sociais comuns. E dentro dos objetivos sociais, a educação se destaca dos demais princípios.

¹⁷*Cooperari: cum + operari*, que significa trabalhar juntos.

¹⁸ Princípios dos Pioneiros de Rochdale: adesão livre, gestão democrática, juros módicos ao capital, retorno proporcional às operações, transações a dinheiro, neutralidade política, religiosa e ética e desenvolvimento do ensino.

De um modo geral, as cooperativas são fundadas para se situarem como intermediárias entre as economias particulares dos cooperados e do mercado, a partir de uma ação coletiva espontânea por parte dos interessados nos resultados esperados da cooperativa. Espera-se assim da instituição cooperativa, do ponto de vista econômico, incrementar os negócios dos cooperados, bem como promover a inserção dos mesmos nos mercados em situações mais vantajosas daquelas que os mercados oferecem.

Seguindo ainda nessa lógica, podemos entender o cooperativismo como uma estrutura econômica baseada na cooperação que, num primeiro momento, tem a missão de eliminar ou mitigar os desajustes do sistema capitalista, como o excesso de intermediação, as desigualdades, as injustiças e a miséria. No entanto, outros objetivos ganham importância na consolidação do cooperativismo, como por exemplo, defender as famílias e os cidadãos de abusos por parte de agentes e estruturas econômicas, impulsionar o retorno econômico daqueles cooperados que possuem atividades produtivas em comum e aumentar a segurança da produção nessas atividades, o que fortalece também as individualidades.

Nesta linha de reflexão, isso se torna viável porque, ao institucionalizar uma estrutura cooperativa por meio da congregação de pessoas, há a possibilidade de atender seus interesses nos mais diversos setores como, por exemplo, na agricultura, no comércio, na indústria, na cultura, na educação e na forma de trabalho, bem como os interesses domésticos das famílias. O fundamental é que pela instituição cooperativa se promova a melhoria econômica, as condições sociais e a defesa dos interesses de seus membros.

Essas definições nos remetem ao ambiente socioeconômico do desenvolvimento do capitalismo no final do século XVIII e início do seguinte, período no qual se acirra o conflito de classes, aumento das desigualdades sociais e econômicas, da miséria e marginalização de parte da população. Nesse contexto, surge então no seio da sociedade europeia e em filósofos da época a visão de uma estrutura social alternativa àquela dominada por ações individualistas, o cooperativismo, tendo as cooperativas como entidades produtivas alternativas às empresas capitalistas.

Foi com a criação da Cooperativa dos Pioneiros de Rochdale na Inglaterra, com seus princípios e estatutos, tendo como inspiração os ideais da Revolução Francesa, que o cooperativismo se desenvolveu primeiro na Europa e se difundiu no mundo inteiro, não

como uma substituição ao capitalismo, mas como estrutura alternativa de organização social e econômica no seio do próprio capitalismo, convivendo o individualismo e o coletivo, conforme a visão de Jean-Jacques Rousseau e Charles Gide. E essa conceituação acima é a que se aplica na classificação e análise do cooperativismo e cooperativas no Brasil atualmente.

1.2 Expansão e consolidação do cooperativismo na Europa e no Continente Americano.

Namorado (2007), ao fazer uma análise da introdução e expansão do cooperativismo na Europa Continental, identifica, a exemplo da Inglaterra, o fenômeno do movimento cooperativo como parte do movimento operário. De acordo com o autor, foi com a institucionalização da Primeira e Segunda Internacional, oriundas do movimento operário europeu com predominância ideológica socialista, que o cooperativismo ganhou certo destaque nas discussões sobre propostas alternativas ao capitalismo. O autor afirma ainda que a Primeira Internacional foi uma organização de sindicatos, de organizações coletivas¹⁹ e de partidos políticos, todos em igualdade de importância como movimentos para superação do capitalismo.

Não obstante, na visão da Segunda Internacional, a supremacia dos movimentos operários passou para os partidos políticos e o movimento cooperativo, bem como outras formas coletivas de organizações foram secundarizadas. O próprio Marx, principal filósofo do pensamento socialista, não via viabilidade no cooperativismo como alternativa à superação do capitalismo. Diante dessa realidade, "alguns setores foram pugnando com intensidade crescente pela completa independência das cooperativas" em relação a outros setores do movimento operário (NAMORADO, 2007, p. 9).

Esse movimento de independência do movimento cooperativista na Europa tomou características próprias também em cada nação. E surgiu um elemento novo que

¹⁹ O cooperativismo era uma dessas forma de organizações.

proporcionou maior diversidade ao movimento do cooperativismo, a doutrina cristã²⁰, conforme consta nos tipos de cooperativas do quadro 1 desta pesquisa.

Na Inglaterra, ainda no século XIX e início do seguinte, de um modo geral, seguiu a visão de que a cooperação, o sindicalismo e o socialismo são guiados pelo mesmo ideal, qual seja, a busca por uma sociedade mais justa. O objetivo do sindicalismo era o de combater o capitalismo e do cooperativismo de o substituir. Um ideal de sociedade futura seria a cooperação por meio do socialismo, levando para a socialização do Estado o triunfo final do socialismo²¹.

Mas na França, duas correntes cooperativistas se formaram, uma com visão socialista e outra automatista, de visão cristã e capitaneada pela doutrina de Charles Gide²². Na Bélgica, o Partido Operário Belga dominava o movimento anti-capitalista, centralizando as instituições adeptas desse movimento, inclusive as cooperativas. Nesse país, acabou se desenvolvendo por um lado um movimento cooperativo ligado a eixos político-ideológicos e de outro, ligado ao Partido Operário, emergiu o movimento cooperativo de raiz católica (NAMORADO, 2007, p. 10-11).

A Itália é um país importante na história do movimento cooperativista mundial, onde com a diáspora italiana que teve início no final da metade do século XIX, seus emigrantes levaram a experiência cooperativista para as regiões do mundo onde se fixaram. Como veremos, os imigrantes italianos foram fundamentais para o desenvolvimento do cooperativismo no Brasil, assim como para o estado do Espírito Santo. O historiador e Professor da Universidade de Bologna, Giovanni Ancarani (1984), assevera que na Itália o cooperativismo foi mais marcadamente definido por

²⁰ Um primeiro documento papal sobre o tema foi a Encíclica *Rerum Novarum* escrita pelo Papa Leão XIII no qual fazia menção ao cooperativismo. O reconhecimento da Igreja Católica se torna marcante a partir do Decreto Papal de 1911, no qual o Papa Pio X reconhece que determinadas instituições coletivas, entre elas as cooperativas, são importantes na promoção do desenvolvimento econômico e social. Solicita nesse Decreto que os membros do clero divulguem e aprovem o movimento cooperativo, por estarem em conformidade com a Doutrina Divina (CENZI, 2012).

²¹ A estratégia do movimento cooperativo inglês, visando atender seus objetivos foi baseada em três vertentes: pela emergência de uma Comunidade Cooperativa, como alternativa ao capitalismo, estruturada nos princípios de Rochdale; instituir a representação cooperativa na Câmara dos Comuns (decidido no Congresso de Newport em 1908) e fundação do Partido Cooperativo em 1919, que em 1927 passou a estabelecer acordos com o Partido Trabalhista para ações conjuntas na Câmara dos Comuns que atendessem aos interesses do movimento cooperativo (NAMORADO, 2007).

²² Em 1985, na França, foi fundada a União Cooperativa das Sociedades Francesas de Consumo, estruturada nas doutrinas do economista e cristão social Charles Gide, paladino da República Cooperativa. De outro lado, com visão socialista, que em 1895, fundou a Bolsa das Sociedades Cooperativas. Em 1912, no Congresso de Tours, foi aprovada a reunificação do movimento cooperativo francês.

vertentes político-ideológicas, consubstanciado na institucionalização de estrutura de cada cooperativa. Segundo o historiador, o modelo socialista, ligado ao movimento operário, fundou a Lega Nazionale delle Cooperative e Mutue (AGI)²³ e Unione Nazionale delle Cooperative Italiane (UNCI)²⁴. As cooperativas da AGI e da UNCI foram criadas na Itália e tinham uma forte ligação entre elas, e tinham conexão também tanto com o Partido Operário como ao Partido Socialista. E no fim do século XIX, à semelhança de outros países, surgiu na Itália um movimento cooperativo autônomo forjado no cristianismo católico, cristalizado na Confecooperative²⁵, importante até hoje no cooperativismo italiano.

Com relação à Alemanha, Namorado (2007, p. 12), em sua análise, afirma que apesar de ser um partido operário forte, base do Partido Democrata de ideologia socialista que hegemonizou a IIª Internacional, o movimento cooperativista não teve relevância no movimento operário alemão. Porém se desenvolveu de forma autônoma e pujante um movimento cooperativista agrário e camponês, de ligações com o sistema capitalista daquele país, com destaque para dois modelos tutelares, o Shulze-Delitzch e o Raiffisen. O primeiro de orientação liberal, fundado por artesões e pequenos comerciantes, se centrou nas atividades de crédito e o segundo, "conservador de inspiração cristã", com origem nos meios rurais, também operando em atividades de crédito.

Os autores indicam a participação ativa da Igreja Católica nos movimentos cooperativistas em vários países da Europa Continental. E atestam que era um movimento de cooperativismo "forjado" pela Igreja. A participação da Igreja Católica e a ação do clero em apoio ao cooperativismo tem origem na Carta Encíclica *Rerum Novarum* de 1891 do Papa Leão XIII, que trata da questão operária. Leão XIII (1891) reconhece o capitalismo como gerador de miséria e sofrimento para parte da população, que se encontra à mercê de homens desumanos e à cobiça duma concorrência desenfreada. Solicita o Papa Leão XIII medidas eficazes de auxílio para as "classes inferiores", em situação de infortúnio e miséria imerecida.

²³Lega Nazionale delle Cooperative e Mutue - Associação Geral das Cooperativas Italianas.

²⁴Unione Nazionale delle Cooperative Italiane - União Nacional das Cooperativas Italianas.

²⁵Confederazione delle Cooperative Italiane - Confederação das Cooperativas Italianas.

Nessa Encíclica, Leão XIII condena os movimentos revolucionários e o socialismo para uma solução aos problemas do capitalismo. No item 3, na parte intitulada "A solução socialista", está escrito:

Os Socialistas, para curar este mal [a ação de homens desumanos e à cobiça de uma concorrência desenfreada, que gera infortúnio e miséria imerecida], instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens dum indivíduo qualquer devem ser comuns a todos, e que a sua administração deve voltar para - os Municípios ou para o Estado. Mediante esta transladação das propriedades e esta igual repartição das riquezas e das comodidades que elas proporcionam entre os cidadãos, lisonjeiam-se de aplicar um remédio eficaz aos males presentes. Mas semelhante teoria, longe de ser capaz de pôr termo ao conflito, prejudicaria o operário se fosse posta em prática. Pelo contrário, é sumamente injusta, por violar os direitos legítimos dos proprietários, viciar as funções do Estado e tender para a subversão completa do edifício social (LEÃO XIII. Papa, 1891, s.p).

Na Encíclica *Rerum Novarum* há claramente uma defesa da propriedade privada e uma condenação aos sentimentos e à visão de igualdade que motivam os movimentos socialistas. Então, a Encíclica, entre várias orientações para a relação entre operários, empresários, Estado e Igreja, propõe as associações particulares como um dos caminhos para a humanidade. No item 30 da parte da Encíclica denominada "As Associações particulares e o Estado" se lê:

A experiência que o homem adquire todos os dias da exiguidade das suas forças, obriga-o e impele-o a agregar-se a uma cooperação estranha.

É nas Sagradas Letras que se lê esta máxima: «Mais valem dois juntos que um só, pois tiram vantagem da sua associação. Se um cai, o outro sustenta-o. Desgraçado do homem só, pois; quando cair, não terá ninguém que o levante». E estoura: «O irmão que é ajudado por seu irmão, é como uma cidade forte. Desta propensão natural, como dum único germe, nasce, primeiro, a sociedade civil; depois, no próprio seio desta, outras sociedades que, por serem restritas e imperfeitas, não deixam de ser sociedades verdadeiras (LEÃO XIII. Papa, 1891, s.p).

Na citação acima, o documento papal apresenta um conceito de sociedade civil, se referindo ao Estado e definindo "outras sociedades" como as associações particulares de um modo geral. E como a Igreja Católica participou ativamente do desenvolvimento do cooperativismo no mundo, fica evidenciado que essa modalidade de cooperação se insere no que a Encíclica denomina de associações. No texto, está a menção de que são nas "exiguidades das suas forças" é que o ser humano busca a agregação na cooperação

e o caminho para sanar os males oriundos do sistema socioeconômico vigente na época, o capitalismo. E está explícito na proposta do documento que os movimentos associacionistas tiveram origem nas doutrinas do texto sagrado, e os seres humanos que participarem deles devem ser movidos por sentimento de solidariedade e fraternidade.

Da mesma forma, mesmo o conteúdo da Encíclica *Rerum Novarum* ter origem num ambiente sagrado, a semelhança com pensamento de Rousseau, o escrito de Namorado e a visão de Gide são notáveis, apesar dos escritos do último autor serem permeados de influências das doutrinas cristãs.

Pinho (1965), ao estudar o movimento cooperativista na Europa, observou que aos poucos esse foi saindo do âmbito do movimento operário e se inserindo num movimento de classes sociais autônomas e atomizadas, dando origem a um novo cooperativismo. A autora afirma que foi o que aconteceu, por exemplo, na Alemanha, onde o modelo Shulze-Delitzch é estruturado para atender parte de uma classe média composta por artesões e pequenos comerciantes e o modelo Raiffeissen foi se desenvolvendo para atender interesses de pequenos agricultores. A autora conclui ainda que esse último inspirou os modelos Luzzatti e Wollemborg na Itália, Haas na Alemanha e Desjardins no Canadá, todos com o objetivo de oferecer crédito financeiro para uma classe de pequenos produtores do campo e de áreas urbanas em vários setores da economia.

O movimento do novo cooperativismo avançou rapidamente para os países escandinavos. Em conformidade com Georges Lasserre (1939), nesses países, para melhorar a estrutura e diminuir as intermediações na distribuição de produtos e melhor atender as necessidades da população no acesso a bens e a preços mais baixos, floresceu e se estruturou um cooperativismo de consumo, assumindo importância nas economias locais. O autor afirma que na Bélgica, em especial, cartéis e trustes dominavam o sistema de distribuição dos bens de consumo, onde os agentes intermediários deprimiam os preços para os produtores e os majoravam no repasse dos produtos ao consumidor. À vista disso, o cooperativismo se desenvolveu, principalmente no setor de consumo, como proposta alternativa a esse sistema injusto e para combater a exploração tanto do produtor como do consumidor final.

Com relação ao Novo Mundo, o cooperativismo primeiramente chegou aos Estados Unidos da América no final da primeira metade do século XIX com as denominadas pré-cooperativas do tipo confessionais, como as comunidades Shakers, e do tipo comunitário com as comunidades Nova Harmonia, os Falanstérios e as Colônias Icarianas. Esses modelos de cooperativismo não se sustentaram e num curto período de tempo essas cooperativas deixaram de operar. No final do século XIX e nas primeiras décadas do seguinte, o cooperativismo ganhou importância no meio rural nas zonas colonizadas por imigrantes dinamarqueses, noruegueses, finlandeses e alemães (PINHO, 1966). Na visão da autora, no Canadá também no início do desenvolvimento do cooperativismo destacaram-se as cooperativas agrícolas, presentes desde o início da colonização, mas ganhando importância a partir de 1939 quando, a partir desse ano para o de 1965, duplicaram seu número e o crescimento de seus negócios chegaram a superar o crescimento do produto nacional bruto.

As cooperativas agrárias fundadas naquelas regiões de colonização da América do Norte foram estruturadas com os objetivos de a montante da produção no campo prover recursos produtivos modernos para os agricultores, e a jusante da produção estruturar um sistema de beneficiamento e uma rede de comercialização para os produtos produzidos nos estabelecimentos rurais. Essas cooperativas se estruturaram de acordo com os princípios do estatuto dos Pioneiros de Rochdale. É importante observar que o sucesso daquelas cooperativas se deve principalmente a dois elementos. Em primeiro lugar, como em outras partes do mundo, o cooperativismo nesses pontos específicos da América do Norte se originou de um ambiente de estrutura ineficiente no sistema econômico e de necessidades humanas não devidamente atendidas. E o segundo elemento se refere à origem dos colonizadores daquelas regiões americanas, imigrantes de regiões europeias com cultura e experiências em cooperativismo (PINHO, 1966).

Nos EUA e Canadá, posteriormente as cooperativas foram fundadas, em momentos históricos e regiões específicas, sempre por necessidade e/ou crises, sequencialmente em setores de consumo. E, a partir dessas experiências bem sucedidas, se propagou para outros setores da economia. Especificamente nos EUA a partir da década de 1940, ganhou destaque o cooperativismo de crédito, onde se montou naquele país um poderoso sistema bancário.

No Canadá a partir de 1900, por dificuldades de pequenos empreendedores a acesso a recursos financeiros, se estruturou um cooperativismo de crédito, num modelo específico daquele país, conhecido com Desjardins. Esse modelo foi idealizado pelo jornalista Gabriel-Alphonse Desjardins (1854 - 1920). Port (2014), ao descrever a história do cooperativismo de crédito financeiro no Canadá, comenta que dois elementos foram decisivos para o sucesso desse modelo de cooperativismo naquele país. O primeiro elemento, a exemplo de países europeus, foi o intenso apoio da Igreja Católica ao modelo Desjardins, não somente com doutrinação e propaganda, mas com participação ativa do clero católico como dirigentes nos mais diversos níveis hierárquicos na estrutura de gestão e nos conselhos das mesmas.

O segundo, como elemento novo e determinante na história do cooperativismo, foi a ação do poder público em particular no estado de Quebec que, a partir de 1906, passou a promulgar uma legislação específica garantindo segurança jurídica e de funcionamento às cooperativas de crédito, estimulando o movimento cooperativista do tipo Desjardins naquela região (PORT, 2014).

Constata-se pelo exposto, que no Canadá um novo elemento foi acrescentado ao conjunto dos elementos que podem contribuir para o desenvolvimento do cooperativismo, o Estado, que especificamente no estado de Quebec atuou como apoio com legislação apropriada e específica, que garantiram aos movimentos cooperativistas a criação e orientação para a estrutura organizacional de cooperativas.

Os estudos na América Latina indicam muita diversidade e grande riqueza de experiências nos movimentos e modelos de cooperativismo. Desenvolveu-se, portanto, com mais pujança no meio rural e com menor intensidade nos setores habitacionais, de consumo, de trabalho e de crédito. Da mesma forma que em outros países, os movimentos cooperativistas têm origem naquelas situações em que os seres humanos não tendo como alcançar da forma mais ideal possível seus interesses individuais na organização social e econômica onde se encontram, procuram na agregação/cooperação o atendimento se seus objetivos. Mas para que os movimentos de criação de cooperativas avançassem, outros elementos além dos citados, foram fundamentais no processo, como o Estado, a Igreja Católica e a origem étnica dos fundadores.

De acordo com estudos de Jorge Coque Martinez (2002), na América Latina o movimento cooperativista teve seu início no final do século XVIII e início do século XIX, antes mesmo da criação da Cooperativa de Rochdale na Inglaterra, e de um modo geral foram de origem religiosa. Segundo ainda o autor, no México e na Venezuela os movimentos de cooperação eram de cunho ideológico socialista e associacionista, onde as entidades criadas eram do tipo caixas de socorro e de crédito.

Nessa região do Continente Americano, o cooperativismo se desenvolveu principalmente no meio rural cujo ambiente era predominantemente de pequenos agricultores com métodos de trabalhos rudimentares e alta incidência de analfabetos e também de escassez de recursos produtivos para produção no campo. Havia então um ambiente propício ao cooperativismo e o mesmo se desenvolveu com destaque em alguns países como Colômbia, Chile, Bolívia, Honduras e México. Embora o ambiente socioeconômico fosse propício ao cooperativismo, os produtores não conseguiram por si mesmos institucionalizá-lo, o que determinou a forte presença da Igreja Católica e do Estado participando diretamente da criação de cooperativas, este último inclusive com auxílio financeiro às mesmas (PINHO, 1966).

Na pesquisa de Alberto Mora Portugal (2012), ficou apurado que os movimentos cooperativistas surgiram principalmente de três influências: da imigração europeia a partir da segunda metade do século XIX, da Igreja Católica e de Governos Nacionais. Os imigrantes europeus fundaram cooperativas tanto no meio rural como urbano. No meio rural, as cooperativas criadas foram no ramo de consumo de modelo rochdaleano e no ramo de crédito com Caixas de Socorro Mútuo foram criadas as cooperativas nos modelos Raiffeisen e Luzzatti. Atesta o autor que uma característica marcante dessas cooperativas, é que seus cooperados fundadores tinham um apego muito forte à formação educacional relativas às questões doutrinárias.

Já no meio urbano, as cooperativas fundadas pelos imigrantes europeus foram no modelo mutualista. Tiveram influência de sindicalistas e militantes em revoluções na Europa. Nessas cooperativas predominavam interesses sócio-políticos em detrimento do econômico. Deram origem ao cooperativismo de consumo e de trabalho. Quanto à localização, esses movimentos de cooperativismo de imigração europeia se localizaram

nos países da região sul do continente, como Argentina, sul do Chile, Uruguai e nos estados da região sul do Brasil²⁶ (MORA PORTUGUEZ, 2012).

Pinho (1966) também constatou a influência dos descendentes de imigrantes europeus na origem de movimentos europeus no Continente Sul-Americano. Essa influência se fez notar nos estados do Sul do Brasil e no cone sul do continente. A autora salienta que na verdade dois elementos atuaram em conjunto nesse sentido, a cultura associativista e cooperativa dos imigrantes e seu fervor religioso. Os atributos associativistas e cooperativos, em momentos de dificuldade, faziam com que se organizassem coletiva e solidariamente para, através de entidades em conjunto, alcançar objetivos que não conseguiriam isoladamente. Por fervor religioso, como outro componente da vida desses imigrantes, seguiam as orientações do clero de suas igrejas, que era no mesmo sentido dos aspectos culturais a solução de suas adversidades pelo cooperativismo.

Em conformidade com Coque Martinez (2002), as atividades da Igreja Católica no cooperativismo foram mais impactantes nos Andes, México e na América Central, com cooperativas nos ramos de auxílio mútuo e de crédito. O líder original dos movimentos locais era um pároco. Um dos problemas dos movimentos promovidos pela Igreja era o excesso de triunfalismo, sem uma análise prévia das realidades onde essas instituições seriam criadas, o que fez com que muitas delas fossem levadas ao insucesso por falta de condições para funcionarem.

A ação do Poder Público foi outro elemento de influência no cooperativismo na América Latina. Agiu majoritariamente para a formação de cooperativas no ramo de habitação, de trabalho em ambientes de economia camponesa, agrário e de comercialização (COQUE MARTINEZ, 2002). Pinho (1965) constatou que no meio rural o cooperativismo foi estimulado pelos poderes públicos locais para deslançar processos de reforma agrária, já que os governos não se encontravam em condições políticas e financeiras para redistribuição de terras. Esse processo aconteceu de forma mais intensa no México, Honduras e Chile. A autora identificou as causas que levaram os governos a estimularem a criação das cooperativas agrárias de comercialização: diminuir o analfabetismo, disponibilizar novos recursos de produção para os

²⁶ Imigrantes que foram relevantes para o cooperativismo em alguns países da América do Sul. Argentina e Brasil: italianos, alemães e franceses; Paraguai: alemães. Chile; Peru: ingleses (COQUE MARTINEZ, 2002).

agricultores²⁷ (sementes, defensivos, fertilizantes químicos, maquinarias, etc.), e criar estrutura para a comercialização e industrialização dos produtos produzidos no campo, preferencialmente dos pequenos e médios produtores, de modo que se eliminasse o máximo possível a intermediação, o que elevaria as rendas rurais.

Na visão de Coque Martinez (2002), havia outro interesse do Estado em vários países latino-americanos no cooperativismo, o de controle de classes sociais menos favorecidas. Embora o cooperativismo recebesse inicialmente suporte ao Estado, aquele acabou se tornando dependente do poder público, que com as alternâncias de poder, dependendo da vertente ideológica de cada governante, poderia favorecer ou não as cooperativas. Essa realidade causou insegurança com relação à participação do poder público no cooperativismo desses países.

Outro componente político que trouxe impacto sobre o cooperativismo no Continente Latino-Americano foi quando, a partir do início da década de 1960, os movimentos endógenos de imigrantes europeus e indigenistas foram sendo suprimidos, e ganhou força aqueles com apoio dos EUA, via organismos internacionais como a Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID) e a Aliança para o Progresso, que agiam com o apoio estatal local e a Igreja Católica. O objetivo dessas alianças era político-ideológico tanto por parte da Igreja como parte do Estado, que visavam frear a influência da Revolução Cubana na região (COQUE MARTINEZ, 2002).

Os estudos de Pinho (1966), o de Coque Martinez (2002) e o de Mora Portuguez (2012) caminham num mesmo sentido. Concordam sobre a importância dos imigrantes europeus, da Igreja Católica e do Estado no desenvolvimento do cooperativismo na América Latina. Também coincidem os resultados dos estudos desses três autores sobre os objetivos do Estado e da Igreja Católica nesses movimentos.

Na América Latina, desde a fundação das primeiras entidades cooperativas do século XVII oriundas dos movimentos espontâneos endógenos até final da década de 1930, o desenvolvimento do cooperativismo foi tímido. Nas décadas de 1940 a 1950 foi um período de avanço e fortalecimento, com a fundação de federações de cooperativas, proporcionando mais autonomia e melhor estrutura para a cooperação entre cooperativas

²⁷ Essas estruturas nas cooperativas para disponibilizar novos recursos se deve às condições de escassez de recursos à nível de pequenos e médios produtores rurais.

de um mesmo ramo a níveis regionais. O auge dos movimentos cooperativos, conforme já salientado, foi a partir década de 1960, quando contou com apoio estatal, do fomento da AID, da Aliança para o Progresso e da Igreja Católica. Isso aconteceu numa época de mudança social e econômica na Região. Foi também a partir da década de 1960 que se instalaram em vários países latino-americanos regimes militares que, em muitas situações, agiam no sentido de eliminar, reprimir e controlar movimentos populares, entre eles os de cooperativismo.

O próximo tópico será dedicado à história e ao desenvolvimento do cooperativismo no Brasil.

1.3 Cooperativismo no Brasil

Alguns autores argumentam que o cooperativismo²⁸ iniciou sua trajetória no Brasil logo após seu advento na Inglaterra. Mas, de acordo com Neri Luiz Cenzi (2012), há também autores que sugerem que o marco inicial do cooperativismo nesse país se deu no ano de 1902, com a fundação de uma cooperativa de crédito agrícola no município de Nova Petrópolis no estado do Rio Grande Sul.

É relevante buscar em documentos e na literatura se em períodos anteriores ao marco do surgimento do cooperativismo no Brasil ou se na sua história há vestígios de formas de cooperação, e em qual época e em que região se desenvolveram.

Ao fazermos essa busca vamos encontrar vestígios de práticas cooperativas no Brasil que remontam ainda ao século do descobrimento. Aqueles primeiros movimentos de agregação no país continham em suas estruturas alguns princípios de cooperativismo. Movimentos esses que foram inspirados por doutrinas utópicas e religiosas que pugnavam por igualdade, liberdade, justiça, fraternidade e paz. Esses anseios eram buscados na área política, social e econômica, no entanto, esses primeiros movimentos de cooperação no Brasil tiveram origem justamente em instituições religiosas e também naquelas de caráter agregacionista utópico.

²⁸ Conforme caracterizado e conceituado no tópico 2.1.2

Um levantamento histórico realizado por Pinho (2004, p. 15), nos mostra criações de entidades cooperativas no Brasil da época do descobrimento até o início do século XXI. Para melhor atender a análise deste trabalho, daremos importância ao tipo de movimento que deu origem a essas experiências, mas localizando-as também no tempo e no espaço. A autora, ao realizar seu levantamento, identifica 19 experiências cooperativas no período que vai do século do descobrimento até 1879, classificando-as de "experiências esparsas e efêmeras de pré-cooperativas". O quadro 2 nos mostra que dessas experiências seis são de movimentos messiânicos, como do sebastianismo e de líderes de outras tendências messiânicas, cinco com origem na Igreja Católica, três baseadas nos ideais fourieristas²⁹, três em regiões de colonização teuta e o restante faz parte de movimentos autônomos como, por exemplo, Palmares em Alagoas, com origem em escravos afrodescendentes na qual praticavam a solidariedade e a democracia e usavam a terra como propriedade coletiva.

Nessas experiências de influência messiânica, da Igreja Católica e da visão de Fourier, os movimentos geralmente têm origem em líderes ou lideranças específicas que, com uma formação ou visão mística doutrinária sobre cooperação, doutrinavam determinada comunidade nesse sentido e, com isso, deram início ao processo de institucionalização a sociedades associacionistas e/ou cooperativas.

Nas experiências de origem étnica teuta, os movimentos são gestados de forma comunitária, sem se destacar uma liderança específica, caracterizando um conhecimento comunitário no sentido de cooperação anterior à experiência no Brasil. Nesse caso, como já analisado na história do cooperativismo na Europa Continental, a Alemanha havia passado por uma experiência rica e de sucesso em cooperativismo, experiência e conhecimento que os imigrantes germânicos trouxeram de seu país de origem e os inspiraram para a cooperação nessa nova realidade no sul do Brasil.

²⁹ Cooperativas idealizadas na visão socialista utópica Jean Baptiste Joseph Fourier.

Quadro 2. Experiências de pré-cooperativas no Brasil no período de 1530 a 1879.

Origem	Experiência	Estado	Período
	Movimento Messiânico Sebastianista.	-	1530-1540
	Silvestre José dos Santos e seguidores idealizavam a instalação do paraíso terrestre no Brasil.	-	1817
	João Antonio dos Santos dirigiu movimentos messiânicos para fundar o Reino Encantado.	Pernambuco	1836
	Criação da Cidade Santa do Cariri.	Ceará	1872-1876
Messiânica	Experiência dos Muckers. Originária das pregações messiânicas de João Jorge Maurer e sua esposa Jacobina Mentz Maurer.	Rio Grande do Sul	1872
	Antonio Conselheiro construiu uma "cidade santa" com algumas características de cooperativismo comunitário integral.	Bahia	1874-1876
	Movimento jesuítico, com o objetivo de fundar um Estado Cooperativo em bases integrais.	Rio Grande do Sul	1610
	Experiência associacionista isolada. Movimento em missões jesuíticas, interessado em fundar a República Comunista Cristã dos Guaranis.	Rio Grande do Sul	1610-1768
	Pe. Theodor Amstad registrou a existência de formas iniciais de associacionismo em Porto Alegre.	Rio Grande do Sul	1850
Igreja Católica	Atuação de Pe. José Maria Jacobs indicava as cooperativas para combater "ganância dos intermediários"	Santa Catarina	1858
	Pe. Cícero, vigário de Juazeiro.	Ceará	1858
	Experiências baseadas na visão fouriersita de cooperação integral	Paraná e Santa Catarina	1840-1895
	Imigrante francês Benois Jules de Mure tentou fundar uma Colônia de Produção e Consumo na visão de Fourier.	Santa Catarina	1841
Doutrina Fourierista	Cooperativa na Colônia Tereza Cristina, fundada por Jesus Maurice Faivre.	Paraná	1847
	Formação de associações de imigrantes de origem germânica, estimulados pela política imperial de ocupação de áreas vazias do sul do Brasil.	Rio Grande do Sul	1824 em diante

Colonização Teuta	Imigrantes germânicos desenvolveram atividades associacionistas de amparo mútuo, assistência à saúde, organização de atividades esportivas, musicais, artísticas e outras.	Rio Grande do Sul	1850 em diante
	Porto Alegre foi sede de numerosas associações de fins sociais e recreativos criadas por imigrantes alemães com objetivo de auxílio mútuo.	Rio Grande do Sul	1850-1870
	Sociedade Alemã de Amparo Mútuo.	Rio Grande do Sul	1858-1870
Outras	República de Palmares, formada por várias comunidades, fundada por escravos africanos e descendentes.	Atual estado de Alagoas	1600-1695

Fonte: Pinho, 2004, p. 15-17.

Elaborado pelo autor.

E em condições adversas à sobrevivência e/ou idealizações de nova forma de organização social e econômica, independente da origem e doutrina que as inspiraram, essas experiências como foram idealizadas e implantadas no Brasil, nos remete à visão de Rousseau e da encíclica papal *Rerum Novarum*, de que sem as forças humanas da agregação, o ser humano não sobreviveria de forma isolada, e buscam na cooperação uma forma de organização coletiva para individualmente se fortalecerem e viverem dignamente no ambiente socioeconômico onde vivem.

É a partir de 1878, que se iniciam no Brasil movimentos para implantação do cooperativismo moderno. Pinho (2004) argumenta, em primeiro lugar, que uma das dificuldades no surgimento do cooperativismo no Brasil estava na legislação brasileira, especificamente na Constituição de 1824³⁰, que proibia qualquer tentativa associacionista no país. Entretanto a autora lembra que dois fatores foram fundamentais para que se deslanchasse o movimento cooperativista no país. O primeiro se refere à abolição da escravatura e conseqüentemente às exigências de novas formas de organização econômica e social advindas desse fenômeno. O segundo foi a mudança na legislação da república, através da Constituição Republicana de 1891³¹, que permitiu uma primeira abertura ao cooperativismo no Brasil.

³⁰ Artigo 179, parágrafo 25 da Constituição de 1824.

³¹ Artigo 72, parágrafo 8 da Constituição de 1891.

A partir desses eventos é que surgem, antes da fundação da primeira cooperativa, movimentos para implantação do cooperativismo e sindicalismo no Brasil. Essas possibilidades eram difundidas por imigrantes italianos e espanhóis entre os trabalhadores da indústria nascente, notadamente nos centros urbanos de São Paulo e Rio de Janeiro. Esses imigrantes tinham conhecimento de realizações cooperativas e o sucesso das mesmas em situações de crise nos seus países de origem. Foi importante também, nesse movimento, o estímulo de idealistas brasileiros e imigrantes estrangeiros em várias regiões do Brasil, tanto em pregação doutrinária, como em ações de mobilização de comunidades para a fundação de cooperativas. Assim foram organizadas as primeiras cooperativas, primeiramente entre os colonos italianos e alemães na região sul do Brasil e, posteriormente, as cooperativas de imigrantes japoneses em São Paulo (PINHO, 2004).

Por sugestão de Pinho (2004), para análise do tema, vamos dividir o período posterior a 1878, de 1878 a 1970, em três subperíodos: de 1878 a 1931, de 1932 a 1964 e de 1965 a 1970. De 1878 a 1932 é o período que vai do início da fundação das cooperativas à regulamentação do cooperativismo (primeira Lei Cooperativa³²), que garantiu as cooperativas margem de liberdade de constituição e funcionamento no Brasil. O período compreendido entre 1932 a 1964 é aquele em que é promulgada a primeira Lei Cooperativa e a reforma bancária de 1964. De 1964 a 1970, caracterizado por crise no cooperativismo, liquidação quase total do cooperativismo no setor de crédito e fortalecimento do cooperativismo agrícola.

A tabela 01 mostra o registro da fundação de 44 cooperativas entre o período de 1878 a 1931. De acordo com o levantamento de Pinho, se destacam no movimento cooperativista no Brasil os estados do sul e o estado do Pará. Nos estados do sul foram fundadas quatorze cooperativas, perfazendo um total de 31,82% e nove delas no estado do Pará, o que perfaz 20,45% do total das cooperativas fundadas no país no período. Outras quatro foram criadas nos estados da Região Nordeste, quatro no estado de São Paulo e três em Minas Gerais. E foi nesse último estado que em 1889, por iniciativa de funcionários públicos de Ouro Preto (MG), foi fundada a primeira cooperativa no Brasil idealizada nos princípios e estatutos de Rochdale, a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto.

³² Lei 22.239 de 19 de dezembro de 1932.

Tabela 01 - Número de cooperativas fundadas por origem do movimento no período de 1878 a 1931.

Origem do movimento	Número de cooperativas	Percentual (%)
Autônomo e associacionista ³³	27	61,36
Instituições religiosas	5	11,36
Imigrantes estrangeiros	12	27,27
TOTAL	44	100,00

PINHO, 2004, p. 17-38.

Elaborada pelo autor.

Outra questão relevante na tabela 01 são as estatísticas sobre a origem dos movimentos cooperativistas no Brasil. Observamos que das 44 cooperativas fundadas no Brasil no período de 1878 a 1932, 61,36% são originárias de movimentos autônomos e coletivos, 27,27% são de imigrantes europeus majoritariamente e de japoneses e 11,36% tiveram suas origens na Igreja Católica.

Com relação ao cooperativismo originário de movimentos associacionistas e autônomos, vale lembrar que só foram possíveis de forma legal a partir da Constituição Republicana de 1891, cujo parágrafo 8 do art. 72 assegurou a liberdade de associação, antes proibida pelo parágrafo 25 do art. 179 da Constituição de 1824. As cooperativas fundadas por iniciativa desses movimentos eram ligadas a órgãos sindicais, associações de trabalhadores de organismos públicos e privados, organizações de pequenos estabelecimentos empresariais dos setores agrícolas, comércio e indústria e também de consumidores. As cooperativas fundadas a partir dessas estruturas coletivas foram na maioria inspiradas no modelo rochdaleano para o setor de consumo e os modelos Raiffeissen e Luzzatti no setor de crédito. Esses setores contavam com estruturas deficientes para o atendimento das necessidades dos interessados e desses ambientes emergem movimentos cooperativistas daquele período (PINHO, 2004). E novamente somos levados a lembrar dos escritos de Rousseau (1981) e Namorado (2007), que numa sociedade na qual leis proibiam movimentos e fundação de estruturas associacionistas, mesmo assim, constatou-se que mais de 61% das cooperativas criadas no Brasil tiveram sua origem em movimentos associacionistas autônomos e/ou associações e sindicatos.

³³Sindicatos e associações civis.

Conforme afirmaram os autores citados, estará sempre presente na humanidade quando necessário a ação das forças da agregação e da cooperação. Para o caso das cooperativas de consumo, o problema estava no excesso de intermediação e taxas de lucros elevadas cobrada pelos intermediários, o que tornava os preços dos produtos elevados no que se refere ao consumidor. Para o caso do movimento cooperativo no ramo de crédito, a estrutura do sistema financeiro era deficiente para atendimento do público e taxas de juros elevadas que inviabilizavam o acesso ao crédito, principalmente para as atividades de pequenas instituições econômicas.

Na questão sobre as fundações das cooperativas de iniciativas de imigrantes europeus e japoneses, sabemos que a imigração desses povos teve início no último quarto do século XIX, e se concentraram em regiões do sul do Brasil e São Paulo, majoritariamente de imigrantes italianos e alemães e nos estados de São Paulo e Pará de japoneses. A experiência da Alemanha em cooperativismo é descrita por Joaquim Coutinho da Fonseca Vieira (1916). Esse autor em sua obra ressalta o espírito cristão e a importância de Frederico Raiffeissen como intelectual e idealizador do cooperativismo na Alemanha após a introdução do capitalismo no país, em que gerou um quadro de miséria, desespero e desesperança, que na visão de Raiffeissen somente o cooperativismo poderia superar. Como salienta Vieira (1916, p. 12), os atributos da ciência da cooperação e do cooperativismo na superação de crises podem assim ser expressos:

A sciencia da Cooperaçao dissipa a ignorancia e é por isso que *ella consegue revolucionar, onde se implanta, todas as instituições*, todos os methodos de trabalho e espargir Luz, Luz e Luz, promover a opulencia e bem estar é felicidade de um povo, como fez a desse povo admiravel que assombra o mundo até pelas armas.

Veamos o que era o seu credito agricola em 1909, portanto, cinco annos antes da guerra.

As suas caixas de credito agricola que representavam um conjuncto de *25.000 Cooperativas Agricolas, federadas*, contavam com alguns milhões de socios, e a sua *Caixa Central de Berlim* liquidou nesse anno transaçoes excedentes a **Onze Milhões de contos da nossa moeda**.

Na citação acima, podemos notar uma influência profunda do pensamento cristão no autor ao se referir à cooperação como luz (essa expressão se repete sequencialmente três vezes em iniciais maiúsculas) num ambiente de crise e a possibilidade, via cooperativismo, de gerar felicidade e opulência para um povo. E mais, do advento do cooperativismo até o ano de 1909, isto é, num período de 60 anos, somente na Alemanha foram fundadas 25.000 cooperativas, o que mostra a fecundidade do

movimento cooperativo naquele país, que se mostra presente também nos imigrantes que aportaram no Brasil.

Na Itália, nas regiões da Lombardia, Vêneto e Trento, de onde emigraram a maioria dos italianos para os estados do sul do Brasil e no Espírito Santo, foram registrados avanços significativos no cooperativismo italiano. Uma obra que trata da questão do cooperativismo na Itália é Renzo Maria Grosselli (2008). De acordo com o autor, no âmbito do setor de crédito:

... o Trentino movimentara-se a partir dos anos '40 [1840]: em 1841 fora fundada a Caixa Econômica de Rovereto, em 1885 a Caixa Econômica de Trento, em 1866 o Banco Popular de Trento. Em seguida surgiram também o Banco Cooperativo de Trento, o Banco Caixa Popular de Rovereto, o Banco Cooperativo de Riva. No final da década de '80 [1880], Brentari afirma que estas instituições de crédito dispunham de "filiais espalhadas em quase todos os povoados". Na últimas décadas do século difundiram-se por todo o território as Caixa Rurais (GROSSELLI, 2008, p. 100).

Esses tipos de instituições acima foram originadas de movimentos comunitários de cooperação durante a crise do capitalismo na Itália e, conseqüentemente, foram se expandindo pela região Norte e Nordeste do país. Tal fato também reforça os ideais e a dinâmica do movimento do cooperativismo para superar situações de crises naquele país.

Os trabalhos de Vieira (1916) e Grosselli (2008) nos levam à certeza que os imigrantes germânicos e italianos, quando decidiram emigrar para a América na segunda metade do século XIX, já conheciam o cooperativismo nos seus países de origem, onde o movimento já havia tomado vulto com importância econômica e social. Vivenciaram lá crises da introdução do capitalismo em seus ambientes socioeconômicos e visualizavam no cooperativismo estruturas e formas solidárias para atuarem coletivamente nos mercados de produtos e no setor de crédito visando também atender seus interesses individuais e coletivos. Não obstante, esses imigrantes conheciam os resultados e o sucesso da cooperação via cooperativismo, e mais, em que condições as cooperativas deveriam ser fundadas e também como organizá-las.

Os autores são unânimes em descrever as condições adversas a que esses imigrantes foram submetidos em suas áreas de colonização no Brasil, tais como, ambiente natural desconhecido, infraestrutura de mobilidade, de saúde e educação inexistentes e recursos

produtivos escassos. Por necessidade e pela própria experiência europeia que vivenciaram, buscaram também aqui a solução para vários de seus problemas via cooperativismo.

Assim como na Europa, também a Igreja Católica participou de forma efetiva para a evolução do cooperativismo no Brasil. Dois documentos papais são considerados basilares para a participação do corpo clerical da Igreja Católica na divulgação e apoio ao cooperativismo no mundo. É nesse sentido que Cenzi (2012, p. 41), ao tratar desse tema, afirma que "a Igreja Católica sempre fez incluir em seus documentos papais o reconhecimento e incentivo às atividades associativas e cooperativas". Segundo o autor, um importante documento papal sobre esse tema é a *Encíclica Rerum Novarum* do Papa Leão XIII de 1891. Conforme afirma, essa Encíclica, em uma das suas partes, aborda de forma mais ampla para uma missão da Igreja no sentido de apoiar e difundir na sociedade a prática do associacionismo, o cooperativismo e a solidariedade no mundo do trabalho, instruindo os membros do clero para ações efetivas nesse sentido.

De fato, a Encíclica Papal *Rerum Novarum*, na parte sobre os benefícios das corporações e naquela sobre as associações particulares e o Estado, orienta os seres humanos a se associarem em organizações coletivas, com a finalidade de ajuda mútua.

O texto dessa Encíclica pontua que "A experiência que o homem adquire todos os dias da exiguidade das suas forças, obriga-o e impele-o a agregar-se a uma cooperação estranha". E garante que essas entidades cooperativas podem abranger todas as situações da vida em sociedade, pela força de agregação ser dada pela própria natureza humana, por ser um acordo de vontades individuais. Nesse documento papal, há uma orientação expressa, convidando a todos operários católicos a formarem organizações associativas e cooperativas (LEÃO XIII. Papa, 1891, p. 20).

Em síntese, o texto da Encíclica *Rerum Novarum*, escrita à luz dos escritos sagrados, vai ao encontro da visão de Rousseau, de Namorado e no que escreveu Souza em seu texto para orientação da Acares para a ação cooperativa, quando o documento papal afirma que as forças de agregação cooperativa são naturais e emergem de energias das vontades individuais humanas quando necessário.

Vieira (1916) analisa outro documento da Santa Sé, o Decreto Papal de 18 de novembro de 1911³⁴, no qual o autor considera de grande importância para explicar as atividades de padres e bispos no movimento cooperativista. Nesse Decreto, o Sumo Pontífice Pio X reconhece que muitas obras terrestres têm sido fundadas para o bem dos homens, entre as quais o cooperativismo, e que essas obras devem ser apoiadas pelo clero. O Papa Pio X se expressa assim sobre o papel da Igreja no apoio ao cooperativismo nesse documento:

“Visto que em nossos dias com a graça de Deus, no mundo christão muitas obras terrestres tem sido fundadas para beneficios terrestres dos fieis, como por exemplo, bancos populares, instituto de credito, cooperativas agricolas de emprestimos e caixa de economia, essas obras devem ser approvadas pelo Cléro. Este ultimo não deve apezar disso, fugir da sua verdadeira missão e se expor aos aborrecimentos e aos riscos inherentes a semelhantes negocios. Eis porque o Santo Padre autorizando totalmente ao Cléro a amparar com seus conselhos e sua acção a formação e o desenvolvimento de taes instituições, proíbe expressamente por este Decreto ao Cléro e bem assim aos padres seculares e membros de Ordens e Congregações acceitar posições administrativas que lhes possam trazer inquietações, obrigações e riscos, taes como as de presidente, director, administrador, caixa ou thesoureiro, e áquelles que os tenha acceito, ordena que se retirem” (VIEIRA, 1916, p. 19).

Pio X no documento citado alerta, no entanto, que o clero não deve fugir dessa missão de divulgação e apoio ao cooperativismo, ao associativismo e outras obras sociais e econômicas de caráter fraterno e solidário, mesmo sujeitos aos aborrecimentos que possam advir dessa missão cristã. Mas o Decreto Papal proíbe os membros do clero a assumir cargos administrativos nessas instituições, por trazer preocupações e inquietações que não são da missão evangélica dos mesmos.

Vale lembrar novamente aqui que Namorado (2007) argumenta sobre a importância da Igreja Católica e Protestante no desenvolvimento do cooperativismo na Europa no último quarto do século XIX. Observamos que o mesmo fenômeno sobre a influência da religião no cooperativismo se repete no Canadá, na América Latina e no Brasil.

Grosselli (2008) analisa a influência da Igreja Católica no desenvolvimento do cooperativismo na região do Trento, da Lombardia e do Vêneto³⁵ na Itália. O autor, ao

³⁴ Esse documento papal foi concebido baseado nas decisões e orientações do Concílio de Trento (1546-1563).

³⁵ Grande parte dos imigrantes que colonizaram a região do Sul do Brasil e o Estado do Espírito Santo são oriundos dessas regiões da Itália.

tratar na obra sobre as condições socioeconômicas da evolução do capitalismo naquelas regiões italianas já na segunda metade do século XIX, constata que o processo de modernização capitalista no campo gerou exclusão de pequenos agricultores nas áreas rurais, difícil sobrevivência dos pequenos negócios, desemprego e como outra consequência, a emigração de parte da população daquelas regiões italianas, para outros países europeus e para a América.

A crise socioeconômica advinda do capitalismo trouxera um quadro de desolação e desesperança para aquelas populações. Nesse ambiente, inúmeras instituições associativas foram criadas³⁶ como alternativas estruturais no sistema econômico da região. E as cooperativas estavam entre muitas alternativas de organizações fundadas com o objetivo de criar condições de sobrevivência para os empreendimentos existentes e criação de novos com o objetivo de atender melhor as necessidades da população dessas regiões da Itália. E a Igreja Católica, por meio de suas lideranças clericais, atuou para a fundação de cooperativas na tentativa de superar os efeitos da crise diminuindo, por conseguinte, o sofrimento daquelas populações como, por exemplo, proporcionando as condições para os pequenos estabelecimento se manterem no sistema econômico e/ou criando novas oportunidades de negócios na economia. Especificamente sobre ações do clero católico no desenvolvimento do cooperativismo naquele período de crise do Trentino, Grosselli afirma o seguinte:

Em 1890 nascia, por iniciativa de Dom Lorenzo Guetti, a primeira de uma série de cooperativas que, no âmbito de comércio e do crédito agrário, contribuíram de forma decisiva para a superação de crise econômica (e social) que havia martirizado o Trentino a partir de 1850 (GROSSELLI, 2008, p. 99).

Duas observações importantes podem ser extraídas dessa citação. Primeira, que conforme mostra a história da gênese e expansão do cooperativismo, à semelhança de outras partes do mundo, especificamente e também nessa região do Trentino, o mesmo emerge como solução para uma crise do sistema econômico, e a segunda é que naquela região também, bem como em outras partes da Europa e do mundo, a Igreja Católica através de seus membros propõem e agem na fundação de cooperativas para possibilitar

³⁶ Sociedade Enológica Trentina, Sociedade Agrária de Rovereto, Consórcio Agrário Trentino, Jornal Agrário de Rovereto, Instituto Agrário de San Michele e Associação Vinícola e Vitícola do Trentino (GROSSELLI, 2008).

melhores condições econômicas e de sobrevivência de pequenas unidades econômicas de produção e atendimento das necessidades humanas.

No Brasil, à semelhança da Europa, foi constatada uma importante atuação da Igreja Católica num primeiro momento do movimento cooperativista na Região Sul e Nordeste do país. No período de 1878 a 1931, padres da Igreja Católica³⁷ e idealistas, com campanhas de divulgação, palestras e encontros, criaram um ambiente favorável ao cooperativismo nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e na Região Nordeste. Mas essa manifestação se fez mais fortemente no sul do país, naqueles ambientes de colonização de imigrantes italianos e alemães. Se notabilizaram na Região Sul do Brasil o padre jesuíta suíço Theodor Amstad³⁸ (1891-1938) e o padre italiano Ermembergo Pellizetti³⁹ (1876-1947) e no Nordeste Dom Antonio dos Santos Cabral⁴⁰ (1884-1967).

O padre Amstad e o padre Pellizetti ao aportarem para suas missões no sul do país trouxeram uma cultura de doutrinação cooperativista da Igreja Católica Europeia praticada em seus países de origem com formação filosófica e teológica nesse sentido. Foram historicamente importantes que, conforme mostra a tabela 01, no período de 1878 a 1931 no Brasil, 27,27% das cooperativas são de imigrantes estrangeiros e 11,36% fundadas sob orientação da Igreja Católica, ambas perfazendo 38% do total das cooperativas fundadas no país.

Embora se registre alguns tipos de cooperativas em funcionamento no Brasil no final do século XIX⁴¹, a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), ao realizar uma análise histórica assinala o ano de 1902 como marco temporal inicial para o cooperativismo

³⁷ Se notabilizaram na Região Sul, o padre jesuíta Theodor Amstad (1891-1938) e o padre Ermembergo Pellizetti (1876-1947) e no Nordeste Dom Antonio dos Santos Cabral (1881-1967). Uma nota interessante sobre o Padre Amstad: sua visão e pioneirismo foram tão fecundas que, antes mesmo do Poder Público Brasileiro editar a primeira legislação sobre Cooperativismo em 1907, ele elaborou no ano de 1903 as primeiras diretrizes para a constituição de cooperativas em nosso país (PINHO, 2004).

³⁸ Padre Theodor Amstad nasceu em Beckenried, Suíça no ano de 1851, e faleceu no Rio Grande Sul no ano de 1938.

³⁹ Padre Ermembergo Pellizetti nascido em Mântua, na Itália no ano de 1886, e faleceu no Brasil no ano de 1947.

⁴⁰ Dom Antonio dos Santos Cabral (1884-1967) foi o segundo Bispo de Natal (RN) e primeiro bispo e primeiro arcebispo de Belo Horizonte (MG).

⁴¹ Sociedade cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto (1889); Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica, criada em Limeira (SP) em 1891; Società Cooperativa delle Convenzioni Agricoli, dos municípios de Alfredo Chaves (hoje Veranópolis) em Antonio Prado no Estado de Santa Catarina, fundadas em 1892; Cooperativa Militar de Consumo (1894), Rio de Janeiro; Cooperativa de Consumo de Camaragibe (1895) em Pernambuco; Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista (1897) em Jundiá (SP) (PINHO, 2004).

brasileiro com a fundação no sul do país das cooperativas de crédito agrícola (OCB, (1973). E a importância dos imigrantes alemães e italianos e da Igreja Católica para o cooperativismo no Brasil é atestado pela OCB (1973, p. 31-32) quando afirma:

As primeiras cooperativas que surgiram no princípio do século [século XX] foram as de crédito rural, e o seu grande precursor, entre nós, o padre Theodoro Amstead, atravessava a fronteira Argentina, estabelecendo-se no Rio Grande do Sul, Estado de economia essencialmente agrícola e de intensa imigração estrangeira, sobretudo alemã e italiana, o que permitiu a fácil penetração dos tipos de cooperativas de crédito Raiffeissen e Luzzatti, já conhecidas dos imigrantes. [...]

Os grupos de imigrantes, trazendo uma vocação acentuada para o trabalho em comum, supriam suas necessidades através da criação de cooperativas agrícolas, tal como ocorreu, por exemplo, com a Cooperativa Agrícola de Cotia, Cooperativa Central Agrícola e outras, em São Paulo.

Na região sul foi onde prosperou com maior dinamismo as energias cooperativas no Brasil. E podemos concluir também que foram duas forças que geraram e foram propulsoras do cooperativismo para o Brasil a partir dessa região: os imigrantes italianos e alemães e a atuação da Igreja Católica. E Cenzi (2012, p. 46) sustenta que as cooperativas, como as conhecemos na atualidade, surgiram num primeiro momento no sul, caminhando em direção ao Nordeste do Brasil e mantendo-se também nos estados litorâneos. O autor deduz que "isto tenha ocorrido em face da imigração existente naqueles primórdios".

O que também merece ser citado na evolução do cooperativismo no Brasil, no período de 1878 a 1931, está relacionado à presença do poder público via legislação, que normatizou e/ou autorizou por meio de decretos a fundação e funcionamento de organismos associativos. O Decreto 5.084 de 11 de novembro de 1872 autorizou a Associação Popular Cooperativa Predial da cidade de Recife, a construir prédios em lugares salubres e a bons preços para seus cooperados. O Decreto 979 de 06 de janeiro de 1903, que facultou aos profissionais da agricultura e indústria rurais a organização de sindicatos para defesa de seus interesses, em seu art. 10 autoriza esses mesmos sindicatos a fundarem caixas de crédito agrícola e de cooperativas de produção e consumo (CENZI, 2012).

E ainda segundo Cenzi (2012), um marco notável na legislação brasileira para o sindicalismo profissional e o cooperativismo no Brasil foi a edição do Decreto 1.637 de 05 de janeiro de 1907 que, através de seu art. 10 e art. 11, insere, normatiza e caracteriza o funcionamento das sociedades cooperativas no país. No governo provisório do

Marechal Manoel Deodoro da Fonseca foi assinado o Decreto 505 de 19 de junho de 1890, que concedia a autorização para a Cooperativa Portuguesa e ao Banco Cooperativo autorização para reformarem os estatutos da Companhia Cooperativa de Cerveja.

O que se constata é que de 1872 até o ano de 1932, a legislação sobre o cooperativismo no Brasil evolui e amplia suas ações em setores específicos e inclusive especificamente em determinadas instituições cooperativas.

O marco legislativo mais importante para o cooperativismo no Brasil foi quando o poder público reconheceu a importância do mesmo como alternativa estrutural para o aperfeiçoamento do sistema econômico e social, generalizando, dessa forma, a legislação cooperativa para todos os setores da economia. E isso se realizou com o Decreto 22.239 de 19 de dezembro de 1932, considerado como a primeira lei que fundamentou e orientou as características principais das cooperativas que operariam no país, consagrando nelas o "embasamento doutrinário rochdaleano e garantiu, às cooperativas, margem razoável de liberdade de constituição e funcionamento" (PINHO, 2004, p. 27).

O Decreto n. 22.239 de 19 de dezembro de 1932 foi revogado dois anos depois pelo Decreto n. 24.647 de 19 de julho de 1934. Este último Decreto ampliou de forma concreta as possibilidades de expansão do cooperativismo no país, ao estabelecer as bases, normas e princípios para a cooperação-profissional e cooperação-social, e instituiu também o Patrimônio dos Consórcios dos Profissionais Cooperativo (BRASIL, 1934). Esse Decreto foi revogado pelo Decreto n. 60.597 de 19 de abril de 1967 do Regime Militar, que estabeleceu novas bases legais para a estruturação do cooperativismo no país.

É relevante lembrar que o Poder Público Federal, com expansão das cooperativas no Brasil a partir de 1932, reconheceu a importância das mesmas na organização social e econômica do país e passou, além dos meios legais, a atuar também com políticas públicas de incentivo ao cooperativismo. Um exemplo a ser destacado foi a edição do Decreto-Lei Nº 5.893 de 19 de outubro de 1943 para organização, funcionamento e fiscalização das cooperativas, que no art. 104 do capítulo I do título V consta a criação da Caixa de Crédito Cooperativo (CCC). Em 1951, o Governo Federal interessado em expandir e fortalecer o crédito cooperativo, em substituição, criou através da Lei Nº

1.412 de 13 de agosto de 1951 o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) em substituição ao CCC (BRASIL, 1951). Todavia, foi somente com o Decreto-Lei Nº 52.093 de 04 de Junho de 1963 que foi regulamentado o funcionamento e as operações do BNCC. O objetivo da Lei Nº 1.412 foi o de prover assistência e amparo financeiro às cooperativas. Para isso, o Poder Executivo através do Ministério da Agricultura estava autorizado a abrir crédito especial para compor o capital do BNCC e disponibilizar recursos financeiros às cooperativas legalmente instaladas (BRASIL, 1963).

E na literatura é destacado também que em várias unidades da federação brasileira foram criados mecanismos e organismos próprios para implantar e efetivar políticas públicas em apoio ao cooperativismo no período pós 1878. A partir de 1932, o Poder Público no Brasil, assim como em outros países da América Latina, tanto em âmbito federal como em determinados estados, passa a atuar no sentido de apoio e incentivo ao movimento cooperativo. Essa mudança de estratégia do poder público pode também explicar o crescimento vertiginoso do cooperativismo no Brasil, a partir de 1932.

A expansão e o desenvolvimento do cooperativismo no Brasil, a partir de 1932, podem ser comprovados pelo número de Centrais e Federações ou Cooperativas de Segundo Grau e as Confederações de Cooperativas ou Cooperativas de Terceiro Grau⁴² criadas no período de 1932 a 1970. As organizações de Centrais de Cooperativas ou Cooperativas de 2º Grau e de Confederações de Cooperativas ou Cooperativas de 3º Grau, além de informar o tamanho do cooperativismo num sistema econômico e social, são importantes para entender a estrutura de funcionamento do próprio cooperativismo moderno. Uma Central de Cooperativas é constituída por no mínimo três cooperativas singulares e uma Confederação de Cooperativas é constituída por no mínimo três Centrais de Cooperativas. O objetivo das centrais e das confederações de cooperativas é o de organizar em comum os serviços prestados das filiadas aos associados. Isso se torna possível com as centrais e as confederações porque é possibilitado às cooperativas

⁴² Cooperativa Singular ou de 1º Grau: constituída por um mínimo de 20 pessoas físicas; o objetivo é o de prestação direta de serviços aos associados; é permitida a admissão, em caráter de exceção, de pessoas jurídicas, com as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas.

Central e Federação de Cooperativas ou de 2º Grau: constituída por no mínimo, três cooperativas singulares; o objetivo é organizar em comum e em escala os serviços das filiadas, facilitando a utilização recíproca dos serviços e pode excepcionalmente admitir pessoas físicas.

Confederação de Cooperativas ou Cooperativas de 3º Grau: constituída de, no mínimo, três cooperativas centrais e ou de qualquer ramo; o objetivo é o de organizar, em comum e em maior escala, os serviços das filiadas (CENZI, 2012, p. 48).

singulares operação em maior escala, aumentando a competitividade das cooperativas nos serviços prestados aos cooperados no mercado (PINHO, 2004).

De acordo com o levantamento de Pinho (2004, p. 26-38), no período de 1932 a 1970 no Brasil, foram fundadas 37 centrais ou federações de cooperativas e cinco confederações de cooperativas. Dessas centrais e confederações de cooperativas, 13 foram fundadas no estado de São Paulo (30,95%), 12 na Região Nordeste (28,57%), oito na Região Sul (19,05%) e seis (14,29%) no estado do Rio de Janeiro. No estado de São Paulo é onde foi montada a maior estrutura de centrais e confederações de cooperativas, seguida da Região Nordeste e Sul do Brasil. Segundo a autora, a relação estrutural entre cooperativas, centrais e confederações de cooperativas se amplia, quando em 1956 é criada a União das Associações Cooperativas - Unasco no estado de São Paulo e a Aliança Brasileira de Cooperativas no estado do Rio de Janeiro. Esse movimento, na busca de uma estrutura harmônica e com objetivo de criar um movimento cooperativista único, levou a constituição da Organização das Cooperativas Brasileiras na década de 1970. A descrição da evolução das estruturas cooperativas e estatísticas mostram que na década de 1970 o cooperativismo já se encontrava estruturado e disseminado em praticamente todas as regiões de importância econômica no país.

O levantamento realizado por Pinho (2004, p. 26-38) nos permite também analisar a estrutura cooperativista no Brasil por setores no período de 1932 a 1970. O cooperativismo se concentrou majoritariamente no setor agrícola com 52,38% e no setor de crédito com 21,43% do total das centrais e confederações criadas. Com relação à concentração de cooperativas no setor agrícola, antes de situar o papel dessas no desenvolvimento agrícola é necessário frisar, que a exemplo dos EUA e dos países da América Latina, o sistema econômico vigente no Brasil na intermediação entre os setores de produção e oferta de insumos e comercialização de produtos agropecuários não era capaz de atender as necessidades dos agricultores. As cooperativas se mostravam como essas estruturas intermediárias capazes de atender três das principais necessidades do produtor rural: a montante, o abastecimento de novos recursos produtivos com maior abundância e a preços mais baixos e a jusante proporcionando a industrialização e comercialização de produtos originários da produção nos estabelecimentos agropecuários a preços mais justos.

Em vista disso, os agricultores isoladamente não conseguiam, pela escala de compra, adquirir insumos modernos a preços compatíveis com a estrutura produtiva nos seus estabelecimentos rurais e, no momento de venda, também pela quantidade relativamente pequena de produto em relação ao volume total de mercado, não conseguia preços compensadores. As cooperativas singulares, as federações e confederações de cooperativas poderiam operar tanto a montante, comprando grandes volumes de insumos a preços mais baixos e repassando aos cooperados os insumos a esses preços. A jusante, as cooperativas ao agregar a produção de seus cooperados em grandes quantidades conseguiam operar a industrialização em estruturas próprias e comercializar a produção conjunta em grandes escalas, negociando preços mais compensadores pelos produtos (PINHO, 2004).

Com relação ao cooperativismo de crédito, era para atender basicamente o setor de produção. Em determinados setores da economia, os empreendedores, principalmente produtores rurais, não tinham a quantidade de recursos financeiros suficientes para alavancagem dos negócios. Uma das possibilidades para os produtores no atendimento dessa necessidade era recorrer ao crédito. Mas o crédito era escasso e caro, devido à estrutura de oferta ser deficitária para atender a demanda do mesmo. Também nesse setor é visualizado o cooperativismo como solução. E o próprio setor público ao criar primeiro em 1943 a CCC e, posteriormente em 1951, o BNCC confirma a incapacidade do mercado em atender a necessidade de crédito, o que estimula via cooperativismo uma estrutura para prover os recursos financeiros em condições propícias aos cooperados demandantes dos mesmos.

A análise do cooperativismo no Brasil desde o seu surgimento até a década de 1970, notadamente na agricultura e no setor de crédito, nos leva aos escritos que afirmam que, em determinadas realidades e situações, o indivíduo isoladamente não sobrevive, e que através das forças de agregação e cooperação estruturas são criadas para que os indivíduos se fortaleçam nas suas individualidades e diminua uma realidade de exiguidades, que amplie as possibilidades pela liberdade de iniciativa com a produção de bens e serviços para atender as necessidades humanas.

Desse capítulo resulta uma conclusão de importância fundamental. Se refere a questões teóricas e doutrinárias que servem de suporte e orientação para estudos sobre a origem e consolidação dos movimentos cooperativistas, que foi o de identificar os fatores que

desencadeiam esses movimentos. Pela revisão bibliográfica desenvolvida no capítulo, pôde-se identificar um grupo de fatores que fazem emergir movimentos cooperativistas.

Foram identificados cinco fatores. Um primeiro fator, de acordo com os escritos de Rousseau (1981), Namorado (2007) e da Carta Encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII e a exemplo da Cooperativa Rochdale, é aquele baseado num princípio comum e que pode ser assim entendido: quando numa realidade social, econômica e cultural, os indivíduos não encontram soluções para atendimento de seus interesses particulares e/ou de suas exiguidades, emergem do homem as forças da cooperação/agregação, que criando entidades associativas e através delas leva a termo a satisfação dos seus desejos particulares e/ou coletivos.

O segundo fator está relacionado à composição étnica da população onde se desenvolve o cooperativismo. Os estudos demonstraram que para a América Latina, naquelas comunidades de predominância de descendentes de imigrantes europeus, italianos, alemães e franceses, os movimentos cooperativistas são em maior número e mais vigorosos. Esses povos seriam portadores de atributos que valorizam a solidariedade e a fraternidade, fatores que os tornavam mais ativos em movimentos associacionistas e cooperativos.

Pelas pesquisas, a religião aparece como um terceiro fator, mas de influência e apoio aos movimentos cooperativistas. E um quarto fator, seria o apoio do poder público federal e estadual ao cooperativismo. O quinto fator, que poderia levar a um movimento de cafeicultores capixabas, seria as crises periódicas do mercado de café que causavam oscilações nos preços do produto e na renda dos produtores de café. Esses fatores serão basilares para o estudo da origem e desenvolvimento do cooperativismo do setor de café no estado do Espírito Santo no período selecionado.

CAPÍTULO II

O CAFÉ: DO MUNDO PARA O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Um dos objetivos deste capítulo é o de descrever de forma sumária o surgimento da atividade cafeeira e sua expansão e consolidação no mundo. E o principal deles é o de analisar as diferenças da história e estruturação da cafeicultura do estado do Espírito Santo em relação aos outros estados cafeeiros do Brasil, de modo a identificar fatores que contribuíram para os movimentos cooperativistas de cafeicultores capixabas.

A história do café é narrada por historiadores, poetas e também é citada e comentada por navegantes e mercadores que transitavam pelos locais onde já se usava o mesmo como bebida. Narrativas foram criadas como suposições e muitas vezes na forma de lendas. Nesse sentido, Sérgio Túlio Caldas (2006, p. 17) comenta:

Muito além das lendas, que descompromissadas com a verdade têm na imaginação sua principal aliada para narrar fatos muitas vezes reais, a origem do café ainda se encontra perdida em labirinto de suposições. Para a ciência, permanecem inexistentes documentos que sejam capazes de determinar a verdadeira idade do café.

Reconhecendo as lacunas, procuramos inicialmente acompanhar a peregrinação do café pelo mundo, desde sua descoberta na Etiópia, sua chegada à Europa, sua introdução no Novo Mundo e sua entrada e fixação no Brasil. Nossa descrição pelo Brasil abordou sua introdução e expansão nos cinco principais estados produtores: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Paraná. Procuramos nos basear, além de um quadro evolutivo da produção exportável de café por estado no período que vai de 1820/21 a 1960/61, em pesquisas e obras de autores, principalmente historiadores que tratam da história do café nesse país.

Em seguida, apresentamos a descrição da estrutura produtiva dominante nos principais estados produtores de café do Brasil e as diferenças dessas estruturas de cultivo da rubiácea entre esses estados e o Espírito Santo. Procuramos reunir informações empíricas, assim como realizar uma revisão bibliográfica de autores que estudaram a história da economia capixaba, com foco na introdução, expansão e consolidação da atividade cafeeira capixaba. Analisamos os modelos da estrutura produtiva do café em

cada região do estado, privilegiando as regiões de colonização italiana e teuta que teve início na metade do século XIX. Interessa-nos aferir a influência dessas colonizações na expansão e conformação da cafeicultura capixaba no que tange ao tamanho, tecnologia e relações de trabalho nas lavouras em relação aos outros estados cafeeiros do Brasil.

Acreditamos que essa análise se reveste de importância em três níveis. Em primeiro lugar, para compreensão das diferenças dos impactos das crises periódicas do café sobre a economia e cafeicultura no Espírito Santo e os outros estados. Em segundo lugar, para se entender as diferenças de estratégias e táticas entre os estados para conviver e sobreviver às crises econômicas que atravessaram a atividade cafeeira no Brasil e no Espírito Santo. E, por fim, para interpretar a origem do cooperativismo na economia cafeeira capixaba.

Dessa forma, entendemos que a análise da história do café num período de tempo mais longo e também num espaço geográfico maior será atendida a proposta da análise micro-histórica desta tese, o de um entendimento aprofundado num determinado espaço de tempo de um fenômeno local, o do cooperativismo do setor de café.

Para atender aos objetivos deste segundo capítulo, o mesmo será dividido em dois tópicos. No primeiro tópico, principalmente por meio de uma revisão bibliográfica, será descrita a peregrinação do café, desde sua descoberta na Etiópia, sua expansão pelo mundo e sua introdução, expansão e estrutura de produção no Brasil até a década de 1960. Os principais autores nessa fase da pesquisa são principalmente de historiadores da história econômica do Brasil e pesquisadores de outras áreas de conhecimento, como economistas e engenheiros agrônomos que também escreveram sobre a história do café. Os principais autores pesquisados para a confecção desse tópico são: Affonso de Escragnolle Taunay (1945), Celso Furtado (1979), Caio Prado Junior (2012), Marcos Cintra C. Albuquerque e Robert Nicol (1987); Roberto Simonsen (1938), Constantino C. Fraga (1963), José Graziano do Silva (1998), José Braz Mattiello e Francismar Carvalho (S/D), Rui Christovam Wachowicz (1987) e Nadir Aparecida Cancian (1981). Compõe ainda esse tópico, tabelas estatísticas e quadros elaborados pelo autor de informações esparsas nas obras dos autores pesquisados e relacionados acima.

O segundo tópico do capítulo trata de uma análise da introdução do café, sua expansão e estrutura de produção no Espírito Santo até a década de 1960. Se privilegiará nessa análise uma discussão sobre as diferenças na expansão e estrutura de produção de café

no Brasil de um modo geral e no Espírito Santo. Além de alguns autores já relacionados sobre a história do café no Brasil, a análise desse tópico se baseará nos principais autores sobre a história do estado do Espírito Santo e da história da cafeicultura capixaba, em documentos produzidos por jornalistas e órgãos públicos federais e estaduais. Os principais autores pesquisados para a análise desse tópico são: Patrícia Maria da Silva Merlo (2012), Elaine Flauzina Carvalho (2008), Vilma Paraíso Ferreira Almada (1981), José Lázaro Celin (1984), José Antonio Buffon (1992) e Haroldo Correa da Rocha e Maria da Penha Cossetti (1983). A base documental foi importante para a pesquisa pelas informações e estatísticas contidas nos seguintes documentos: Estatísticas Históricas do Brasil do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (1990), Matéria jornalística de Mário Mazzei Guimarães (1954), Instituto Brasileiro do Café (1963), INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ (1968), Relatório do Governador Carlos Lindenberg em ESPÍRITO SANTO (1961), Diagnóstico para o Planejamento Econômico do Espírito Santo em ESPÍRITO SANTO (1966) e Projeto PAGES 01 - renovação da cafeicultura capixaba em ESPÍRITO SANTO (1968). A maioria das tabelas e quadros deste trabalho foram elaborados pelo autor cujos dados e informações foram obtidas em: Arquivo Público do Espírito Santo, Censo Agrícola de 1960: Estado do Espírito Santo do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (1963) e Serviço Nacional de Recenseamento do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (1963). Algumas tabelas também foram elaboradas pelo autor a partir de informações e dados esparsos contidos em obras dos autores citados no tópico.

2.1 O café: sua origem, expansão pelo mundo, introdução e consolidação no Brasil

É unanimidade na literatura acadêmica que o café é originário da Abissínia, hoje Etiópia e a data de seu conhecimento como bebida é incerto. Conforme os pesquisadores da área agrônoma sobre café no estado do Espírito Santo, José Braz Matiello e Francimar Carvalho (s.d.), o uso do café como bebida teve origem em Kaffa, uma província do sudoeste da Etiópia. Ainda segundo os autores, da Abissínia "O conhecimento dos efeitos da bebida disseminou-se e no século XVI o café era utilizado no Oriente, sendo torrado pela primeira vez na Pérsia" (MATIELLO & CARVALHO, s.d., p. 4).

O historiador Afonso d'Escragnolle Taunay (1945) também confirma a origem etíope da rubiácea e destaca que primeiramente se estendeu pela Arábia, chegando à Europa por volta de 1570, quando no final daquele século já havia registros do consumo desse produto em Veneza. O autor ressalta ainda que o país europeu que mais contribuiu para a expansão do café naquele continente foi a Itália, com seus cafés venezianos, genoveses e romanos e também com as primeiras publicações ocidentais sobre o produto⁴³. Da Europa o café se difundiu para o mundo.

Matiello & Carvalho (s.d.) afirmam que foi com a introdução do café em Jawa⁴⁴, na época uma Colônia das Índias Holandesas, que o mesmo chegou à Holanda, e que foi graças ao poderio e dinamismo do comércio holandês que esse produto chegou também ao Novo Mundo. De acordo com Taunay (1945), o primeiro plantio no continente americano foi registrado na Martinica, e depois foi introduzido em outras ilhas do Caribe. Sua entrada na América do Sul foi pelo Suriname por volta de 1715, chegando à Guiana Francesa por volta de 1721. E o autor ainda registra que naquele século o consumo de café declinava na Inglaterra, mas aumentava nos Estados Unidos. E tomou tal vulto nesse país que, no ano de 1732, já operava em Nova York uma Bolsa de Mercadoria de Café. O fato da existência de uma Bolsa de Mercadoria para o café no século XVIII nos Estados Unidos da América atestava a importância econômica desse produto no mundo já naquela época.

Uma primeira referência sobre as possibilidades de sucesso de café no Brasil data do século XVII, quando o diplomata português Duarte Ribeiro de Macedo aconselhou os reis que plantassem café no Brasil, argumentando que se a “grande colônia fornecesse este gênero exótico” arruinaria o comércio holandês do Extremo Oriente (TAUNAY, 1945). Essa estratégia proposta pelo diplomata português também comprova a importância que o café assumia na economia mundial já naquele século.

Todavia, o café só seria introduzido no Brasil a partir de 1727 pela província do Pará. Segundo Taunay (1945), o governador do Pará João Maia da Gama, no ano de 1727, enviou o Oficial de linha de frente do Exército, Francisco de Mello Palheta, em missão oficial à Guiana Francesa para solucionar questões de fronteira e solicitou a ele que

⁴³Segundo Caldas (2006), a primeira publicação sobre o café data de 1671, escrita pelo monge italiano Fausto Naironi Banésio, intitulado *Discurso Sobre A Salubérrima Bebida Chamada Cahue ou Café*.

⁴⁴Segundo Edmundo Navarro de Andrade (1913), o café foi introduzido em Jawa pelos holandeses no ano de 1696.

trouxesse grãos de café daquela Guiana. O Oficial, atendendo à solicitação do governador, retornou ao estado com mil sementes e cinco mudas, iniciando então os primeiros cultivos naquele estado.

Roberto Simonsen (1938), ao estudar a história do café no Brasil, sugere que o mesmo poderia ter sido introduzido no Pará vindo das Antilhas. Mas os autores citados concordam com relação à data de entrada do café no Brasil, isto é, no ano de 1727 e pela província do Pará. E segundo Taunay (1945), já em 1731 chegou a Lisboa pequenas partidas de café produzidas no Pará e Maranhão.

Do Pará, por volta de 1747, o café foi introduzido no nordeste brasileiro com algum sucesso principalmente em encostas das serras do Ceará e na sua peregrinação em direção ao sul chegou ao solo baiano. Em 1782, já existiam 400.000 cafeeiros na região de Ilhéus na Bahia, chegando essa província, no ano de 1798, a exportar 254 sacas de café. A partir de 1760, essa rubiácea chegou à província do Rio de Janeiro, num primeiro momento com cultivos nas encostas da serra da Tijuca, Corcovado, Jacarepaguá e Andaraí. Em seguida, se expandiu para outros municípios próximos à capital da província (TAUNAY, 1945).

Num terceiro momento, as lavouras da rubiácea como atividade econômica avançaram pelo Vale do Paraíba Fluminense, conforme exposto por Matiello & Carvalho (s.d., p. 6):

Do Rio de Janeiro o café expandiu-se pelos contrafortes da Serra do Mar, atingindo em 1825 o Vale do Paraíba, tendo alcançado daí os Estados de São Paulo e Minas Gerais. O Café estendeu-se, derrubando a mata, abrindo estradas, fixando povoações e criando riquezas, com a exploração do solo virgem, rico em nutrientes, e da mão-de-obra escrava a baixo custo.

Foi com a chegada e expansão dos cultivos pelo Vale do Paraíba da Província do Rio de Janeiro que esse produto ganhou destaque na economia nacional, como produto de exportação e se tornando a principal atividade econômica da colônia. Marcos Cintra Cavalcanti Albuquerque e Roberto Nicol (1987) também constataram que do Vale do Paraíba do Rio de Janeiro, as lavouras de café se expandiram para as províncias de São Paulo e Minas Gerais, atingindo por último as terras do Espírito Santo.

Fatores de ordem ambiental, política e econômica explicam o sucesso e expansão dos cultivos de café no Vale do Paraíba fluminense. Albuquerque e Nicol (1987), com

relação à questão ambiental, afirmam que foi nos vales e encostas do Vale do Paraíba fluminense que inicialmente o café encontrou condições de solo e de clima favoráveis à sua propagação. Com relação aos fatores de ordem política, os autores citam a transferência da Corte para o Brasil, pois quando a Família Real finalmente se instalou no Rio de Janeiro houve o incentivo do plantio de cafeeiros na Província.

Na visão de Celso Furtado (1979) sobre a expansão da cafeicultura na região do Vale do Paraíba Fluminense, fatores de ordem econômica foram preponderantes para a substituição por café em relação a outras atividades econômicas que por séculos dominaram o cenário econômico da Colônia Portuguesa da América Latina. Em primeiro lugar, o autor assegura que o colapso da mineração em Minas Gerais transferiu mão de obra escrava para a cafeicultura, o que possibilitou a expansão da mesma. O autor continuando sua análise atesta ainda que, nas primeiras décadas do século XIX, outros produtos fundamentais na economia do Brasil Colônia, como a cana-de-açúcar e algodão, tiveram redução importante na pauta de exportação devido à concorrência de outros países nos mercados internacionais, ocasionando crise na economia brasileira na época.

Furtado (1979) conclui também que produtos como o fumo, o couro, o arroz e o cacau eram produtos sem grandes possibilidades de expansão, devido a restrições de mercado. E na metade do século XIX, o café que já no primeiro decênio daquele século era responsável por 18% das exportações predominava na economia brasileira. Dá-se então início ao predomínio do café na economia brasileira.

A província do Rio de Janeiro, de acordo com dados da tabela 2, dominou as exportações brasileiras de café, do início de sua expansão pelo Vale do Paraíba até por volta de 1886 com 70% das exportações. E conforme a tabela 3, já a partir da metade da década de 1880, as taxas de crescimento anuais das exportações cafeeiras da província do Rio de Janeiro caem sistematicamente quando, na safra 1900-1901, foi superado por São Paulo nas exportações de café do Brasil.

As estatísticas da tabela 3 confirmam essa análise, quando no período de 1880 a 1910 as taxas anuais de crescimento da produção exportável de café por São Paulo são positivamente altas, chegando na década de 1890 a 11,41% ao ano e conforme dados da tabela 2, ainda na safra de 1900/01, São Paulo já produzia 65,18% das exportações nacionais, só superado a partir da safra de 1960/61 pelo estado do Paraná. Esse

crescimento e consolidação de São Paulo como produtor majoritário de café no Brasil estão ligados ao avanço das lavouras cafeeiras na região oeste daquele estado.

Tabela 2. Produção exportável de café pelos principais estados do Brasil no período de 1880 a 1960 por 1.000 sacas (sc) de 60 kg.

Período (safra)	Brasil	Estados									
		São Paulo		Rio de Janeiro		Minas Gerais		Espírito Santo		Paraná	
		Sc	%	Sc	%	Sc	%	Sc	%	Sc	%
1880-81	5.527	1.355	24,52	4.157	75,21	-	-	-	-	-	-
1889-91	5.527	2.725	49,30	2.779	50,28	-	-	-	-	-	-
1900-01	12.320	8.030	65,18	1.733	14,07	3.031	24,60	361	2,93	-	-
1909-11	13.610	10.275	75,50	800	5,88	1.963	14,42	375	2,76	-	-
1919-21	12.409	7.040	56,73	880	7,09	3.117	25,12	982	7,91	-	-
1929-31	24.057	15.437	64,17	1.173	4,88	4.411	18,34	1.649	6,85	450	1,87
1939-41	17.039	10.543	61,88	587	3,45	2.966	17,41	1.520	8,92	952	5,59
1949-51	16.009	7.215	45,07	342	2,14	3.101	19,37	1.931	12,06	2.982	18,63
1960-61	36.062	11.410	31,64	291	0,81	3.831	10,62	2.197	6,09	17.374	48,18

Fonte: FRAGA (1963, p. 15-16).

Elaborada pelo autor.

O desenvolvimento do café em São Paulo se deu em duas etapas. Na primeira, no período de 1790 até meados do século XIX, houve a expansão de suas lavouras do Vale do Paraíba fluminense até o Vale do Paraíba e Litoral Norte Paulista. Já a segunda etapa corresponde ao período de 1850-1860, quando as lavouras atingem a região do oeste paulista. Na consolidação dessa região como produtora cafeeira de São Paulo, a produção do café aumentou em mais de seis vezes no período de 1850-60 a 1891-92, firmando São Paulo como estado hegemônico da cafeicultura brasileira (ALBUQUERQUE & NICOLS, 1987).

Nas considerações de Albuquerque & Nicols (1987), duas são as razões para a expansão e sucesso do café no oeste paulista. A primeira está ligada às condições edafo-climáticas favoráveis ao seu cultivo, principalmente a fertilidade de suas terras roxas, e a segunda à expansão de ferrovias nas áreas produtoras, ligando-as ao Porto de Santos, e também pela expansão dessa infraestrutura em áreas potencialmente viáveis para o cultivo do café, o que possibilitou a aceleração de formação de novas lavouras.

Com relação ainda a São Paulo, sua pujante atividade cafeeira se altera de forma definitiva, quando, conforme tabela 3, a partir da década de 1910, com exceção da

década de 1920, as taxas anuais de crescimento das exportações de café por São Paulo são negativas, e na safra de 1960-61 essa unidade da federação foi superada pelo estado do Paraná na exportação do produto.

Com relação à Província de Minas Gerais, apesar de registros de cultivos de café no triângulo mineiro nas últimas décadas de século XVIII, foi pela Zona da Mata, pela proximidade com o Vale do Paraíba fluminense, que as lavouras do mesmo se expandiram naquela província, com acelerada derrubada de matas. No início, o desenvolvimento da lavoura enfrentou dificuldades pela falta de estradas e braços para o trabalho, mas, apesar dessas limitações, a mesma sistematicamente se expandiu de forma consistente (TAUNAY,1945).

Tabela 3. Taxas anuais de crescimento (porcentagem) da produção exportável de café dos principais estados produtores do Brasil no período de 1820-21 a 1960-61.

Período	Brasil	Estados				
		São Paulo	Rio de Janeiro	Minas Gerais	Espírito Santo	Paraná
1880-81/1890-91	0	7,24	-3,95	-	-	-
1890-91/1900-01	8,34	11,41	-4,61	-	-	-
1900-01/1910-11	1	2,5	-7,44	-4,25	0,35	-
1910-11/1920-21	-0,09	-3,71	0,96	7,73	10,1	-
1920-21/1930-31	6,84	8,17	2,91	3,53	5,32	-
1930-31/1940-41	-3,39	-3,74	-6,69	-3,89	-0,81	7,78
1940-41/1950-51	-0,62	-3,72	-5,26	0,44	2,42	12,09
1950-51/1960-61	8,46	4,7	-1,6	2,13	1,3	19,27

Fonte: Fraga (1963, p. 15-16).

Elaborada pelo autor.

As informações da tabela 3 nos revelam que, com exceção, das décadas de 1900 e 1930, as taxas anuais de crescimento da produção exportável de Minas Gerais são, mesmo que inconstante, sempre positivas, o que de certa forma confirma as análises de Taunay (1945) para a cafeicultura daquele estado.

E pela tabela 2, no triênio 1900/01, a província mineira já aparece em segundo lugar como estado exportador, com uma produção exportável de 3.031.000 de sacas de 60 kg, o que corresponde a 24,60% das exportações brasileiras, só superado por São Paulo, posição que se mantém até o triênio 1949/1951, quando perde em nível de Brasil o segundo lugar na produção exportável para o estado do Paraná.

O Paraná, portanto, é outro estado de importância histórica para o café no Brasil. De acordo com Ruy Christovam Wachowicz (1987), o café chegou ao Paraná como uma expansão dos cafezais de São Paulo, quando os produtores desse estado, em virtude da escassez e esgotamento de suas terras, procuraram o estado vizinho para a implantação de novas lavouras, cujas condições edafo-climáticas, com terras roxas e clima propícios para o café, principalmente as do norte do estado, já eram conhecidas dos produtores paulistas.

Nadir Aparecida Cancian (1981) acrescenta que, além das condições edafo-climáticas, a política econômica do estado do Paraná, com facilitação de aquisição de terras e possibilidade de escoamento da produção por meio de ferrovias que ligavam essa região paranaense ao Porto de Santos, também contribuiu para implantação e expansão dos cultivos de café no estado. A autora ainda ressalta que o que freou o avanço das plantações nesse início das atividades de café no Paraná foi a crise econômica mundial provocada pela queda da Bolsa de Nova York em 1929.

Três fases podem ser identificadas na cafeicultura do Paraná. A primeira fase, denominada de Norte Velho, se inicia no século XIX e finda com a crise econômica mundial de 1929. A segunda, do Norte Novo, se inicia em 1930 e vai até o final da 2ª Guerra Mundial. A terceira fase tem início na década de 1940 e se encerra com a expansão cafeeira na década de 1960 (CANCIAN, 1981).

As estatísticas da tabela 3 confirmam as análises de Cancian (1981), na qual podemos constatar que as taxas anuais de crescimento da produção exportável foram relativamente altas, chegando a 12,09% e 19,27% nas décadas de 1940 e 1950, respectivamente, as mais altas na história do café no Brasil. E conforme dados da tabela 2, o café do Paraná passa a ter destaque nacional somente a partir do triênio 1939/1941, quando produz 5,59% da exportação brasileira e chega ao auge na safra de 1960/61 produzindo 48,18% do café exportável do Brasil, tornando-se então o maior Estado brasileiro exportador de café. A partir de então, a atividade cafeeira diminui seu ritmo, quando no final do século XX, pouca importância o Paraná tinha na economia cafeeira do Brasil.

Pelos dados da tabela 02, o estado do Espírito Santo aparece nas estatísticas de exportação de café a partir da safra 1900-1901, com 2,93% das exportações. Mas sua

importância aumenta quando, na safra 1919-1921, atinge um percentual acima de 7% e na safra 1949-1951 contribui com 12,06% das exportações brasileiras de café. A tabela 03 confirma a evolução da participação do Espírito Santo nas exportações brasileiras de café, que cresce sistematicamente a partir do período de 1900-1960 a uma taxa de 2,6% ao ano, a exceção da década de 1930, quando houve uma queda de 0,80% no ritmo de exportação.

Por esse viés, observa-se que o café foi o produto mais importante da história econômica brasileira. Essa realidade foi expressa por Caio Prado Junior (2012, p. 167) da seguinte forma:

A lavoura do café marca na evolução econômica do Brasil um período bem caracterizado. Durante três quartos de século concentra-se nela quase toda a riqueza do país; e mesmo em termos absolutos ela é notável: o Brasil é o grande produtor mundial, com um quase monopólio, de um gênero que tomará o primeiro lugar entre os produtos primários no comércio internacional. ... tanto dentro do país como no conceito internacional o Brasil era efetivamente, e só, o café. Vivendo exclusivamente da exportação, somente o café contava seriamente na economia brasileira. Para aquela exportação, o precioso grão chegou a contribuir com mais de 70% do valor.

As estatísticas da tabela 4, sobre a participação do café na pauta de exportação brasileira, confirmam a análise de Prado Junior. Já a partir da década de 1860-1869, o café contribuía com 45,87% na pauta das exportações brasileiras. Essa participação aumenta no decorrer das décadas, quando na de 1920-1929 a participação atingiu seu auge, com 67,25% do total, dominando quase que integralmente as exportações do Brasil. E na década de 1946-1964, com 56,21% na participação do valor exportado, o café é ainda o principal produto de exportação do país.

Assim, ao final do penúltimo quartel do século XIX, o café permitiu ao Brasil autofinanciar sua pujante expansão e reintegrar-se no comércio internacional e formar uma nova aristocracia baseada na economia cafeeira. Na sua evolução, modificou-se o modelo de exploração da rubiácea, e mais, esse modelo se diferencia entre os estados produtores e os estados se alternam em importância na sua produção.

Outras três questões são dignas de análise com relação à cafeicultura brasileira: a forma de expansão com relação ao uso dos recursos, as inovações tecnológicas com relação aos cultivos e o modelo de exploração. A primeira é que nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo o avanço do cultivo do café foi pelo uso de terras virgens

que se deu pela derrubada de matas, enquanto que em São Paulo, principalmente no Oeste Paulista, a expansão dos plantios de café se deu pela substituição das áreas ocupadas pela cana-de-açúcar e também transferência da mão de obra escrava, desta para aquela.

Tabela 4. Participação do café no total exportado pelo Brasil, em porcentagem, no período de 1860-1964.

Década	%
1860-1869	45,87
1870-1879	56,32
1880-1889	60,49
1890-1899	65,38
1900-1909	53,16
1910-1919	52,06
1920-1929	67,25
1930-1939	56,25
1940-1945	31,91
1946-1964	56,21

Fonte: IBGE - Estatísticas Históricas do Brasil, 1990.

A segunda questão, aquela ligada às tecnologias de cultivo é que, de acordo com a análise dos autores que tratam do tema, o aumento da produção de café e outras culturas, até fim da década de 1930, foi somente pela expansão das áreas cultivadas, com pouca inovação técnica. Albuquerque e Nicol (1987, p. 171) analisando as questões relacionadas ao uso de inovações na agropecuária brasileira referentes às três principais atividades agrícolas, o algodão, o açúcar e o café, período de 1820 a 1920 sintetizam assim suas conclusões a esse respeito:

Na análise da evolução dessas culturas observamos sempre a presença de um mesmo fenômeno: a ausência quase total de inovações técnicas na etapa puramente agrícola. Verificamos que nas etapas industriais algumas inovações chegaram a ser introduzidas, mas não nas fases agrícolas, a não ser talvez em escala modesta nas primeiras décadas deste século. Basicamente, durante todo o período analisado (1820-1920), as técnicas empregadas em seu início (1820) eram ainda empregadas em seu término (1920). Isto aconteceu nas três culturas de maior importância econômica para o País e para as quais seríamos levados a esperar uma maior propensão à introdução de inovações.

Já a terceira questão trata do modelo de produção, das mudanças desse modelo no decorrer do tempo e da diferença dele entre os estados produtores de café, no entanto

esse item em particular, devido as suas peculiaridades, necessita de uma atenção mais apurada.

O modelo de implantação e expansão da produção de café no Brasil foi o de *plantation*: grande propriedade, escravidão e monocultura. Esse modelo da atividade cafeeira no país pode ser assim caracterizado:

Em matéria de organização, a lavoura cafeeira seguiu os moldes tradicionais e clássicos da agricultura do país: a exploração em larga escala, tipo "plantação" (a *plantation* dos economistas ingleses), fundada na grande propriedade monocultural trabalhada por escravos negros, ... (PRADO JUNIOR, 2012, p. 165-166).

Sendo assim, contribuiu para reforçar o modelo de "*plantation*" no café as mesmas circunstâncias para as demais culturas brasileiras, reforçadas agora considerando que o cafeeiro, sendo uma planta permanente e de produção retardada, exige maior inversão em capitais, só possível em maiores economias de escala, fortalecendo assim ainda mais o regime da grande propriedade, estrutura predominante naquela época no Brasil (PRADO JUNIOR, 2012).

Esse modelo foi o adotado até o fim da escravatura tanto no Rio de Janeiro, como em São Paulo, Minas Gerais e em uma área relativamente restrita no estado do Espírito Santo, especificamente nas suas fronteiras com os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Essa estrutura da cafeicultura nacional sofre alterações importantes na segunda metade do século XIX, com o fim da escravidão e a substituição da mão de obra escrava pelo trabalho livre de imigrantes europeus, assinalando e determinando diferenças regionais no modelo de produção cafeeira.

De acordo com Prado Junior (2012), no início da imigração subvencionada⁴⁵, em São Paulo, esses imigrantes europeus, foram fixados nas fazendas de café como simples assalariados. Essa condição de assalariados não dura muito no tempo, e outras relações sociais de produção se originam com as imigrações.

Francisco Graziano da Silva (1998), ao estudar as mudanças nas relações sociais de produção na atividade cafeeira com a imigração de europeus, com a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre de imigrantes italianos em São Paulo, embora ainda

⁴⁵ Segundo Prado Junior (S/D), o recrutamento e fixação dos imigrantes europeus no período em foco passou a ser denominado de "imigração subvencionada" reservando-se o nome de "colonização" ao primitivo sistema de localização dos imigrantes em pequenas propriedades agrupados em núcleos.

em grandes propriedades e plantios, assinala que se desenvolveu aí um sistema de relações de trabalho baseado no colonato. Em algumas regiões de Minas Gerais e no estado do Espírito Santo de forma geral, se implantou uma estrutura fundiária baseada na pequena e média propriedade, se desenvolvendo assim outras formas de relações sociais de produção, como as parcerias e a meação, mas tendo como principal base de trabalho a mão de obra familiar nas atividades produtivas nas propriedades cafeeiras.

Já Antonio César Ortega e Clesio Marcelino de Jesus (2012) afirmam que os imigrantes, mais especificamente os italianos, deram origem em São Paulo a novas relações de trabalho na lavoura cafeeira, com duas formas de contrato: o de colonato e/ou de pagamento por trabalhadores assalariados. E que partir de então, a expansão da atividade cafeeira para outras regiões do Brasil, como Paraná, e certas regiões de Minas Gerais, planalto baiano e serrado brasileiro, se realizou com novas tecnologias e também com novas formas de relação de trabalho, por exemplo, com trabalhadores assalariados em várias etapas do manejo das lavouras, mas na colheita, o pagamento era por quantidade colhida.

Veremos que na província do Espírito Santo, a atividade cafeeira em seu início e em uma região fronteira com Rio de Janeiro e Minas Gerais seguiu o modelo "*plantation*". E que a expansão e fixação dessa atividade na maior parte de seu território se basearam em uma estrutura de produção diferente daquela da história do café em outras unidades do território Brasileiro.

Com relação ao que representou o café na economia do Brasil, as análises de Furtado (1979) e Prado Junior (2012) resumem bem a importância dessa atividade econômica na história do Brasil, quando afirmam que a mesma foi historicamente a mais importante da economia brasileira. Com isso, passou a fazer parte do que convencionou-se chamar de ciclos econômicos do Brasil. O ciclo econômico histórico dessa rubiácea teve início por volta de 1850, se encerrando por volta de 1930. E até a década de 1946-1954, com 56,21% do valor das exportações, dominou a economia brasileira.

Por fim, vale ressaltar que na atualidade a geografia econômica do café no Brasil se encontra alterada na sua composição, tendo Minas Gerais e Espírito Santo como estados produtores majoritários. De acordo com as estatísticas da tabela 5, no ano de 2015, Minas Gerais com 63,81% é o principal estado exportador de café do Brasil e Espírito

Santo vem em segundo com 15,37%, que em conjunto perfazem 78,37% 79,18% das exportações brasileiras.

Tabela 5. Produção exportável de café pelos principais estados produtores do Brasil no período de 1990 a 2015 por 1000 sacas (sc) de 60 kg.

Período	Estados								
	Brasil	Minas Gerais		Espírito Santo		São Paulo		Paraná	
	Sc	Sc	%	Sc	%	Sc	%	Sc	%
1990	14.246,34	2.749,00	19,30	2.776,62	19,49	7347,320	51,57	1.184,40	8,31
2000	966,033	595,823	61,68	145,694	15,08	140,000	14,49	23,947	2,48
2010	1.792,87	1.377,58	76,84	180,334	10,06	160,855	8,97	29,176	1,63
2015	2.115,64	1.350,00	63,81	325,069	15,37	170,136	8,04	39,62	1,87

Fonte: <<http://alicesweb.mdic.gov.br/>>. Acesso em 23 jul. 2017.

É importante registrar ainda que os avanços das pesquisas nacionais em tecnologias cafeeiras aplicadas nas áreas de processos produtivos na terra, a partir da década de 1980, têm possibilitado a expansão da produção de café arábica nas regiões do serrado brasileiro e planalto baiano, o que no futuro poderá mudar a geografia econômica, em relação à atual, referente ao cultivo da rubiácea no Brasil (ORTEGA E JESUS, 2012).

2.2 Cafeicultura no estado do Espírito Santo: do início da atividade à década de 1960

O café foi introduzido na Província do Espírito Santo no início do século XIX. Segundo a historiadora Patrícia Merlo (2012), foi no início do século XIX que chegaram, oriundas do Rio de Janeiro, as primeiras sementes de café na Província. Mas que somente a partir da segunda metade do século XIX os cultivos de café tomariam importância econômica na composição dos produtos produzidos na Província. A autora afirma ainda que

Coube ao Governador do Espírito Santo Francisco Alberto Rubim (1812-1819) a primazia de impulsionar o novo cultivo no Estado, inicialmente pela recomendação aos moradores de Vitória para substituírem as plantações de mamonas existentes em seus quintais por mudas de café. A aposta no novo produto deveu-se à alta do preço na praça mercantil do Rio de Janeiro (MERLO, 2012, p. 13).

De acordo com Enaile Flauzina Carvalho (2008), nas memórias do presidente da Província do Espírito Santo, Accioli Vasconcelos (1824 – 1829), o café aparece, já em 1821, como produto de exportação da Província, o que indica que em torno de 1816 já tinham iniciado os plantios do mesmo em solo capixaba. Mas é somente a partir de 1840 que seu cultivo ganha expressão econômica de maior relevância.

Taunay (1945), baseado em relatórios de governadores e outras autoridades provinciais, apresenta um quadro evolutivo da produção nos primórdios da atividade cafeeira na Província do Espírito Santo, especificamente no período de 1839 a 1860, que se encontra condensado na tabela 6⁴⁶. Nessa tabela, realmente podemos observar dois grandes saltos na produção de café no Estado. De 1842 para 1847, a produção aumentou em 7,72% ao ano, passando de 368 arrobas para 28.848 arrobas. E de 1850 para 1851, a produção de café passou de 14.346 para 83.641 arrobas, um aumento de 483%. Esses aumentos considerados na produção, a partir de 1847, evidenciam que os grandes plantios na Província do Espírito Santo iniciaram por volta de 1840⁴⁷.

Tabela 6. Produção de café no período de 1839 a 1860 na Província do Espírito Santo.

Período	Produção (arrobas)
1839	448
1842	368
1847	28.848
1849	22.985
1850	14.346
1851	83.641
1853	86.729
1854	117.179
1855	117.178
1859	136.102
1860	202.117

Fonte: Taunay, 1945. Elaboração do autor.

Esses saltos impressionantes da cafeicultura capixaba a partir de 1851 foram observados, segundo Taunay (1933), por Leão Veloso, Presidente da Província na

⁴⁶Taunay informa que há divergências em relatórios com relação a essas estatísticas. Optamos por aquelas que apresentam maior consistência nas informações.

⁴⁷Nessa época, a árvore de café iniciava a produção comercial de frutos após a idade de sete anos.

época, quando em uma de suas mensagens comenta que os grandes lucros da cafeicultura produziram nela “uma verdadeira febre de plantar café”, e que isso trazia benefício à província, já que a lavoura canavieira dominante até então na economia capixaba era muito mais pesada que a lavoura do café no que se refere a braços para seu cultivo, principalmente após a cessação do tráfico negroiro.

O café tomou importância na Província do Espírito Santo quando seu cultivo se desenvolveu na região de Itapemirim, nas fronteiras das províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro, como expansão das lavouras de fazendeiros fluminenses e mineiros. E nessa região sul da Província do Espírito Santo, o modelo de exploração da cafeicultura foi o mesmo das províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro da época, ou seja, o de *plantation*.

E por esse avanço da cafeicultura no sul da Província, Simonsen (1938) afirma que na década de 1870-1880, a Província do Espírito Santo já aparecia como o quarto colocado na exportação de café com 5% da produção brasileira, atrás do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, com participações de 60%, 25% e 10%, respectivamente, da produção brasileira.

Contudo a estrutura e avanço da cafeicultura na província do Espírito Santo se diferenciaram em relação a de outras províncias do Império, devido a um fenômeno que especificamente se verificou, além do Espírito Santo, em certas regiões das províncias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Trata-se da imigração europeia que teve início na quarta década do século XIX. Essa imigração foi determinante para a introdução e expansão com outro modelo de exploração da atividade cafeeira em várias regiões da Província do Espírito Santo.

Para compreensão da história do café no estado do Espírito Santo é importante conhecer as formas de assentamentos desses imigrantes e suas origens, porque ajuda a explicar, além da expansão e estrutura da produção cafeeira, também as propostas de políticas públicas na fase aguda da crise do café no final da década de 1950 e início da seguinte, que culminou com o Programa de Erradicação do Café do governo federal e com consequências dramáticas para a economia capixaba.

Com relação à origem desses imigrantes, a tabela 7 é elucidativa. Nela pode-se observar que no século XIX, aportaram no Espírito Santo 47.026 imigrantes estrangeiros de

várias nacionalidades. Com 35.033, ou seja, 74,50%, os imigrantes italianos são majoritários, vindo em seguida os teutos com 4.013 imigrantes, perfazendo um total de 8,53%, que somados totalizam 83,03% dos imigrantes chegados em terras capixabas naquele século. O mesmo fenômeno se repete no século seguinte, com a chegada em território capixaba de 1.633 italianos e 853 teutos.

Tabela 7. Imigração no estado do Espírito Santo de acordo com a nacionalidade nos séculos XIX e XX.

País	Século XIX	Século XX	Total
Itália	35.033	1.633	36.666
Alemanha	4.013	853	4.868
Espanha	2.942	527	3.469
Portugal	2080	1.347	3.427
Polônia	699	898	1.595
Líbano	1	568	569
Áustria	295	131	426
Estados Unidos	167	219	386
San Marino	260	3	363
Holanda	329	13	342
Outros	1.107	937	2.044
TOTAL	47.026	7.129	54.155

Fonte: APES. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br/imigrantes/html/estatisticas.html>>.

No séculos XIX e XX, os imigrantes italianos⁴⁸ com 67,77% e alemães com 8,89%, correspondiam a 76,71% dos estrangeiros que chegaram ao estado do Espírito Santo. É essa imigração que deu início e caracterizou a segunda e a terceira fase de expansão da

⁴⁸ Segundo Caio Prado Junior (S/D, p. 188), além do Espírito Santo foi majoritária também a imigração italiana nos estados do sul. O autor afirma que essa proporção maior de italianos nas imigrações para o Brasil se explica especificamente por três fatores: 1º) Forte estímulo para emigrar por parte da população italiana, devido a perturbações políticas e sociais que atravessava a Itália no período; 2º) Afinidade maior ao clima referentes a muitas regiões do Brasil e 3º) Ser o italiano um trabalhador mais rústico e menos exigente e aceitar de boa vontade as duras tarefas nas lavouras brasileiras.

cafeicultura no estado, possibilitando também uma nova dinâmica na evolução e nas condições socioeconômicas da sociedade capixaba.

Segundo Vilma Paraíso Ferreira de Almada (1981), duas fases caracterizam a implantação e expansão da lavoura cafeeira em terras capixabas. Numa primeira fase, em torno 1840, com um prolongamento do Vale do Paraíba fluminense e do sul da província de Minas Gerais, o cultivo do café chegou ao sul do solo capixaba e se consolidou com o mesmo modelo de produção da origem dessa atividade no Rio de Janeiro, ou seja, o *plantation*. E numa segunda fase, com a imigração europeia no final da quarta década do século XIX, quando se origina o ciclo mais importante da cafeicultura capixaba, aquele baseado na pequena propriedade e produção com relações de trabalho na forma de parceria e predominantemente com mão de obra familiar.

José Antônio Buffon (1992) e José Lázaro Celin (1984), em suas dissertações de mestrado, acrescentam que essa segunda fase de expansão pode também ser caracterizada como uma nova introdução da cafeicultura na província, porque acontece numa região específica do território capixaba sem ter ligação fronteiriça com a região da primeira fase, portanto, não caracterizando a expansão da atividade de uma para a outra e no mesmo modelo. A região específica desse novo fenômeno da atividade cafeeira foi a Região Centro-Serrana do sul da província do Espírito Santo, com o assentamento de núcleos coloniais dos imigrantes assentados em pequenos lotes de terra.

Esses imigrantes de início cultivaram produtos de subsistência, para em seguida também cultivar um produto mercantil, que com a venda do mesmo possibilitasse adquirir produtos que não produziam em seus estabelecimentos familiares. Esse produto foi o café.

Celin (1984) confirma as conclusões de Almada em relação às duas primeiras fases de introdução e expansão dos cultivos de café na Província do Espírito Santo e acrescenta uma terceira fase de expansão, aquela em direção ao norte do Estado. O autor afirma que fora aquele núcleo inicial do sul nos limites com os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, o segundo núcleo que deu origem à pequena propriedade cafeeira de imigrantes europeus estabeleceu-se na Região Centro-Serrana Sul do estado. Por causa do crescimento das famílias desses imigrantes e o esgotamento das terras dessa região, já na segunda década do século XX, ocorre uma migração interna dos descendentes desses imigrantes em direção ao norte do Estado.

À medida que ia se esgotando as terras no sul do Estado, e o crescimento demográfico pressionava o alargamento da fronteira agrícola, o processo colonizatório no Espírito Santo vive seu segundo momento. Foram a primeira e segunda gerações dos europeus presentes no Estado que comandaram este processo (CELIN, 1984, p. 121).

O autor completa sua análise afirmando que a paisagem agrícola capixaba na época já era dominada pelos plantios de café. Haroldo Correa da Rocha e Maria da Penha Cossetti (1983) confirmam essa realidade ao constatar que, no ano agrícola de 1919-1920, o café já era a atividade dominante no Estado, pois dos 223.550 hectares cultivados no Espírito Santo, 152.776 hectares, ou seja, 68,3% eram com café. E mais, que esse produto, nesse período, gerava 90% das receitas públicas e respondia por 94% das exportações do estado.

A área plantada com café continuou sua marcha em direção ao norte do Estado, com uma taxa de crescimento de 2,1% ao ano no período de 1920 a 1960. As informações contidas na tabela 8 confirmam esse crescimento, quando em 1960, a área cultivada com o mesmo chegou a 423.349 hectares, o que representava 60% das áreas agrícolas cultivadas com lavouras no Espírito Santo. A mesma tabela, mostra uma característica importante da estrutura produtiva da cafeicultura capixaba, qual seja, as áreas plantadas serem em sua maioria em pequenos estabelecimentos rurais, onde 79,96% dos plantios da rubiácea serem em estabelecimentos com menos de 50 hectares. Essa característica é resultado da colonização europeia ocorrida a partir da segunda metade do século XIX, cujos imigrantes foram assentados em pequenos lotes de terra.

Já os dados da tabela 9 nos informa com mais detalhes a respeito da expansão da atividade cafeeira capixaba, quando analisado os números de pés novos na formação das lavouras.

No período de 1940 a 1950, o crescimento de pés novos se dá ainda a uma taxa de 6,75% ao ano, enquanto que entre 1950 a 1960 esse crescimento acontece a uma taxa muito menor, de 0,25% ao ano.

Isso mostra que a expansão da lavoura cafeeira a partir de 1950 diminui seu ritmo, quando no final da década de 1950 praticamente se encontra esgotada a fronteira agrícola capixaba.

Tabela 8. Área plantada com café, por extrato de área, na agricultura do estado do Espírito Santo, segundo o Censo Agrícola de 1960.

Extrato de área (Hectare)	1960		
	Área plantada (Hectare)	Percentual	Percentual acumulado
0 - 5	18.815	4,44	4,44
5 - 10	65.773	15,54	19,98
10 - 20	131.844	31,14	51,12
20 - 50	122.089	28,84	79,96
50 - 100	43.295	10,23	90,19
100 +	41.533	9,81	100,00
TOTAL	423.349	100,00	-

Fonte: IBGE - Censo Agrícola de 1960: Estado do Espírito Santo, 1963.

A marcha da cafeicultura rumo ao norte do estado se deu pela migração principalmente de colonizadores italianos e de seus descendentes, e estes foram majoritários na ocupação de terras até (inclusive) nos municípios de Boa Esperança, Vila Pavão, Jaguaré, Nova Venécia, Alto Rio Novo.

Tabela 9. Pés plantados de café no estado do Espírito Santo nos anos de 1940/1950/1960.

Ano	Número de pés em produção	Número de pés novos
1940	212.997.130	44.275.625
1950	274.146.325	85.092.476
1960	359.789.822	87.279.331

Fonte: IBGE (1950); IBGE (1956); IBGE (1963).

Celin (1984), em sua pesquisa, conclui que a fundação dos estabelecimentos rurais na região norte do Espírito Santo teve por base o mesmo modelo da região dos primeiros assentamentos dos imigrantes: pequenas propriedades⁴⁹ com trabalho familiar e parceria. Buffon (1992 p. 154) chegou à conclusão semelhante à de Celin (1984) em seu estudo sobre esse fenômeno migratório e colonizador em direção ao norte do estado do Espírito Santo quando afirma que "as famílias vindas do sul do Rio Doce (inteiras ou fracionadas de descendentes de imigrantes italianos) faziam reproduzir nessa região a

⁴⁹Os pequenos e médios estabelecimentos rurais dominam historicamente a estrutura fundiária do estado do Espírito Santo. Segundo Rocha e Cossetti (1983), 89,40% dos estabelecimentos rurais em 1920 possuíam menos de 100 hectares. Na tabela 1 do anexo A, conforme dados dos Censos Agropecuários de 1960, 1980 e 2006 podemos observar que essa característica estrutural na agricultura do Espírito Santo permanece até nos dias atuais. Pelo Censo Agropecuário de 2006, os estabelecimentos rurais com menos de 100 hectares perfazem 94,57 % do total dos estabelecimentos.

mesma forma de organização da produção e do trabalho das regiões de origem". Portanto, a expansão dos cultivos do café em direção ao norte do estado do Espírito Santo se caracterizou pelo mesmo modelo de produção das regiões onde de iniciou a colonização europeia na segunda metade do século XIX e tendo como núcleo urbano central o município de Colatina.

O repórter paulista Bruno Mazzei Guimarães (1954), em um documentário produzido sobre a cafeicultura do Espírito Santo, complementa o quadro descritivo da marcha do café em território capixaba, no qual apresenta as mesmas conclusões que Almada (1981), Celin (1984) e Buffon (1992) em relação à primeira, segunda e terceira fase da introdução e expansão da cafeicultura e seus modelos de estrutura produtiva em solo espírito-santense. Mas com relação ao avanço da cafeicultura a partir das regiões sul e central em direção ao norte o modelo de produção descrito se aplica até naqueles municípios onde predominou os assentamentos com imigrantes italianos e seus descendentes. Na expansão das lavouras de café nas regiões mais ao norte desses municípios, naqueles de fronteira com o sul da Bahia e nordeste de Minas Gerais⁵⁰, houve uma mudança na formação e modelo de propriedade cafeeira.

Nas áreas rurais desses municípios fronteirços com o sul da Bahia e nordeste de Minas Gerais havia lá inicialmente um grande número de posseiros. Nessa zona, a cafeicultura foi introduzida por descendentes de colonos europeus oriundos da zona do centro e do sul do estado e migrantes fluminenses, mineiros, nortistas e paulistas. Acabou predominando aí também a pequena propriedade, mas as lavouras de café eram maiores que as da zona do sul e do centro. As lavouras eram de melhor aspecto vegetativo quando comparado com as outras zonas e aparentavam ser mais produtivas, o que compensaria a queda de produtividades das zonas tradicionais do Estado, fato que também manteria a produtividade média do café estável do Estado. Essa maior produtividade poderia ser explicada pelas lavouras serem formadas por plantios mais recentes e as terras ainda não terem sofrido um maior desgaste pelo seu uso (GUIMARÃES, 1954).

⁵⁰ Os municípios de fronteira com a região nordeste de Minas Gerais são: Mucurici, Ponto Belo, Ecoporanga, Água Doce do Norte, Barra de São Francisco, Mantenópolis. Os municípios de fronteira com o sul da Bahia são: Montanha, Pedro Canário, Pinheiros, Conceição da Barra e São Mateus.

Com relação à formação dos cafezais nessas áreas, Guimarães (1954) informa que duas formas importantes de manejo da lavoura as diferenciam das outras zonas cafeeiras capixabas. Uma, a formação da lavoura era entregue a um formador de terreno, que derrubava a mata, realizava os plantios e era responsável pelos tratamentos culturais até o quarto e quinto ano, ficando com a primeira colheita e com o direito de cultivar culturas intercalares nas ruas do café. Recebia também uma quantia em dinheiro por cova plantada (um cruzeiro/cova), o que se assemelhava ao modelo de formação das lavouras na expansão da cafeicultura no Oeste Paulista. Uma segunda forma de formar lavouras, tipicamente local, foi por meio de meeiros, que continuavam como meeiro do proprietário por “um número indefinido de anos” durante a fase produtiva do cafezal. Nesse formato, o meeiro formador da lavoura não recebe pelo serviço de formação da mesma. Predomina como tipo de relação de trabalho nos cafezais a meação, mas em muitas propriedades, o cafezal era o do modelo paulista.

Adiante, Guimarães (1954) apresenta uma quarta região com cultivos de café, a litorânea, o que completaria a paisagem cafeeira no Estado. Essa zona foi formada por plantios em parte e na totalidade de municípios litorâneos de norte a sul do Estado. Essa zona cafeeira era a mais atrasada, onde o café é produzido em numerosos e pequenos sítios e cujos sítiantes são o capixaba típico, do tipo “caboclo espírito-santense” sendo geralmente pobres. São raros os cafeeiros produzidos a pleno sol. Os cultivos de café nessa zona litorânea são originariamente à sombra no interior da floresta nativa ou plantada, com espaçamento de dois metros entre plantas. Nos locais da lavoura, a mata era raleada, em seguida era realizado o plantio dos pés de café e a partir daí os tratamentos culturais se baseavam numa roçada anual da vegetação nativa. O autor afirma que se tentou romper com essa rotina, mas que a mesma não obteve sucesso. O replantio era realizado com mudas que nasciam espontaneamente na lavoura no interior da mata⁵¹.

Torna-se necessário um registro da realidade sobre a situação da atividade cafeeira em meados da década de 1950 na zona da primeira fase da história do café no Espírito

⁵¹ Nessa Zona Litorânea, era produzido o conhecido café capitania, consumido internamente, mas também muito desejado pelo consumidor europeu. Ficou famoso, quando a partir de 1918, passou a ser o café preferido pelo Papa, cujo fornecedor para o Vaticano era um exportador do Estado do Espírito Santo. Após a Segunda Guerra, devido a desestruturação do mercado europeu, declinou a produção do Capitania, que por volta de 1953 era ainda exportado pelo estado em torno de 10.000 sacas anuais. Essa retração do mercado consumidor europeu seria a principal causa da decadência e extinção desse tipo de café no Estado do Espírito Santo (GUIMARÃES, 1954).

Santo, isto é aquela dos municípios que fazem fronteira com o norte do Rio de Janeiro e sudeste de Minas Gerais. Em sua investigação, Guimarães (1954) constatou que o cultivo do café era a pleno sol. Que no início da década de 1950, se iniciava na região movimento de reestruturação e novos plantios. A reestruturação era no sentido de produção que também passava a acontecer em pequenas propriedades e pequenos plantios. Mas, nessa zona, o modelo de propriedade cafeeira predominante era ainda o dos primeiros colonizadores, ou seja, cafezais em grandes lavouras. Os plantios eram em morros e/ou encostas íngremes e mesmo o café plantado a favor das águas, não havia vestígios pronunciados de erosão.

Na zona sul, o café era mais bem preparado que os da zona central e norte, possivelmente devido à influência ainda da cultura da velha fazenda fluminense, com tamanho maior o que possibilita investimentos em infraestrutura, como por exemplo, terreiros, máquinas de despulpamento e secadores, produzindo, conseqüentemente, café de melhor qualidade. E ainda sob essa influência fluminense, a comercialização e produção se fazia geralmente pelo Rio de Janeiro, onde o mercado qualificava melhor o produto e era conseqüentemente negociado em melhores níveis de preços. Apesar de haver semelhanças entre as fazendas dessa zona e as de São Paulo e Paraná, lá o fazendeiro dominava a fazenda, ou seja, morava nela e administrava pessoalmente as atividades produtivas. Não se encontrava nela a figura do colono e do trabalhador “a dia”, todavia a regra nas relações de trabalho era também a meação (GUIMARÃES).

E mais, em 1960, dos 32 municípios capixabas, em 11 deles era majoritária a população e proprietários rurais de etnia italiana. Mas os descendentes de italianos com seus estabelecimentos rurais compunham áreas de outros vários municípios. Guimarães (1954), em levantamento na suas visitas em pesquisa nas mais diversas regiões cafeeiras do Estado, confirma a presença majoritária de descendentes de italianos naquelas regiões compostas por esses municípios.

Em relação à velocidade da marcha do café pelo território do estado do Espírito Santo, essa foi mais lenta que nos outros estados cafeeiros, principalmente no que se refere à expansão em direção à região norte do estado, o que pode ser constatado no gráfico 1, quando, de 1880-81 a 1959-61, o ritmo de crescimento da exportação de café do estado do Espírito Santo é crescente, mas lento, principalmente quando comparado aos estados de São Paulo e Paraná.

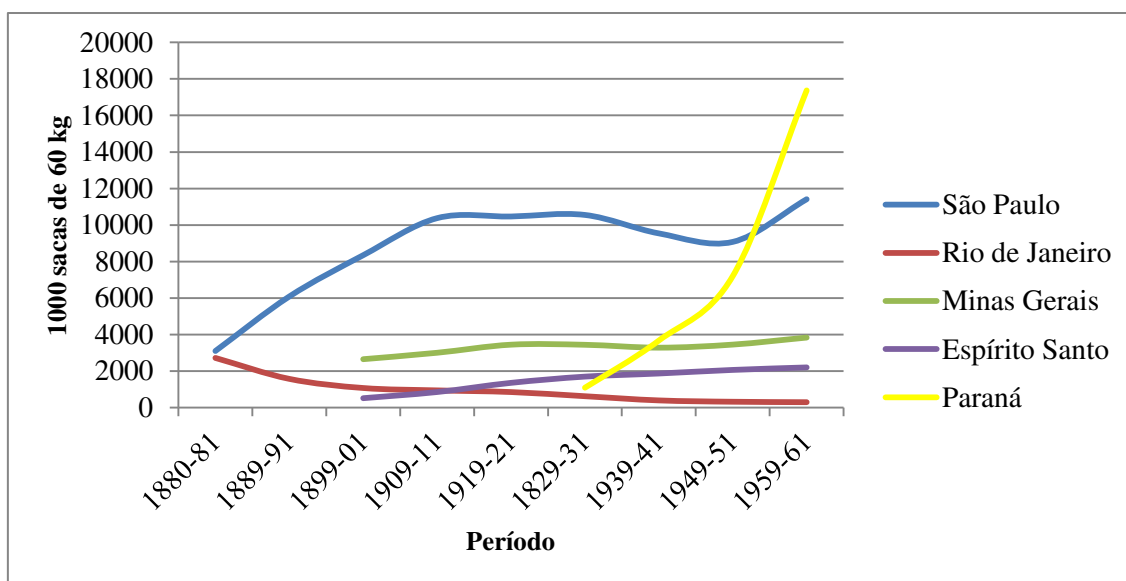


Gráfico 1. Exportações de café pelos principais estados produtores do Brasil no período de 1880-81 a 1959-61.

Fonte: Fraga (1963, p. 15-16). Elaborado pelo autor.

Sendo assim, Guimarães (1954) apresenta seis fatores explicativos para esse fenômeno. O primeiro se refere ao “medo do norte”, por ser uma zona quente e úmida ou com escassez de chuvas, o que poderia inviabilizar o sucesso da atividade cafeeira naquela região. O segundo motivo foi a crise econômica mundial de 1930, com a queda da demanda e de preços, causando nos produtores falta de recursos financeiros para investimentos em formação de novas lavouras. Em terceiro lugar, a topografia inclinada, que exigia maiores somas de recursos na formação de cafezais. Um quarto fator seria a “economia de sítio”, com um consumo maior nas propriedades, até mesmo se comparando a São Paulo, que não permite a acumulação, e, portanto, menos reservas para reinvestimento. O quinto fator seria de ordem “psicológica”, de um produtor mais cauteloso, mais “apegado ao chão” onde plantou primeiro, que receia instintivamente enfrentar o desconhecido e o desconforto da mata, só o fazendo por fortes necessidades econômicas. Por fim, segundo o autor, o último fator foi a baixa atração de mão de obra no Espírito Santo em relação a outros estados cafeeiros como São Paulo, Minas Gerais, Paraná e até mesmo Mato Grosso, quando no período de 1940 a 1950, no balanço das trocas no Brasil, perdeu 13% de sua mão de obra no campo.

Vimos que a última grande crise no mercado de café teve início no final da década de 1950 e teve fim em meados da década de 1970. Para fins deste estudo, é necessário, além do que já foi estudado até esse momento, tratar de questões sobre as relações de

trabalho na agropecuária capixaba, o tamanho das lavouras de café por região, a produtividade da atividade cafeeira no campo e o sistema de comercialização dominante do café no Estado. Essas análises servirão de subsídios para a compreensão do desenvolvimento do cooperativismo no setor de café espírito-santense.

Nas estatísticas da tabela 10, trata da distribuição da posse da terra no ano de 1960 de acordo com a divisão política administrativa municipal e por zonas fisiográficas do estado do Espírito Santo de acordo com o Censo Agrícola de 1960 do IBGE, conforme pode ser observado no anexo I. Mesmo em se tratando de informações sobre distribuição de terras para o ano de 1960, pode-se constatar que em todas as regiões do estado do Espírito Santo predominam em número os pequenos estabelecimentos rurais, com um percentual de no mínimo de 88% para os de tamanho inferior a 100 ha. Nas zonas do Baixo Doce e Serrana do Centro, os pequenos estabelecimentos ocupavam respectivamente 65,53% e 70,77% das áreas agrícolas do Estado. Como uma das características dos estabelecimentos rurais era a diversificação de atividades, por lógica é razoável concluir que nessas zonas, na maior parte de suas terras agrícolas, predominavam as pequenas lavouras de café.

Nas zonas Norte e Serrana Sul, os médios e grandes estabelecimentos agrícolas, ou seja, aqueles com tamanho superior a 100 ha, perfaziam 10,31% e 11,81%, respectivamente, e ocupavam 48,64% e 51,05% das áreas agrícolas, fato que nos leva então a concluir que o tamanho médio das lavouras nas mesmas era superior às zonas Serrana do Centro e Baixo Rio Doce. No entanto, mesmo naquelas regiões onde relativamente se constata um percentual maior de grandes propriedades, o que predomina são os pequenos estabelecimentos rurais.

Relatórios de órgãos públicos, no que se refere ainda ao tamanho das lavouras da rubiácea, confirmam as estatísticas da tabela 9, indicando que a média das lavouras de café no estado no final da década de 1950 era de 10 ha, com uma média de 12.000 pés/lavoura, ocupando 15% da área total da propriedade e 57% das áreas cultivadas com lavouras. A partir desses registros fica claro também que as lavouras cafeeiras empregavam ainda 80% da mão de obra na agricultura do estado do Espírito Santo (ESPÍRITO SANTO, 1968; IBC, 1963; IBC, 1967).

Tabela 10. Área ocupada e estabelecimentos rurais, conforme grupos de tamanho, em algumas zonas do estado do Espírito Santo de acordo com o Censo Agrícola de 1960.

Zonas Fisiográficas	Tipo de estabelecimento rural					
	Pequenos estabelecimentos (<100 ha)		Médios estabelecimentos (100 ha - 1.000 ha)		Grandes estabelecimentos (>1.000 ha)	
	Número (%)	Área ocupada (%)	Número (%)	Área ocupada (%)	Número (%)	Área ocupada (%)
Norte	89,52	51,36	10,06	41,55	0,25	7,09
Baixo Rio Doce	91,27	65,53	8,67	33,23	0,05	1,24
Serrana do Centro	92,00	70,77	8,00	27,28	0,06	1,95
Serrana do Sul	88,19	48,95	11,65	46,20	0,16	4,85
Estado	89,64	54,58	10,18	37,54	0,18	7,88

Fonte: IBGE - Serviço Nacional de Recenseamento, 1963.

O modelo majoritário de propriedade e relações sociais de produção no campo a partir da primeira metade do século XX no território agrícola capixaba era aquele de pequenos estabelecimentos com predominância da mão de obra familiar, que era complementada com parceiros (ROCHA; COSSETTI, 1983).

Tabela 11. Pessoal ocupado, distribuído por categoria na produção de café na agropecuária do estado do Espírito Santo, segundo o Censo Agropecuário de 1960.

Categoria de pessoal ocupado	1960	
	Número	Percentual
Mão de obra familiar	119.604	53,63
Parceiros	64.410	28,88
Empregados permanentes	11.466	5,14
Empregados temporários	21.243	9,53
Outra condição	6.295	2,82
TOTAL	223.018	100,00

Fonte: IBGE - Censo Agrícola de 1960: Estado do Espírito Santo, 1963.

De acordo com esse relatório do IBC (1963), a mão de obra familiar predominava nas pequenas propriedades num percentual de 56% do total da mão de obra empregada, mas à medida que aumentava o tamanho do estabelecimento rural, aumentava a número e a composição com parceiros. E, ainda, segundo o documento, as relações de trabalho se alteram ainda mais nos estabelecimentos rurais de grandes plantios, onde os empregados diaristas passam a ter importância nos trabalhos nas lavouras, notadamente naqueles com cafeeiros entre 64.000 pés e 1.024 mil pés.

Voltando à tabela 08, suas estatísticas confirmam as informações dos relatórios acima, na qual podemos visualizar que os estabelecimentos rurais com menos de 50 hectares respondiam com 79,96% das plantações de café no Espírito Santo, em 1960. E mais, que 31,14% das áreas plantadas com café situavam-se nos estabelecimentos rurais no estrato de 10 a 20 hectares, comprovando que os pequenos estabelecimentos rurais foram na época os principais responsáveis pela produção de café no estado do Espírito Santo.

Outra característica derivada do modelo de colonização dos italianos e teutos e descendentes é a diversificação agrícola nas propriedades. Pode-se constatar de estatísticas que constam no anexo D, que as áreas de matas nativas ocupam 30,82% das áreas nos estabelecimentos rurais. As áreas com pastagens totalizam 29,04%. Essa porcentagem relativa elevada das áreas com pastagens, se explica em parte ao modelo de expansão da cafeicultura capixaba, baseada no trinômio derrubada da floresta nativa/plantio de café/pastagem. Nesse modelo, quando os solos cultivados com café se esgotavam, as lavouras eram substituídas por pastagem. As áreas ocupadas por café como atividade voltada para o mercado, totalizam 11,38% do total da utilização das terras,

Ainda de acordo com as informações contidas no anexo D, as culturas como arroz, cana-de-açúcar feijão, milho, compõem o quadro de diversificação agrícolas como atividades de subsistência. O milho, com um percentual maior de área plantada com essas atividades, isto é, 5,35%, se deve ao fato desse cereal ser utilizado na alimentação humana e de animais nos estabelecimentos rurais, como aves (fornecedora de ovos e carne) e suínos (fornecedores de carne e gordura).

No que concerne à produtividade das lavouras de café no Espírito Santo, uma questão que chama atenção no documento produzido por Guimarães (1954) é que a

produtividade média das lavouras cafeeiras do estado do Espírito Santo, na década de 1950, era maior quando comparada com a do estado de São Paulo. Segundo o autor, mesmo as lavouras capixabas estando situadas em terrenos íngremes e plantadas no sentido do morro e serem ainda de tamanho relativamente pequeno, a produtividade média das mesmas é de 10 sacas/hectare, superior à de São Paulo, onde no período de 1948/49 a 1952/53 era de 8,1 sacas/hectare. Argumenta o autor ainda que basicamente dois fatores podem explicar esse fenômeno, quais sejam, mais pés por hectare e proprietários “mais juntos” à propriedade na produção da rubiácea. Com relação a esse último aspecto, o proprietário trabalhando na lavoura ou administrando diretamente a mesma, tendo maior interesse econômico nos resultados da atividade, torna o trabalho mais eficiente, a lavoura mais “bem cuidada” e, portanto, maior produtividade da terra e do trabalho nessa atividade.

Não obstante, no início da década de 1960, o panorama da atividade cafeeira no Espírito Santo com relação à produtividade relativa se alterou drasticamente. Segundo documento do Instituto Brasileiro do Café (1963), já no início da década de 1960, 63% dos cafezais do Espírito Santo eram caracterizados como de atividade marginal pelos baixos rendimentos, que giravam em torno 5 sc de 60 kg/ha, enquanto que em São Paulo, Colômbia e El Salvador as produtividades eram de 7,43 sc de 60 kg/ha, 8,71 sc de 60 kg/ha e 9,5 sc/ha, respectivamente. Essas baixas produtividades dos cafeeiros capixabas, segundo o documento, são devido a vários fatores. O primeiro deles se refere à idade dos cafezais, visto que 6% dos mesmos tinham idade superior a 30 anos e 26,4% a idade era acima de 16 anos. Naquela época, com as tecnologias disponíveis, a partir da idade de 16 anos, a lavoura, por características biológicas entrava em processo de decadência produtiva, o que explica, em parte, essa baixa produtividade.

O segundo fator seria a estrutura de assistência técnica à cafeicultura capixaba, em que somente 7,4% das propriedades recebiam esse tipo de serviço. E mais, somente as propriedades com plantios acima de 512 mil pés de café recebiam visitas técnicas de Engenheiros Agrônomos, o que leva à conclusão que os estabelecimentos com menos de 100 ha, que em 1960 respondiam por 90% das áreas plantadas, não recebiam assistência técnica. O terceiro fator, que potencialmente estaria ligado ao segundo, seria os níveis tecnológicos nas lavouras, com adubação química em somente 0,036% e

adubação orgânica em 0,94% das mesmas. E com relação à defesa sanitária, a aplicação de inseticida era em apenas 6,5% dos cafezais (IBC, 1963).

Guimarães (1954), na sua análise nos meados da década de 1950, mesmo detectando melhor desempenho relativo na produtividade física das lavouras capixabas em relação a outros estados da federação, aponta alguns outros fatores que podem completar o elenco de elementos que explicam os baixos rendimentos da década seguinte. Um deles seria a falta de estrutura de experimentação⁵² própria, visando conhecer as características biológicas das variedades cultivadas de café no Estado e assim gerando tecnologias em cultivos da rubiáceas mais adaptadas às variedades e condições ambientais específicas de cada zona das terras agricultáveis do estado, o que proporcionaria melhores práticas de cultivo e, conseqüentemente, maiores rendimentos físicos e econômicos da produção. Ainda segundo o autor, os sistemas de cultivo foram em sua maioria orientados empiricamente, com o conhecimento adquirido na prática e observação atenta, tanto pelo produtor proprietário como pelo produtor meeiro.

Outra questão a ser analisada necessariamente se refere ao rendimento econômico do café nas mãos do produtor. E de acordo com análises realizadas no final da década de 1950 até meados da década de 1960, ficou constatado que o nível de rendimento econômico do café capixaba era menor em relação ao de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Três fatores podem explicar esse baixo rendimento econômico relativo da atividade cafeeira capixaba.

O primeiro era o preço inferior do café praticado no estado do Espírito Santo, em relação a outras praças, como Rio de Janeiro, Santos e Paranaguá, devido à baixa qualidade do mesmo, ligado à falta de investimento em estrutura de despulpamento, investimento esse praticamente impossível num sistema de produção baseado na pequena produção (IBC, 1963). De acordo ainda com o relatório, com essas características de estrutura produtiva no que se refere à dominância de pequenos plantios por estabelecimento rural e, portanto, baixa capacidade de investimentos de maior vulto como as máquinas e equipamentos para despulpamento, na década de 1950 e início dos anos de 1960, em média, somente em 0,59% das propriedades eram

⁵² O autor se refere a estações experimentais, fundamentais para desenvolvimento de pesquisas aplicadas nas Ciências Agrárias.

realizados despulpamentos. E em propriedades que operavam em grandes plantios, essa estrutura para esse tipo de beneficiamento estava à disposição dos cafeicultores. Dessa forma, no estado do Espírito Santo, 80% do café produzido era do tipo 7, tipo esse considerado de qualidade inferior (IBC, 1963; LINDENBERG, 1961).

O segundo fator, que diz respeito à baixa rentabilidade para o produtor, era ligado à estrutura de comercialização no estado do Espírito Santo, caracterizada por excesso de intermediação. O produtor vendia o café em coco para compradores locais e/ou regionais, que o beneficiavam. Esses compradores locais negociavam o café já despulpado com os exportadores, por intermédio de corretores localizados na Praça de Vitória (BUFFON, 1992).

A estrutura da comercialização de vários produtos e também de café no Espírito Santo para o período de 1930 a 1960 se encontra no diagrama 1. Nele podemos identificar os principais agentes na comercialização de café no estado. Em primeiro lugar, os produtores rurais, na sua maioria, eram baseados em estabelecimentos familiares. Eles produziam o café no campo e entregavam o "café em coco"⁵³ para um comprador local, que também operava o despulpamento do café. Esse vendia o "café em coco" ou despulpado para o comerciante intermediário, localizado num importante núcleo urbano, que por sua vez também geralmente despulpava o café e o vendia para algum exportador localizado em Vitória ou no Rio de Janeiro. As firmas exportadoras de Vitória, que também se ocupavam do beneficiamento do café, operavam no mercado na venda de café para o exterior.

Nessa Praça só funcionava o mercado físico, de firma para firma, não existindo o mercado a termo ou Bolsa de Mercadorias⁵⁴ para transações comerciais de café, e, por isso, o preço do produto era mais baixo que os praticados em outros mercados como os de Santos e do Rio de Janeiro. A Praça de Vitória era uma estrutura subsidiária de embarque, como um suplemento do Porto do Rio de Janeiro (ESPÍRITO SANTO, 1968).

⁵³ Café sem o processo de despulpamento.

⁵⁴ As Bolsas de Mercadorias possibilitam maior transparência nas negociações nos mercados específicos de produtos e a formação dos preços acontece num ambiente competitivo de acordo com as leis de mercado.

Rocha & Cossetti (1983, p. 121) analisa da seguinte forma o funcionamento dessa estrutura de comercialização:

Nesta cadeia as grandes casas comerciais são o elemento dominante, que se apropria da maior parte do excedente produzido, pois detêm o quase monopólio das relações diretas com o exterior, exportando café, e importando as demais mercadorias necessárias aos colonos. Dominam também, significativa parcela da atividade de beneficiamento do café.

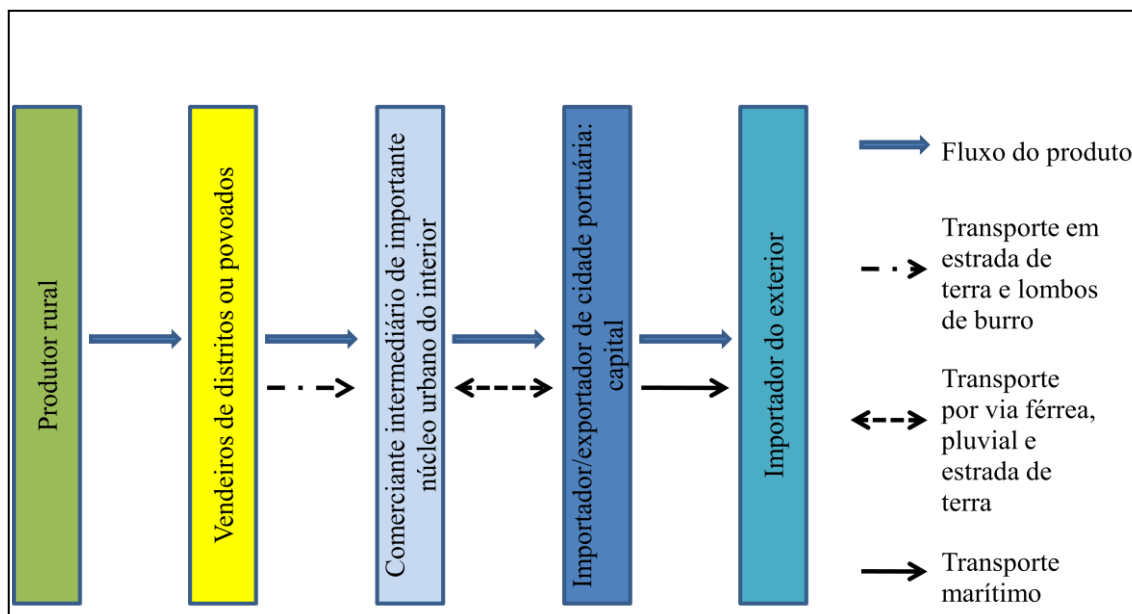


Diagrama 01 - Ilustração da cadeia de comercialização de produtos agrícolas no estado do Espírito Santo no período de 1930-1960.

Fonte: Buffon, 1992, pg. 129.

Elaboração do autor.

Nesse sentido, Buffon (1992) acrescenta que essas empresas exportadoras conheciam como ninguém as práticas de comércio internacional e a formação do preço do café no mercado mundial, de modo que tinham o poder de fixar suas margens de lucro e transferiam a montante e o ônus de suas decisões. Por conseguinte, apropriavam-se da maior parte do excedente produzido no sistema agroindustrial da economia cafeeira do estado do Espírito Santo. Portanto, além da qualidade, a estrutura de mercado contribuía para tornar baixo o preço do café para o produtor rural no estado.

E, por fim, cabe aqui um pequeno sumário da história da cafeicultura no Espírito Santo, desde a sua introdução até o final da década de 1950 e início da de 1960. Como vimos, o café foi introduzido em solo espírito-santense por volta de 1821. Mas é na década de

1840 que é implantado de forma importante e como primeiro núcleo, na região de Cachoeiro de Itapemirim no sul do estado, como um prolongamento das lavouras do Vale do Paraíba fluminense e sul do estado de Minas Gerais. Essa região é denominada de Zona Cafeeira Sul, predominando nela ainda, na década de 1950, a grande fazenda nos mesmos moldes das fazendas fluminenses e mineiras, mas diferentemente dessas, o trabalho nelas é baseado na parceria.

Num segundo momento, e o mais importante para a atividade cafeeira, foi aquele desenvolvido especificamente na região Centro-Serrana do estado do Espírito Santo, com a colonização dos imigrantes europeus, notadamente teutos e italianos, a partir de 1840. Nesse novo momento da cafeicultura capixaba, seu modelo é baseado na pequena propriedade, com trabalho do tipo familiar e parceria.

A partir do início do século XX, deu-se início ao terceiro período de expansão da cafeicultura em solo capixaba, aquele realizado pela migração de descendentes de italianos e teutos, em direção ao norte do estado, situados à margem direita do Rio Doce e à margem esquerda do mesmo rio até o limite de paralelo 19 que corta o Espírito Santo. Estabelecem-se nela núcleos populacionais, com os estabelecimentos agrícolas baseados nos mesmos moldes da região de origem e tendo o café como cultivo principal. Essa zona cafeeira, composta pela região Centro-Serrana e parte da região norte, devido às mesmas características produtivas, é denominada de Zona Cafeeira do Centro. Nessa zona, predominam os pequenos estabelecimentos agrícolas, lavouras pequenas de café, relações de trabalho baseados na mão de obra familiar e parceria, com predominância de uma população de descendentes de imigrantes italianos e teutos.

Por fim, um quarto período de expansão da cafeicultura capixaba. Aquele que acontece a partir da década de 1950, especificamente acima do paralelo 19 até os limites com a Bahia ao norte e a oeste com Minas Gerais, denominada de Zona Norte. Nessa zona, a expansão da atividade cafeeira foi realizada por baianos, mineiros, migrantes da Zona Sul e da Zona do Centro. As lavouras nessa zona são de maior tamanho quando comparadas às da Zona do Centro, sendo que muitas delas são do mesmo modelo das fazendas paulistas.

Na década de 1950, observava-se ainda uma quarta região cafeeira, a Zona Litorânea, com lavouras cafeeiras sombreadas em pequenos estabelecimentos rurais. Produzia-se

nelas o famoso Café Capitania, exportado para a Europa. A população dominante é de típicos caboclos espírito-santenses.

O café capixaba era produzido majoritariamente na pequena propriedade, com base no trabalho familiar e no regime de parcerias. Pouco se usava das tecnologias de adubação e controle de pragas e doenças, o que tornava sua produtividade física baixa em relação às outras unidades da federação. Com relação ao beneficiamento, poucos estabelecimentos rurais tinham estrutura de beneficiamento de café, sendo o despulpamento realizado pelos intermediários.

Ainda na década de 1960, 80% do café produzido no Espírito Santo era o do tipo 7, classificado como de qualidade inferior e comercializado no mercado internacional a preços relativamente baixos e competindo nesse mercado com os cafés produzidos em países africanos.

Pelas pesquisas, ficou demonstrado, diferentemente dos outros estados produtores, que a cafeicultura capixaba se expandiu e se consolidou em pequenas propriedades, com pequenos plantios de café e com base na mão de obra familiar e de parceiros. Os estudos apuraram também que o sistema de comercialização do café do Espírito Santo era estruturado em uma cadeia de muita intermediação, fato que depreciava o preço do café para o produtor rural. Ficou demonstrado também que, a partir da década de 1950, o café capixaba passou a encontrar resistência nos mercados pela qualidade de seus grãos, logo passou a ser uma preocupação por parte dos produtores e dos *policy makers* locais. Tal problema deveria ser sanado definitivamente, entretanto envolvia grande investimento por parte do proprietário rural, em maquinário para o despulpamento do grão, solução inviável em pequenas propriedades.

Outro problema se mostrou premente de solução. Havia, no final da década de 1950, esgotado o modelo de expansão do café, baseado na derrubada de florestas/café/pastagens, fato que mantinha a produtividade relativamente alta nas lavouras. O novo modelo à disposição do cafeicultor era baseado em uso de insumos modernos, também de difícil acesso ao produtor rural, pelo valor se sua aquisição e fisicamente de difícil acesso.

A comercialização do produto, o beneficiamento dos grãos de café e a aquisição de insumos modernos de produção são partes de um mesmo sistema agroindustrial de

comercialização ligado à economia cafeeira. E esse sistema não estava funcionando de forma adequada de modo a atender o cafeicultor capixaba. O cooperativismo seria uma solução. E aqui então se define, mais um dos fatores, o de ordem estrutural, que poderia fazer surgir um movimento cooperativista do setor de café no Espírito Santo, o seu sistema agroindustrial de comercialização.

Ficou também demonstrada a presença marcante de imigrantes italianos e seus descendentes na economia rural capixaba. E, conforme a história do cooperativismo discutido no capítulo um desta tese, ficou comprovado que os imigrantes italianos foram um fator determinante para os movimentos cooperativistas da América do Sul e do Brasil. Portanto, pode-se definir também a etnia italiana como um dos fatores que fizeram emergir o cooperativismo capixaba no setor de café

CAPÍTULO III

AS CRISES DO MERCADO DE CAFÉ E A ECONOMIA CAFEIEIRA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Um primeiro objetivo do terceiro capítulo, dentre outros, é descrever e diagnosticar a origem das crises do setor de café, assim como as diferenças das consequências dessas crises na cafeicultura nacional de um modo geral em relação à cafeicultura capixaba no período estudado. A análise irá focar a última das crises, aquela que tem início no final da década de 1950 e termina com o Programa de Erradicação da Cafeicultura a partir da segunda metade da década de 1960. Um segundo objetivo é o de identificar outros elementos tipicamente capixabas que estariam levando também a atividade cafeeira à crise.

Na história econômica do mundo, é comum produtos passarem por ciclos, com auge de prosperidade e por períodos de crises e até desaparecerem do mercado. A história do café é rica nesse sentido e em especial para o Brasil, que devido a flutuações nos seus preços, ora provocada por queda no consumo e ora por excesso de oferta, levou a profundas transformações no seu mercado e na estrutura econômica do país desde o século XIX.

Como visto, a cafeicultura capixaba se estruturou de forma diferenciada em relação a outros estados produtores. A questão que nos interessa agora é: como a economia cafeeira capixaba respondeu às crises do café quando comparado a outros estados produtores e a relação entre as crises e o advento do cooperativismo no setor.

Para tanto, veremos primeiro as origens e natureza das crises no mercado de café e seus impactos na economia cafeeira e na economia do país. Em seguida, a análise se focará especificamente sobre os impactos das crises do café na cafeicultura capixaba. Partimos do pressuposto de que para compreender um fenômeno local e temporalmente delimitado, é necessário buscar no tempo passado os elementos que historicamente podem ter influenciado ações locais e que configuraram uma realidade existente. É também fundamental que na análise do fenômeno, a realidade e os fatos locais sejam comparados a outras regiões e, também, com diferenças e semelhanças a aquela que está

sendo investigada. Interessa-nos compreender as estratégias e táticas dos agentes locais que atuavam na cafeicultura, para conviver e mitigar os efeitos da crise do setor de café em terras capixabas. Esse quadro auxilia no entendimento da forma como se desenvolveu especificamente o cooperativismo no setor cafeeiro no estado do Estado do Espírito Santo.

Esse segundo capítulo é composto de dois tópicos. O primeiro tópico aborda as crises do café e as consequências dessas crises na cafeicultura brasileira e o segundo trata das repercussões das crises do café na economia cafeeira capixaba. Em relação ao primeiro tópico, isto é, a relação das crises da economia cafeeira e suas repercussões no Brasil, seu conteúdo será sobre, principalmente, seus impactos políticos e econômicos, os Acordos do Café e sobre as políticas públicas propostas e elaboradas para a cafeicultura e economia nacional.

Esse conteúdo é relevante para compararmos os efeitos dessas políticas e dos Acordos do Café sobre a cafeicultura capixaba. Está baseado nos estudos dos principais autores da História do Café no Brasil, tais como: Afonso de E. Taunay (1945), Celso Furtado (2007), Caio Prado Junior (2012), Roberto Simonsen (1938), Constantino C. Fraga (1963), Antônio Delfin Neto (2009), Aníbal Villanova Vilella & Wilson Suzigan (1973), Boris Fausto (2006), Stefen Topik (1987), Raymundo Faoro (2000) e Carlos José Caetano Bacha (2012), Leôncio Basbaun (1981) Perspectiva (2006). Ademais, para a elaboração por parte do autor das tabelas e quadros desse tópico foram utilizados os dados do Anuário Estatístico do Café do Instituto Brasileiro do Café (1977) e dados e informações esparsas contidas em obras de autores citados acima.

No segundo tópico do capítulo, a investigação tratará essencialmente das consequências das crises do café na economia cafeeira capixaba comparadas à situação do Brasil em relação a essas crises e das estratégias e táticas da sociedade capixaba para mitigar os efeitos deletérios dessas crises na lavoura cafeeira e na economia do Espírito Santo de um modo geral. Os que serviram de base para a revisão bibliográfica, são estudiosos da História do Estado do Espírito Santo como: Haroldo Rocha e Maria da Penha Cossetti (1983), José Lázaro Celin (1984), José Antonio Buffon (1992), Haroldo Rocha e Ângela Maria Morandi (2012), Audifax Aguiar (1932), Bruno Mazzei Guimarães (1954) e Maria Martha Toledo Salgado (1982).

Dentre os documentos utilizados que servirão de base para a análise nesse segundo tópico do capítulo constam: Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S/A (1941); Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S/A (1942); Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S/A (1943); Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S/A (1946); Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S/A (1966); Espírito Santo [Governo] (1966); Espírito Santo [Governo] (s.d.); Espírito Santo [Governo] (1968); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1963); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1974); Instituto Brasileiro do Café (1963); Instituto Brasileiro do Café (1967); Instituto Brasileiro do Café (1968); Espírito Santo [Governo] (1961).

3.1 As crises do mercado de café e a cafeicultura brasileira

Desde sua introdução e primeira expansão no Brasil pelo Vale do Paraíba fluminense, o crescimento da produção mundial do café acompanhou o aumento do consumo. As Índias Holandesas (Java) dominaram as exportações mundiais do café até 1829. Mas, na fase imperial, o Brasil assumiu importância extraordinária na economia cafeeira internacional, e no ano de 1830 já superava as Índias Holandesas no fornecimento mundial do café e passou a dominar as exportações mundiais com 40% da exportação total do produto. Nessa fase, o consumo mundial de café aumentava sistematicamente e o Brasil se encontrava já no período do império numa situação de privilégio no mercado mundial do produto (PRADO JUNIOR, 2012).

A tabela 12 mostra que, de 1885 a 1934, os percentuais das exportações brasileiras em relação ao consumo mundial oscilavam, mas sempre estiveram acima de 60% desse consumo e que, a partir de 1897 de um modo geral, as exportações brasileiras contribuíam com mais de 70% do consumo mundial. No ano de 1897, o Brasil já colaborava com 77,29 % e em 1901, excepcionalmente, chegou a exportar 102,72% do total daquele consumo, o que tornava o Brasil um quase monopolista no mercado. A partir de 1910, esses percentuais, com oscilações, foram decrescendo, sendo que no ano de 1934 o Brasil contribuiu com 57,86% do consumo mundial do produto.

Nesse sentido, Taunay (1945, p. 243), em seu estudo sobre a história do café no Brasil sobre o período de 1727-1937, comenta assim a situação privilegiada do Brasil no

mercado mundial de café e, em especial, a relação comercial com os Estados Unidos da América:

Dependera este (Brasil), quase sempre, e nos últimos anos, em absoluto, das imposições dos compradores, sobretudo os norte-americanos. Os pedidos da Confederação Americana se haviam avantajado tanto, de ano para ano, que, já em 1847, causavam a admiração de observadores sagazes, como o Conde Straten Ponthoz. Declarava êste que a situação econômica brasileira constituía, no universo, um exemplo único de privilégio excepcional: o de um país com um cliente rico, generoso, sem exigências de reciprocidade, como que a pedir que seu fornecedor cada vez mais lhe enviasse o seu gênero (café), em volume maior.

Mas as expansões aceleradas e desordenadas das lavouras de café no Brasil, principalmente a partir do avanço das mesmas no Oeste Paulista na década de 1830, trouxeram consigo instabilidades no mercado do café e crises profundas tanto na atividade cafeeira, bem como na economia brasileira.

Tabela 12. Consumo mundial, produção e exportação de café pelo Brasil, em mil sacas de 60 kg no período de 1885/1934.

Anos	Consumo mundial (a)	Brasil		[(b)/(a)] %	[(c)/(a)] %	c/b
		Produção (b)	Exportação (c)			
1885	10.557	-	4.207	-	39,85	-
1886	10.136	-	3.581	-	35,33	-
1887	10.035	-	2.242	-	22,34	-
1888	8.052	7.015	3.444	87,12	42,77	49,09
1889	9.248	4.482	5.586	48,46	60,40	124,63
1890	9.420	5.592	5.109	59,36	54,24	91,36
1891	8.719	7.505	5.373	86,08	61,62	71,59
1892	10.805	6.661	7.109	61,65	65,79	106,73
1893	10.964	6.269	5.307	57,18	48,40	84,65
1894	10.572	7.242	5.583	68,50	52,81	77,09
1895	11.213	6.005	6.720	53,55	59,93	111,91
1896	11.143	9.315	6.744	83,60	60,52	72,40
1897	12.244	11.210	9.463	91,56	77,29	84,42
1898	14.572	9.320	9.227	63,96	63,32	99,00
1899	13.891	9.425	9.771	67,85	70,34	103,67
1900	14.973	11.285	9.155	75,37	61,14	81,13
1901	14.330	16.145	14.720	112,67	102,72	91,17
1902	15.517	12.945	13.157	83,42	84,79	101,64
1903	15.966	11.100	12.927	69,52	80,97	116,46
1904	16.134	10.520	10.025	65,20	62,14	95,29
1905	16.162	10.844	10.821	67,10	66,95	99,79

1906	16.741	20.190	13.966	120,60	83,42	69,17
1907	17.545	11.001	15.680	62,70	89,37	142,53
1908	17.425	12.912	12.658	74,10	72,64	98,03
1909	18.659	15.324	16.881	82,13	90,47	110,16
1910	18.098	10.848	9.724	59,94	53,73	89,64
1911	17.171	13.037	11.358	75,92	66,15	87,12
1912	17.454	12.131	12.080	69,50	69,21	99,58
1913	17.123	14.466	13.267	84,48	77,48	91,71
1914	18.582	13.471	11.270	72,49	60,65	83,66
1915	21.658	15.960	17.061	73,69	78,77	106,90
1916	21.200	12.741	13.039	60,10	61,50	102,34
1917	16.016	15.836	10.606	98,88	66,22	66,97
1918	14.833	9.712	7.433	65,48	50,11	76,53
1919	15.968	7.500	12.963	46,97	81,18	172,84
1920	18.499	13.141	11.525	71,04	62,30	87,70
1921	18.462	17.116	12.369	92,71	67,00	72,27
1922	19.717	14.276	12.679	72,40	64,30	88,81
1923	19.162	14.289	14.466	74,57	75,49	101,24
1924	22.036	15.862	14.226	71,98	64,56	89,69
1925	20.506	14.801	13.482	72,18	65,75	91,09
1926	21.705	15.997	13.751	73,70	63,35	85,96
1927	21.298	18.348	15.115	86,15	70,97	82,38
1928	23.536	27.848	13.881	118,32	58,98	49,85
1929	22.251	26.276	14.281	118,09	64,18	54,35
1930	23.554	27.236	15.228	115,63	64,65	55,91
1931	25.091	21.695	17.851	86,47	71,15	82,28
1932	23.723	25.596	11.935	107,90	50,31	46,63
1933	22.848	29.610	15.459	129,60	67,66	52,21
1934	24.451	23.425	14.147	95,80	57,86	60,39

Fonte: Brasil, Ministério da Agricultura, 1935.

Mesmo antes da primeira grande crise, aquela de 1906, Taunay (1945) já apontava para um primeiro quadro de instabilidades e crises na economia cafeeira de 1821 a 1881. A tabela 13 mostra que após um ótimo preço no ano de 1821, de 25\$400/saca de 60kg, o preço do produto começa a cair e, no período de 1832 a 1847, chega a 9\$205/saca. A partir da safra 1849-1850, o preço do café inicia sistematicamente um intervalo de alta até a safra de 1878-1879.

A notável alta do café em 1873-1874 se deve ao déficit da produção em relação ao consumo mundial. A partir de então, provocada pelo estímulo do preço, ocorrem grandes expansões das lavouras, e, no período de 1873 a 1877, o preço do café chega

em média a um valor de 27\$331/saca de 60kg. E na safra de 1878-1879, presencia-se na história do café uma alta de preço jamais vista até então, quando seu valor atingiu o patamar de 48\$000/saca de 60kg.

Tabela 13. Preço em Contos de Réis por sacas de 60 kg de café no Brasil no período de 1821 a 1882.

Ano (safra)	Contos de Réis
1821	25\$400
1826	10\$850
1831	14\$880
1832-1847	9\$205
1849-1850	15\$817
1858	15\$718
1859	18\$332
1863-1864	27\$012
1870-1871	22\$081
1873-1874	39\$716
1878-1879	48\$000
1881-1882	18\$341

Fonte: Taunay, 1945, p. 239. Elaborada pelo autor.

A partir de então, devido à continuada expansão das lavouras, teve um aumento da produção acima das necessidades de mercado, o que levou à formação de volumosos estoques no Brasil e, conseqüentemente, a pior crise da atividade cafeeira até esse período, quando na safra de 1881-1882 o preço do café no país caiu para 18\$341, valor muito baixo quando comparado com os custos da lavoura (TAUNAY, 1945). Nesse contexto, Taunay (1945, p. 239), citando Martinho Prado Junior⁵⁵, conclui assim a situação dos lavradores da época dedicados ao cultivo do café no Brasil:

Nem sempre, porém, haviam sido favoráveis as épocas aos que se entregavam a sorte de sua vida econômica às vicissitudes das cotações de café, "lavoura que, se dava a casaca, tirava também a camisa", no dizer enérgico de Martinho Prado Junior.

Além disso, Prado Junior (2012), em seus estudos sobre a história do café no Brasil, afirma que o produto da rubiácea etíope trouxe riqueza e progresso, bem como superprodução, provocada pela expansão das lavouras no país. Mas, em sua análise, discorda de Taunay ao afirmar que a primeira grande crise do café é iniciada por volta

⁵⁵Empresário e político brasileiro, foi deputado na Assembleia de São Paulo no período de 1878 a 1889.

de 1896, com os primeiros sinais de desequilíbrio entre produção e consumo mundial do produto. De fato, as informações da tabela 12 confirmam a análise de Prado Junior, onde podemos constatar que, em 1896, somente o Brasil já produzia 83,60% do consumo mundial e participava em exportação com 60,52% do consumo global. Segundo o autor, esses tipos de crises no mercado de café acompanhariam a vida brasileira com profundas repercussões.

Até 1906, as crises acabaram sendo solucionadas pelo próprio mercado. A partir de então, deu-se início às intervenções públicas a cada surgimento de crise no setor cafeeiro brasileiro. O economista Antonio Delfim Neto (2009), considerando os ciclos de crises e as intervenções públicas no setor cafeeiro, classifica a economia cafeeira em três períodos: o primeiro, uma fase do mercado cafeeiro, que mesmo em crise, mas sem necessidade de intervenção governamental, que vai desde a primeira delas até 1906, quando se instituiu o Acordo de Taubaté; o segundo período, de 1906 ao quadriênio 1921-1924, de intervenção estatal no mercado do café com defesa episódica e o terceiro período, do quadriênio 1921-1924 em diante com intervenção estatal e defesa permanente da cafeicultura nacional.

No tocante à crise do café a partir de 1896, Taunay (1945), Prado Junior (2012) e Delfim Neto (2009) caminham no mesmo sentido, apontando sua origem inicialmente em desequilíbrios de mercado, com a produção a partir de 1892 crescendo mais que o consumo de café. Por meio da tabela 12 é possível ainda observar que no período de 1892 a 1896, o consumo mundial de café cresceu 3,14% e a produção brasileira 39,84%. Esse crescimento da produção brasileira impactava a relação entre oferta e demanda do produto a nível mundial, já que participava com 60% em média do consumo mundial de café.

Nesse contexto, é possível identificar três fatores que provocaram o incentivo à expansão e o excesso de produção das lavouras no Brasil, que levaram à crise que teve início a partir de 1896. O primeiro fator esteve ligado a estímulos vindos da demanda de café, conforme aponta a tabela 12, quando, entre os anos de 1891 a 1895, a taxa de crescimento do consumo mundial de café foi de 6,57%, passando de 8.719.000 para 11.213.000 de sacas de 60kg, respectivamente, o que melhorou as perspectivas da cafeicultura estimulando, assim, o aumento dos plantios no Brasil. Um segundo fator que estimulou a expansão das lavouras brasileiras, de acordo com Prado Junior (2012) e

Taunay (1945), foi a política de expansão monetária, com emissão de papel-moeda, empreendida por Rui Barbosa em 1889, então Ministro da Fazenda do governo provisório de Deodoro da Fonseca⁵⁶. Essa emissão de papel-moeda disponibilizou crédito para todos os setores da economia, inclusive para os produtores de café expandirem suas lavouras.

Simonsen (1938) e Delfim Neto (2009) nos apontam o terceiro fator que estimulou a expansão das lavouras de café no Brasil, qual seja, o das desvalorizações cambiais. Segundo os autores, iniciou a partir de 1889, provocada por inflação internacional, um processo de desvalorização cambial, que funcionava também como fator de estímulo à expansão das lavouras, quando a cotação do café internamente subia mais que a cotação do café em moeda estrangeira em altas de preços internacionais; e numa fase de baixa do preço internacional do café, a cotação desse preço em moeda nacional caía menos que a queda dos preços internacionais. Com relação a esse terceiro fator, criava-se nos agentes do mercado cafeeiro localizados no Brasil, proprietários de terra e intermediários da comercialização a ilusão de que os preços estavam em ascensão, mesmo caindo no mercado internacional.

Na análise de Prado Junior (2012), nesse período que vai da metade da década de 1880 a 1896, o cenário para a economia cafeeira foi animador. Os três fatores citados fizeram com que, só em São Paulo, de 1890 a 1900, os plantios duplicassem, passando de 220 milhões para 520 milhões de cafeeiros. E mais, essa expansão aconteceu no Oeste Paulista, de clima favorável à cafeicultura e em terras roxas estruturadas, o que aumentava em muito a produtividade das lavouras, potencializando ainda mais a produção do grão. Esse aumento provocou um acréscimo na oferta do grão acima das necessidades de mercado, o que, segundo Prado Junior (2012, p. 229), provocou "declínio nos preços e formação de estoques invendáveis".

Voltando às informações da tabela 12, podemos confirmar as conclusões da análise de Prado Junior (2012), posto que, no período do triênio de 1888-89-90 a 1895-96-97, a produção de café aumentou em 53,3%, ou seja, em 6,3% ao ano. Vejamos também o excesso de produção em relação ao consumo, quando nos anos de 1896, 1897 e 1901,

⁵⁶ A política de expansão monetária empreendida no Governo provisório de Deodoro da Fonseca provocou especulação financeira e bolha econômica, devido ao excesso de emissão de papel-moeda no mercado brasileiro, gerando crise no mercado financeiro da época, que ficou conhecida como a "crise do encilhamento".

somente o Brasil participava com 83,60%, 91,56% e 112,67% do consumo mundial, respectivamente.

Taunay (1945), em acordo com Caio Prado Junior, constata em sua pesquisa que crescia o volume de estoques de café no mundo e com perspectivas de aumento dos mesmos. E então, em 1896, deu-se início a queda dos preços do café, quando nesse ano caiu em 40% no mercado internacional. Prado Junior (2012) constatou que esse aumento dos plantios em São Paulo chamou a atenção das autoridades da época, que adotaram medidas no sentido de reprimir os avanços dos plantios, quando em 1902 estabeleceu um imposto sobre novas plantações. Assim, três fatores passariam a agir como redutores do ritmo das plantações de café: a queda nos preços internacionais devido ao excesso de oferta em relação à demanda, o imposto sobre novas plantações e dificuldades de vendas do produto no mercado.

Também podemos verificar na tabela 12 que os efeitos desses fatores citados sobre a produção de café foram pífios, quando seis anos após as suas implementações no mercado a produção de café no Brasil continuou a aumentar principalmente partir de 1908. Importante registrar que, no ano de 1894, a procura de café se igualava à oferta nos mercados mundiais. Prenunciava-se assim um período de crise para a cafeicultura brasileira, uma vez que a produção e exportação brasileira cresceram muito com a expansão das lavouras cafeeiras no Brasil iniciadas no final da década de 1880 e a produção dos plantios realizados, a partir de 1890, começariam a chegar aos mercados em 1894-1895⁵⁷.

Confirmando as previsões, iniciou-se uma nova crise no setor cafeeiro a partir de 1896. Com ela, além das buscas de soluções para superá-la, deu-se início a um profundo debate sobre as origens e causas das crises da economia cafeeira. Esses debates se deram em diferentes ambientes, tanto entre governos estaduais, como entre agentes e entidades do setor cafeeiro organizados em classes, inclusive internacionais, que procuraram discutir e propor soluções para a crise do setor.

Com relação ao conteúdo, observa-se, nos debates e propostas para a crise do café, duas tendências dominantes: os que propunham uma intervenção do poder público e, de outro

⁵⁷Sabe-se que após o plantio, a árvore do café levava em média de quatro a cinco anos para iniciar a produção de grãos, o que exigia durante esses períodos recursos financeiros para manutenção da lavoura.

lado, os liberais da época que defendiam que as leis do mercado levariam à solução da crise, eliminando o excesso de produção. Esses debates tiveram seu início já no final da década de 1880, inclusive na esfera governamental. Vamos encontrar claramente essas tendências nas discussões em congressos, encontros de produtores rurais e em governos de províncias e governo federal.

Uma primeira proposta de cunho liberal surgiu de uma autoridade do governo federal. Segundo o estudo de Delfim Neto (2009), essa veio do Ministro da Fazenda do governo do presidente Campos Sales, Joaquim Murтинho, liberalista e defensor convicto da solução da crise via mercado. Segundo ainda o autor, Murтинho, em seu relatório de governo de 1890, afirmava que a intervenção oficial só poderia aumentar os problemas da atividade cafeeira e que o poder público deveria deixar que a produção de café se reduzisse pelas próprias leis de mercado, o que levaria inclusive à eliminação dos produtores que não tinham aptidões para a atividade, ficando ela realizada pelos lavradores de competências para tal e mais organizados para enfrentar as adversidades do meio ambiente econômico.

Com relação às propostas de movimentos organizados por fazendeiros e agentes que atuavam no setor cafeeiro no Brasil, essas, de um modo geral, adotaram posturas favoráveis ao intervencionismo. Taunay (1945) relaciona notadamente os seguintes eventos de movimentos organizados relacionados especificamente à crise que teve início em 1896: uma conferência em Petrópolis, em 1896, com os governadores de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia; um congresso de fazendeiros em São Paulo, no ano de 1896; o Congresso dos Lavradores de Minas Gerais, em 1902, sugerindo aos agricultores de Minas Gerais que não ampliassem as lavouras e procurassem melhorar os tipos de café e propondo também impostos proibitivos para cafés de qualidade inferior; em 1903, outro congresso foi realizado, agora em São Paulo, propondo uma série de medidas para resolver a crise que continuava se agravando. A nível internacional, em outubro de 1902, foi realizada em Nova York a Conferência Internacional para o Estudo da Produção de Café, com a presença dos principais países produtores de café da América do Sul e Central, que identificou a causa das crises do café no desequilíbrio de mercado propondo que os países produtores se orientassem de modo que suas produções acompanhassem o consumo, o que caracteriza uma solução via mercado. Nesse contexto,

Multiplicavam-se as reuniões de fazendeiros e comissários para estudar e tentar resolver a crise cafeeira, quando tais iniciativas em nada adiantavam, pois a crise provinha de causa natural: o desequilíbrio entre produção e consumo (Taunay, 1945, p. 412).

Taunay confirma a análise de Joaquim Murtinho, comentada por Delfim Neto, e as conclusões do Conferência Internacional de Nova Iorque, de que a crise acontecera por excesso de oferta em relação à demanda. Fortalecendo, assim, a tese da não necessidade de intervenção pública e ainda de que, a solução da crise deveria ser resolvida pelas próprias forças de mercado, equilibrando oferta e demanda do produto.

Com relação ao movimento político dos governos de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia, a discussão se centrou na grande extensão das lavouras e excesso de produção de café. Com base nas discussões da Conferência de Petrópolis, os estados participantes assinaram um acordo, que foi transformado em Decreto em 11 de novembro de 1896, visando, através de propaganda no exterior, aumentar o consumo na Europa, Ásia e América. Para colocar em ação a proposta da Conferência, foi instituída a Comissão Propagadora do Café Brasileiro. Mas todas as ações dessa Comissão redundaram também em rotundos fracassos (TAUNAY, 1945).

À medida que a crise da economia cafeeira avançava, agentes do setor, tanto do poder público como da iniciativa privada, tentavam indicar os responsáveis pela mesma. Nas análises sobre a crise da época, os intermediários também apareciam como responsáveis por ela, por se aproveitarem da mesma para especular comercialmente.⁵⁸ Segundo aponta Prado Junior (2012, p. 229-230):

A especulação comercial jogará largamente com a situação. E este fator será de grande importância não somente no setor particular da produção e do comércio cafeeiro, mas em geral na vida econômica e financeira do Brasil. Dependendo como ela dependia do seu principal produto, sofrerá todas as contingências pelas quais ela passará. [...] As grandes colheitas serão aproveitadas para a formação de reservas que pesarão sobre os preços, e que escoarão mais tarde, nos anos de produção menor, em condições vantajosas. Os fazendeiros, obrigados a ceder desde logo seu produto para atenderem aos

⁵⁸Essas estratégias descritas por Caio Prado Junior aconteciam por parte dos intermediários quando se aproveitavam de um fenômeno na produção agrícola conhecido como período de safra e entressafra. A colheita do café ocorre no prazo máximo de quatro meses. No momento pós-colheita, a produção em grandes quantidades aflui para os portos para exportação, o que força a queda dos preços para todos os agentes do setor. Na entressafra os preços sobem e como o produto se encontra de posse dos intermediários, estes ficam com os ganhos desses aumentos de preços, que não são repassados para os lavradores.

encargos da produção, perdiam a diferença para os intermediários que em última instância não eram senão grandes casas financeiras e bancos internacionais que operavam na sombra.

Nessa perspectiva, está a ideia de que a crise do café não era tão nefasta como parecia, e que a mesma só se agravava porque atingia de forma mais dramática produtores rurais, quando na queda dos preços nos mercados internacionais, esses eram deprimidos em maior intensidade, por estratégias dos intermediários, fazendo com que os valores pagos aos produtores não cobrissem seus custos de produção, inviabilizando, portanto, economicamente a produção se os preços continuassem sua escalada descendente. Essa interpretação das origens da crise reforçavam a ideia dos defensores do intervencionismo público, alegando que somente o poder do Estado poderia desmontar esses mecanismos e ações dos agentes intermediários do setor cafeeiro.

À proporção que a crise entre a produção e consumo se agravava os preços continuavam caindo. Nos anos de 1893, 1896 e 1898 os preços por saca de 60 kg foram 19\$284, 13\$876 e 9\$662, respectivamente. Nesse cenário, então, outras correntes políticas e de parte do setor de produção viam na origem da crise cafeeira, o interesse monopolizador baixista por parte dos Estados Unidos da América. Assim, na visão desses grupos, a proposta para solução da crise passaria também pela intervenção do estado brasileiro. Nesse contexto, aparece então os interesses desses grupos em colunas publicadas no *Jornal do Comércio* de São Paulo de 1898, sugerindo, e pela primeira vez, uma proposta drástica de política pública, qual seja, a destruição de 20% das safras brasileiras. Como o Brasil naquele ano era praticamente um monopólio exportador de café, com 70% das exportações mundiais, na ideia dessa proposta, a destruição do percentual proposto, levaria forçosamente a uma valorização do café nos mercados internacionais. Contudo, nesse sentido também nada foi realizado (TAUNAY, 1945).

As propostas intervencionistas para superar a crise ganharam corpo e o governo brasileiro, seguindo a sugestão do Encontro de Petrópolis, empreendeu uma campanha de propaganda do café brasileiro no exterior, obtendo sucesso na diminuição de impostos de importação em diversos países, o que amenizou a crise. Em 1901, apareceu uma nova proposta de intervenção nos mercados para reduzir a oferta, cuja solução, mais radical, não passaria pela retenção do produto, e sim a queima de toda a produção dos cafés inferiores. E mais, com a expectativa de uma super safra em 1901-1902,

sugeriu-se uma taxa de exportação de 20% do valor de cada saca exportada. Novamente, nenhuma das propostas se efetivaram.

Em 1902, surgiu um novo plano intervencionista para os estados de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, de autoria de Quintino Bocayuva, que propunha impor um preço mínimo para o café, baseado na situação privilegiada do Brasil no cenário da economia cafeeira mundial. Entretanto, as políticas que artificialmente pudessem elevar os preços do café foram inviabilizadas, uma vez que os importadores tinham um certo poder sobre o mercado internacional, pois havia grandes estoques do produto nos Estados Unidos da América e Europa (TAUNAY, 1945).

Conforme já citado, essa crise do café trouxe também preocupações a nível internacional. Em outubro de 1902, foi realizada em Nova York a Conferência Internacional para o Estudo da Produção de Café, com representantes do Brasil, México, Costa Rica, República Dominicana, El Salvador, Honduras Nicarágua, Venezuela e Peru. O objetivo da conferência era o de investigar e debater sobre origens da crise que atravessava a indústria cafeeira. A conclusão da comissão organizada para debater a crise identificou na relação entre oferta e procura a origem dela na época, o desequilíbrio no mercado, no qual a oferta era em muito superior à demanda. Em suas análises, a comissão concluiu que numa situação de estoques de dois a três milhões de sacas de um ano para o outro não chegaria a perturbar os mercados por excesso de oferta e nessa situação deveria procurar os agentes do setor para que permanecessem com esses estoques, o que possivelmente poria fim as crises por excesso de oferta (TAUNAY, 1945).

Na análise da comissão da Conferência de Nova York, a queda dos preços recaía quase que exclusivamente sobre os produtores. Em outubro de 1902, os estoques internacionais de café eram de 13.000.325 sacas de 60 kg, o que correspondia a 83,74% do consumo mundial do produto. Essas estatísticas confirmavam a visão geral da Conferência, de que a crise cafeeira tinha suas origens no mercado, ou seja, o excesso de oferta em relação à demanda, e agravada pela especulação dos agentes, o que leva inexoravelmente a quedas de preços, que de 1884 para 1902, foi de 73% para o do café. Taunay (1945) afirma que todos os agentes teriam seus interesses afetados negativamente, inclusive os consumidores internacionais se a crise perdurasse. Logo:

A permanência de preços ruinosos os levaria (produtores de café) ao abandono, mais ou menos considerável, das plantações, com o que perderia o importador de café, pela diminuição dos negócios, o consumidor, que por fim haveria de vir a pagar o café tanto mais caro quanto maior se mostrasse a escassez do gênero.

Os capitalistas e bancos, estes representantes em grande parte de interesses estrangeiros, entidades que forneciam fundos aos lavradores, teriam que partilhar do mal que as arruinava.

As potências comerciais do mundo não deviam, pois, ser indiferentes à ruína dos cafeicultores. Traria esta equivalente restrição do poder comprador de tão importantes clientes, ou, pelo menos, a deslocação da corrente, já estabelecida, de consideráveis transações internacionais (TAUNAY, p. 285).

A Conferência preconizava então algumas medidas para sanar a crise. A primeira foi para os países produtores, no sentido de elevar a qualidade do café, com grãos livres de impurezas, e com fiscalização dos países importadores. A segunda medida seria a organização de uma União Internacional, cujo objetivo seria velar pelos interesses dos produtores, com propaganda escrita e falada, para expandir o "bom uso do café" no mundo. E como última medida, reduzir a exportação para diminuir a oferta no limite de um saldo de estoques não superior a três milhões de sacas de 60 kg para evitar queda de preços (TAUNAY, 1945).

Contudo, em fevereiro de 1906, por pressão de entidades ligadas a fazendeiros, foi idealizada uma proposta intervencionista, por parte de autoridades públicas, mais especificamente entre os governadores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, que em conjunto com o Governo Federal, assinaram o que veio a ser conhecido como o Acordo de Taubaté. A ideia básica desse Acordo seria o de uma política de valorização do café, que deveria ser aprovada pela presidência da república. Essa política foi então ratificada pelo presidente Afonso Pena, logo que assumiu o mandato em 1906. Esse acordo é o início de políticas intervencionistas no mercado de café e como estratégia a ser adotada por longos anos, e essas políticas serão sempre no sentido de valorização do produto (DELFIM NETO, 2009).

Esse Acordo objetivava artificialmente provocar um equilíbrio entre oferta e demanda de café, com intervenção governamental na compra de excedentes de produção junto aos cafeicultores. Os recursos financeiros para as aquisições dos excedentes produzidos, viria por empréstimos estrangeiros de bancos americanos e europeus, cujos recursos para amortização e pagamento dos juros desses empréstimos viria por um imposto cobrado sobre cada saca de 60 kg de café enviada ao exterior. Como essa política poderia estimular ainda mais os plantios cafeeiros, os governadores participantes do

Acordo, assentiram que medidas deveriam ser adotadas para desencorajar os produtores a expandir suas lavouras (FURTADO, 1979).

Em sentido semelhante, Delfim Neto (2009) mostra, ao analisar o Convênio, que as preocupações de Furtado (1979) procedem, pois na visão do autor os mecanismos de intervenção propostos no referido convênio, teoricamente era semelhante a uma política de garantia de preços mínimos, que consistia em comprar café a um preço fixado, estocá-lo e vendê-lo no mercado internacional a um preço superior ao fixado internamente, quando o consumo fosse maior que oferta, o que estimularia internamente novos plantios.

Em uma análise de cunho econômico, o economista e estudioso de políticas agrícolas do Brasil, Carlos José Caetano Bacha (2012), descreve em maiores detalhes o funcionamento prático do Acordo de Taubaté. Em suas próprias palavras:

... decidiu-se criar uma Caixa de Conversão (que funcionaria como um Banco Central, mas com funções limitadas) para garantir estabilidade da moeda, ou seja, seria mantido estável o valor da moeda nacional em relação à moeda estrangeira de referência, que na época era a libra esterlina. Essa Caixa de Conversão tinha lastro de 15 milhões de libras esterlinas, o qual se originou da tomada de empréstimo externo, cujo serviço da dívida seria pago e garantido com uma sobretaxa cobrada sobre cada saca de café exportada. Além disso, definiu-se um preço mínimo para a compra de cada saca de café, sendo que seriam utilizados recursos da Caixa de Conversão nessas compras. Afora isso, os governos participantes do Convênio de Taubaté se comprometiam a incentivar o consumo interno e externo do café e desincentivar novos plantios de cafeeiros (BACHA, 2012, p. 133).

Basbaun (1981) acrescenta mais alguns elementos do funcionamento desse Convênio. Segundo o autor, para a gerência e gestão dos recursos financeiros da política de valorização de um modo geral do Convênio foi criada a Comissão de Café do Estado de São Paulo, constituída de cinco banqueiros e de um representante do Governo do Estado, o que demonstra os interesses do setor financeiro na economia cafeeira.

Prado Junior (2012) afirma que a batalha pela intervenção do poder público ganhou ainda o interesse daqueles que defendiam a alta do preço do café, dado que, no quadriênio 1906 a 1910, foram retirados do mercado em torno de 8.500.000 sacas de café de 60 kg. O autor afirma ainda que, além dos produtores rurais, os maiores interessados aparecem na formação da Comissão de Café do Acordo de Taubaté, especificamente banqueiros, afirmando que são eles os maiores interessados nas

políticas que provocaram as altas de preço e retirada de sacas de café do mercado. A mercadoria retirada dos mercados ficou nas mãos dos banqueiros que, nas fases seguintes do plano, será vendida com elevadas margens de lucros⁵⁹.

Prado Junior (2012) expôs claramente quem seriam os beneficiários das políticas acordadas no Convênio de Taubaté:

Enquanto os agentes financeiros da valorização usufruíram assim largamente a operação, os produtores, embora obtivessem durante alguns anos melhores e mais estáveis preços, arcarão depois com todo o ônus dela. São eles que assumem a responsabilidade das grandes dívidas contraídas para executá-la. Para isso se estabeleceu um novo imposto de 5 francos-ouro sobre cada saca de café exportada. Com este imposto pagar-se-ão os juros e amortizações da dívida que até hoje, mais de cinquenta anos depois, e quando a valorização de 1906-10 já passou inteiramente para o domínio da história, ainda não foi de todo resgatada. Os momentâneos proveitos da valorização custariam muito caro aos produtores e à economia brasileira em geral. (PRADO JUNIOR, 2012, p. 233).

Os produtores brasileiros seriam, à primeira vista, os principais beneficiários do Acordo de Taubaté devido ao aumento de preços do café provocado pela retenção na forma de estoques do excesso de produção. Mas esses estoques eram, através do mercado financeiro, controlados pelos bancos que financiaram o programa de valorização do café, que lucrariam quando nas altas dos preços. E mais, quando das necessidades de quitação desses empréstimos, os recursos viriam dos produtores rurais, via cobrança de impostos por saca exportada, pagando eles mesmos por esses recursos financeiros. Os banqueiros internacionais acabaram lucrando via duas fontes nas operações do Acordo: com especulação no comércio de café e juros dos empréstimos concedidos ao programa de valorização do produto.

De acordo com análise de Bacha (2012), três foram as consequências dessa primeira medida de valorização do café: aumento dos preços do produto a nível internacional, ganhos em receita cambial para o Brasil e um lucro de dez milhões de libras esterlinas para a Caixa de Conversão do Acordo de Taubaté. E os altos preços internacionais levaram ao aumento de cafeeiros no Brasil e em outros países, frustrando assim um dos objetivos do Acordo, qual seja, o de desestimular o plantio de novas lavouras no Brasil.

⁵⁹ De acordo com Prado Junior (2012), essas políticas gestadas e implementadas no Acordo de Taubaté gerou revolta e reações no exterior, como por exemplo, de banqueiros franceses que ficaram fora das oportunidades lucrativas do negócio e nos Estados Unidos da América os protestos tomaram outra forma, onde alegavam que a retenção de estoques por parte da Comissão de Café do Estado de São Paulo feria a Lei Sherman contra os trustes, apelando judicialmente que a Comissão de Café liquidasse a mercadoria depositada nos EUA.

Essa fase do funcionamento do Acordo de Taubaté, que vai de 1906 a 1910, foi a primeira grande intervenção no mercado do café, com políticas de valorização do produto, de importância na evolução da história econômica do Brasil. E devido ao sucesso relativo proporcionado por essa primeira experiência de política econômica, essa forma de intervenção se repetirá em décadas seguintes, conforme aquele quadro de análise proposto por Delfim Neto e comentado anteriormente.

Segundo Taunay (1945), a partir de 1910, até a Primeira Grande Guerra, o mercado mundial de café se estabilizou. O café retirado do mercado e estocado foi paulatinamente vendido no decorrer dos anos após o Convênio de Taubaté. No ano de 1911, os estoques baixaram para quatro ou cinco milhões de sacas e, conforme pode-se constatar na tabela 12, o consumo mundial de café já havia subido para mais de 17 milhões de sacas.

Uma segunda intervenção no mercado de café, com operação valorizadora, mas em menores proporções aconteceu na crise originada no período da Primeira Grande Guerra (1914-1918). Dois efeitos da Guerra, a desorganização dos mercados internacionais e queda no consumo, determinaram além da redução das exportações brasileiras, queda nos preços do café. E para agravar ainda mais essa crise, em 1917, ocorreu uma nova super safra, com uma produção de 15 milhões de sacas. E de acordo com Delfim Neto (2009), é nesse momento, então, que se dá a segunda operação valorizadora, com efeitos até 1920. O Governo de São Paulo, com recursos do governo federal, comprou três milhões e 100 mil sacas de café e acertou com o governo francês a exportação de dois milhões de sacas de café. Os estoques foram vendidos nos mercados entre 1918 e 1920 (TAUNAY,1945).

De acordo com Prado Junior (2012), a solução para essa crise veio por meio de um fenômeno climático, quando, em 1918, uma grande geada devastou os cafezais paulistas, reduzindo a oferta de café para os mercados mundiais por vários anos consecutivos. Os efeitos dessa geada podem ser confirmados pela tabela 12, quando no ano de 1917 para o ano 1918 a produção caiu de 15,836 milhões de sacas, para 9,712 milhões, e em 1919 a produção caiu ainda mais, especificamente para 7,500 milhões de sacas. O país só voltou aos patamares de produção de 1917 no ano de 1921.

Com a queda da oferta devido à geada, e o governo do Estado de São Paulo vendendo os estoques, o equilíbrio do mercado cafeeiro foi restabelecido. Logo após o término do

conflito, os mercados internacionais se reorganizaram, a demanda por café aumentou e teve elevação de seus preços nos anos de 1919 e 1920. Delfim Neto (2009, p. 91) mostra um quadro dessa situação, quando nas safras 1918-1919 e 1910-1920, comparando consumo e produção mundial de café, ocorreu um déficit de 420 mil sacas e 2 milhões de sacas, respectivamente. E segundo Taunay (1945), nessa situação favorável, o Brasil e o Estado de São Paulo venderam seus estoques a preços superiores aos de compra, auferindo um lucro de mais de 160 milhões de contos de réis e, em acordo ao contrato celebrado, esse lucro foi repartido meio a meio entre São Paulo e a União.

Não obstante, essa situação favorável no mercado de café no pós-guerra foi de curta duração, a partir da safra 1920-1921, dois eventos alteraram o quadro do mercado de café e o forte poder de barganha dos produtores brasileiros: a inflação mundial e a nova supersafra de café no Brasil, em 1921, de 16 milhões e 200 mil sacas. A inflação mundial corroeu a renda real dos consumidores americanos e europeus, o que levou à retração do consumo, que agravada pela supersafra, levou à queda de preços do café à nível mundial (DELFIM NETO, 2009, p. 91-92).

Assim, esses dois eventos em conjunto levaram a uma nova intervenção, com operação valorizadora no mercado cafeeiro. O governo federal e o governo do Estado de São Paulo entraram no mercado comprando 4 milhões e 500 mil sacas, cujos estoques foram vendidos até 1924. E diante da previsão de uma maior safra em 1923-1924, com a falta de estrutura para estocagem, foram construídos armazéns no interior para esse fim, evitando também a possibilidade de um grande afluxo de café ao Porto de Santos, o que poderia provocar queda no preço do produto (BACHA, 2012).

No ano de 1924, terminam as intervenções episódicas no mercado de café pelo poder público brasileiro. Os resultados dessas intervenções podem ser considerados um sucesso, cujas causas podem ser assim entendidas:

As medidas valorizadoras episódicas de 1906 a 1924 tiveram bons resultados, porque os excessos de produção representam desequilíbrios aleatórios, que ocorreram num ponto de tempo e foram seguidos de safras menores. A grande safra de 1906/1907 esgotou os cafeeiros, o que, associado com a proibição de novos plantios, fez com que as produções seguintes fossem menores. Em 1917, a situação foi favorecida pela geada de 1918, que reduziu a dois terços do normal a safra de 1918/1919 e à metade a safra de 1919/1920. E em 1921, os preços do café se recuperaram com a redução das duas safras seguintes e com a rápida superação da crise mundial vivenciada no início da década de 1920 (DELFIM NETO, 2009, p. 134).

Ao observar a síntese analítica de Delfim Neto acima, não podemos deixar de considerar que no período de 1918 a 1920 houve uma queda da oferta de café nos mercados devido a uma forte geada que caiu no período. Já nos períodos seguintes, o sucesso das operações valorizadoras no mercado só foi possível devido ao fato de o Brasil, no período de 1906 a 1924, ser praticamente um monopolista no mercado mundial de café, quando respondia por no mínimo 65% das exportações internacionais do produto. Os governos do Brasil e de São Paulo, ao comprar e estocar os excessos de produção, diminuía a oferta do produto no mercado, o que tornava a oferta relativamente menor do que a demanda, o que elevava o preço do café no mercado internacional, quando então os estoques e as novas safras brasileiras eram vendidas a esses preços mais elevados, redundando em lucros para esses governos.

Segundo Delfim Neto (2009, p. 107), a partir de 1921, os preços de café tiveram um período de alta para o produtor brasileiro. Os preços na exportação "passaram de 82\$393, em 1921, para 118\$694, em 1922, para 146\$875, em 1923, e para 205\$ 853, em 1924". Esses aumentos de preços se devem a dois fatores que agiram concomitantemente, a elevação do preço do café nos mercados internacionais e deterioração da taxa cambial no Brasil.

As crises da economia cafeeira, de 1906, 1917 e 1921, e o sucesso dos programas valorizadores para solução dessas crises levaram o poder público a idealizar mecanismos de defesa permanente do café. Delfim Neto (2009, p. 107), ao analisar essas crises e as soluções concebidas para superá-las, afirma que foi em 1924, quando se completou a venda dos estoques de café e resgate dos empréstimos contraídos que viabilizaram financeiramente a compra desses estoques, o governo federal, "sob pressão da classe agrícola, descontente com as dificuldades financeiras causadas pelos reguladores", decidiu passar os encargos das políticas cafeeiras para o Estado de São Paulo. Em dezembro de 1924, criou-se em São Paulo, um órgão específico para a política cafeeira, o Instituto Paulista da Defesa Permanente do Café. Esse órgão nesse mesmo ano foi denominado de Instituto do Café de São Paulo (ICESP).

Os objetivos e funcionamento do Icesp são na visão de Prado Junior (2012, p. 234) o de:

controlar inteiramente o comércio exportador do produto, regulando as entregas ao mercado e mantendo o equilíbrio entre oferta e a procura. Para isto, o Instituto terá o direito de reter a produção de café, sem limite de

quantidade, conservando-se armazenada e liberando-a apenas na medida das necessidades do comércio exportador.

Villela & Suzigan (1973), numa análise da história das políticas brasileiras no período de 1889 a 1945, também afirmam que, com a criação do Instituto Paulista da Defesa Permanente do Café em 1924, estava definitivamente institucionalizada a política permanente de defesa do café. Ainda segundo os autores, essa prática política, resultou a longo prazo no aumento da capacidade produtiva da rubiácea, com crises periódicas de superprodução. E no curto prazo, conforme pode-se observar na tabela 12 ocorreu uma superprodução no ano de 1928, quando o Brasil produziu 27.848.000 de sacas e no auge da Grande Depressão, nos anos de 1929 e 1930, mais duas superproduções, com 26.276.000 sacas e 27.236.000 sacas, respectivamente, produções essas superiores ao consumo mundial.

Pelas operações do Icesp, podemos compreender porque essas estimularam o aumento da produção do produto. A partir desse órgão, diferentemente dos planos anteriores, o poder público não intervinha no mercado comprando e vendendo café, mas sim, regulando as entregas com o objetivo de equilibrar as vendas no ritmo ditado pelas exportações. De acordo com Prado Junior (2012), o café retido permanecia em propriedade dos produtores, que para esse fim eram financiados em até 50% do valor da mercadoria retida, por um banco oficial do Estado de São Paulo. O autor afirma que esse esquema que de início objetivava somente regular o mercado, se aproveitando de sua posição privilegiada de quase um monopólio no comércio mundial de café, transformou-se num grande *corner*⁶⁰ do produto, com manobras especulativas que, aumentando os estoques retidos de café ainda a partir de 1926, forçava artificialmente o aumento dos preços. Os preços altos estimularam ainda mais a produção, onde só em São Paulo os cafeeiros subiram de 949 milhões para 1 bilhão cento e 115 milhões de sacas de 60kg no período de 1924 para 1930.

Importante registrar que, a partir de 1917, a política cafeeira era centralizada e controlada pelo Estado de São Paulo. Conforme afirma Delfim Neto (2009, p. 122), a partir de 1930, "um governo de força assumiu o país", e em janeiro de 1931, com a

⁶⁰ Ação de manipulação de mercado, que consiste na compra de um produto ou qualquer outro ativo num mercado, diminuindo sua venda por um determinado período de tempo, elevando artificialmente seu preço, com o objetivo de ganhos financeiros. Essa técnica de manipulação só é possível por parte de um agente ou país, se estes gozarem de posição dominante no mercado, caso do Brasil no mercado mundial de café.

nomeação de um interventor em São Paulo, o Icesp foi reorganizado, e se inicia uma nova fase na política brasileira, com a centralização da política cafeeira pelo governo federal. Em 1931, foi criado o Conselho Nacional do Café (CNC) com o objetivo de organizar e controlar a política desse produto. O Icesp perdeu suas funções e o controle da economia cafeeira passa definitivamente para o Governo Federal. Na esfera federal, continuou a política de defesa do café, que na visão de Prado Junior (2012 indicava uma situação de prosperidade da lavoura cafeeira, com altos preços internos, o que propiciava lucros para os produtores. Na verdade, essa era uma situação criada artificialmente, porque parte da produção não era vendida e permanecia retida à espera de oportunidades para a venda. De acordo com Bacha (2012, p. 134), o volume de estoques de café do Icesp, em 1930, chegava a 16 milhões e quinhentas mil sacas⁶¹, o que representava em valor 10% do PIB brasileiro. E para agravar a crise que se prenunciava, esses estoques eram mantidos com endividamento cada vez maior das fazendas, na obtenção de empréstimos na rede bancária.

O agravamento da crise não veio somente das super safras sucessivas⁶² e do aumento do volume de estoques retidos pelo poder público do Brasil. A ameaça à economia cafeeira veio da economia internacional, com a Grande Depressão Mundial da década de 1930. Com a crise, a providência tomada pelos países capitalistas industrializados foi no sentido de impor barreiras sobre as importações, aumentar a demanda por bens de produção interna, visando aumentar também seus níveis de empregos. Essas medidas implementadas por essas nações levou ao "colapso nos preços das matérias primas exportadas pelos países em desenvolvimento" (BACHA, 2012, p. 147).

Um olhar na tabela 14 confirma que o primeiro grande impacto da Grande Depressão no mercado de café foi no período de 1928 a 1931, quando o preço em libras esterlinas da saca do café caiu em 62%, e em mil-réis nesse mesmo período, a queda do preço da saca do café foi de em 36%⁶³. E de 1928 a 1939 a queda do preço do café em libras esterlinas foi de 14% ao ano e em mil-réis foi de 4% ao ano.

⁶¹ Esses volumes de estoques correspondiam ao volume da supersafra de 1921 e 70% do consumo de café no ano de 1930.

⁶² Nas safras de 1925/1926, 1929/1930 e 1933/1934, a produção brasileira de café foi de 15,5 milhões de sacas, 28,5 milhões de sacas e 29 milhões de sacas respectivamente.

⁶³ Essa queda menor do preço em mil-réis em relação a libras esterlinas, durante todo o período que consta na tabela, foi devido a desvalorização cambial, provocada pela queda nas exportações brasileiras, que provocou a diminuição de entradas de divisas na economia brasileira.

Tabela 14 - Preço da saca de café exportada pelo Brasil, em libras esterlinas e em mil-réis) no período de 1928 a 1939.

Ano	Preço em libras esterlinas	Preços em mil-réis
1928	5,02	205
1929	4,71	192
1930	2,29	120
1931	1,91	132
1932	2,20	153
1933	1,69	133
1934	1,52	149
1935	1,13	141
1936	1,25	157
1937	1,48	178
1938	0,95	134
1939	0,90	135

Fonte: Lima et al, apud Bacha, 2012, p. 148.

Enfim, com a deflagração da crise da Grande Depressão, provocando queda nos preços do café, com níveis de estoques do produto insustentáveis no Brasil e no exterior, estancamento de financiamentos externos para a manutenção das lavouras e estoques, e com as dívidas hipotecárias contraídas pelo produtor brasileiros, a ruína da produção cafeeira era completa, como afirma Prado Junior (2012). E os efeitos dessa crise se prolongarão até após a Segunda Grande Guerra.

Com os efeitos danosos da Grande Depressão sobre a cafeicultura brasileira e diante do grande parque cafeeiro do Brasil, o Governo Federal optou por três medidas, agora mais drásticas, para solucionar essa crise, conforme expostas por Bacha (2012, p. 148):

1. contingenciamento no escoamento da produção de café através do estabelecimento de três tipos de cotas: a de exportação, a de retenção e a de sacrifício. A primeira tinha imediato acesso aos portos de exportação. A segunda parcela da produção tinha de ser retida no interior do país até sua liberação para exportação. E a terceira parcela da produção tinha que ser vendida ao governo a um preço abaixo do custo de produção;
2. os estoques adquiridos pelo Governo Federal tinham que ser incinerados; e
3. foi estabelecido, inicialmente (em 1931), um imposto sobre novos plantios de cafeeiros, os quais (novos plantios) foram proibidos de 1932 até o final de junho de 1943.

Bacha (2012, p. 149), ao resumir os resultados das políticas acima listadas, afirma que o mais importante foi o da destruição de 78,2 milhões de sacas de café no período de junho de 1931 a junho de 1943. Esse volume destruído do produto foi 2,7 vezes maior que a grande safra de 1933/1934. De acordo com dados do IBGE (1990), nos anos de 1931 e 1945, as áreas colhidas são de 3.651.880 hectares e 2.381.561 hectares, respectivamente, uma queda média de 2,99% ao ano no período. Essa queda expressiva das áreas colhidas com café se deve possivelmente ao imposto sobre novos plantios, conforme exposto por Bacha (2012), mas também pelos efeitos dessa crise que perdurou relativamente por um período mais longo, em torno de quinze anos⁶⁴.

Para que as políticas de defesa do café durassem com sucesso durante tanto tempo, na análise de Taunay (1945), fica claro que houve uma movimentação muito bem orquestrada dos governantes dos principais estados produtores. Segundo o autor, os historiadores, se referem, e com razão, como um momento importante do movimento político em torno da economia cafeeira, o Convênio de Taubaté de 1906. Em sua análise descritiva, ele relaciona outros quatro convênios e um importante congresso sobre café realizado em São Paulo, todos organizados pelos governos dos principais estados produtores. Esses Convênios foram realizados nas seguintes datas: em 28 de março de 1927, nove de setembro de 1928, setembro de 1929 e setembro de 1930. Nesses convênios, eram celebrados acordos entre os governadores dos principais estados produtores, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, sempre objetivando a defesa da economia cafeeira. Geralmente os temas eram em torno de sistemas de transporte, preços e quantidades a serem exportadas e estocadas de café, para as safras específicas de cada ano dos encontros.

Em doze de outubro de 1927, foi realizado em São Paulo um Congresso de Café, no qual, além dos representantes dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, também se fizeram presentes representantes de mais outros doze estados⁶⁵. Participaram ainda dos debates, entidades científicas, comerciais e agrônômicas do setor cafeeiro. Os temas versaram sobre as condições agrônômicas da

⁶⁴ Chama atenção sobre a história econômica do café e suas crises, como que políticas elaboradas e tão fortemente implementadas, até o momento aqui descritas, duraram tanto no tempo. Vários autores tratam desse tema, e que nos traz uma luz sobre essa questão, que dentre os quais podemos citar: Affonso de E. Taunay (1945), Celso Furtado (1979), Leôncio Basbaum (1981), Stefan Topik (1987), Raymundo Faoro (2000) e Boris Fausto (2006).

⁶⁵ Paraná, Bahia, Pernambuco, Santa Catarina, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso, Pará, Amazonas, Alagoas e Maranhão.

lavou e das condições de comércio e políticas públicas para a atividade cafeeira, no qual se fizeram discursos veementes sobre a necessidade de políticas de defesa do café⁶⁶ (TAUNAY, 1945, p. 413).

É nesse sentido que Furtado (1979) reforça a ideia de que toda política de valorização do café, iniciada no Convênio de Taubaté e que se seguiu no período da Primeira República, foi uma vitória da oligarquia cafeeira, apesar de outros grupos de interesse exercerem pressão sobre o poder público. As palavras de Furtado (1979, p. 179-180) são lapidares nesse sentido:

A acalorada polêmica que suscitou a política de "valorização" constituiu uma clara indicação das transformações que na época se operavam na estrutura político-social do país. A descentralização republicana havia reforçado o poder dos plantadores de café em nível regional. Vimos já que essa descentralização - que chegou a extremos no caso da aplicação da reforma bancária - não é estranha à excessiva expansão das plantações de café, que ocorre entre 1891 e 1897. Durante esse mesmo período, sem embargo, os grupos que exerciam pressão sobre o governo central tornaram-se mais numerosos e complexos. Assinalamos a importância crescente da classe média urbana, na qual se destacava a burocracia civil e militar, diretamente afetada pela depreciação cambial. O importante grupo financeiro internacional, reunido em torno da casa Rothschild, segue de perto a política econômico-financeira do governo brasileiro, particularmente depois do empréstimo de consolidação de 1898. Por último os comerciantes importadores e os industriais, cujos interesses por motivos distintos se opõem aos dos cafeicultores, encontram no regime republicano oportunidade para aumentar o seu poder político. O primeiro esquema de valorização⁶⁷ teve de ser posto em prática pelos estados cafeicultores - liderados por São Paulo - sem o apoio do governo federal. Diante da relutância deste último, os governos estaduais - aos quais a descentralização republicana concedera o poder constitucional exclusivo de criar impostos às exportações - apelaram diretamente para o crédito internacional e puseram em marcha o projeto.

Foi nesse momento da história do café que o governo federal resolveu assumir as responsabilidades da execução das políticas de valorização do café. O êxito financeiro dessas políticas consolidou a vitória da aristocracia do café e reforçou o poder dela,

⁶⁶ O discurso proferido pelo Dr. Ribeiro Junqueira, importante participante desse Congresso, resume o ideário político sobre a defesa do café na época, e é resumido assim por Taunay (1945, p. 414): "Ele (Dr. Ribeiro Junqueira) lembrou que o problema brasileiro do café era produzir dinheiro, o máximo de dinheiro, e não o máximo de café. Referiu-se aos processos desleais da concorrência estrangeira que rotulava de brasileiros os seus maus cafés e impunha nomes exóticos aos nossos bons tipos. Historiou as crises cafeeiras e descreveu o aparelhamento vigente da defesa. Era preciso maior colaboração entre a União e os Estados cafeeiros. Convinha também manter inflexibilidade de rumos, impedindo-se a existência de grandes estoques extra brasileiros. Louvores se endereçassem aos organizadores e dirigentes da defesa cafeeira, que sustava a não remuneração do trabalho nacional. Era preciso, precipuamente, regulamentar o escoamento das safras e manter um preço mínimo - "coisa sagrada", porque resguardava a vida e o conforto dos lares brasileiros, a ordem e a disciplina do trabalho, e o patrimônio da Nação" (TAUNAY, p. 413).

⁶⁷ O autor está se referindo ao Convênio de Taubaté.

submetendo o governo federal aos interesses dos seus segmentos até 1930 (FURTADO, 1979).

Furtado (1979) ainda revela porque a mobilização por parte dos governantes e da classe política em torno da defesa do café durante 36 anos foi tão consistente e robusta. Antes de tudo, para melhor compreender a estrutura do setor cafeeiro, o autor em sua análise compara as atividades da produção açucareira do ciclo da cana-de-açúcar. Na visão do autor, os produtores de açúcar no Brasil eram responsáveis somente pela produção e processo de beneficiamento no Engenho, e o controle em si de toda a cadeia produtiva do açúcar era monopólio de agentes sediados em Portugal e Holanda. Assim, os Senhores de Engenho do Brasil não tinham uma consciência clara de seus interesses.

Afirma Furtado (1979) que o comércio que se desenvolveu, tendo como bases os ciclos econômicos anteriores, na capital do Império e nos núcleos urbanos próximos a essa capital, inclusive na vizinha Província de Minas Gerais, adquiriu certa importância econômica e financeira. O autor lembra que esses empresários do comércio, inclusive do mercado do café, passaram também a se dedicar à lavoura cafeeira, o que deu origem então a uma nova classe de empresários do setor do café, que se constituíram na vanguarda da expansão cafeeira, e que os mesmos não tinham um perfil exclusivamente ruralista e passaram a conhecer e agir em todas as etapas que envolviam o setor cafeeiro. Destarte, esses empresários do café desenvolveram uma consciência clara de seus interesses:

A economia cafeeira formou-se em condições distintas. Desde o começo, sua vanguarda esteve formada por homens com experiência comercial. Em toda a etapa da gestação os interesses da produção e do comércio estiveram entrelaçados. A nova classe dirigente formou-se numa luta que se estende em uma frente ampla: aquisição de terras, recrutamento de mão-de-obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, interferência na política financeira e econômica. A proximidade da capital do país constituía, evidentemente, uma grande vantagem para os dirigentes da economia cafeeira. Desde cedo, eles compreenderam a enorme importância que podia ter o governo como instrumento de ação econômica (FURTADO, 1979, p. 115-116).

Assim, surgia, na sociedade brasileira, a subordinação de instrumentos políticos aos interesses de um grupo econômico local, especificamente os agentes ligados ao setor cafeeiro. O auge desse processo de controle sobre o poder público acontece na Proclamação da República. Mas a heterogeneidade dos interesses na época não atendia com a "necessária prontidão e eficiência" os interesses dessa nova classe dirigente

(FURTADO, 1979, p. 116). O autor conclui assim sua análise e os resultados acerca da política de controle do poder público dessa nova classe socioeconômica da época:

A descentralização do poder permitirá uma integração ainda mais completa dos grupos que dirigiam a empresa cafeeira com a maquinaria político-administrativa. Mas não é fato de que hajam utilizado o governo o que singulariza os homens do café. E sim que hajam utilizado esse controle para alcançar objetivos perfeitamente definidos de uma política. É por essa consciência clara de seus próprios interesses que eles se diferenciam de outros grupos dominantes anteriores ou contemporâneos (FURTADO, 1979, p.116).

Basbaun (1981) nos mostra como se fez esse controle da classe da economia cafeeira sobre o poder político no Brasil. Segundo o autor, o café, a partir da fundação do Partido Republicano Paulista (PRP) em 1883, dominou a política brasileira até o advento da Revolução de 1930. O PRP compartilha interesses com o Partido Republicano Mineiro que, em combinações eleitorais, dominam politicamente o Brasil, mesmo com algumas concessões a pequenos estados. Paulistas e mineiros, com absoluta unidade entre esses estados, se revezavam na Presidência da República. O autor afirma que as forças que controlavam as políticas e ações desses partidos foi sempre a dos interesses do setor cafeeiro. Essa estrutura política se encerra com a ascensão ao poder de Getúlio Vargas no ano de 1930, quando o controle da política cafeeira passou para a esfera federal, com a institucionalização do CNC.

Segundo Fausto (2006) e Topik (1987), apesar da posição hegemônica da oligarquia cafeeira na estrutura do poder público no Brasil, as políticas públicas de valorização do café eram pensadas e gestadas no sentido dos interesses também do Estado e de financiadores externos dessas políticas do Brasil. Os argumentos dos autores são no sentido de que o café era responsável por mais 60% da arrecadação pública, com a qual os governos executavam suas políticas públicas, dependendo, portanto, do sucesso da economia cafeeira, sem a qual entraria em colapso o próprio estado. Em relação aos interesses dos banqueiros internacionais, os autores nas suas análises concluem que esses tinham interesse no sucesso da exportação do setor cafeeiro, pois somente com a entrada de divisas, o Brasil poderia adquirir mais empréstimos e, desse modo, mais retornos financeiros para os bancos do exterior que teriam assim também capacidade para saudar seus compromissos financeiros com esses agentes, quando na época essas divisas eram quase que exclusivamente oriundas das exportações de café. Justificando

assim as políticas de desvalorizações cambiais executadas em vários momentos da Primeira República em favor do café.

Faoro (2006) e Topik (1987) concluem que, apesar da Primeira República ser idealizada sobre os princípios do liberalismo econômico e político, e tais princípios consagrados na Constituição Brasileira de 1891, a estrutura econômica e social da época, baseada na economia agroexportadora cafeeira, e pelas condições em que essa foi historicamente se consolidando, a dependência do poder público com relação a essa economia, o *laissez-faire* deu lugar ao intervencionismo na economia do Brasil.

Mesmo com o fim da Primeira República em 1930, e apesar da crise de 1929, a atividade cafeeira brasileira mantinha seu ritmo e dinâmica de produção. Foi na supersafra de 1931-32, que o poder público e os agentes do setor do Brasil chegaram à conclusão de que o país estava com excesso de capacidade em relação ao consumo mundial. Mas mesmo diante da crise mundial, de 1930 a 1931, os preços internos do café passaram de 119\$540 para 131\$483 a saca, respectivamente, mesmo não aumentando o consumo internacional do café. Essa valorização interna se deveu à desvalorização cambial, que tornava difícil o pagamento da dívida externa brasileira e também dificultava a obtenção de empréstimos externos. Aos níveis relativamente altos dos preços internos aliado à volumosa produção e dificuldade de obtenção de recursos financeiros, se tornava irrealizável a defesa de valorização do café (DELFIN NETO, 2009).

De acordo com Delfim Neto (2009), no ano de 1931, o governo federal adquiriu os estoques que ainda não tinham sido comprados. Entretanto, através do Decreto n. 19.688 de 11 de fevereiro de 1931, instituiu dois impostos: um primeiro, anual de 1\$000 por cada novo pé plantado nos cinco anos seguintes, para aqueles estados com mais de 50 milhões de cafeeiros; um segundo imposto de 20% em espécie, esse destinado para compra e destruição de café. Em 1931, o governo federal, visando maior controle da política cafeeira, criou o Conselho Nacional do Café, quando a partir desse momento o Instituto do Café do Estado de São Paulo perdeu suas funções.

O Conselho Nacional do Café, em sua primeira importante operação, destruiu em 1931 12 milhões de sacas de café. Mas com previsão de uma volumosa safra para 1933-1934, em dezembro de 1932, o preço do café caiu em 64,66% a nível internacional. E para proporcionar uma maior organicidade ao programa de defesa do café, em 1933, o

governo federal, em substituição ao Conselho Nacional do Café, criou o Departamento Nacional do Café (DNC) (DELFIM NETO, 2009).

A grande safra prevista para 1933-1934 se confirmou em 29 milhões de sacas conforme demonstra a tabela 11. Em sua primeira operação, o DNC dividiu a produção dessa safra em três cotas: 30% para exportação, 30% para retenção e 40% como cota de sacrifício. Só em 1933 foram destruídas 13,9 milhões de sacas, o correspondia a 90% da exportação daquele ano. Em resumo, entre 1927-28 e 1933-34, o Brasil produziu quatro grandes safras, o que resultou num estoque acumulado de café de 50 milhões de sacas. Até 1933 foram queimadas 26 milhões de sacas, e no final de 1934 foram destruídas 50 milhões de sacas. Apesar das eliminações, o preço do café na Bolsa de Nova York, além de oscilações periódicas, continuava sua tendência de queda, como também dificuldades na venda de café no mercado mundial. E no ano de 1937 foram queimadas mais 17,2 milhões de sacas, mais do que as exportações de qualquer ano. Em 1938 e 1939, foram destruídos 8 milhões e 3,9 milhões de sacas de café, respectivamente (DELFIM NETO, 2009).

De acordo com Delfim Neto (2009), condições climáticas desfavoráveis e abandono dos cafezais, a partir da safra 1943-44, eliminou definitivamente a cota de sacrifícios. E, a partir dessa safra, os preços do café passaram a ser controlados pelo Office of Price Administration (OPA) dos EUA. Ao todo, de 1931 a 1944, foram destruídas 78,2 milhões de sacas, o que representava três vezes o consumo mundial. Após o início da II Grande Guerra (1939-45), o Brasil produziu a última safra acima de 20 milhões de sacas. E durante a Guerra, conforme informações da tabela 11, produziu em média 13 milhões de sacas, com manutenção de estoques mínimos.

Logo após a Segunda Grande Guerra, o cenário da atividade cafeeira se altera novamente. Os preços do café subiram vertiginosamente, conforme observável na tabela 14, quando no ano 1946 o preço do café subiu 38,50% em relação ao ano anterior. Nesse cenário, foi extinto o DNC e criou-se o Departamento Econômico do Café (DEC), vinculado ao Ministério da Fazenda, e que se incumbiria de toda a política cafeeira até 1952.

Observando a tabela 15, podemos constatar que os preços do café no período de 1949 a 1954 foram favoráveis aos cafeicultores brasileiros, quando cresceu a uma taxa de 21,72% ao ano. E, de acordo ainda com Delfim Neto (2009), no período de 1954 a

1958, o Brasil continuou com sua política de defesa do café, ora com garantia de preço mínimo e quando em épocas de inflação, com aumento do dólar-café, o que também incentivava a produção interna. E no aumento de produção na safra 1954-55, o governo voltou a comprar um total de 3,7 milhões de sacas e em 1955 as compras foram suspensas.

Delfim Neto (2009) explica que esse crescimento dos preços internacionais do produto foi, principalmente, devido às dificuldades de pagamentos internacionais, que provocou o aumento da procura por cafés mais baratos, e na safra de 1947-48 e 1948-49 o Brasil exportou 16,1 milhões de sacas e 17,4 milhões de sacas, respectivamente, vendendo inclusive todo café estocado no país. Assim, os mercados reagiram com aumento de preços, devido à liquidação dos estoques e subiu ainda mais com a Guerra da Coréia em 1951, mesmo congelando preços e salários nos EUA. O autor afirma também que a partir de 1951, se restabeleceu a política de defesa com medidas como: limitação das entradas nos portos, estabelecimento de margens para exportação e anúncio por parte do Governo Federal de compra de café visando sustentação de preços, política que vigorou até 1953.

E sobre esse tema prossegue Cardoso de Melo (2009, p. 6):

Em 1957, chegou-se a um acordo parcial entre os principais produtores latino-americanos e assinou-se um documento conhecido por Convênio do México, o qual simplesmente fazia referência a quantidades a serem exportadas. Para a safra presente (1958-59) continua em vigor um acordo do mesmo gênero, pelo qual o Brasil se comprometeu a retirar do mercado cerca de 85% dos excedentes mundiais.

Foi nesse cenário, que no ano de 1952, foi criado o Instituto Brasileiro do Café (IBC), que segundo Perspectiva (2006, p. 18) era uma autarquia vinculada ao Ministério da Indústria e Comércio, com a função de administrar efetivamente toda a política econômica do café no Brasil e no exterior, tendo como funções, "a maior competitividade de preços, a melhor qualidade de nosso café, a ordenação racional dos plantios e o aprimoramento dos métodos culturais". Tais funções foram exercidas pelo órgão até sua extinção em 1990.

Tabela 15 - Preço médio de café (verde e solúvel) no Brasil no período de 1945-1970.

Ano	Preço (US\$/sc de 60 kg)	Taxas anuais de crescimento (%)
1945	16,18	-
1946	22,41	38,5
1947	28,17	25,7
1948	28,05	-0,43
1949	32,61	16,26
1950	58,34	78,9
1951	62,79	7,63
1952	66,07	5,22
1953	70,05	6,02
1954	86,83	23,95
1955	61,61	-29,05
1956	61,27	-0,55
1957	59,05	-3,62
1958	53,36	-9,64
1959	41,98	-21,33
1960	42,37	0,93
1961	41,86	-1,2
1962	39,24	-6,26
1963	38,27	-2,47
1964	50,83	32,82
1965	52,4	3,09
1966	45,41	-13,34
1967	42,29	-6,87
1968	41,88	-0,97
1969	43,11	2,94
1970	57,46	33,29

Fonte: Anuário Estatístico do Café (1977).

João Manuel Cardoso de Melo (2009) afirma que o Brasil, a partir de 1953, se voltou para outra forma de política externa para o café, com esforços consideráveis no sentido de convencer seus concorrentes no mercado internacional, sobre as vantagens de acordos entre os principais produtores e exportadores mundiais visando estabilizar o mercado internacional do produto. E quando essas medidas pareciam que seriam concluídas com êxito, mudanças nas políticas internas inutilizam aqueles esforços.

Após esse Convênio do México, no qual participou sete países latino-americanos, outros eventos nesse sentido foram organizados nos países americanos, visando estruturar o mercado cafeeiro. Em 1957, em Washington, foi assinada a Convenção Internacional do

Café, composta por quinze países latino-americanos, mais Portugal e França, estes representando suas colônias produtoras de café. Nessa Convenção se estabeleceu cotas baseadas na redução de 10% sobre o volume exportado no período de 1948-1958. E, em 1962, com a participação dos Estados Unidos da América, foi assinado o Acordo Internacional do Café, que foi na verdade uma prévia do que viria a ser a Organização Internacional do Café (OIC), instituída em 1963 (RETROSPECTIVA, 2006).

Mas o IBC, a par desses acordos, propunha políticas internas para a economia cafeeira, que são assim expressas por Retrospectiva (2006, p. 35):

Em paralelo às negociações visando a estabilização do mercado mundial, o IBC traçava outras políticas internas, também com o objetivo de ordenar a produção e dar vazão aos excedentes das grandes safras: 1ª) lançamento da "Campanha para o Aumento do Consumo Interno" que se realizaria de 1958 até 1974. 2ª) política de erradicação dos cafezais não produtivos, a partir dos anos 60, atendendo também a uma recomendação incluída no Convênio Internacional do Café, para a limitação de plantio e a formação de um fundo internacional de financiamento à diversificação econômica das regiões cafeeiras. 3ª) estabelecimento de mecanismos para a criação efetiva de indústria de café solúvel.

Delfin Neto (2009) concorda que a realização de uma política de acordos internacionais, seria a única maneira de estabilização dos mercados cafeeiros, ou pelo menos redução de sua instabilidade, mas que ainda não seria a melhor política para o Brasil. O autor sugere, por ser o café o principal produto de exportação e principal gerador de divisas, que a melhor política para o Brasil não seria aquela de obter o máximo preço por saca no curto prazo e sim aquela que garantiria a receita máxima de divisas no longo prazo. A visão era de que a sustentação de altos preços no mercado atrairia um maior número de países concorrentes, diminuindo a capacidade do Brasil de exportar, que por sua vez diminuiria a entrada de divisas, o que poderia travar o desenvolvimento do país.

Ao analisar a tabela 15, verificamos uma queda abrupta dos preços do café a partir da segunda metade da década de 1950. De 1954 a 1959, a queda do preço do produto foi de 63%, o que corresponde em média a uma queda de 8,76% ao ano. O aumento dos preços, a partir do final da década de 1940, aliado às políticas de garantias de preços e compra de excedentes por parte do poder público na década de 1950, conforme comentado anteriormente, estimulou novos plantios que, no ano de 1959, estavam com uma capacidade instalada de 4,3 bilhões de pés, com potencial de produção de 30 milhões a 40 milhões de sacas de café, o que excedia em muito a demanda mundial do

produto⁶⁸. Novamente o mercado mundial sinalizava com um excesso de oferta em relação à demanda uma nova crise na economia cafeeira brasileira.

A crise se fez evidente na queima interna de estoques do café, quando de 1949 a 1952 foram destruídas 10 milhões de sacas e com estoques acima de 40 milhões de sacas, o que levava o poder público brasileiro a arcar com elevados custos de armazenamento. E para agravar ainda mais a crise, pelo Acordo Internacional do Café, o Brasil só poderia embarcar nas safras de 1963/1964, 1964/1965 e 1965/1966 18,7 milhões de sacas, 16,80 milhões de sacas e 17 milhões de sacas, respectivamente, e que diante dos volumes internos de produção, só uma solução restava, que era a compra e estocagem por parte do poder público brasileiro do excedente de café produzido internamente (RETROSPECTIVA, 2006).

Então, para melhor estruturar a política cafeeira, foram criados mais dois órgãos para aparelhar o IBC na condução da economia do café, quais sejam, o DEC em 1961 e o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA). Esse último tinha como objetivo solucionar as crises geradas pelas últimas grandes safras, que se iniciaram na supersafra de 1949, e pensar uma solução definitiva para o problema histórico das crises.

Devemos recordar que pelo Convênio Internacional do Café foram firmadas algumas recomendações políticas para a economia cafeeira para os países signatários daquele Convênio. E duas são fundamentais para superar as crises no mercado cafeeiro: limitação de plantios e diversificação econômica nas regiões produtoras de café. E para implementar essa última, foi acordado a formação de um fundo internacional de financiamento.

Então, o Governo Federal, a partir do diagnóstico das causas da queda acentuada dos preços do café a partir da segunda metade da década de 1950, e com os objetivos de adequar a produção à demanda e modernizar os métodos de cultivo, decidiu, através do IBC, implantar uma política jamais adotada em qualquer outra época da história do café no Brasil, o da erradicação dos cafezais antieconômicos e de menor produtividade. E coube ao Gerca a implementação dessa nova política.

⁶⁸ No ano de 1959 a produção brasileira de café foi de 43, 816 milhões de sacas de 60 kg.

De acordo com o IBC (1967), essa política de erradicação foi realizada em duas fases: uma no período de 1962 a 1965 e uma segunda no período de 1966 a 1970. E, segundo ainda esse documento, a previsão, na primeira fase, era erradicar 45% dos cafezais do Brasil. Segundo Lazzarini (196.), em 1962, o Gerca apresentou o primeiro plano diretor que propunha a erradicação de 2 bilhões de pés de café antieconômicos, a diversificação de culturas nas áreas liberadas e renovação racional das lavouras cafeeiras. De acordo com Bacha (2012), nas duas fases da política de erradicação, especificamente no período de 1962 a 1968, foram erradicados 1,716 bilhões de covas, quando a população cafeeira passou de 4,026 bilhões de pés em 1962 para 2,31 bilhões de pés em 1968, ou seja, foram erradicados 57% dos cafezais do Brasil naquele período. Essa foi a maior intervenção pública na história das crises do café no Brasil. E foi essa crise que afetou drasticamente a cafeicultura e a economia capixaba, como veremos no próximo tópico.

3.2 As crises do café e suas consequências na cafeicultura e na economia do estado do Espírito Santo

O objetivo desse tópico é o de analisar as consequências das crises periódicas do café na atividade cafeeira e na estrutura da economia do estado do Espírito Santo. Esse tópico terá como base estudos já realizados sobre esse tema e também relatórios de entidades e de autoridades públicas ligadas ao setor de café do Estado. Importante frisar que a profundidade da análise estará limitada principalmente pelos documentos históricos disponíveis e acessíveis.

Com relação à Política de Valorização do Café, com suas medidas de retenção de estoques e destruição do produto, essa teve pouca repercussão no estado do Espírito Santo. A partir da primeira metade da década de 1920, têm início no Estado, visando a valorização do produto, medidas para viabilizar um sistema de transporte ligando a região sul do Estado com Vitória, estruturação do sistema de comercialização com a institucionalização do Bolsas de Café de Vitória e vinculada a essa Bolsa um sistema de classificação de café por tipos. Os efeitos dessas medidas serão discutidos adiante.

Mas as análises dos efeitos das crises do café sobre a cafeicultura e economia do Espírito Santo, de um modo geral, se fixam na última delas, especificamente aquela que teve início em meados da década de 1950 e que deu origem à Política de Erradicação de

Cafezais no Brasil, por causar um impacto devastador tanto na economia cafeeira como na economia do Estado do Espírito Santo. Os autores de um modo geral afirmam que, mesmo nas fases de crise, com exceção da última, a cafeicultura capixaba continuava seu curso, não respondendo de forma importante a elas quando comparados a outros estados cafeeiros. Realmente, se observarmos o gráfico 1.1 do primeiro capítulo, podemos constatar que o crescimento da produção e exportação de café no Estado do Espírito Santo é lento mas constante, não apresentando quaisquer movimentos importantes dos efeitos das crises.

Cabe lembrar que é importante considerar três aspectos da situação da cafeicultura capixaba, desde sua expansão com a colonização europeia a partir de meados do século XIX até o final da década de 1960. Esses aspectos já foram explorados anteriormente neste trabalho, mas nesse momento é importante fazer algumas considerações que ajudam explicar o comportamento do setor cafeeiro diante das citadas crises. O primeiro se refere à importância da cafeicultura capixaba no total das exportações brasileiras que, de acordo com as estatísticas da tabela 2, até a década de 1960, o Estado do Espírito Santo não teve destaque na composição da exportação de café, pois em média sempre esteve abaixo de 8% do total exportado pelo Brasil. O segundo aspecto diz respeito ao tipo de café produzido no Estado do Espírito Santo que, por produzir um café de qualidade inferior, onde 80% da produção era do tipo 7 e 8, não participava do mercado mundial em que o Brasil geralmente atuava.

O Estado concorria nos mercados internacionais com os cafés africanos, ambos utilizados para compor *blends* na indústria de café dos países importadores. Esses tipos de café eram assim negociados a preços mais baixos e toda a produção capixaba era na sua totalidade vendida, não necessitando, portanto, de retenção de estoques nem de destruição do produto. O terceiro aspecto se refere ao tipo de estabelecimento rural do Estado, no qual predominava o pequeno e médio com trabalho familiar, com diversificação de atividades e tamanho pequeno das lavouras de café, o que resultaria numa menor influência relativa das variáveis de mercado nas decisões do agricultor na gestão do estabelecimento rural. Quando o café entrava em crise, os produtores rurais capixabas aumentavam as áreas plantadas com outras culturas para compensar os efeitos das crises. Esses três fatores explicariam a estabilidade do comportamento da cafeicultura capixaba em relação às crises. Essas questões serão abordadas mais detalhadamente nesse tópico.

De acordo com a análise do tópico anterior, em relação à participação do Estado do Espírito Santo nas discussões e decisões de políticas nacionais de defesa do café, pelo que consta nas obras dos principais autores e dos documentos disponíveis, o Estado participou dos seguintes eventos importantes para debater e decidir sobre a economia cafeeira de valorização do produto no Brasil: Conferência de Petrópolis em 1896, em conjunto com os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais; o Congresso realizado em São Paulo em 12 de dezembro de 1927, com mais treze estados produtores de café; dos quatro convênios realizados em 28 de março de 1927, nove de setembro de 1928, setembro de 1929 e setembro de 1930. O Espírito Santo não se fez presente no mais importante evento histórico da política do café, o Convênio de Taubaté, a partir do qual se inspirou e institucionalizou as políticas de defesa e valorização do café no país.

Nas políticas de valorização do café, apesar de o Espírito Santo participar de quatro convênios e dos principais congressos, o Estado acabou sendo apenas signatário das decisões tomadas pelos mesmos, devido às condições da cafeicultura capixaba, a qual participava relativamente com baixo volume de exportação no total e tipo principal exportado pelo Estado, que era café de qualidade inferior.

Diferentemente de outras regiões do Brasil, as crises do mercado de café no estado do Espírito Santo, alteraram a estrutura fundiária do território. No estudo de Rocha & Cossetti (1983), os resultados revelam que o principal efeito das crises do café de 1896 a 1910 e de 1913 a 1918 foi o de acelerar o processo de constituição da pequena propriedade, alterando a estrutura fundiária do estado do Espírito Santo. Os autores lembram o que já haviam constatado outros autores, que a pequena produção familiar e as grandes fazendas do sul haviam adotado a parceria e o assalariamento como relações de trabalho, e que as crises do café afetaram de forma diferenciada a pequena e a grande propriedade cafeeira no estado do Espírito Santo.

No que se refere à pequena produção, as crises não colocaram em risco sua reprodução. Quando o preço do café caía, caía a renda monetária, porque o café era praticamente o único produto de mercado do produtor rural. Mesmo com o preço do café em queda, o processo de produção dos produtos de subsistência continuava, e a queda na renda monetária somente diminuía o consumo de bens importados e os produtores não abandonavam o cultivo de café, porque era esse produto que, mesmo com o preço em queda, possibilitava ao produtor uma renda monetária, da qual se utilizava para comprar

os produtos que não produzia internamente no estabelecimento rural (ROCHA & COSSETTI, 1983)

De acordo com Rocha & Cossetti (1983), nas grandes propriedades, com o fim da abolição, também se adotou a parceria, mas para substituir a mão de obra escrava. Os parceiros reivindicavam perante os fazendeiros lotes para cultivos de sua subsistência. Mas para os parceiros, essa era uma situação provisória, pois o que eles desejavam e lutariam para alcançar, era também a condição de proprietários. Nas crises de queda de preço de café, a queda na renda do grande produtor provinha de duas direções: da queda do próprio preço do café e também a perda financeira ao conceder vantagens aos parceiros. A descrição abaixo resume claramente o desfecho da situação:

Havia uma tendência natural a que os parceiros abandonassem as fazendas, tornando-se pequenos proprietários. Com isto, os fazendeiros se viam desprovidos da força de trabalho para tocar a lavoura, e impossibilitados de dispor da mercadoria-café, através da qual obtinha os recursos necessários ao custeio de suas despesas. Passavam a dispor assim, tão somente da mercadoria-terra, que nos momentos de dificuldades financeiras poderia ser vendida em pequenas partidas, muitas vezes para os próprios ex-parceiros. No momento de crise de preços de café, a relativa impossibilidade de aumentar a exploração sobre os parceiros, aumentava a necessidade de vender parte das terras. Por outro lado, como o objetivo de utilizar temporariamente a força de trabalho dos colonos, o grande fazendeiro vendia a eles pequenos lotes de suas próprias terras, com isso, obtinha recursos financeiros, e mantinha próximo às suas fazendas a força de trabalho que eventualmente utilizaria. Portanto, a crise de preços do café acelerava uma tendência natural de desagregação das grandes fazendas sulinas (ROCHA & COSSETTI, 1983, p. 66-67).

Na crise de 1897, esse processo foi mais intenso na região onde se localiza hoje os municípios de Castelo e Conceição de Castelo, com o fenômeno chamado de recolonização, quando os imigrantes da ex-colônia de Rio Novo migraram para as áreas desses dois municípios e adquiriram lotes de terras dos antigos fazendeiros que, com a crise daquele período, não conseguiram mais manter suas atividades no setor cafeeiro. Nesses municípios passou a predominar também a pequena propriedade. Somente a região onde hoje se localizam os municípios de Muqui, São José do Calçado, Bom Jesus do Norte e Mimoso do Sul, onde os cafezais haviam sido plantados na década de 1880 em diante e, portanto, com melhores produtividades, e aliado a isso, contavam com baixos custos de transportes devido a proximidade da estrada de ferro, "conseguiram sobreviver à crise, sem sofrer subdivisão em pequenos lotes" (ROCHA & COSSETTI, 1983, p. 67-68).

Rocha & Cossetti (1983) analisaram também a estrutura de comercialização do café no Espírito Santo no final do século XIX e início do século XX. Constataram que a produção de café das grandes fazendas do sul do Estado era comercializada por grandes empresas comerciais da região, que vendiam o café para exportadores do Rio de Janeiro. Esse comércio com a capital federal da época era viável devido à ligação por estrada de ferro do sul do estado do Espírito Santo com o Rio de Janeiro. Segundo ainda os autores, a ligação entre os produtores e esses estabelecimentos comerciais que se conectavam com a Praça do Rio era realizada por intermediários que atuavam no interior, nos locais de produção de café. Com as crises, as grandes casas comerciais para diminuir custos de comercialização e tornar viável a economia cafeeira, passaram a comprar diretamente do produtor rural a produção de café. Essa foi outra consequência das crises de café no Espírito Santo, qual seja, a eliminação dos intermediários no sistema de comercialização do café no sul do Estado.

Já a comercialização da produção de café da região setentrional do estado era realizada pelas grandes casas comerciais sediadas em Vitória, que dominavam não somente a exportação de café, mas também a exportação de outros produtos e todos os ramos de importação do Estado. Essas casas comerciais mantinham relações com vendeiros do interior, com os quais comercializavam os produtos importados e tinham esses também como intermediários para compra de café do interior do Estado. Essas grandes empresas comerciais sediadas na capital do Estado não tinham controle sobre a produção de café, pois o cultivo acontecia na região setentrional baseado na pequena produção, no qual o trabalho familiar é que ditava o ritmo da expansão e produção da lavoura. Com a queda no preço do café, dois efeitos deletérios eram inevitáveis sobre as grandes casas comerciais da Praça de Vitória, por ser o café o único produto mercantil para o produtor rural. Os produtores rurais restringiam o consumo de bens importados, causando retração nos negócios tanto de exportação de café como de importação de bens de consumo, diminuindo o fluxo de mercadorias e conseqüentemente os lucros dos comerciantes. Daí resulta em outra consequência das crises do café da época, o de levar a falência várias casas comerciais da Praça de Vitória, no final do século XIX e início do século XX (ROCHA & COSSETTI, 1983).

Então o poder público do Estado do Espírito Santo, ao acompanhar as crises do café anteriores à 1920 e suas consequências na economia capixaba e prevendo outras crises, pensou o problema do café de forma mais abrangente. Que além de elaborar ações para

mitigar as consequências das crises do café sobre a própria economia cafeeira e capixaba, precisaria desenvolver estratégias para diversificar a economia do Estado, para que o mesmo não dependesse somente de um único produto. Nessa visão abrangente, que não privilegiasse somente o café em suas políticas, passou então o governo a institucionalizar uma série de estruturas objetivando o desenvolvimento da agricultura capixaba como um todo. Uma série de leis e decretos foram editados, instituições foram criadas, de acordo com as necessidades de cada momento histórico.

O governo capixaba, para atender ao setor agrícola a partir do início da década de 1920, idealizou uma estratégia baseada em um arranjo de instituições para alavancar o desenvolvimento rural do Estado e atender especificamente também a política de defesa do café. Em dezembro de 1921, foi autorizado pelo Congresso Legislativo do Espírito Santo, a criação da Bolsa de Mercadorias e Navios do Espírito Santo; em 1922 foi criada a Companhia Espírito Santo e Minas de Armazéns (CESMAG), e, em 1938, o Governo do Estado do Espírito Santo cedeu todas as ações de propriedade dessa Companhia para o Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S/A e essa instituição financeira decidiu no sentido de a Cesmag atender prioritariamente o café; em 1929 foi institucionalizada a Bolsa de Café da Praça de Vitória e, em 1931, essa Bolsa de Café foi autorizada a realizar a análise e classificação dos cafés para garantir padrões de qualidade aos mesmos; por meio do Decreto Nº 6.639, de 09 de setembro de 1935, foi criado o Instituto de Crédito Agrícola do Espírito Santo e pelo Decreto Nº 8.452, de 30 de abril de 1937, passou a se chamar Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo; no ano de 1941 para fins de ensino, foi inaugurada no município de Santa Teresa a Escola Prática de Agricultura; e, em 30 de julho de 1941, foi instalada a Companhia de Expansão Rural Espírito-Santense S/A (CERES S/A).

O relatório do exercício de 1942 do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, ao se referir especificamente a esse Banco, à Escola de Prática de Agricultura, à CERES S/A e a CESMAG, sintetiza assim a lógica e os objetivos da institucionalização dessas estruturas:

Escola de Agricultura, Banco de Crédito Agrícola, Companhia de Armazens Gerais e Companhia de Expansão Rural: Técnica-Financiamento-Armazenagem e Mercado, eis em síntese, os objetivos cardinais de uma organização consciente, arcabouço lógico de um plano unitário de realizações administrativas, e quadrilátero econômico sobre o qual repousará, um dia, todo surto de prosperidade futura da emancipação agrária espírito-

santense (BANCO DE CRÉDITO AGRÍCOLA DO ESPÍRITO SANTO S/A, 1943, p. 4).

Celin (1984), estudando os efeitos das crises do café na economia do Espírito Santo até a Segunda Grande Guerra, afirma que foi na segunda metade da década de 1920, após os reflexos da Primeira Guerra no mercado de café e em resposta às discussões dos encontros sobre café no Brasil e no exterior que algumas medidas foram tomadas no que se refere ao estado do Espírito Santo. De acordo ainda com o autor, foi identificado que um dos problemas do Brasil no mercado mundial de café, além do descontrole da produção nacional com excesso de produção, era a própria qualidade do café, e que então essa questão passou a ter especial atenção no Estado, e, já na segunda metade da década de 1920, foram adotadas medidas objetivando o controle de qualidade do produto no Espírito Santo. As medidas foram no sentido de uma melhor classificação do café produzido no Estado e num segundo momento orientação técnica nos métodos de cultivo, naquelas práticas que poderiam levar à melhoria da qualidade do café capixaba.

Segundo Aguiar (1932), uma das primeiras medidas foi a Lei nº 1.616, de 5 de julho de 1927 que autorizava o poder executivo criar um serviço permanente de defesa do café. Para a execução desse serviço, seria cobrado uma taxa de 500 réis-ouro por saca exportada, "cuja equivalência papel seria determinada semanalmente". Esse fundo era uma garantia para as operações de defesa do café, que pela Lei ficava o governo do Estado autorizado a contrair as operações de crédito para a execução dos serviços de defesa permanente do café.

Assim, em 1928 foi institucionalizado o Serviço de Defesa do Café no Espírito Santo. As medidas seriam em quatro frentes. A primeira consistiu em apreensão e destruição dos cafés de baixa qualidade. A segunda com concessões de regalias e prêmios incentivava o produtor a produzir cafés de qualidade. A terceira frente se refere à difusão entre os agricultores de modernas técnicas e métodos de cultivo no campo e de beneficiamento do produto. E, por fim, a institucionalização de uma Bolsa de Café na Praça de Vitória, visando melhorar o sistema de informação e comercialização de café no Estado (CELIN, 1984).

Foi no governo de Aristeu Aguiar (1928-30), através do Decreto Lei nº 9.382 de 19 de março de 1929, foi instituída a Bolsa de Café, da Praça de Vitória. Esse decreto foi baseado na Lei nº 1.297 de 21 de dezembro de 1921 do Congresso Legislativo do

Espírito Santo, no governo Nestor Gomes (1920-24), quando autorizou a criação da Bolsa de Mercadorias e Navios do Espírito Santo. Para estruturar a Bolsa de Café de Vitória foram contratados técnicos da Bolsa de Café de Santos, com larga experiência sobre a operacionalização nesse tipo de instituição de mercado de café. E em junho de 1929 foi inaugurada a Bolsa de Café de Vitória e logo de início com grande sucesso nas transações comerciais do produto. Numa análise do presidente da Bolsa de Café, ele descreve que logo no início de seu funcionamento essa resumia todo o comércio de café com vultosos volumes de negócios, que em poucos dias já se registrava 20.000 sacas negociadas em suas transações e que nem a Bolsa de Café de Santos registrou um volume tão alto de negócios em seu início. Na análise ainda do Presidente, esse afirma que operações que antes eram realizadas no Rio de Janeiro e até mesmo em Nova York agora se faziam em Vitória, o que trazia vantagens para o cultivo de café, para o comércio e para o estado em geral (CELIN, 1984).

Para instrumentalizar um sistema de análise de qualidade dos cafés capixaba, foi editado o Decreto nº 1.423 de 7 de junho de 1931, autorizando a Bolsa de Café de Vitória a classificar obrigatoriamente todos os cafés que passassem pelos Armazéns Reguladores no Estado do Espírito Santo, para análise de qualidade dos mesmos e fiscalizar a entrada de cafés classificados de baixa qualidade. Celin (1984, p. 248), ao analisar as medidas implementadas pela Lei nº 1.616, de 5 de julho de 1927 e o Decreto que institucionalizou a Bolsa de Café de Vitória, afirma que as medidas adotadas pelo Governo do Estado tiveram bons resultados, conforme conclusão abaixo:

As preocupações com a qualidade do café no Espírito Santo, materializadas através de campanhas e maior seletividade do produto, conseguiria a um tempo melhoria acentuada da qualidade e incremento do comércio através de Vitória.

Essa preocupação com a qualidade do café procedia. No Quarto Convênio do Café, os estados produtores acordaram regras para transporte, comércio e exportação de café no Brasil. Então, baseado nos acordos do Quarto Convênio, o Governo Federal editou o Decreto Federal nº 19.318 de agosto de 1930, regulamentando o comércio de café, no qual proibia em todo o país a comercialização interna e externa de café inferior ao tipo

8. Esse Decreto também estabelecia normas visando beneficiar o consumidor, com o objetivo de aumentar o consumo interno de café⁶⁹ (CELIN, 1984).

Os resultados da Política de Defesa do Café no Estado do Espírito Santo foram auspiciosos conforme estatísticas da tabela 16, quando podemos constatar que no primeiro semestre de 1929, o percentual de café tipo 4 exportado do Espírito Santo para o Rio de Janeiro foi de 2,89%. No segundo semestre desse mesmo ano, esse percentual aumentou para 7,92% e no primeiro semestre de 1930, foi de 36,95%. Ainda de acordo com a tabela 16, a exportação do Espírito Santo para o Rio de Janeiro do café acima do tipo 7 aumentou, passando do percentual de 35,29% no primeiro semestre de 1929 para 57,54% e 71,89% no segundo semestre de 1929 e primeiro semestre de 1930, respectivamente.

Tabela 16. Exportação de café do estado do Espírito Santo para o estado do Rio de Janeiro por tipos de cafés no período de 1929 a 1930.

Período (Semestre)	Café tipo 4 (%)	Café acima do tipo 7 (%)
Primeiro semestre de 1929	2,89	35,29
Segundo semestre de 1929	7,92	57,54
Primeiro semestre de 1930	36,95	71,89

Fonte: AGUIAR, Audifax (1932).

Elaborado pelo autor.

Foi uma resposta rápida em curto espaço de tempo às políticas adotadas no Estado do Espírito Santo em relação à melhoria de qualidade do café. Ainda com relação à qualidade do café no Estado, Aguiar (1932) afirma que de 1929 para 1930 houve uma elevação na média da classificação do café exportado por Vitória, quando nesse período passou do café tipo 7/8 para os tipos 5/6. E mais, já no ano de 1930 aparece pelos mercados importadores uma demanda por cafés finos na Praça de Vitória.

Apesar dos resultados expressos acima, Celin (1984) nos alerta para o fato de que os cafés produzidos no sul do Espírito Santo eram de melhor qualidade e que esses eram

⁶⁹ Conforme comentado no item 2.1, nesse período se avolumava no Brasil os estoques internos de café, e, por sugestões dos convênios, o poder público deveria adotar medidas visando ao aumento do consumo de café no Brasil o que contribuiria para diminuir estoques.

exportados para o Rio de Janeiro, enquanto para a Praça de Vitória afluíam aqueles de pior qualidade produzidos no litoral e no norte do Estado.

Apenas a metade dos cafés destinados à Vitória estavam sujeitos à retenção nos armazéns reguladores do Estado. Os estudos feitos, referem-se apenas a essas quantidades, sujeitas à retenção, que era também o de pior qualidade. Isto faz crer que os índices de qualidade poderiam ser sensivelmente melhorados. O melhor café do Estado, produzido nos municípios do sul, eram remetidos ao Rio, ao passo que, para Vitória, afluíam a produção do norte e do litoral, tradicionalmente, menos reputada quanto os cuidados culturais da lavoura e do produto" (CELIN, 1984, p. 253).

Paulatinamente, as produções do sul do Espírito Santo foram convergindo para a sua capital, devido às regalias e vantagens concedidas aos cafés de boa qualidade, que eram melhor selecionados nas estruturas de mercado de Vitória. As vantagens de comercializar o café na Praça de Vitória foram a instalação da Bolsa de Café e a facilidade de transporte de café do sul do Estado para a capital⁷⁰. Entre os prêmios, consta o valor de Rs5.000\$000 a ser pago ao produtor ou comerciante de café que remetesse para Vitória na safra 1929/1930 a maior quantidade de cafés do tipo 4. Com relação às regalias, consta a isenção de retenção dos cafés finos destinados à capital do Estado. Enfim, especificamente em relação à economia cafeeira, a principal consequência da política de valorização do café no Espírito Santo foi a centralização da comercialização do café no comércio de Vitória (AGUIAR, 1932).

No tocante aos retornos que a Política de Valorização do Café proporcionou ao Espírito Santo, de um modo geral, observou-se uma maior circulação de riquezas. Aguiar (1932), em sua análise afirma que foram os seguintes os benefícios daquelas políticas: escoamento rápido do estoque retido na Praça do Rio de Janeiro em junho de 1928; diminuição das despesas de armazenagem de café retido no Estado; aumento das rendas da Estrada de Ferro Itapemirim, devido ao aumento do transporte de café do sul do Estado para a Praça de Vitória; aumento do comércio de café na Praça e na Bolsa de Café de Vitória e exportação para o exterior do café do Estado das respectivas safras.

Os agentes do setor cafeeiro do Estado do Espírito Santo responderam de forma satisfatória à Política de Valorização do Café. Mas é importante ressaltar algumas considerações sobre esses resultados, principalmente quanto à origem geográfica e do tipo de clima em que se cultivava as lavouras de café e a relação dos fatores climáticos

⁷⁰ Essa facilidade de transporte de café do sul do Estado para Vitória, se tornou viável devido à Estrada de Ferro Itapemirim, que era de propriedade do governo do Estado do Espírito Santo.

com a qualidade do produto. Essas poucas considerações ajudam explicar as diferenças de qualidade do café procedente da região sul e daquele procedente da região norte. Conforme discutido no segundo tópico do primeiro capítulo deste trabalho, parte do café capixaba era cultivado em áreas de montanha da região sul, parte em áreas de baixa altitude da região norte e parte nas regiões litorâneas. A espécie cultivada era o arábica, que se desenvolve em climas mais amenos, em altitudes acima de 400m. É especificamente nesses ambientes que essa espécie produz frutos de melhor qualidade em atributos como aroma e sabor, que são reforçados em práticas de cultivo adequadas, principalmente na colheita e beneficiamento. Em ambientes de clima quente, inadequados ao cultivo da espécie, tipicamente os ambientes naturais do norte do Estado, os plantios que lá se desenvolveram foram também de café arábica, e essas plantas além de produzirem com menores coeficientes de produtividade não produzem frutos de boa qualidade quando comparadas à aquelas nas regiões de ambientes próprios a elas. Das áreas de clima quente, não viria um fruto de qualidade exigida na Política de Valorização do Café, especificamente as do norte do Estado, mesmo que nessas regiões a atividade cafeeira fosse com boas práticas de cultivo, colheita e beneficiamento. Essa questão aqui discutida será importante para compreensão das propostas para a cafeicultura capixaba a partir da última grande crise, que teve início nos meados da década de 1950 e início da seguinte.

Conforme constatou Guimarães (1954), nessas regiões de clima quente, com relação à qualidade, havia uma exceção no cultivo do café arábica, a produção daquele produto que ficou conhecido como Café Capitania. Esse foi produzido nas regiões litorâneas, com sombreamento. E obteve sucesso no mercado europeu, tendo como cliente mais específico, o Vaticano. A colheita desse café era realizada quando o grão estava no estágio de cereja⁷¹ e colhido manualmente na própria planta e beneficiado de forma artesanal pelo produtor que, segundo o autor, proporcionava ao café arábica cultivado nesse ambiente litorâneo, qualidades especiais. Possivelmente, esse café não passava pelo controle da estrutura da Bolsa de Café de Vitória, pois era exportado por um único exportador da Praça de Vitória. Com a desorganização dos mercados nos países europeus durante e logo após a Segunda Grande Guerra, dificuldades de

⁷¹ Quando o fruto atinge seu ponto ideal de maturação, que, dependendo da variedade apresenta uma cor avermelhada intensa ou amarelada. A colheita da fruta nessa fase de maturação é fundamental para atributos da qualidade do café.

comercialização nesses países e pela sua demanda, a partir do início da década de 1950, seus cultivos entraram em decadência, desaparecendo da agricultura capixaba.

Prosseguindo com análise das crises sobre setor do café e na economia do Estado do Espírito Santo, documentos disponíveis acrescentam informações mais específicas de algumas consequências e medidas para solucioná-las e/ou amenizá-las. O relatório do Banco Agrícola do Espírito Santo S/A (1938) de 1937 faz referência a uma queda no preço do café de 15\$100/10kg para 12\$200/10kg no ano de 1934, causada pela Grande Recessão que teve início em 1929 e que, por essa razão, não proporcionou uma soma maior de recursos financeiros no ano de 1935, o que restringia a quantidade de recursos a ser aplicada pelo Banco, impossibilitando assim, pelas restrições de crédito, o desenvolvimento de setores potencialmente viáveis para economia capixaba.

O governo do Estado do Espírito Santo continuava a ampliar sua atuação com medidas estruturais visando solucionar ou amenizar os efeitos deletérios dos ciclos de crises da atividade cafeeira. Uma dessas medidas foram obtidas através da Lei 9.914 de 04 de novembro de 1938, que cedeu todas as ações que detinha da Companhia Espírito Santo e Minas de Armazens Geraes (CESMAG)⁷² para o Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S/A que então a ter como principais funções, armazenar e facilitar o escoamento dos produtos agrícolas e especificamente funcionar no sentido de proporcionar suporte ao mercado de café (BANCO DE CRÉDITO AGRÍCOLA DO ESPÍRITO SANTO S/A, 1940).

É no relatório de resultados das atividades do ano de 1939 do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S/A que encontramos a missão da Cesmág com relação ao café no Estado do Espírito Santo:

Continuamos [Banco de Crédito Agrícola do Estado do Espírito Santo S/A] de posse da maioria das ações da Companhia Espírito Santo e Minas de Armazens Geraes (CESMAG), - cedidas gratuitamente pelo Governo do Estado nos termos do decreto-lei nº 9.914, de 4 de novembro de 1938. Esse decreto obrigou-nos a dar aos serviços dessa empresa a maior eficiência possível no sentido de, ainda mais, servir praticamente as necessidades da lavoura, ao fomento da produção e aos interesses do comércio de café, sobre o qual a mesma Companhia sempre exerceu a função oficial de Armazens Reguladores (BANCO DE CRÉDITO AGRÍCOLA DO ESPÍRITO SANTO S/A, 1940, p. 6).

⁷² Companhia fundada em 1922. Em 1928, o Governo do Estado do Espírito Santo adquiriu a maior parte das ações da mesma e, através da Lei Nº 9.917 de 04 de novembro de 1938, cedeu todas as ações de que era proprietário para o Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S/A.

Essa instituição atendia assim aos acordos dos Convênios do Café, no sentido de que, em caso de excesso de oferta de café, esse seria retirado do mercado e o manteria estocado na CESMAG até que as condições de mercado permitissem seu escoamento. A manutenção de estoques nessa empresa era viabilizada através de financiamentos do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S/A, conforme consta em relatório do exercício de 1938 do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S/A (1940).

Ainda sobre a análise das crises do café sobre a cafeicultura e a economia capixaba, destacamos o relatório do Banco Agrícola do Espírito Santo referente ao ano de 1940 e as consequências da 2ª Guerra Mundial sobre a economia cafeeira:

Como decorrência natural da prolongada estiagem, que, em 1939, crestou severamente a produção agrícola do Estado e da profunda repercussão, que para o nosso comercio exterior, trouxe o alucinante conflito europeu, teria que ser particularmente difícil, para os negocios em geral, o ano de 1940.

O afastamento forçado dos habituais compradores da produção agrícola estadual, em consequência da penosa conjuntura da guerra, ressalta fielmente dos números expressos nas estatísticas, principalmente com relação ao produto básico da nossa economia: o Café.

Assim, ao passo que em 1938 o volume físico da exportação estadual desse produto atingia a 1.599.937 sacas, baixando, em 1939, para 1.452.334, no ano passado [1940], segundo dados recentes divulgados pelo Departamento Estadual de Estatística, o total exportado somente alcança 799.504 sacos, ou seja apenas a metade das nossas exportações normais (BANCO DE CRÉDITO AGRÍCOLA DO ESPÍRITO SANTO S/A, 1941, p. 1).

Ao analisarmos a descrição acima, observamos que a queda da venda de café para o exterior do ano de 1938 para o de 1939 foi de 9,23%, porcentagem relativamente baixa em função das consequências de um conflito de magnitude mundial, contudo, a queda brusca das exportações no ano de 1940, possivelmente deve-se mais aos efeitos da estiagem no ano de 1939 sobre a produção do que da Guerra propriamente dita.

Em homenagem prestada pela sociedade capixaba ao Interventor Federal no Espírito Santo Major João Punaro Bley (1930-1943), este numa análise da economia local que levanta a questão de uma medida do Governo Federal para extinguir, em 1937, a taxa de 15 schillings, da qual 15\$000 por saca exportada de café era revertida ao orçamento estadual. Bley em sua exposição naquele momento, ao fazer uma descrição sobre as condições financeiras do Estado, afirma que a dívida do Estado em 1937 não ia além de 30.921:929\$000 e que essa dívida teria sido reduzida a valores insignificantes até 1939 se o Governo Federal não tivesse extinguido a citada taxa. O Interventor ainda na sua narrativa sobre os efeitos dessa medida do Governo Federal pondera:

A medida governamental de novembro de 1937, justa, necessária e patriótica, surpreendeu, entretanto, o Espírito Santo empenhado numa fase de inadiáveis realizações, todas exequíveis se continuássemos a contar com aquela renda extraordinária. Daí a situação que nos dá conta o balanço de 1939 (Espírito Santo S/D, p. 8).

No que tange à citação acima, o Interventor ao analisar a situação da execução orçamentária do Estado do Espírito Santo afirma que sem a taxação dos 15 schillings, os exercícios do triênio 1937/38/39 foram encerrados com "déficits" de rs15.806:762\$000 e que a execução orçamentária, no período de 1931- 1939, apresentou um "déficit" global de rs5.063:337\$000 (ESPÍRITO SANTO, S/D, p. 14).

Bley, ainda narrando sobre os efeitos da Grande Recessão sobre a economia cafeeira e do Espírito Santo, afirma que a mesma não alterou substancialmente o mercado de café e as receitas de exportação oriundas desse produto. Os números apresentados por ele são expressos de forma consistente ao se referir às exportações de café no conjunto das exportações do Estado:

Ao café continua a caber o papel principal na nossa pauta de exportação. Em que pesem os esforços continuos, visando a diversificação de nossas vendas, esforços esses já francamente vitoriosos, é ainda ao café que devemos a maior contribuição para a exportação do Estado. De 1931 a 1939 exportamos 14.461.761 sacas, no valor de 1.616.931:781\$000, valor médio de 111\$808 a saca. No novenio anterior, de 1922 a 1930, foram exportadas 12.763.249 sacas no valor de 1.535.225:752\$000, ao preço médio de 120\$285 a saca. Se compararmos os dois periodos dos, veremos que ha uma diferença favorável ao de 1931-39, no volume de 1.698.422 sacas e no valor de 81.706:209\$000, apesar da diminuição de 8\$476 no preço da saca de café (ESPÍRITO SANTO, s.d., p. 21).

A descrição acima mostra que a exportação de café pelo Estado do Espírito Santo, ao contrário de outras regiões cafeeiras do Brasil, não foi afetada pela Grande Depressão de 1929, e que logo após a crise as exportações inclusive aumentaram e com elas as receitas de exportação do café, mesmo com a queda do preço do produto. Mas, na mesma exposição, Bley ao relacionar a atividade cafeeira ao orçamento estadual afirma que esse dependia quase que integralmente do produto da rubiácea, citando como referência, que até ano de 1930, o café contribuía com 95% para o orçamento do Estado do Espírito Santo, e que esse orçamento ficava preso à "sorte" do café, "infelizmente nem sempre brilhante". O Interventor relata então os efeitos da crise de 1929 e as oscilações na arrecadação pública do Estado, como o impacto da variação brusca de arrecadação na passagem do ano 1929 para 1930 sobre o orçamento 1930 e a elevada da arrecadação em 1935, conforme especificado no relato abaixo:

Daí as variações bruscas notadas de 1929 para 1930, obrigando-nos a compressões de despesa de cerca de 10.000:000\$000 no orçamento de 1930, ou arrecadações elevadas como as de 1935, de 63.346:000\$000, quando em 1934 havíamos arrecadado 34.862:000\$000.

Paradoxal produto! criador inconciente de uma prosperidade movediça, inconstante e caprichosa; causador de "angustioso presente, de inquietação"; pedra angular do nosso sistema tributario, a as vicissitudes por que tem passado está a indicar-nos que ainda é tempo de buscarmos novas rotas (ESPÍRITO SANTO, s.d., p. 26).

No mesmo documento, o Interventor Bley faz considerações sobre as consequências da crise do café provocada pela Grande Depressão, expondo os efeitos das crises sobre as finanças públicas. Um deles se refere às oscilações na arrecadação e consequentemente a problemas inclusive de planejamento orçamentário, o que, de certa forma, traria dificuldade para cumprir metas de políticas públicas já orçadas. E ao mesmo tempo, como mostra outros relatórios e propostas de outros governantes, sugere para mitigar as consequências perversas das crises de mercado de café sobre a economia cafeeira e capixaba a diversificação de atividades na agricultura do estado do Espírito Santo e em outros setores da economia.

O relatório das atividades do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S/A de 1940 confirma exposição de Bley, que no Estado do Espírito Santo outras medidas, visando superar as consequências das constantes crises do café, vinham sendo tomadas pelos agentes do setor agrícola, sendo de importância a diversificação das atividades agrícolas, citando como exemplo dessa diversificação o desempenho de produtos como algodão, guaxima, mandioca, arroz, milho e feijão. Inclusive os cultivos da mandioca tinham como finalidade a produção de féculas para exportação (BANCO DE CRÉDITO AGRÍCOLA DO ESPÍRITO SANTO S/A, 1941).

Já na publicação do relatório do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S/A dos resultados do ano de 1942 consta que devido à Guerra houve "profundas mutações na troca livre de produtos", e que foi difícil para as lavouras do Espírito Santo. Tendo sido o mercado de café duramente afetado com uma súbita paralisação de parte dos serviços de transporte, com as "prudentes" medidas de proteção na navegação de cabotagem, impedindo o transporte do produto via esse sistema de transporte. Além disso, a situação do café foi agravada com excesso de chuva do ano 1941. Esses dois fatores fizeram cair em 31% a exportação de café do ano de 1939 para 1942 (BANCO DE CRÉDITO AGRÍCOLA DO ESPÍRITO SANTO S/A, 1943, p. 1).

Vimos que a atividade cafeeira no Espírito Santo, até o final da Grande Guerra inclusive, era pouco afetada pelas crises do café, suas oscilações de preços e políticas de defesa do produto implantadas no Brasil, ao contrário do que acontecia, por exemplo, em São Paulo. É nesse sentido que Rocha e Morandi (2012, p. 24) descrevem a situação da cafeicultura no Espírito Santo em relação às crises de seu principal produto:

Nos momentos de crise de superprodução e queda de preços do café, a economia capixaba, ao contrário do que acontecia na região cafeeira de São Paulo, não apresentava mudanças estruturais, nem realizava movimentos significativos de substituição de culturas. As unidades produtoras, a despeito da brutal redução do nível de renda advinda da queda preços, mantinham a lavoura cafeeira e reforçavam a produção de subsistência de forma a compensar a redução da compra de determinados produtos que adquiram no mercado.

Buffon (1992) e Celin (1984) concluem também que nas crises, mesmo naquela Grande Depressão, diante da queda de preços do café e conseqüentemente na receita monetária, os produtores rurais através do remanejamento das atividades internas ao estabelecimento, como diversificando e ampliando a produção de produtos de subsistência, mas sem abandonar ou reduzir a área da cultura do principal produto comercial, o café. Os autores afirmam também que as políticas públicas brasileiras para o café após a Grande Depressão foram favoráveis à economia cafeeira capixaba, o que se confirma na análise de Sinésio Pires Ferreira (1987, apud Buffon, 1992, p. 159), conforme sintetizada abaixo:

O Estado parece (...) ter sido amplamente beneficiado pela política cafeeira nacional: de um lado, pouco sofreu dos rigores da retenção e destruição de café; de outro, beneficiou-se com o fato de que outros Estados cafeeiros os sofrerem, uma vez que se evitou, com isso, queda ainda maior dos seus preços".

E mais, o café produzido no estado do Espírito Santo, na sua maioria, foi sempre de qualidade inferior e não concorria diretamente com aquele produzido em São Paulo. O café produzido no Espírito Santo era demandado para formação de *blends* europeus e norte-americanos.

Carlos Lindenberg (1961), governador do Estado do Espírito Santo (1959 - 1962), em uma palestra proferida em entrevista concedida à Imprensa Capixaba em 20 de maio de 1961, levanta essa questão dos tipos de cafés produzidos no estado do Espírito Santo, diante da iminência do governo federal vir a proibir as exportações de cafés inferiores

ao tipo 5. Afirma o governador do Estado que 80% dos cafés produzidos no Espírito Santo eram "de cafés do tipo 7 e abaixo (tipo 8), o que viria trazer danos irreversíveis à economia local.

Considerando então um conjunto de características da cafeicultura capixaba, como a estrutura de produção baseada na mão de obra familiar em pequenos e médios estabelecimentos, de pequenos plantios de café, com diversificação e produção de cafés inferiores, não era de se esperar transformações mais radicais nos sistemas de produção nos estabelecimentos rurais capixabas que, em momentos de crise de seu principal produto, buscavam diversificar e ampliar as culturas alternativas, como estratégia de "atenuar as dificuldades advindas da diminuição no fluxo de receitas monetárias (Buffon, 1992, p. 159).

Em suma, analisando alguns estudos e documentos, verifica-se que os efeitos das crises mais significantes sobre a economia do Espírito Santo, foram as do final do século XIX e início do século XX, referentes à questão fundiária, que determinou uma redistribuição de terras em favor dos pequenos e médios estabelecimentos rurais, com diminuição da concentração fundiária. Vimos também que em determinados momentos específicos, retração nas exportações e na arrecadação pública, esta última com algumas consequências mais importantes.

Como é possível concluir após as crises de 1896 e da Primeira Grande Guerra e num período que se prolonga durante e após a Grande Depressão de 1929 até o final da Segunda Grande Guerra, o Estado do Espírito Santo, visando dar uma solução aos impactos das crises do mercado de café, estrategicamente desenvolveu um arranjo de instituições para melhorar a qualidade de café, tornar mais eficiente a comercialização e transporte do produto no Estado, bem como uma instituição específica para provimento de crédito à agricultura. Essas estratégias e conjunto de instituições foram idealizadas e estruturadas no sentido também de fortalecer a diversificação de atividades econômicas na agricultura e em outros setores da economia capixaba, de modo que a mesma não ficasse na dependência de um único produto. Na análise dos autores que tematizaram essa questão das crises do café, os resultados das políticas locais foram promissores, no que tange principalmente ao avanço na qualidade, comercialização e financiamento do café no Estado do Espírito Santo. A partir da segunda metade da década de 1940, devido a condições favoráveis nos mercados internacionais, presencia-se uma nova

escala de alta de preços do café, que perdura até final da primeira metade da década seguinte.

Analisando as informações da tabela 15, podemos verificar que do triênio 1945/46/47 para o triênio 1953/54/55 o preço do café aumentou em 16,19% ao ano, o que fez expandir ainda mais as lavouras no estado⁷³. E nesse período de elevação de preços, o fenômeno se repetiu: expansão das lavouras no Brasil, excesso de oferta em relação à demanda mundial, crise no mercado e nos períodos seguintes, queda nos preços do café. No período de 1953/54/55 a 1959/60/61 o preço do café caiu vertiginosamente, num total de 42,07%, ou seja, uma queda de 9,18% ao ano. Essa queda no preço atingiu toda a cafeicultura nacional e também a capixaba. Essa crise ficou conhecida como a maior de todas as crises do café. Mas se assemelhava às acontecidas anteriormente no setor, ou seja: queda de preços, retração no mercado consumidor, aumento dos estoques, diminuição da renda monetária dos produtores rurais.

Rocha & Morandi (2012) afirmam que historicamente, nos momentos de crise, as políticas públicas federais para o setor eram basicamente a constituição de estoques de café, mediante compra dos excedentes a um preço garantido e estimulante para o produtor, e que mesmo em crise de mercado externo o cafeicultor brasileiro mantinha ou até expandia suas lavouras. Essa forma de intervenção, por custar somas elevadas de recursos públicos, se esgotou no final da década de 1959.

No início da década de 1960, o Governo Federal modificou a forma de intervenção no setor e através do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), implantando o Programa de Erradicação dos Cafezais. No seu primeiro plano, o Gerca previa a erradicação de dois bilhões de pés de café no Brasil. O Plano ainda previa um programa de diversificação de culturas nas áreas liberadas, renovação racional nas lavouras cafeeiras programas de estímulo à industrialização e de aparelhamento da infraestrutura das regiões produtoras. E essas medidas a serem implantadas, ao contrário das medidas adotadas anteriormente, viriam afetar drasticamente a economia e a cafeicultura capixaba (ROCHA & MORANDI, 2012).

⁷³ A partir da segunda metade da década de 1940, estimulada pelas condições favoráveis do mercado internacional, o café continuou sua expansão via fronteira agrícola pelo norte do Estado do Espírito Santo, especificamente naquelas terras propícias ao seu cultivo. Até a metade da década seguinte a expansão da cafeicultura atingiu seu apogeu, como também determinou o fim desse modelo de expansão no Estado (BUFFON, 1992).

No início de março do ano de 1961, medidas anunciadas pelo governo federal, visando soluções definitivas para as crises do café, gerou reação do governo do Estado do Espírito Santo, por afetar de forma dramática a cafeicultura, a economia e as finanças do Estado. Uma medida chamou a atenção em especial: aquela que visava proibir as exportações de cafés inferiores, especialmente os dos tipos inferiores a 5. Esses eram majoritariamente os tipos de cafés exportados pelo Espírito Santo (LINDENBERG, 1961)⁷⁴.

O governador Carlos Lindenberg, ao analisar as medidas do poder público federal acima citadas e publicadas no início de março de 1961 na imprensa do Rio de Janeiro, comenta as consequências "nefastas" que essa medida traria para o Espírito Santo. E o governador capixaba, nessa mesma palestra, faz referência a medidas anteriores de políticas públicas do governo federal objetivando soluções para a crise do café que teve início em meados da década de 1950 e que provocou danos à atividade cafeeira e à economia capixaba. Nesse sentido, cita especificamente que no ano de 1960 as medidas que estavam ligadas a quotas compulsoriamente vendidas ao IBC: as de expurgo, as de consumo interno e as de livre comercialização. O governador argumenta que devido a essas quotas o Estado sofreu um confisco de Cr\$ 6.975.360. 000, 00. Esse valor seria equivalente a 54% do valor da produção e três vezes a receita orçamentária do Estado (ESPÍRITO SANTO, 1961).

Em resposta à medida do governo federal sobre a proibição de exportações nos portos brasileiros de cafés inferiores ao tipo 5, em 27 de março de 1961, o governador do Estado do Espírito Santo encaminhou um memorial endereçado ao Presidente da República, aos Ministros da Indústria e Comércio e da Fazenda e ao Presidente do IBC, no qual, além de expor os prejuízos causados pelas medidas de confisco do ano de 1960 expostos acima, reivindicava a não aplicação de medidas tão duras à economia capixaba, o que inclusive levaria à ruína a cafeicultura do Espírito Santo. Argumentava ainda o governador que esse confisco era injusto, já que o Espírito Santo não contribuiu para a superprodução de café do Brasil na década de 1950, e que essas medidas redundavam em benefício aos estados que contribuíram para o excesso de produção (ESPÍRITO SANTO, 1961).

⁷⁴Palestra proferida pelo Governador do Estado do Espírito Santo em 20 de maio de 1961, na entrevista coletiva concedida à Imprensa do Estado.

As reivindicações que constaram no memorial de 27 de março de 1961 do Governador do Estado do Espírito Santo foram atendidas conforme expresso na palestra por ele proferida à imprensa capixaba em 20 de maio de 1961:

Ao tomar conhecimento das Resoluções 172, 188 e 189 da Junta Administrativa do IBC, teve o Governo do Estado a satisfação de constatar que o Governo Federal não foi indiferente às reivindicações do Espírito Santo, constantes do memorial de 27 de março.

Em caráter excepcional, vai o Espírito Santo, portanto, continuar exportando seus cafés de tipo até 7, inclusive, sendo-lhe assegurada, por outro lado, a venda ao IBC dos cafés inferiores a tipo 8. Êstes mesmos, em face da grande diferença do preço mínimo em relação ao café exportável (1.600,00 por saca para o primeiro e Cr\$ 3.240,00 para o segundo) será, seguramente, transformado em tipo 7, incorporando-se ao quantitativo exportável (ESPÍRITO SANTO, 1961, p. 7).

O atendimento à solicitação do Governador Lindenberg foi no sentido de continuar a proibição das exportações de cafés inferiores ao tipo 5 pelo porto de Santos e Paranaguá, e liberar as exportações de café tipo 7 pelos portos do Rio de Janeiro e Vitória. Mas outras medidas continuaram sendo adotadas pelo poder público federal, no sentido de arrecadar recursos visando ao equilíbrio das contas públicas e à manutenção das políticas de defesa do café.

Nesse sentido, a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), em 12 de maio 1961, editou Instrução nº 205, a qual que traria relativos prejuízos aos agentes da economia do café e aos cofres públicos do Estado do Espírito Santo. Nessa Instrução, o governo brasileiro estabeleceu um confisco de US\$ 22,00/saca de café exportada, independentemente do tipo de café. O valor do café exportado pelo Espírito Santo era de US\$34,00/saca, e com o confisco restaria apenas US\$12,00/saca para o exportador capixaba. Um confisco na ordem de 64% do valor da saca. O valor do café de melhor tipo exportado por outros estados era de US\$47,28/saca, e com o mesmo valor de confisco por saca, a sobra para o exportador desses tipos de café seria de US\$25,28/saca, ou seja, um confisco de 46%. Essa medida gerou uma desproporcionalidade de confisco, na comparação entre os outros estados e o Espírito Santo.

Em resposta à Instrução nº 205 da Sumoc, o governador do Estado do Espírito Santo, no mesmo ano, enviou novo memorial ao Presidente da República, Jânio Quadros, em que afirma que essa Instrução representa "terrível impacto" na economia do Estado, no qual o café contribui com 65% da produção total, na exportação e na receita estadual.

Argumentou ainda Lindenberg que os cafés capixabas por serem de tipos inferiores recebiam preços menores em relação aos cafés de tipos superiores produzidos em outros estados, e que um confisco de US\$22,00/saca gerava uma desproporcionalidade desfavorável ao Estado. O governador ainda concordou que, diante do desequilíbrio das contas públicas do governo federal, "todos os sacrifícios são necessários nesse grave momento da vida brasileira" , mas que então esse confisco em dólar por saca de café, por uma questão de justiça, fosse cobrado numa proporção baseada no valor da saca por tipo do produto (ESPÍRITO SANTO, 1961).

Contudo, na visão do IBC, a demanda do governo do Estado do Espírito Santo em relação à Instrução nº 205 da Sumoc não procede. Pela análise daquele órgão, mesmo mantendo as condições da Instrução nº 205 da Sumoc, mas com as concessões em relação às exportações de café tipo 7 pelo Porto de Vitória, comparando as safras 1960/61 e 1961/662, esta última renderia Cr\$ 1.454.400.000,00 a mais quando comparada com a primeira. E mais, que nas mesmas safras, o preço médio por sacas de café na de 1961/62 será Cr\$ 759,00 superior a de 1960/61. E o IBC argumenta ainda que as exportações de café tipo 7 que eram via outros portos, como Santos e Paranaguá, fluirão para o Porto de Vitória e Rio de Janeiro, o que aumentará a arrecadação no Estado do Espírito Santo. E assim medidas acordadas entre IBC e governo do Estado do Espírito Santo seriam mantidas (ESPÍRITO SANTO, 1961).

No entanto, em janeiro de 1962, o Governo Federal anunciou a Política de Erradicação dos Cafezais, a ser executada pelo Gerca. Esse anúncio, apesar de ser de um programa que a princípio afetaria profundamente a estrutura econômica do Estado do Espírito Santo, não causou inicialmente nenhuma grande repercussão no Estado. Antonio Carlos da Rocha Souza (2015), ao estudar os possíveis impactos do anúncio do Programa na imprensa e economia capixaba, afirma que, naquele ano, as matérias na imprensa local tratavam o assunto de forma superficial. Mas que nas matérias, o principal jornal local⁷⁵ divulgava que o Governo do Estado adotaria duas medidas para diminuir os impactos negativos do Programa de Erradicação dos Cafezais: a primeira seria no sentido de melhoria da qualidade do café e a segunda que implantaria um programa de industrialização do produto. Mas o autor afirma que nenhum ato oficial foi encontrado nesse sentido, o que o levou a concluir que essas ações ficaram em nível de articulação

⁷⁵ Jornal A Gazeta.

política. Conclui ainda o autor, que no ano de 1962, por ser um período eleitoral, a imprensa dava muito mais ênfase a essa questão que a do problema do café.

A proposta do Programa de Erradicação de Café proposto pelo Ibc-Gerca era baseada em duas fases: uma primeira no período de 1962 a 1965 e uma segunda fase de 1966 a 1967, que se estendeu até 1970. Na primeira fase, o programa previa uma meta de erradicação de 2 bilhões de pés antieconômicos, o que perfazia 45% dos cafezais do Brasil. Nessa mesma fase, no Estado do Espírito Santo a meta era erradicar 32% dos cafezais. Esse percentual menor para o Espírito Santo, foi devido às reivindicações do poder público estadual, o qual baseava suas argumentações nas peculiaridades⁷⁶ próprias da cafeicultura capixaba (IBC, 1967).

Na primeira fase, o governo federal se baseou em duas estratégias para conseguir sucesso na implementação do Programa de Erradicação. A primeira delas era ancorada em estímulos via pagamento por pé erradicado. A segunda, em desestímulos para aqueles cafezais com baixa produtividade e que produziam frutos de qualidade inferior. O objetivo ficava claro nas duas estratégias: erradicar aqueles cafezais de baixa produtividade e que produziam cafés de tipos inferiores (ESPÍRITO SANTO, 1966).

A política de erradicação atingiria assim profundamente a cafeicultura capixaba, mas os resultados ficaram abaixo do previsto. No período de 1961 a 12 de dezembro de 1965, foram erradicados no Brasil 700 milhões de pés de café, com a taxa de erradicação caindo nesse intervalo de tempo. No Espírito Santo foram erradicados 82 milhões de pés de café, o que representa uma erradicação de 15% dos existentes em relação a 1961, um percentual inferior ao dos estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais. Os fatores que contribuíram para o fracasso nesse período foi a baixa atratividade do programa quanto aos valores a serem pagos por pé erradicado e pelas experiências das crises do café no passado, que eram sempre passageiras, e assim os cafeicultores mantinham uma expectativa de aumento de renda da atividade no futuro. E no caso do Espírito Santo, além desses fatores citados para o Brasil de um modo geral, contribuiu também o fracasso dos programas de diversificação agrícola⁷⁷, pelas atividades propostas

⁷⁶As peculiaridades da produção de café no Estado do Espírito Santo: propriedade familiar, atomização da produção, importância relativa do café na composição do PIB na economia local, participação do café na pauta de exportação e importância do café na arrecadação estadual.

⁷⁷ As atividades mais importantes propostas para diversificação eram: arroz, milho, algodão, cana-de-açúcar.

apresentarem uma rentabilidade inferior à do café, mesmo quando esse se encontrava em situação de crise (ESPÍRITO SANTO, 1966).

No diagnóstico do Governo do Estado do Espírito Santo, elaborado ao final da primeira fase do Programa de Erradicação, são descritas propostas estratégicas para a cafeicultura capixaba, especificamente para a agricultura e, por fim, para a economia de um modo geral. Em primeiro lugar, no documento do diagnóstico, há uma preocupação do Governo do Espírito Santo em harmonizar os interesses locais com as políticas do Governo Federal, no sentido de evitar conflitos e da necessidade de integração entre essas esferas de poder. Uma questão importante nesse sentido seria reconhecimento por parte do poder público federal sobre as condições locais em que se desenvolveu a agricultura e a cafeicultura e o estágio em que se encontravam no Espírito Santo. As propostas para a agricultura, a cafeicultura e a economia capixaba seriam em três vertentes: a primeira para a cafeicultura, que consistia em erradicar parte dos cafezais com índices insatisfatórios de rendimento e realocá-lo em ambientes ecologicamente favoráveis, que conforme definição da Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo (ACARES) para zonas cafés finos. Esses ambientes estariam nos limites de altitude de 400m a 800m, com a erradicação se concentrando nas áreas de condições edafo-climáticas inadequadas para a lavoura; a segunda vertente seria no sentido de diversificação agrícola com culturas substitutas nas áreas a serem liberadas pela erradicação dos cafezais; e por fim, a terceira vertente sugeria a criação de um Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo, que seria suprido pelo Gerca para apoio de políticas nas áreas de erradicação dos cafezais (ESPÍRITO SANTO, 1966).

Com relação às propostas especificamente para a cafeicultura, em linhas gerais, o governo estadual propunha a erradicação de 171.576 hectares no período de 1966/1967, com a seguinte distribuição: 62% na região norte⁷⁸ nos solos com declives acima de 40% e 38% do total proposto e na região serrana também em solos com declive acima de 45%. Propunha também que a renovação da lavoura cafeeira deveria ser realizada nas regiões serranas por uma série de fatores favoráveis à atividade cafeeira e que se harmonizavam com os objetivos do Governo Federal (ESPÍRITO SANTO, 1968).

⁷⁸ A Região Norte do Estado do Espírito Santo, em sua maioria, é formada por clima tropical, impróprio para a produção de café arábica.

Nessas regiões, o estado dispunha de 10.000 km² com condições edafo-climáticas propícias para a produção de cafés finos, nelas também já existiam 600 instalações para despulpamento, o que garantiria um café de melhor qualidade. E, por fim, através do documento, o governo estadual realça que naquelas regiões serranas já havia uma estrutura cooperativista⁷⁹ que operava no beneficiamento e comercialização de café. Com o cooperativismo operando na comercialização, eliminariam outro entrave à cafeicultura do Estado, o excesso de intermediação do mercado, que deprimia o valor do café junto aos produtores rurais. Na visão dos pesquisadores que elaboraram o documento, a fundação dessas cooperativas se deve à origem étnica, formada por teutos e, de forma majoritária, italianos, que por princípios religiosos são em essência portadores de espírito cooperativo (ESPÍRITO SANTO, 1968).

De acordo com o Instituto Brasileiro do Café (1967), o Programa de Diversificação no Espírito Santo, com relação ao Programa de Erradicação dos Cafezais, segue praticamente as mesmas propostas do documento (ESPÍRITO SANTO, 1968). Privilegia em suas orientações de política para o café os aspectos relativos à qualidade e à comercialização. Com relação à qualidade, orienta que a renovação nas zonas altas visando à produção de cafés finos combate à broca e incentiva a ampliar infraestrutura para despulpamento. Sobre a comercialização, a estratégia seria no sentido de apoio e incentivo ao cooperativismo, sob orientação da Acares e financiamento às cooperativas via Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo.

A segunda vertente de propostas para a economia do Espírito Santo no bojo da Política de Erradicação dos Cafezais tratava da diversificação agrícola. Essa diversificação objetivava estimular e orientar atividades agrícolas e pecuárias nas áreas liberadas pela cafeicultura do Programa de Erradicação. Em acordo com o IBC e órgãos do Estado do Espírito Santo, a proposta para diversificação era baseada nas seguintes atividades: carne, leite e oleaginosas. E mais, se propunha também atividades dinâmicas para abastecimento interno para a Região de Cachoeiro de Itapemirim e Vitória⁸⁰ (ESPÍRITO SANTO, 1966).

⁷⁹ Em 1968, existiam vinte e duas cooperativas de cafeicultores no Estado do Espírito Santo, com um total de 5.500 cooperados, que representava 11% dos cafeicultores e 14% das lavouras cafeeiras. Quatorze dessas cooperativas se localizavam nas regiões serranas, de cafés finos (ESPÍRITO SANTO, 2018).

⁸⁰ Atividades para a Zona de Cachoeiro de Itapemirim, que deveriam também atender ao Estado da Guanabara com carne bovina e suína, pescado, aves e leite. Para a Zona de Vitória: os mesmos produtos

Por fim, a terceira vertente visava à estruturação de fontes de financiamentos e órgãos para gerir recursos para viabilizar investimentos em outros setores da economia. Na situação econômica em que se encontrava o Estado do Espírito Santo, era difícil obter recursos de fontes privadas. Pensou-se então em fontes públicas. O Governo Federal, como forma de compensação financeira aos estados produtores de café, criou, no período 1967/1969, o Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras, visando, via financiamento subsidiados, apoiar a implantação e ampliação de agroindústrias e a formação de infraestrutura para possibilitar e incentivar a diversificação econômica. O Governo do Estado em 1967 criou a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (CODES) para gerir os recursos desse fundo (ROCHA & MORANDI, 2012).

Mas, além desses incentivos financeiros de origem federal, houve um movimento no Estado do Espírito Santo por busca de novas fontes de recursos para alavancar o desenvolvimento capixaba. Rocha e Morandi (2012, p. 32) descrevem assim esse movimento:

Paralelamente, as elites políticas e empresariais locais desenvolveram ações visando a estruturar fontes de financiamentos duradouros a partir da constituição de fundos compostos com recursos oriundos de renúncia fiscal federal e, principalmente, estadual. Depois de muitas gestões e negociações políticas malsucedidas junto ao Governo Federal, enfim, em 1969 foi constituído o Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo - Geres - e o Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo - Funres, o primeiro como órgão gestor do segundo, que era um fundo de incentivos fiscais, composto com deduções do Imposto de Renda e do Imposto de Circulação de Mercadorias".

Os recursos do Funres eram aplicados prioritariamente em investimentos industriais. Em 1970, foi criado o Fundo do Desenvolvimento das Atividades Portuárias - Fundap, cujo recurso "visava dinamizar o comércio exterior e otimizar o uso da infraestrutura portuária", que além das importações, seria também utilizada para incrementar as importações, o que geraria movimentos de cargas, em logística e geraria empregos e renda. A implementação do Funres e do Fundap, que levou a substituição do Codes, pela criação em 1969, do Banco de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo - BANDES (ROCHA & MORANDI, 2012).

para a Zona de Cachoeiro de Itapemirim e mais arroz e hortifrutigranjeiros nas áreas com clima propício e pequena propriedade com trabalho familiar (ESPÍRITO SANTO, 1966, p. 97-98).

Segundo Rocha e Morandi (2012), a ação conjunta entre a classe política e empresarial local, criando o Funres e o Fundap, foi mais uma das consequências da crise de preços do café e da política federal de erradicação dos cafezais no Estado do Espírito Santo. Fato que alavancou recursos para a diversificação econômica capixaba, especificamente em agroindústrias, indústrias e comércio exterior.

No período de 1966 a 1970, enquanto a sociedade capixaba discutia os rumos para a agricultura e a economia do Estado do Espírito Santo, estava em ação a segunda fase do Programa de Erradicação dos Cafezais. Entre 1966 a 1970, o percentual de erradicação foi acima da meta, quando atingiu 38,80% dos cafezais. Na tabela 17, consta que foram erradicados 53,80% dos pés de café do Espírito Santo, com uma liberação de área erradicada de 71% das plantadas com café. Esses percentuais são superiores aos de outros estados produtores, como São Paulo, Paraná, Minas Gerais, cujos percentuais de pés erradicados foram 26%, 28,4% e 33%, respectivamente. No que se refere às áreas liberadas pela erradicação nos estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais, no período de 1962 a 1970, os percentuais foram 26,50%, 19,80% e 41,20%, respectivamente. Se constata então que o Espírito Santo foi o Estado que sofreu o maior impacto do Programa de Erradicação dos Cafezais do Brasil.

Rocha & Morandi (2012), em suas análises sobre os impactos do Programa de Erradicação sobre a cafeicultura capixaba argumentam que pela especificidade da produção familiar, assim como outros autores citados neste trabalho defendem, que a queda de preços internacionais do produto a partir da década de 1950, não determinaria o abandono das lavouras pelos produtores.

E numa estrutura produtiva baseada na pequena propriedade, no trabalho familiar e na diversificação, por ser uma estrutura estável, as variações de preços teriam pouco impacto sobre ela. Esses percentuais elevados de erradicação e áreas agrícolas liberadas foi devido principalmente ao Programa de Erradicação. Então, na visão desses dois autores, os dois fenômenos em conjunto, a queda dos preços internacionais do café e o programa do poder público federal, determinaram a elevada taxa de erradicação dos cafezais capixabas (ROCHA & MORANDI, 2012).

Tabela 17. Percentual de pés de café erradicados e da área cultivada liberada com café do Programa de Erradicação de Cafezais nos principais estados produtores no período de 1962-70.

Estados	Nº de cafeeiros erradicados/nº de cafeeiros existentes em 1961 (%)	Área liberada (ha) pela erradicação/área (ha)/área plantada em 1961 (%)
São Paulo	26,00	26,50
Paraná	28,40	19,80
Minas Gerais	33,00	41,20
Espírito Santo	53,80	71,00
Outros	29,40	29,90
Brasil	32,00	30,50

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (1977); Instituto Brasileiro do Café (1968)

Mas o que explicaria a diferença de impacto de Programa de Erradicação entre o Espírito Santo e as outras unidades da federação produtoras de café? Essa diferença pode ser explicada de um lado pela estrutura dos cultivos das lavouras no Estado e por outro pelo modelo de expansão da cafeicultura capixaba e estrutura da distribuição da terra e das relações sociais de trabalho no campo.

No que tange principalmente aos cultivos dos plantios de café no Estado, como afirmado no tópico anterior, já no final da década de 1950, 80% do café produzido no Estado eram de tipos inferiores, de baixo padrão tecnológico no manejo dos cultivos, da colheita e do beneficiamento e de baixa produtividade física e econômica. Era relativamente aos outros estados considerada uma cafeicultura marginal. Com relação à idade, 6% dos cafezais tinham idade superior a trinta anos e 26% idade superior a 16 anos, idade essa em que os pés de café começavam a entrar em decadência produtiva (IBC, 1963).

E mais, havia uma tendência à erradicação e renovação de cafezais no Espírito Santo antes do Programa Federal de Erradicação ser anunciado. Segundo levantamento do IBC (1963), no período de 1960-61, por iniciativa dos próprios cafeicultores, foram erradicados 8,7% dos cafezais capixabas, e esse fenômeno aconteceu com maior intensidade na Região Sul, onde foram erradicados 10,3% dos pés de café. Dessas lavouras erradicadas, 56% do pés de café tinham mais de 30 anos de idade e 26% tinham idade entre 20 anos e 30 anos. No período citado, foram replantados 14.927.000 pés de café. De acordo ainda com esse levantamento, segundo os cafeicultores

consultados na pesquisa, o objetivo era erradicar 143.598.000 pés, sendo 113.197.000 na Região Sul. Constataram também os pesquisadores do levantamento que a taxa de plantio era menor que a taxa de erradicação, e que essa aumentava nos plantios acima de 32 mil pés/propriedade.

Segundo ainda o IBC (1967), no período de 1962 a 1966, pelo Programa de Erradicação foi retirada uma área de 70 mil hectares de café no Espírito Santo. Mas, nesse mesmo período, foram erradicados 25 mil hectares de café por conta própria dos cafeicultores e 39,4 mil hectares foram abandonados pelos mesmos.

À vista disso, uma análise de um estudo para reformulação e reorientação do sistema estadual de incentivos fiscais e financeiros para o Espírito Santo constata, enfim, que um outro fator que levou à elevada erradicação dos cafezais estava ligado à inviabilidade econômica dos cafezais capixabas, quando a remuneração paga por pé de café erradicado pelo IBC era maior que a lucratividade das lavouras da rubiácea no período de erradicação. O estudo ainda afirma que houve então uma "verdadeira corrida pela erradicação" por parte dos cafeicultores (ESPÍRITO SANTO, 1979, apud ROCHA & MORANDI, 2012).

Esses diagnósticos confirmam a situação decadente das lavouras cafeeiras no Estado do Espírito Santo. Esse movimento de iniciativa própria dos cafeicultores capixabas no sentido de erradicar e renovar os cafezais mostrava a necessidade de uma política pública nesse sentido.

Com relação ao segundo aspecto, de acordo com os resultados dos estudos publicados pelo documento Espírito Santo: projeto PAGES 01 - renovação da cafeicultura capixaba, que devido ao esgotamento das florestas, o modelo de expansão da cafeicultura, baseado na derrubada de florestas/plantio de café se exauriu no estado já no final dos anos 1950, sendo um dos fatores mais importantes da queda da produtividade física e rentabilidade econômica média das lavouras (ESPÍRITO SANTO, 1968).

O modelo de expansão dominante na cafeicultura capixaba via fronteira agrícola com derrubada de florestas/plantios de café, ao se esgotar, foi um dos principais fatores na decadência da atividade cafeeira no Estado, e, já no final da década de 1950, foi potencializada pelos efeitos da queda de preços internacionais do café. Sendo assim,

esses elementos no seu conjunto explicam as taxas relativamente altas na erradicação das lavouras. Como o modelo de expansão da cafeicultura já estava condenado, o Programa de Erradicação foi o ato derradeiro que se abateu sobre atividade cafeeira do Estado.

Assim, Buffon (1992) apresenta uma outra questão, além do modelo de expansão da atividade do café, relacionada à decadência das lavouras cafeeiras do Espírito Santo. O autor se refere à própria estrutura fundiária e base produtiva no campo, tendo como o trabalho familiar dominando as relações sociais de produção. As condições da cafeicultura no final da década de 1950 relacionadas a essa questão são assim expressas:

A realidade de uma economia agrícola baseada na produção familiar, marcada pelo esgotamento, das terras, pela baixa capacidade de gerar/concentrar excedentes e de absorver tecnologias, situada num contexto nacional caracterizado pela rápida integração dos mercados e pelos acelerados processos de urbanização e industrialização, não poderia ser, no período em exame, tão estável como fizeram sugerir, além deles [Rocha & Morandi], muitos autores capixabas. Pelo contrário, a cafeicultura viveu no pós-guerra o seu auge e o seu momento "derradeiro", após o quê, na ausência dos programas de erradicação, seguramente entraria num estágio de irreversível estagnação, atenuado momentaneamente por eventuais melhorias de preços internacionais, especialmente a partir de 1950, funcionou como atenuante de uma situação que já dava mostras do seu limite (BUFFON, 1992, p. 221).

De acordo com o economista, a crise da cafeicultura no final dos anos cinquenta, não foi apenas uma crise de preços, mas também a crise de um modelo baseado na dinâmica da estrutura da agricultura familiar e o avanço da cafeicultura num modelo de expansão da fronteira agrícola em ciclos de derrubada de floresta/plantio de café que se esgota, iniciando assim a decadência do café como atividade econômica. O autor, ao estudar o avanço da cafeicultura capixaba e sua estrutura nas várias regiões do Estado, resume assim sua análise:

[...] a estagnação da produção ao sul do Rio Doce, fruto do esgotamento das terras e do fechamento da fronteira, e as conseqüências das terras pouco apropriadas para o cultivo do café no Norte não se traduziram imediatamente numa crise estrutural da cafeicultura no Espírito Santo, porque tiveram seus efeitos inibidos pela ação dos preços em elevação. Assim as fracas safras do período 1948-54 foram compensadas pelos preços em elevação. Em contrapartida, os inexoráveis limites da estrutura produtiva fizeram-se manifestar de forma intensa a partir de 1955, quando inicia-se uma abrupta queda dos preços internacionais [...] Com isto as taxas de crescimento do valor da produção cafeeira no Espírito Santo não acompanham a média nacional e o Estado vai perdendo importância relativa, mesmo nos períodos de melhores safras " (BUFFON, 1992, p. 222).

Buffon (1992, p.223-224) também realiza uma análise da relação entre qualidade do café produzido no Estado do Espírito Santo e mercados internacionais. Observa então o autor um paradoxo, quando nos momentos de melhores colheitas e de maior produtividade "acentua-se a velocidade com que a taxa de crescimento do valor da produção cafeeira capixaba afasta-se da média nacional". Portanto, a explicação estaria no tipo do café produzido no Estado que, em condições de clima, solo, relevo inadequados e estrutura fundiária baseada na pequena propriedade, produzia um café de baixa qualidade, que se destinava a compor *blends* com cafés mais finos. Dessa forma, sua demanda dependia do crescimento do consumo de café no mundo. Assim,

nos momentos de maiores safras locais e de maior produtividade verifica-se uma sobra de café ruim frente às necessidades do mercado, o que representa uma queda relativa de preço sem que, contudo, aumente na mesma proporção a quantidade vendida. É justamente por isso que nos períodos de melhores safras o peso da cafeicultura capixaba no contexto nacional cai mais rapidamente.

Pode-se deduzir do exposto até o momento, que para compreendermos a questão do café no Espírito Santo é preciso que a análise seja de forma ampla, isto é, em seus fatores internos, já especificados nesse texto, e seus fatores externos, que inclui a dinâmica dos preços e das quantidades dos cafés de qualidade inferior nos mercados internacionais.

Assim, podemos entender a razão das propostas dos técnicos na área de agricultura atuantes no Estado sugerirem que a marcha do café, a partir de então, deveria se orientar pelo aproveitamento das terras cafeeiras velhas de condições edafo-climáticas favoráveis, como em regiões de altitude acima de 400 metros e com temperaturas amenas, com tecnologias modernas.

Cabe aqui uma análise de outras consequências de aspectos econômicos e sociais do Programa de Erradicação dos Cafezais no Espírito Santo. Por ser o café o principal produto gerador de renda na economia e receitas para o Estado, com uma redução 70 % das lavouras, os resultados desse programa foram impactantes na socioeconomia capixaba.

Rocha e Morandi (2012) de forma lapidar descrevem o quadro sobre o emprego na agricultura, o êxodo rural e o quantitativo estimado de pessoas afetadas pelo Programa de Erradicação:

O resultado foi que política de erradicação implementada com o objetivo de controlar a crise cafeeira se superprodução afetou de forma profunda a economia capixaba num duplo sentido. Por um lado, criou uma crise social de grandes proporções, e, por outro, veio "libertar" ou "desmobilizar" os ativos representados pelos cafeeiros, que assumiram forma líquida, mediante a indenização financeira do Gerca.

A crise social gerada pela erradicação é o aspecto mais ressaltado e se expressou de fora ma dramática na substancial redução de renda e de emprego, o que provocou o empobrecimento econômico e um vigoroso processo de "expulsão" da população do campo para as áreas urbanas. Estima-se desemprego de aproximadamente 60 mil pessoas, o que, considerando-se uma taxa média de dependência de 3 por 1, mostra ter sido afetado um total aproximado de 240 mil pessoas, sendo que boa parte migrou para as cidades (ROCHA & MORANDI, 2012, p. 81).

Conforme apontam, o desemprego no campo levou o problema para as áreas urbanas, principalmente para a região metropolitana de Vitória, que recebeu esses contingentes populacionais sem estrutura para realocá-los em atividades nos setores de serviços e industriais. Passaram a viver sem ocupação ou em subempregos com padrões de vida subumanos.

Os planejadores e executores do programa previam a crise nas áreas de erradicação de café, por isso buscaram contemplar também programas de estímulo à diversificação agrícola. Afinal, como já discutido, no Espírito Santo, por suas especificidades, os programas de diversificação foram elaborados em conjunto com os órgãos de planejamento local. A proposta visava incentivar atividades dinamizadoras da economia e ocupar a força de trabalho desempregada pela erradicação. Como vimos, na questão de geração de empregos no campo, os programas locais fracassaram.

Também com relação à diversificação, Rocha e Morandi (2012) apontam que os programas fracassaram. Das áreas liberadas pela erradicação, 70% foram ocupadas com pastagem, 10,6% com mandioca e 9,4% com milho.

Em pesquisas anteriormente realizadas relacionadas aos fatores de crescimento do setor agrícola do Espírito Santo na década de 1970, percebemos que esse avanço das pastagens no período de erradicação se deveu, sobretudo, ao programa do Conselho Nacional da Pecuária (CONDEPE), direcionado para a pecuária de leite e corte com incentivos de crédito rural subsidiado e privilegiando os produtores rurais com mais de 100 hectares (FASSARELLA, 1987).

De fato, o Programa de Erradicação dos Cafezais e o conseqüente avanço das pastagens com incentivos do programa do CONDEPE provocaram uma mudança significativa na estrutura produtiva na agropecuária capixaba. Maria Martha Toledo Salgado (1982), ao analisar as transformações na economia agrícola dos municípios do Espírito Santo no período 1960-1975, identificou um processo de concentração fundiária, quando nos anos 1960, 1970 e 1975 os Índices de Concentração de Ginni foram, respectivamente, 0,524, 0,58 e 0,608. A autora identificou como causas dessa concentração o Programa de Erradicação dos Cafezais aliado aos incentivos do CONDEPE, à expansão da pecuária bovina e também aos incentivos fiscais e creditícios ao reflorestamento. O crédito agrícola subsidiado a essas duas atividades era acessível somente aos grandes produtores rurais que, segundo ainda a autora, desviavam o próprio crédito para aquisição de terras, principalmente daqueles pequenos produtores, que não tendo acesso a crédito e não possuindo recursos para saldar suas dívidas devido à erradicação de seus cafezais, vendia suas terras aos grandes fazendeiros.

O conteúdo do tópico um deste capítulo leva à conclusão de que os efeitos das crises do café sobre o produtor rural do Brasil, como um todo, se agravavam devido à estrutura de comercialização do café, a qual possibilitava especulação nos mercados, não somente por comerciantes intermediários, mas também por agentes do mercado financeiro, que se aproveitavam das crises para atender seus interesses econômicos, em prejuízo do cafeicultor.

Ficou evidenciado pelos estudos e documentos produzidos que as dificuldades historicamente enfrentadas pela cafeicultura capixaba, e que se consolidam na década de 1950, foram o excesso de intermediação, a baixa qualidade do café e o fornecimento aos cafeicultores de novos insumos de produção para implantação de novos padrões tecnológico. Todas essas questões estavam ligadas ao sistema agroindustrial, uma estrutura de comercialização que não era mais compatível para o cafeicultor atuar no atendimento aos mercados. Ficou reforçado neste capítulo que o fator do tipo estrutural, o sistema de comercialização do café na época, poderia ser mesmo fator gerador de movimentos de cooperação por parte dos cafeicultores. Inclusive no bojo das propostas de documentos produzidos no início da década de 1960 pelos *policy makers* dos órgãos públicos do Estado do Espírito Santo para a solução das dificuldades enfrentadas pelos produtores capixabas, a partir da década de 1950, se encontrava o cooperativismo.

E por que os *policy makers* dos órgãos públicos existentes no Espírito Santo sugeriam o cooperativismo como uma solução para as vicissitudes dos cafeicultores capixabas? É que pelos levantamentos realizados por eles da realidade da cafeicultura capixaba, diagnosticaram a existência de cooperativas de cafeicultores em operação no estado, que atendiam os produtores rurais nas questões relativas à qualidade do grão via despulpamento pelas cooperativas, na comercialização do produto com eliminação da intermediação e fornecendo inclusive os insumos modernos de que necessitavam para modernização tecnológica das lavouras. E mais, consta nos documentos que foi vital a origem étnica italiana dos fundadores, assim como o apoio da Igreja Católica na criação das primeiras cooperativas. Se reafirma assim então três tipos de fatores que impulsionaria o cooperativismo do setor de café no Espírito Santo, o sistema agroindustrial do café, a composição étnica da população rural nas áreas de cafeicultura, majoritariamente descendentes de imigrantes italianos e o apoio da Igreja Católica aos movimentos cooperativos capixabas.

CAPÍTULO 4

O COOPERATIVISMO NO SETOR CAFÉ NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO NO PERÍODO DE 1950 A 1970

Este capítulo pesquisa trata do desenvolvimento do cooperativismo no estado do Espírito Santo no período de 1950 a 1960. Maior destaque é dado ao cooperativismo no ramo agrário e no setor cafeeiro. O objetivo fundamental é testar a hipótese da tese a nível estadual, isto é, identificar e analisar os fatores que contribuíram para o movimento cooperativo cafeeiro no estado no período de 1950 a 1970. Mas se objetiva também descrever todo o processo histórico do surgimento e evolução do cooperativismo no Espírito Santo, desde o seu alvorecer até o ano de 1970.

O capítulo está estruturado em dois tópicos. O primeiro buscará, por meio de matérias e artigos publicados em jornais e revistas locais, compreender a visão da sociedade da época e descrever os primeiros movimentos que incentivaram o cooperativismo capixaba, que vão desde a década de 1910 até o surgimento das primeiras cooperativas. E se dedicará também a pesquisar a evolução da criação de cooperativas por ramo de atividade, no lapso de tempo de 1920 a 1970.

Para o primeiro tópico, servirá de base para uma revisão bibliográfica, os seguintes autores: Adilon Vargas de Souza (1966); Luiz Serafim Derenzi (1974); Organização das Cooperativas Brasileiras (s.d.); Instituto Brasileiro do Café (1965); Joaquim Coutinho da Fonseca Vieira (1916); Renzo Maria Grosselli (2008); Angelo Trento (1989); João Carlos Tedesco (2016); Silvio Antonio Colognese (2004); Juliana Vilela Prado de Souza e Sigismundo Bialoskorski Neto (2004);

Como auxílio para o entendimento da construção histórica e doutrinária sobre o cooperativismo no estado do Espírito Santo, foram importantes matérias e artigos publicados em jornais locais que remontam ainda à década de 1910: artigo de Artur Eugênio Margarinos Torres Filho com o título de "Crédito agrícola e as Caixas Raiffeisen" publicado no jornal Diários da Manhã de 20 de fevereiro de 1912; artigo de J. Andrade de Souza Coutinho com o título "Estructura agrícola" publicado no jornal

Cachoeirano em 25 de setembro de 1915; artigo intitulado "O cooperativismo" publicado no jornal Diário da Manhã em 13 de junho de 1929; artigo com o título "Cooperativas de crédito" publicado no jornal Diário da Manhã de 29 de junho de 1929; artigo com o título "Cooperativismo de crédito: fala-nos sobre sua disseminação no Estado o 7º congresso de crédito popular e agrícola" no jornal Diário da Manhã de 13 julho de 1929; artigo intitulado "O registro pelo Systema "torrens" como vantagem jurídica e econômica para o crédito agrícola: federação de caixas rurais, carteira central de crédito agrícola" publicado na revista Vida Capixaba em 03 de abril de 1930.

Fontes documentais que são utilizadas neste capítulo: ACARES [196-]; ACARES (1971); ACARES (1965); Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo LTDA S/A (1938); Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo LTDA S/A (1945); Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo LTDA S/A (1965); Ante-Projeto (1935); IBC (1967); Registros da Junta Comercial do Estado do Espírito Santo - Espírito Santo (2018); Jornal do campo (2019).

O segundo tópico se destina a estudar o cooperativismo no setor cafeeiro capixaba, no qual será pesquisado em detalhes a criação das cooperativas de cafeicultores capixabas, focalizando sua distribuição geográfica entre os municípios e os fatores determinantes de seu florescimento e evolução no período de 1959 a 1970. Esse tópico está organizado em cinco subtópicos.

Autores consultados para o desenvolvimento do tópico 2: Juliana Vilela Prado de Souza e Sigismundo Bialoskorski Neto (2004); Maria Tereza Leme Fleury (1983); Renzo Maria Grosselli (2008); Angelo Trento (1989); João Carlos Tedesco (2016); Silvio Antonio Colognese (2004); Máximo Zandonade (1992); Carlos Furbetta (1995), Carlos Furbetta (199.); Diva Benevides Pinho (2004); Adilon Vargas de Souza (1966); Rodolfo Hoffmann (1978); Instituto Brasileiro do Café (1965); Instituto Brasileiro do Café (1967).

Documentos que serviram como base de dados e informações no estudo deste tópico: Espírito Santo (1968); Espírito Santo (2019); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1963); Acares (1963); Acares (1971); Acares (s.d.) e Banco de Crédito

Agrícola do Espírito Santo S/A (1965). Foi utilizada também uma fonte oral com Adilon Vargas de Souza (ZOUZA, 2020)⁸¹

4.1 O cooperativismo capixaba no período de 1920 a 1970

Na análise deste tópico, daremos maior importância ao ramo do cooperativismo agrário, pois é nesse ramo que se enquadra o cooperativismo no setor cafeeiro. A parte inicial é para descrever sobre como o pensamento cooperativo se desenvolveu em solo capixaba. Para atender esse objetivo, se fez uso daquelas informações disponíveis encontradas na pesquisa: as publicações dos meios de comunicação com matérias e artigos escritos por especialistas e de informações ou registros produzidos por órgão públicos e privados sobre o tema cooperativismo. Para análise desse início do movimento cooperativista, atendendo à proposta da análise micro-histórica retroagimos no tempo, para a segunda década do século XX, quando os meios de comunicação da época já divulgavam artigos e matérias sobre a necessidade de se estruturar o cooperativismo em determinados setores da economia capixaba.

⁸¹ SOUZA, A. V. de. **Entrevista I**. [mai. 2020]. Entrevistador: Roberto Amadeu Fassarella. Vila Velha-ES, 2020. 1 arquivo. amr (36 min.).

A entrevista foi gravada em ligação telefônica em plena pandemia do COVID-19, com o entrevistado no interior do Distrito de Anutiba, do município de Alegre-ES. A autorização para publicação do conteúdo da entrevista foi autorizada pelo entrevistado na gravação da mesma.

Adilon Vargas de Souza, é Engenheiro Agrônomo, com especialização em Extensão Rural e foi extensionista da Acares. Nas décadas de 1960 e 1970, pela Acares foi o responsável pelos programas de apoio ao cooperativismo do ramo agrário.

Adilon Vargas de Souza é Engenheiro Agrônomo, formado em 1959 pela Escola Nacional de Agronomia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com especialização em Extensão Rural. Ingressou na Acares em 1960, atuando como extensionista no âmbito municipal, com produtores rurais e suas famílias, com a juventude rural. Os objetivos do extensionista da Acares eram a introdução de inovações tecnológicas nas áreas de administração, produção agropecuária e orientação para o associativismo, com ênfase em cooperativismo. Adilon Vargas atuou inclusive na fase de implantação pela Acares, da modalidade de crédito rural denominada de Crédito Rural Orientado, onde se associava a aplicação de financiamento a um projeto elaborado e acompanhado por Engenheiro Agrônomo nas propriedades rurais ou nas cooperativas agrárias. De 1965 a 1970, Adilon Vargas atuou na função de coordenador na Coordenação e Capacitação de extensionistas para as atividades de Crédito Rural Orientado e cooperativismo. No período de 1970 a 1975, atuou como assistente técnico na Representação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no Brasil, sendo responsável pelo acompanhamento do financiamento do BID para o Brasil junto ao Banco Central do Brasil, para aplicação em crédito rural em financiamento de programas destinados à atividades agropecuárias e cooperativas. De 1977 a 1982, foi Presidente da Empresa Capixaba de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-ES).

A literatura que trata sobre esse tema na história do Espírito Santo é escassa. Nessa unidade da federação, poucos estudos sobre cooperativismo foram realizados com profundidade histórica. Os estudos são de umas poucas monografias ou dissertações de mestrado que se concentraram nas áreas de economia e administração, priorizando temas sobre modelos de gestão cooperativa. Mas em nossa investigação constatamos que antes do registro da fundação das primeiras cooperativas, já existia no estado um movimento pró-cooperativismo, e se constata assim que foi a partir do final da década de 1920 que teve início o processo de implantação do cooperativismo no estado do Espírito Santo.

A OCB/ES (s.d.) partilha dessa hipótese, quando afirma que foi entre 1930 e 1940 no meio rural que surgiram as primeiras cooperativas nessa unidade da federação. A entidade afirma ainda que no período de 1950 a 1958 foram criadas duas cooperativas no ramo de consumo e algumas no setor agropecuário. Só posteriormente foram fundadas cooperativas nos ramos escolar, de crédito urbano, de crédito rural, habitacional e de trabalho.

Essa constatação se concretizou numa busca aos principais meios de comunicação. Antes foi constatado que um movimento cooperativista já existia em solo capixaba em 1912, ano em que se encontra a primeira matéria sobre cooperativismo nos meios de comunicação do estado do Espírito Santo. As matérias são de informações e notícias sobre o tema e também com artigos escritos por intelectuais da época sobre cooperativismo, que objetivavam formar opinião por meio de divulgação e discussão doutrinária cooperativa. E esses artigos chamam a atenção pela profundidade com que tratam o tema. Sendo assim, o cooperativismo recebeu tratamento de forma mais específica sobre a agricultura capixaba, em contextos de colonização europeia iniciada em meados do século XIX e de uma estrutura de negócios na economia não favorável ao setor agropecuário

Um jornal que se dedicou de forma sistemática à divulgação e a matérias de doutrinação cooperativa foi o Diário da Manhã⁸², quando no período de 1912 a 1937 produziu 125 matérias sobre cooperativismo. Na edição de 20 de fevereiro de 1912 desse jornal, o

⁸²Órgão oficial do poder público estadual.

Jornal de tendência socialista que iniciou suas atividades no ano de 1908 e encerrou em 1937. Foi também o principal órgão de divulgação oficial do poder público do Estado. No período de sua existência publicou 125 matérias sobre cooperativismo, desde matérias doutrinárias como sobre fundação de cooperativas e bancos de crédito cooperativo.

Engenheiro Agrônomo Artur Eugênio Margarinos Torres Filho (1912) escreveu um artigo que trata com muita propriedade dos problemas da agricultura e do agricultor capixaba. O autor, ao realizar uma comparação entre as atividades comerciais, industriais e agrícolas, afirma que tanto o comerciante como o industrial conseguem vender de forma relativamente rápida o seu produto e obter assim também rapidamente seus lucros. Na visão do autor, a situação do agricultor é inversa, pois ele precisa lavrar a terra, plantar e /ou adquirir animais, que dependendo das plantas ou dos animais levam longos períodos de espera antes de obter a primeira produção, e portanto não conseguindo nesses períodos nenhum retorno financeiro. De que necessita então o agricultor nessa situação? De capital financeiro. Como obtê-lo? Por meio do crédito. Mas o crédito era escasso no início do século no Estado do Espírito Santo. O autor, ao reconhecer que tanto o mercado financeiro bem como o poder público não possuíam condições para ofertar esse serviço em condições adequadas ao produtor rural, propunha um sistema de disponibilidade de crédito via cooperativismo.

Ainda em seu artigo, Torres Filho (1912, p.1-2) mostra o caminho a ser seguido pelo setor agrícola de então. Após analisar as condições do agricultor capixaba naquele início de século, o autor apresenta como conclusão:

a notória preferência pelo commercio entre nós, onde todos poderão alcançar immediatamente recompensa para seus capitaes. A excessiva intervenção do commercio do productor como consumidor, em grande parte devido a falta de capitaes por parte dos agricultores que ficam na dependência do commerciante, devido aos adeamentos, é que tem acarretado a ruina da nossa agricultura.

Preciso dizer bem alto: a não ser em condições muito seguras de remuneração, mediante crédito razoável e bem organizado, mutualismo, cooperativismo em todas as modalidades, seguridade de consumo facilitado de transporte, achar-se-á nossa agricultura presa às mais angustiosas oscilações da vida, trazendo em imminência de fracasso os destinos daquelles que a ella se dedicam [...].

[...] Qual o meio mais efficaz para realizar-se o crédito agrícola? Não pode ter outra resposta: pela cooperação formando caixas ruraes com responsabilidade solidária.

Ponto essencial para o exito: as caixas devem ser adoptadas às regiões e não o contrario, tornando-se preciso, é exacto, um ambiente de liberdade e expansão para que possam progredir. As caixas Reiffeisen são as mais recommendadas pelo sucesso alcançado na Alemanha, França, não podendo ser o typo unico. Nellas não deve prescindir, pelo fim que tem a preencher o espirito de lucro tão somente, mas o de progresso e elevação moral.

A citação acima reforça um aspecto importante da introdução do cooperativismo em determinado meio: crise no sistema ou a incapacidade do sistema de crédito em solucionar determinados gargalos no sistema socioeconômico. Nesse caso específico, a

solução da agricultura capixaba passaria pelo financiamento aos agricultores através de crédito. E passaria por uma estrutura ofertante de crédito cooperativo no modelo Raiffeissen, que o autor tinha informação de seu sucesso na Alemanha e na França. Reforça também a ideia de que o produtor rural sem recursos financeiros pela espera da primeira colheita era explorado pelo comerciante.

Mas Torres Filho (1912, p. 1) em seu artigo levanta outro aspecto do cooperativismo sul-americano e brasileiro, qual seja, o da intervenção do Estado no desenvolvimento do mesmo. Informa o autor que o ministro da agricultura, indústria e comércio enviou ao estado do Espírito Santo o "illustre profissional" o Sr. Plácido de Mello para lançar as bases para a fundação do credito agrícola, pelo "meio mais efficaz - a criação das caixas ruraes do systema Reiffeisen", tendo por base a cooperação.

Um outro artigo interessante que mostra os aspectos doutrinários e o cooperativismo como instrumento de desenvolvimento rural para o Estado do Espírito Santo foi escrito por J. Andre de Souza Coutinho (1915, p. 2) no jornal Cachoeirano, no qual o autor escreve sobre sua visão e análise da agricultura capixaba no início do século XX, num contexto de colonização e assentamento de colonizadores europeus em pequenos estabelecimentos rurais. O autor descreve a crise nas estruturas nos mercados onde atuava o produtor rural e inspirado em conhecimentos sobre a cooperação e formas de agregação dos camponeses, nas chamadas "comunas camponesas", da Idade Média e como essas superaram as dificuldades impostas pelo sistema socioeconômico da época, comenta e sugere para a agricultura capixaba o seguinte:

Sem pretendermos a transplantação dessas instituições para nosso paiz [a estruturas de cooperação camponesa da Idade Média], não porque condemnemos os seus princípios básicos, mas simplesmente porque falta ao operariado agrícola o indispensável preparo para pô-los em execução, lembramos, entretanto, que alguma coisa podemos respigar, embora como meio transitório, tendente a evitar insucessos não só na colonização official, como também na de iniciativa particular, uma e outra tendo por objectivo a transformação das grandes em pequenas propriedades.

Deixará, então, de ser um ideal difficil de tomar corpo o estabelecimento em grande escala de productores autônomos, a melhor, senão a única estrutura agrícola capaz de resolver os problemas da polycultura, do cooperativismo e muitos outros fatores da riqueza publica.

Ainda mais: E' a unica organização capaz de impedir, ainda por algumas dezenas de annos, a invasão de ideas subversivas, sustentadas com vigor, em todos os recantos do velho continente, ao sabor de um não pequeno numero de mentores que desprezam a evolução para aconselharem a revolução.

O autor, ao reconhecer o desmantelamento das grandes propriedades e o estabelecimento nelas de colonizadores em pequenos estabelecimentos rurais, que será predominante no estado, previa as dificuldades desses pequenos agricultores em sobreviver de forma individual e isolada. Visualizava nas instituições advindas da cooperação e agregação (à semelhança das Comunas Camponesas da Idade Média) que deveriam estar presentes no cooperativismo os ideais para o progresso de uma agricultura diversificada e de pequenos plantios. Mas é interessante observar no autor o viés ideológico, ao visualizar também nas organizações cooperativas a possibilidade de impedir a invasão de "ideias subversivas", o que sustenta a visão de que o cooperativismo emerge como uma estrutura de fortalecimento ao capitalismo. Essa visão do autor vai ao encontro à da Encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII, que condena o socialismo e vislumbra nas estruturas associacionistas a solução para dirimir os efeitos nocivos resultantes do capitalismo.

Nessas publicações, chama a atenção dada ao cooperativismo de crédito. E isso fica evidente nessas matérias publicadas nos meios de comunicação do início do século XX, como por exemplo (TORRES FILHO, 1912; COUTINHO, 1915; O COOPERATIVISMO, 1929). Esse aspecto torna-se evidente ao analisar as propostas de políticas de crédito para o estado do Espírito Santo:

O governo do Estado, animando a criação dos Caixas Raiffeissen e dos Bancos Luzzatti, de acordo com o programa administrativo que vem sendo rigorosamente executado, presta á colletividade um serviço maior do que esse, já por si immenso de instituir o crédito agrícola.

Com essa medida de alto alcance, lança o poder público a semente do cooperativismo, que medrando, poderá acelerar de um modo extraordinário a nossa rapida marcha para o progresso.

Num dos ultimos editoriais, alludimos ao retraimento da iniciativa particular e aqui vem a pello lembrar que nenhum campo mais vasto se pode abrir á actividade dos individuos do que o cooperativismo (O COOPERATIVISMO, 1929, p. 1) .

Na citação acima quatro questões chamam atenção. Em primeiro lugar, o cooperativismo de crédito é citado como a necessidade mais premente para o setor agrícola. As causas dessas preocupações com crédito também encontramos nas visões de Torres Filho (1912) e Coutinho (1915) em seus artigos. Nessa questão, na opinião do jornal *O Diário da Manhã*, a questão básica se centrava no comportamento do comerciante intermediário, que, pela sua posição estratégica, explorava o agricultor em duas frentes, pagando um preço baixo na compra dos produtos quando este colocava seu

produto à venda e por outro lado cobrando um preço alto pelos produtos que vendia aos agricultores (O COOPERATIVISMO, 1929).

E mais, devido às características da agricultura na qual há um período relativamente longo entre o plantio e a colheita, os produtores rurais não tendo recursos financeiros para adquirir seus produtos de consumo se viam obrigados a comprá-los a prazo na forma de crediário, quando era também explorado com os juros no ato do pagamento do que havia adquirido a crédito. Com acesso a crédito mais barato proporcionado por bancos cooperativos, o agricultor teria acesso mais e melhores recursos produtivos, e também recursos para comprar os produtos que necessitasse para consumo de sua família, sem pagar pelas altas margens de lucro dos negócios dos comerciantes (O COOPERATIVISMO, 1929).

A segunda questão que se pode observar é que o cooperativismo era na visão da época, um mecanismo de desenvolvimento econômico, por estimular a iniciativa privada a manter negócios estabelecidos e a alavancar novos negócios e assim promover o crescimento econômico. Reforça também nessa questão a ideia de que o cooperativismo é uma proposta de nova estrutura para o desenvolvimento do capitalismo.

Uma terceira questão, assim como em todo mundo onde o cooperativismo se implantou e desenvolveu em ambientes de crise ou de falhas nas estruturas públicas e de mercado, no estado do Espírito Santo, nesse em particular, o cooperativismo é proposto para responder a essa situação específica, qual seja, a de carência de crédito para a população.

E por último, no Espírito Santo, assim como em alguns países da América Latina e outras regiões do Brasil, o poder público foi participante ativo ao estímulo e estruturação do cooperativismo no sistema socioeconômico.

Essa última questão pode ser constatada no jornal Diário da Manhã, na edição 02081 de 13 de junho de 1929, quando publicou uma matéria divulgando políticas públicas para a instalação de bancos do crédito do tipo Luzzatti na região sul do Estado do Espírito Santo, especificamente nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Muqui e Alegre. Esse jornal publica de forma entusiasmada esse acontecimento por visualizar nessa ação do poder público de instalação dessas agências bancárias como uma verdadeira cruzada em prol do cooperativismo. Nessa matéria, o Diário da Manhã se fez presente com seus

redatores na inauguração do Banco Cooperativo do município de Cachoeiro de Itapemirim (COOPERATIVISMO, 1929, p. 1).

A inauguração contou com a presença do Presidente do Estado, Aristeu Aguiar e do comissário nomeado pelo Presidente da Província para intermediar nos municípios a instalação de Bancos Cooperativos, Dr. Marcílio Bastos. Marcílio Bastos, em seu discurso na fundação da agência, cita o fato de que somente 134 pessoas participam como acionistas do banco, mas que já apresenta grandes resultados e que o mais importante é que o sucesso dessa unidade em Cachoeiro de Itapemirim servirá de estímulo para a expansão do crédito cooperativo no Estado. Dessa forma, o dinheiro em mãos de pequenos investidores, aos milhares no Espírito Santo, logo se congregaria para esses modelos de bancos cooperativos, o que formaria no conjunto grandes somas de recursos financeiros e então grande capacidade de operação com crédito (COOPERATIVISMO, 1929, p. 1)

Ainda na edição 02081 do jornal Diário da Manhã, o comissário Marcílio Bastos anunciou, para o mês de agosto daquele mesmo ano, a fundação de uma unidade bancária de crédito cooperativo no município de Muqui e posteriormente outra para o município de Alegre. Esse comissário informou também que os dirigentes nomeados para as agências bancárias desses municípios foram de escolhas pessoais suas, tendo como critérios competências técnicas na área financeira. Através dessa edição do jornal, Marcílio Bastos informou inclusive que o Estado do Espírito tem participado com frequência dos congressos de crédito popular e agrícola organizados pela federação brasileira desses bancos, o último no Rio de Janeiro, que na opinião dele, são verdadeiras fontes de inspiração para instalação, estruturação e funcionamento dessas modalidades bancárias (COOPERATIVISMO, 1929, p. 1).

O Engenheiro Agrônomo Olavo Rego (1930, p. 22-23), num artigo apresentado no Primeiro Congresso Agropecuário de Cachoeiro de Itapemirim, trata o cooperativismo como propulsor do progresso na agricultura. Afirma o autor que com a escassez de recursos para crédito, o cooperativismo nos modelos Raiffeissen e Luzzatti de bancos cooperativos seriam os viabilizadores de recursos financeiros para os agricultores alavancarem suas atividades produtivas e promoverem o progresso econômico capixaba. O autor cita em seu artigo as louváveis iniciativas nesse sentido, as Sociedades Rurais de Accioly no município de Colatina, os bancos de crédito no modelo Luzzatti fundados

nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Muqui e Alegre, e todas essas iniciativas operando com sucesso. É sugerido, para fortalecer essas instituições, a exemplo de outros estados, a agregação delas em uma federação capixaba de modo a idealizarem e operarem conjuntamente políticas e ações conjuntas em prol do desenvolvimento do cooperativismo de crédito no estado do Espírito Santo. E finalmente o autor lembra o empenho do governo do Estado que, através da Lei 1.705, buscava promover o cooperativismo oferecendo a cada agência bancária de modelo cooperativista o auxílio de 10:000\$000 por um prazo de cinco anos, e que, após esse prazo, a agência com movimento no mínimo de 150.000\$000 por ano revertia o auxílio de dez contos como fundo de reserva para o caixa da unidade bancária. Cabe ressaltar também que essa lei ainda isentava esses bancos de todos os impostos cobrados pelo poder público estadual.

O poder público do Estado do Espírito Santo, ainda na década de 1930, procurou ampliar a atuação de estímulo ao cooperativismo. É o que mostra a edição 2979 do dia 24 de abril de 1935 do jornal Diário da Manhã, quando publica o projeto de Constituição do Estado aprovado pela Assembleia Legislativa, no qual, no item d do capítulo IX da Ordem Econômica, prevê por parte do poder público estadual o fomento ao cooperativismo, com isenção de impostos para cooperativas de consumo (ANTE-PROJECTO, 1935).

Outro documento que comprova o início de ações do poder público estadual para o desenvolvimento do cooperativismo em solo capixaba, é o relatório do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S/A (1938, p. 4) referente ao ano de 1937 que relata que a Diretoria de Imigração e Economia do governo do Estado, contava, entre muitas, com as seguintes atribuições:

- propor ou encaminhar, depois de convenientemente estudado, sugestões capazes de amparar e beneficiar as organizações de cunho sindicalista-cooperativista;
- propor medidas para o desenvolvimento do cooperativismo.

Consta ainda no relatório uma análise do sistema de crédito no Brasil, em que a taxa de juros era muito elevada, informando inclusive que a própria taxa do Banco do Brasil de 6% ao ano era muito alta para os padrões brasileiros. E sugere ainda o fornecimento de crédito ao povo por meio do sistema de cooperativas. Cita o exemplo do Estado da Paraíba que com um sistema bancário na forma de "caixas" no modelo de cooperativas

operava com créditos a taxa de juros a 3% ao ano. Mas esse documento mostra uma ação notável do poder público local, qual seja, o de instituir um órgão público que como parte de sua missão tinha por objetivo propor medidas para o desenvolvimento do cooperativismo no estado do Espírito Santo (BANCO DE CRÉDITO AGRÍCOLA DO ESPÍRITO SANTO S/A, 1938).

Ainda no que se refere às políticas públicas ao estímulo e estruturação de cooperativas em solo capixaba, o relatório do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S/A (1945, p. 6-7) referente às atividades de 1944 é revelador. Esse faz significativa referência ao cooperativismo no estado do Espírito Santo. Nele o poder público reconhece a inutilidade das políticas públicas de fomento à agricultura, por não ter capacidade de articular os agricultores em núcleos cooperativos, mostra ainda que o melhor meio para essa articulação seria a cooperativa. O documento enfaticamente recomenda que o Brasil precisa apoiar-se no cooperativismo e, se referindo ao mesmo na modalidade de crédito, cita a Região Nordeste como exemplo, onde vários estados daquela região, via bancos cooperativos, realizavam operações de crédito rural a seus cooperados a uma taxa de juros inferiores a 3% ao ano, muito inferior à média brasileira, quando essas taxas chegavam a 6% e até 7% ao ano.

Essas matérias e artigos em jornais, revistas e documentos do início do século XX nos revelam o início da história do cooperativismo no estado do Espírito Santo sob dois aspectos. Num primeiro, os artigos tratam com propriedade as questões doutrinárias do movimento cooperativo e a experiência do mesmo na Europa. No segundo aspecto, ao analisar os artigos e as matérias publicadas, constata-se três questões que aparecem de forma evidente. Uma primeira se refere à análise dos problemas da economia local, principalmente do setor agrícola, ligados à estrutura econômica deficiente em proporcionar condições para deslançar um processo de desenvolvimento econômico, tais como, a ação dos intermediários nos setores econômicos atuando de forma abusiva e majorando preços para os consumidores e deprimindo preços para os produtores rurais, e a falta de recursos financeiros por parte dos agricultores para iniciar e aumentar a produção de produtos já produzidos e, por fim, objetivando alavancar novas atividades produtivas com novos recursos produtivos.

O segundo ponto relevante se refere à visão desses meios de comunicação e documentos, no qual as cooperativas, a exemplo de outros países que viveram situações

semelhantes, seriam a solução para os gargalos da economia capixaba, pois ao atuar a montante e a jusante da produção agrícola resolveria a questão da oferta de recursos produtivos, da industrialização e comercialização de seus produtos, respectivamente. E a escassez de crédito poderia ser solucionada com a fundação de bancos cooperativos, preferencialmente os dos modelos Raiffeissen e Luzzatti, modelos esses com sucesso comprovado no mundo e na região sul do Brasil.

A terceira questão, a exemplo de outros países da América Latina, está relacionada à participação do poder público no estímulo ao cooperativismo de crédito. Isso se deve à necessidade de recursos financeiros para alavancar as atividades agrícolas e o reconhecimento da impotência do setor bancário privado e público da época em ofertar crédito a juros acessíveis aos produtores rurais. Então, o próprio setor público visualizava também no sistema de crédito cooperativo a solução para esses entraves para o desenvolvimento da economia capixaba.

Apesar dos registros oficiais das primeiras cooperativas datarem do final da década de 1920, há informações de fundação de cooperativas ainda no final do século XIX. É o que aponta Derenzi (1974) em seu estudo sobre a imigração italiana no estado do Espírito Santo, quando descreve o desenvolvimento da região noroeste do estado, e ao se referir, especificamente, à comunidade de Mutum, localizada no município de Santa Tereza, comenta que

Mutum foi por muito tempo núcleo de certa categoria. Arraial próspero e promissor: capela, negócios, ranchos de tropas, meia dúzia de moradores, escola e, pasmem, um Banco cooperativo, que não resistiu à queda do preço do café que afetou o Estado no fim do século passado (DERENZI, 1974, p. 69).

Derenzi (1974, p. 69) afirma que esse banco cooperativo foi fundado sob a liderança de dois "ragionieri"⁸³ italianos, que no auge da crise desapareceram. Um deles, o presidente do banco, fez fortuna em Milão na Itália e, em 1926, por sentimentos religiosos e por arrependimento, voltou a Santa Tereza e restituiu, em um cartório, trinta e poucos contos de réis, furtados das pequenas economias dos depositantes⁸⁴.

A criação das primeiras cooperativas com registros oficiais datam a partir de 1929. Esses registros informam também que foi somente a partir da década de 1940 que

⁸³ Contadores.

⁸⁴ Não foram encontrados registros desse banco cooperativista.

deslanchou o processo de desenvolvimento do cooperativismo no estado do Espírito Santo.

A tabela 18 sintetiza a criação de cooperativas por ramo de atividades no período compreendido entre os anos de 1930 e 1970. Nessa tabela podemos observar que nesse mesmo período, foram criadas 102 cooperativas no Espírito Santo, em três setores predominantemente: agrário⁸⁵, consumo e de crédito. No total do período, foram criadas 61 cooperativas agrárias, 26 no setor de consumo e 12 no setor de crédito, num percentual de 50,80%, 2,51% e 11,76%, respectivamente⁸⁶.

Pela tabela 18 ainda, pode-se averiguar que nos períodos de 1929 a 1950, de 1950 a 1960 e 1960 a 1970, foram criadas respectivamente 25,49%, 24,51% e 51% das cooperativas no estado. Das informações do anexo H, pode-se constatar que o grande "boom" de fundação de cooperativas no ramo agrário no Estado do Espírito Santo aconteceu no período de 1950 a 1965, quando foram fundadas 61 cooperativas, o que representa 55,80% do total das fundadas no lapso de tempo de 1930 a 1970. Esse destaque no crescimento dessas entidades no período de 1950 a 1965, se deve ao crescimento das cooperativas do ramo agrário, quando se criou 39 delas, ou seja, 63,93% naqueles 15 anos.

Na hipótese desta tese consta que 5 fatores explicariam a criação de cooperativas de cafeicultores (consideradas cooperativas agrárias): origem étnica dos fundadores, participação da Igreja Católica no movimento cooperativista agrário, implantação de políticas públicas em apoio às cooperativas, sistema de comercialização de produtos agropecuários e crises no mercado de café.

⁸⁵ Das cooperativas com denominação de cooperativas agrárias muitas aparecem nos registros com a denominação de cooperativas agrárias e outras com a denominação de cooperativas agrárias mistas. Estas últimas são assim denominadas por apresentarem em suas estruturas geralmente três seções, uma de comercialização dos produtos produzidos pelos produtores associados, outra de comercialização de bens de consumo (supermercado) para os cooperados e outra para venda de insumos para os cooperados. Porém, constata-se nos estatutos daquelas denominadas de somente cooperativas agrárias, que as mesmas foram implantadas também com as três seções. Assim, decidiu-se nomeá-las todas de cooperativas agrárias, onde nas cooperativas agrárias estão incluídas as cooperativas agrárias mistas (ESPÍRITO SANTO, 2019).

⁸⁶ Até o ano de 1942, foram criadas no Espírito Santo 18 cooperativas, 12 delas desaparecendo até esse mesmo ano, por serem mal concebidas e estruturadas e com gestores incapacitados para os cargos. No ano de 1942, existiam no Estado seis cooperativas ativas, com somente 311 associados e dessas seis cooperativas somente uma sobreviveu, a Cooperativa de Laticínios de Cachoeiro de Itapemirim (ACARES, 1971).

Tabela 18. Número de cooperativas fundadas por ramo de atividade no estado do Espírito Santo no período de 1930 a 1970.

Ramo de atividade	1929-1950		1950-1960		1960-1970	
	Número	(%)	Número	%	Número	(%)
Agrário	13	50,00	15	60	33	64,70
Consumo	9	33,33	8	32	9	17,64
Crédito	4	14,81	1	4	7	13,72
Outros	-	-	1	4	2	1,94
TOTAL	26	100	25	100	51	100

Fonte: Espírito Santo (2019).

Vimos que documentos produzidos do início da década de 1960 por *policy makers* afirmam que a criação de cooperativas no meio rural se deve à atuação da Igreja Católica e à etnia dos cooperados fundadores. O documento da Acares (s.d.) argumenta que esse fenômeno do cooperativismo agrário capixaba se deve também ao apoio na criação e estruturação pelo setor público federal e estadual a partir do final da década de 1950 e início da década seguinte.

Outro documento, também da Acares, o Acares (1971) reafirma que foi com políticas públicas mais adequadas ao cooperativismo do ramo agrário que o cooperativismo voltou a se fortalecer no estado a partir da década de 1960. Mas esse documento acrescenta que foi também com a criação de centrais de cooperativas que se intensificou e se fortaleceu o desenvolvimento cooperativista capixaba.

Mas, apesar de vários fatores serem favoráveis ao desenvolvimento do cooperativismo agrário no Espírito Santo, muitas cooperativas pararam de operar a partir da década de 1970, com exceção dos setores de aves e laticínios, que mantiveram crescimento satisfatório. As causas do insucesso de muitas dessas cooperativas estão ligadas a duas questões: a primeira de ordem política, e segunda a um grupo de fatores ligados a problemas e entraves relacionados aos órgãos do próprio cooperativismo (ACARES, 1971).

Com relação a questões de ordem política, o que agravou a situação do cooperativismo no estado do Espírito Santo foi o fato de que muitas cooperativas foram fundadas por

interesses políticos locais sem a mobilização de grupos de pessoas realmente necessitadas e interessadas na fundação das mesmas, o que as desmobilizaram rapidamente (ACARES, 1971).

No que se refere aos fatores relacionados aos órgãos públicos de apoio ao cooperativismo, em primeiro lugar estava a falta de um planejamento global e racional ligado aos órgãos públicos em colaboração com a estrutura de coordenação do próprio cooperativismo de forma a sustentar o sistema mesmo em momentos de crise. As decisões eram isoladas e sem uma consistência coletiva geral. Os órgãos de assistência técnica e orientação às atividades cooperativas, apesar de toda capacitação técnica fornecida ao pessoal responsável pela política ligada ao cooperativismo e todos os esforços empregados nesse sentido, não são suficientes para atender o sistema, por carecer de estrutura física e de pessoal técnico em número suficiente para atender à demanda de serviços em todas as necessidades das cooperativas no Estado do Espírito Santo (ACARES, 1971).

Em segundo lugar, ligado ainda ao sistema do cooperativismo estadual, está a estrutura singular ou primária, cujas cooperativas foram criadas por "fatores políticos emocionais", em locais sem potencialidades para o cooperativismo, elevando assim os custos de funcionamento, fazendo com que operassem, portanto, sem rentabilidade suficiente para a manutenção de suas atividades. Em segundo lugar, nessas condições a estrutura de gestão, por falta de pessoal qualificado, acabava tornando as cooperativas mal organizadas, fato que as levaram a atuar de forma deficiente e incapacitadas em operar nos mercados⁸⁷ (ACARES, 1971). Esse fenômeno ocorreu na América Latina como um todo conforme constatou Coque Martinez (2012) e analisado anteriormente no capítulo 1 desta tese.

Outro ramo de destaque de cooperativismo no Espírito Santo até 1970 foi o de crédito, sendo as primeiras experiências com cooperativismo no Estado. De acordo com registros da Junta Comercial do Estado do Espírito Santo (JCEES) consta que as

⁸⁷ Nesse nível de problema pode-se citar cooperativas que foram criadas em pequenos distritos, como as de Jaciguá e Vargem Alta no município de Cachoeiro de Itapemirim, a de Vinhático no município de Conceição de Castelo, a de Córrego D'água no município de Aracruz, a de Marilândia no município de Colatina, a de Bananal no município de Linhares, a de cafeicultores do distrito de São João de Crubixá do município de Alfredo Chaves. Algumas ainda foram criadas em pequenas comunidades que nem jurisdição distrital eram, como as de Limoeiro e Fazenda do Centro no município de Castelo.

primeiras fundadas no ano de 1929 foram criadas como políticas públicas estaduais. Essas experiências iniciaram com a fundação, em 1929, da Cooperativa de Responsabilidade Limitada Banco Cachoeiro de Itapemirim; do Banco de Muqui Sociedade Cooperativa de Responsabilidade LTDA fundado em 1929; do Banco de Calçado Cooperativa de Responsabilidade LTDA no município de São José de Calçado criado em 1930 e da Cooperativa de Crédito de Vitória, institucionalizada em 1933 (ESPIRITO SANTO, 2019).

Vimos que a inauguração da agência na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, contou com a presença do Presidente do Estado do Espírito Santo Aristeu Aguiar. O comissário nomeado pelo Presidente do Estado para intermediar nos municípios a instalação de bancos cooperativos, Dr. Marcílio Bastos afirmou em seu discurso que os dirigentes dos bancos cooperativos seriam de escolhas pessoais suas, entre aqueles com competência e experiência para o cargos (COOPERATIVISMO, 1929, p.1). Essa narrativa do jornal da época reforça a presença do poder público estadual na fundação das primeiras cooperativas de crédito no Espírito Santo.

Constam nos registros da JCEES, que as cooperativas de crédito tiveram um crescimento mais intenso no final da década de 1940 e na década seguinte, que pode ser devido a dois fatores (ESPÍRITO SANTO, 2019). Em primeiro lugar, devido à situação de carência de crédito e taxas de juros elevadas praticadas pelos bancos comerciais conforme exposto anteriormente com os autores Torres Filho (1912), Coutinho (1915), Cooperativismo (1929), e os documentos Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S/A (1938) e Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S/A (1945). Esses autores e documentos revelam uma demanda não atendida para a sociedade pelo sistema financeiro da época, por entenderem que o crédito era um importante fator para alavancar o desenvolvimento econômico do Espírito Santo e os bancos cooperativos seriam as instituições ideais para essa finalidade. E, em segundo lugar, conforme já analisado no capítulo anterior, devido a leis e normas do governo federal que a partir de 1932 estimulavam e respaldavam juridicamente a criação de cooperativas no Brasil.

A denominação que consta nas atas de criação das cooperativas de crédito mostra que das 12 cooperativas de crédito criadas entre 1929 e 1979, sete, ou seja, 50,80% são de modelo de mutualidade (ESPÍRITO SANTO, 2019). Essas entidades que tem sua origem na visão e proposta do anarquista francês Pierre-Joseph Proudhon (1809 -

1865)⁸⁸. Formadas por cooperados de grupos homogêneos, de instituições específicas, como públicas, privadas, sindicatos, associações, entre outros, esse modelo de cooperativa de crédito faz parte da tradição que se desenvolveu a partir do modelo cooperativo de Gabriel-Alphonse Desjardins (1854 -1920)⁸⁹, idealizado no Canadá na transição do século XIX para o século XX. Essa característica das cooperativas explica porque aquelas criadas por grupos homogêneos, com exceção daquela do município de Baixo Guandú, se localizam na Grande Vitória, local onde se encontram empresas e instituições de porte suficiente em números de funcionários e/ou membros para criarem essas entidades cooperativas.

A partir de meados da década de 1970, o cooperativismo de crédito sofreu um arrefecimento no Brasil, e no Espírito Santo não foi exceção. O motivo pode ter sido que a partir da década de 1970 o sistema financeiro privado e público começaram a operar em economias de escala, se reestruturando para oferecer mais e melhores serviços, com crédito a taxas de juros mais baixos e de forma mais eficiente. As cooperativas do Espírito Santo, que foram criadas com grupos homogêneos, com número reduzido de cooperados/clientes, e portanto, operando em pequena escala, não conseguiram concorrer com as grandes instituições financeiras, inviabilizando parte dessas cooperativas⁹⁰.

O cooperativismo de consumo foi outro ramo de destaque no Estado do Espírito Santo. No período de 1930 a 1970 foram fundadas 26 cooperativas desse ramo. Se consta que, com exceção de quatro cooperativas, todas elas foram fundadas por movimentos de funcionários de empresas particulares e entidades públicas (ESPÍRITO SANTO, 2019). Havia já, nas primeiras décadas do século XX, a consciência sobre a estrutura deficiente do setor de distribuição de bens de consumo, com excesso de intermediação e preços elevados para o consumidor, conforme identificado por Torres Filho (1912) e Coutinho (1915) já na segunda década do século XX. Com as leis de incentivo e normatização

⁸⁸ A esse respeito ver em: RIST, C. Proudhon e o socialismo de 1848. In: GIDE, C.; RIST, C (Org.). **História das doutrinas econômicas**. Rio de Janeiro: Alba, 1941, p. 331 -364.

⁸⁹ Ver em: PORT, M. Cooperativismo financeiro no mundo. In: MEINEN, E.; PORT, M. (Org.). **Cooperativismo financeiro: percurso histórico, perspectivas e desafios**. Brasília: Confedbras, 2014, p. 247-211.

⁹⁰ Ver a esse respeito em: BOUZAN, A. Concentração e economias de escala nos bancos comerciais brasileiros. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 13, n. 3, jul./set. 1973. CARVALHO, F. L. de; DIAZ, M. D. M.; BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Saída e insucesso das cooperativas de crédito no Brasil: uma análise do risco. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, São Paulo, v. 26, n. 67, p. 70-84, jan./fev./mar./abr. 2015.

para operação das cooperativas, organizações coletivas de instituições públicas e privadas, mais politizadas e com consciência e conhecimento da sociedade e dos sistemas econômicos, se movimentaram para criar as cooperativas de consumo e assim seria resolvido as questões relativas ao excesso de intermediação e preços elevados de bens de consumo, o que atendia seus interesses particulares e das famílias dos cooperados.

A cooperativas de consumo tiveram sucesso até meados da década de 1980, quando, a partir desse período, os setores varejistas se reestruturaram em grandes redes e com readequação de gestão de cadeias produtivas baseadas no modelo *just in time*⁹¹ eliminaram grande parte da intermediação e passaram a oferecer melhores serviços, com mais diversidade e melhor qualidade de produtos e a preços mais baixos para o consumidor.

No movimento cooperativista dos setores de consumo e crédito no Estado do Espírito Santo, no período de 1930 a 1970, uma constatação se torna evidente: quando há necessidade tanto de crédito em condições mais acessíveis e taxas de juros mais baixas, e no setor de destituição de bens de consumo há a necessidade por melhores serviços e preços mais baixos, os grupos sociais se organizaram em cooperativas para atender aos objetivos dos cooperados. Mas quando os setores da economia se organizaram e ofereceram melhores serviços que as cooperativas, os cooperados abandonam estas e buscam os serviços naqueles setores, fato que demonstra que os interesses individuais se sobrepõem aos coletivos.

As conclusões após essa análise são evidentes. Em primeiro lugar, as cooperativas devem ser criadas quando emergem de uma necessidade coletiva e os grupos interessados idealizam e criam as condições para sua fundação, não podendo ser criadas por interesses próprios, tanto de lideranças particulares, como de políticos. Uma

⁹¹ Relativo a esse tema ver estudos de caso de um setor de importância nos sistemas agroindustriais, os chamados mercados de hortaliças e legumes no Estado do Espírito Santo: REIS, A. S. **Mercado de hortaliças e legumes**: uma análise da região Centro-Serrana do Estado do Espírito Santo. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Departamento de Economia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2016.

FASSARELLA, M. R. **O modelo *just in time* do setor de hortaliças e legumes no Estado do Espírito Santo**: o caso da Chácara São Bernardo. 2016. Monografia - (Graduação em Ciências Econômicas) - Departamento de Economia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2016.

segunda conclusão é que, mesmo quando a cooperativa é fundada por interesses e necessidades coletivas e funcionar em condições adequadas, se o ambiente proporcionar melhores resultados para seus cooperados, prevalecerá os interesses individuais e esses abandonarão as práticas cooperativas e realizarão seus negócios onde encontram os melhores resultados privados. E, finalmente, as cooperativas se sustentarão se criadas com um número de cooperados e em um ambiente amplo suficiente que lhes permita possuir um corpo de gestores capacitados para operar as mesmas e um volume de negócios em escala que as possibilite produzir serviços aos seus associados em escala econômica.

Pela análise histórica dos três principais ramos do cooperativismo capixaba no período de 1929 a 1970, o agropecuário, o de consumo e o de crédito, chega-se de forma consistente a uma conclusão, a de que movimento cooperativista para ser sólido deve emergir e se desenvolver a partir de movimentos de pessoas e/ou grupos sociais quando identificam especificamente um problema a ser solucionado e visualizam na cooperação a solução para esses problemas. Quanto ao setor público, não cabe a esse iniciar o processo de implantação de cooperativas, haja vista o fracasso das tentativas de implantação do cooperativismo de crédito no Estado do Espírito Santo.

Cabe ao setor público legislar sobre o tema, desenvolver um sistema de educação no sentido de divulgar as doutrinas cooperativistas nos princípios e estatutos de Rochdale, instituir políticas de fomento a cooperativas e orientar os cidadãos para formas de agregação visando soluções de problemas específicos nos ambientes onde vivem. E, conforme defendem Rousseau (1981), Namorado (2007) e Leão XIII. Papa, (1891) a agregação e a cooperação devem emergir de forças latentes dos cidadãos em situações específicas de determinado ambiente cultural, social e econômico, quando os próprios interessados identificam os problemas e decidem por si mesmos as formas cooperativas e agregacionistas de solucionar e viverem esses problemas.

Na análise do cooperativismo constatou-se que o mesmo cresceu com relativo sucesso no período em análise na agricultura. O cooperativismo no setor de café, por definição, foi incluído nesse tópico como cooperativas agrárias. Veremos no tópico a seguir, que trata especificamente do cooperativismo do setor cafeeiro, a análise dos fatores que podem ter alavancado tal prática no Estado, baseada na hipótese aventada nesta tese sobre os prováveis fatores para esses movimentos cooperativistas.

Voltaremos a essa questão mais detalhadamente no próximo tópico deste capítulo, quando será desenvolvida em maiores detalhes uma análise do cooperativismo cafeeiro capixaba, já que as cooperativas de cafeicultores estão incluídas nas de ramo das agrárias.

4. 2 O cooperativismo no setor de café no estado do Espírito Santo no período de 1950 a 1970.

O objetivo deste tópico é estudar o cooperativismo do setor de café no Estado do Espírito Santo no período de 1950 a 1970. A fim de atender aos objetivos desta tese e suas hipóteses, neste tópico específico se procura fazer uma relação entre aqueles fatores que potencialmente poderiam estimular o cooperativismo de café e a criação das cooperativas no estado. A escolha desses fatores é baseada em critérios históricos e doutrinários já levantados no decorrer desta pesquisa. Os fatores selecionados são origem étnica dos cafeicultores, apoio da Igreja Católica, estímulos por parte do poder público, as necessidades dos cooperados não atendidas pelo sistema agroindustrial do setor de café e as crises da economia cafeeira.

A sequência expressa acima será a que seguiremos nas análises da influência de cada fator nos movimentos cooperativistas de cafeicultores capixabas. Isso porque no desenvolvimento dos conteúdos, será inicialmente tratada a questão da localização das cooperativas de café, que está ligada à etnia dos fundadores delas.

Nesse momento é importante lembrar que nas principais obras que tratam da história econômica do Brasil até o fim dos anos de 1960 não se encontra nenhuma menção sobre o cooperativismo no setor cafeeiro. Algumas citam que entre as estruturas para que o agricultor não sofresse ou minimizasse as consequências das crises e o excesso de intermediação do setor seria o cooperativismo.

E até as duas primeiras décadas do século XX, não existem informações sobre registros de cooperativas de café no Brasil. Desde o início da exportação pelo Brasil, o sistema de comercialização do café foi sempre controlado por grandes comerciantes compradores, que realizavam a análise de qualidade do produto e o depreciava para comprá-lo a um preço mais baixo das mãos no produtor para auferir, assim, maiores lucros nas vendas

para os importadores, cobrando margens de comercialização elevadas. Essa situação historicamente sempre foi motivo de descontentamento por parte dos produtores de café no Brasil, que sempre solicitavam a intervenção do poder público para controlar esse tipo de abuso de poder econômico por parte dos comerciantes, situação que também afetava os cafeicultores capixabas. Apesar desse quadro descrito desfavorável ao cafeicultor, foi somente a partir da terceira década do século XX que se tem registro da fundação das primeiras cooperativas de café no Brasil.

4.2.1 As fases dos movimentos cooperativistas de café no Brasil e o movimento cooperativista do setor de café no estado do Espírito Santo.

Uma proposta de análise sobre a história do cooperativismo de café para o Brasil se encontra em Juliana Vilela Prado de Souza e Sigismundo Bialoskorski Neto (2004). Os autores, ao estudar o movimento do cooperativismo na cafeicultura brasileira, identificam fases distintas na criação das cooperativas de cafeicultores. Sugerem quatro fases para fins de estudo na formação das cooperativas de café até meados da década de 1970. Uma primeira fase, denominada de período de crescimento e crise, que tem início na década de 1930 e termina por volta de 1945; a segunda, caracterizada como uma fase de reestruturação da cafeicultura, que se inicia em torno de 1945 e vai até 1957; a terceira fase, a da intervenção governamental, que teve início em 1958 até 1962; a quarta fase, conhecida como a de renovação dos cafezais, iniciada em 1962 e vai até meados da década de 1970. Essa proposta metodologicamente atende aos objetivos de análise sobre o histórico do cooperativismo de cafeicultura capixaba no período selecionado, porque nos permite enquadrar os fatores que por pressuposto influenciaram o cooperativismo do café no Espírito Santo. E em cada fase do histórico do cooperativismo no setor de café, será analisado cada fator e sua influência na criação de cooperativas no Espírito Santo, inclusive em comparação com dois importantes estados cafeeiros, São Paulo e Minas Gerais.

Essas fases propostas por Souza e Bialoskorski (2004) sobre desenvolvimento cooperativista no setor cafeeiro atendem a uma análise histórica porque está alicerçada em legislações brasileiras sobre cooperativismo, efeitos das crises do café sobre os produtores rurais, sobre o sistema de comercialização do café e finalmente levam em

consideração as intervenções públicas para estímulo e apoio à criação de cooperativas de café no Brasil.

Antes de discutir a questão específica da cafeicultura da primeira fase, é necessário registrar que foi nesse período que teve início, conforme já descrito no subtópico 3.2.2 desse tópico, importante intervenção pública do poder público federal no movimento cooperativista brasileiro com a edição de vários Decretos-Leis para a organização, funcionamento e fiscalização das cooperativas incentivando a criação dessas estruturas no país, possibilitando, a partir de então, que as cooperativas tivessem um arcabouço jurídico sólido nas suas fundações, com orientações inclusive na estrutura de funcionamento e elaboração de seus estatutos. Nesse bojo de leis, foi inclusive institucionalizado o BNCC para provimento de crédito às cooperativas.

E é, segundo Souza e Bialoskorski (2004), no início da década de 1930 que se registrou a fundação das primeiras cooperativas de cafeicultores no Brasil, notadamente em Minas Gerais, onde se amplia o cooperativismo de café no final daquela década, principalmente nas áreas de pequenos produtores.

Nessa primeira fase é que se registra uma profunda crise na cafeicultura nacional, pois logo após a quebra da Bolsa de Nova York, os preços do café caíram a níveis muito abaixo de uma rentabilidade de sustentação dos cultivos, fato que levou os produtores a não investirem em lavouras e conseqüentemente teve queda na produção. Esse longo período de crise do setor é caracterizado pelo predomínio dos grandes cafeicultores principalmente no Estado de São Paulo, que utilizavam recursos das lavouras de café para outras atividades econômicas. Maria Tereza Leme Fleury (1983), numa análise de natureza econômica sobre cooperativismo e desenvolvimento capitalista no Brasil, afirma que é na década de 1930 que se tem registro das primeiras cooperativas de produtores de café no Brasil, especificamente no estado de Minas Gerais. E no ano de 1940 haviam sido fundadas quatro cooperativas de café em São Paulo. Interessante é a análise da autora sobre o tempo de sobrevivência dessas cooperativas nesses dois estados. Enquanto que as de São Paulo não se sustentaram, sendo que doze delas já estavam paralisadas na década de 1940, as de Minas Gerais, a maioria delas na década de 1960, continuavam em atividade.

No caso de São Paulo, a maioria de suas cooperativas paralisaram as atividades logo que foram implantadas, o que pode ser explicado pelo fato do café ser produzido por grandes produtores que, por deterem uma condição financeira relativamente privilegiada, optaram por diversificação de suas atividades, aplicando seus recursos em outras atividades econômicas, inviabilizando o negócio cooperativo. Esse fenômeno mostra que, mesmo quando o cooperativismo estiver instalado, se surgir no mercado novas oportunidades de negócios e melhores em relação às do cooperativismo, esse é abandonado e os empresários aderem a esses novos negócios, demonstrando que o individualismo ainda é um atributo humano dominante no meio rural.

Já as cooperativas de Minas Gerais se sustentaram devido à confluência de três situações em que se encontravam os produtores e os influenciaram na formação de cooperativas. A primeira por produzir café de pior qualidade, com isso seus cafeicultores não poderiam competir com os de São Paulo, pois as condições edafoclimáticas mais favoráveis ao cultivo de café e com a predominância de grandes fazendeiros que economicamente ao investirem em tecnologias de qualidade do grão, os permitia dominar os mercados interno e externo do produto da rubiácea, fazendo com que só restasse o cooperativismo como possibilidade para melhoria da qualidade de café em Minas Gerais. A segunda pela produção em Minas Gerais ser mais atomizada e com predominância de pequenos produtores, o que os colocava em situação de fragilidade individual em relação às exigências do ambiente econômico, buscando na cooperação suas inserções de forma mais competitiva no mercado. E por fim, os produtores de café de Minas Gerais ao não receberem proteção por parte do poder público se sentiam desamparados perante o grande tamanho da estrutura de mercado. Assim, resolveram se associar para se proteger contra queda dos preços do produto e minimizar os efeitos das crises e também do sistema de comercialização que lhes era desfavorável. Sendo assim, a forma de cooperação escolhida pelos produtores de Minas Gerais foi o cooperativismo, que os levou a resultados técnicos e econômicos melhores e assim sustentaram o funcionamento e as atividades de suas cooperativas (FLEURY, 1983).

A necessidade que o pequeno produtor mineiro tinha em melhorar a qualidade do café e receber melhores preços pelo seu produto só se tornou possível pelo cooperativismo. Por esse motivo fundaram e mantiveram suas cooperativas ativas.

Na primeira fase, não há registros de criação de cooperativas de cafeicultores no Estado do Espírito Santo, mesmo com uma estrutura de produção semelhante à das regiões cafeeiras de Minas Gerais, baseada na pequena propriedade e pequenos plantios e sem proteção do poder público. Mas dois fatores podem explicar a ausência de estrutura cooperativista no setor de café no Estado nesse período, o tipo de café produzido e a diversificação de atividades nos estabelecimentos rurais. O primeiro, grãos de baixa qualidade concorriam nos mercados internacionais com os cafés africanos que o tornava imune às crises do setor. O segundo, a diversificação agrícola nos estabelecimentos rurais permitia novas fontes de renda em épocas de preços mais baixos do café e a sustentação de produção de alimentos sem recorrer ao mercado para comprá-los.

A segunda fase, a da reestruturação, tem início no ano seguinte do término da Segunda Guerra Mundial e dura até o final da década de 1950. Segundo Souza e Bialoskorski, (2004) com o fim do conflito mundial aumentou o consumo de café, principalmente na Europa e nos Estados Unidos da América, quando cresceu o volume de compras nos mercados e como consequência aumento nos preços internacionais do produto. Esse aumento de preços levou ao aumento dos plantios de café no Brasil e novas super-safras surgiram, foi quando se estabilizou o consumo mundial. A oferta de café se tornou maior que a demanda e, a partir do final da década de 1950, os preços do mesmo voltaram a cair no mercado internacional, gerando nova crise no setor a partir de 1959. Esse período por suas características não impactou o movimento cooperativista do setor no país.

Na segunda fase há o registro de criação de duas cooperativas de cafeicultores no Espírito Santo. Conforme anexo F, a primeira a ser criada em 1947 foi a Cooperativa Agrária de Lavrinhas⁹². A segunda, em 1952, foi a Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Varginha, posteriormente denominada de Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Jaciguá localizada no atual município de Vargem Alta. É relevante lembrar que o estado do Espírito Santo, conforme discutido no tópico referente ao cooperativismo agrário capixaba deste capítulo, no início da década de 1940 já havia institucionalizado no setor público local órgãos para assistência ao cooperativismo,

⁹²Lavrinhas era o nome da comunidade na época, que posteriormente passou a chamar-se Venda Nova, atualmente município de Venda Nova do Imigrante.

No dia 27 de agosto de 196, foi decidido em assembleia com os cooperados que a Cooperativa Agrária de Lavrinhas, passaria a se denominar Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Venda Nova.

como o Departamento de Economia e Assistência ao Cooperativismo da Secretaria da Agricultura. Mas, ao observar a fundação de cooperativas da década de 1940 até o da seguinte, verifica-se o pouco efeito que esses órgãos tiveram sobre o avanço do cooperativismo no setor do café no Estado tanto na primeira como na segunda fase da história do cooperativismo nacional. Na economia da cafeicultura capixaba, nessa fase, praticamente se repete o que ocorreu no cooperativismo cafeeiro nacional, ou seja, a reestruturação da cafeicultura não causou estímulo ao cooperativismo no Estado, mesmo com a institucionalização de órgãos públicos estaduais para esse fim.

O curto período da intervenção governamental no setor de café, de 1959 a 1962, foi uma fase de crise na cafeicultura e de incentivos para o cooperativismo cafeeiro no Brasil ligados a políticas públicas. Uma obra que detalha a intervenção pública nesse período é a do IBC (1965). Em primeiro lugar, o que chama atenção nessa publicação é a descrição da mudança de comportamento dos cafeicultores, que tomaram consciência de que os preços baixos que recebiam pelo café produzido em suas propriedades não tinham origem nas crises do setor, mas se deviam também aos altos custos de comercialização, com altas margens de lucros para comerciantes comparadores de café.

Os produtores que visualizaram na cooperação uma estrutura que os livraria daquela que deprimia o valor do seu produto. Segundo ainda a obra, teve nesse período uma importante intervenção temporal no setor, com políticas públicas de incentivos do Banco do Brasil para a manutenção de estoques, que era operacionalizada pelo IBC, com a compra de excedentes de pequenos produtores. Nesse modelo de intervenção eliminava-se parte dos intermediários o que aumentava a renda dos produtores de café que participavam desse programa.

Mas as políticas públicas direcionaram suas ações também para uma mudança permanente na estrutura de comercialização do café, com incentivos para a formação de cooperativas. Segundo o IBC (1965), foi disponibilizado crédito para a formação de cooperativas de cafeicultores, com apoio e incentivos do IBC. No Brasil, no final da década de 1950 existiam 21 cooperativas de café, e em 1960 havia em torno de 23.000 cooperados, abrangendo 4,9% dos estabelecimentos rurais produtores de café. As cooperativas ao processarem o café incorporavam melhores atributos de qualidade ao produto, que passou a ser vendido a um preço superior, melhorando a rentabilidade do produtor. Os produtores, via cooperativa, tiveram de forma facilitada acesso ao crédito

rural no Banco do Brasil. Foi dada permissão para que essas cooperativas também participassem diretamente da exportação de café, o que dotava o produtor indiretamente de poder participar do comércio exterior, diminuindo ainda mais a intermediação do setor.

Em meados da década de 1960, as cooperativas exportavam 6% do café brasileiro. O IBC era dotado de uma organização que o possibilitava ter escritórios com técnicos especializados, na maioria dos municípios dos estados produtores de café do Brasil. Seus técnicos prestavam assistência técnica no manejo das lavouras e na organização e doutrinação dos produtores para a prática cooperativa via cooperativismo. Em 1962, existiam 116 cooperativas de cafeicultores no Brasil, sendo que 95, ou seja, 81,90% delas foram criadas após 1958, o que demonstra a influência das políticas públicas intervencionistas no cooperativismo no setor cafeeiro no país (IBC, 1965 p. 86-87).

No estado do Espírito Santo foram fundadas duas cooperativas de cafeicultores na fase de intervenção governamental, o que corresponde a 9,52% do total das criadas no período de 1947 a 1970. Essas duas cooperativas foram fundadas em 1959, a cooperativa dos Cafeicultores de Colatina no município de Colatina e a Cooperativa dos Cafeicultores de Santa Teresa no município de Santa Teresa. Disso se conclui que também nesse período, mesmo um período de forte intervenção governamental de estímulo ao cooperativismo no setor de café no Brasil, pouco efeito teve na criação de cooperativas de cafeicultores no estado do Espírito Santo.

O quarto período é aquele da erradicação e renovação dos cafezais. Além da renovação dos cafezais nos quatro principais estados produtores⁹³, esse período se caracterizou por controle de preços por parte do governo federal que favoreceu o cafeicultor. A política de renovação do parque cafeeiro foi acompanhada de uma redução na produção de café em todo o país e, conseqüentemente, de desestímulo à formação de cooperativas (SOUZA; BIALOSKORSKI, 2004).

Contrariamente o que concluiu esses autores sobre os desestímulos à formação de cooperativas na quarta fase, na de erradicação e renovação dos cafezais, no estado do Espírito Santo, teve um forte avanço no cooperativismo de café. De acordo com o anexo F, de 1962 a 1966 foram fundadas 16 cooperativas do setor no Estado, um total de

⁹³ São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Espírito Santo.

72,73% das criadas no período de 1947 a 1960. O crescimento da criação de cooperativas de café na fase crítica de erradicação e renovação dos cafezais foi 31,83% ao ano no Espírito Santo.

A fase de intervenção do poder federal teve pouca influência no estímulo para o cooperativismo cafeeiro capixaba. Que fatores levaram ao crescimento da criação de cooperativas no ramo de café, principalmente no curto período da década de 1960? A hipótese dessa tese, baseada nas doutrinas cooperativistas e na própria história do cooperativismo, indica que cinco fatores podem ter impulsionado o cooperativismo desse produto no Estado: a etnia dos cooperados fundadores das cooperativas, a participação da Igreja Católica na mobilização dos católicos para o associativismo, a estrutura de comercialização do café que não atendia aos interesses dos cafeicultores, políticas públicas voltadas para o cooperativismo e as crises periódicas do mercado de café.

4.2.2 A etnia italiana e o cooperativismo de café no Espírito Santo.

Antes de tratarmos de cada fator, é preciso apresentar a localização regional das cooperativas de cafeicultores. A localização geográfica das cooperativas de cafeicultores no Espírito Santo pode ser observada na figura 1, que segue a lógica da intensidade dos cultivos em cada região. Onde a intensidade dos cultivos é maior, maior a quantidade fundada dessas cooperativas. Assim, verifica-se que 45,45% , ou seja, 10 delas se localizavam na região sul e sete, o que perfaz 31,82% delas, na região noroeste do Espírito Santo.

Com relação à Região Sul, quatro cooperativas foram criadas naquela região da colonização cafeeira antiga, nos limites do norte do Rio de Janeiro e sul de Minas Gerais, nos municípios de Alegre, São José do Calçado, Guaçuí e Iúna. Essa região era dominada por grandes fazendas, originárias do modelo *plantation*. Enquanto que outras seis, ou seja, 60% das cooperativas do sul do estado foram fundadas na Região Centro-Serrana onde se estabeleceram os assentamentos de imigrantes europeus em meados do século XIX até o início do seguinte, especificamente nos municípios de Vargem Alta, Afonso Cláudio, Santa Tereza, Venda Nova do Imigrante e Alfredo Chaves.

Na Região Noroeste do estado, no período de 1947 a 1970, foram criadas oito cooperativas de cafeicultores, localizadas nos municípios de Baixo Guandú, Colatina, Nova Venécia, São Gabriel da Palha, Barra de São Francisco, Mantenópolis, Marilândia e Rio Bananal. Nessa região, a exceção de Baixo Guandú, todos os outros municípios foram colonizados por descendentes de migrantes descendentes de italianos com modelos de propriedades semelhantes aos da origem dos migrantes, isto é, de pequenos e médios estabelecimentos, com pequenas lavouras de café. As duas regiões somadas a do sul e noroeste totalizavam 85,71% das cooperativas do setor cafeeiro fundadas no estado no período de 1947 a 1970. Outras duas cooperativas de cafeicultores foram criadas na Região Litoral Norte, no município de Jaguaré e no distrito de Vinhático, no município de Conceição da Barra, ambos fundados por migrantes de descendentes italianos. E uma cooperativa foi criada no extremo norte do estado, no município de Ecoporanga.

Para análise da hipótese desta pesquisa, um fator que pode ter causado impacto relevante está ligado à etnia dos fundadores dessas cooperativas. Um diagnóstico do relatório Espírito Santo (1968) atesta que os descendentes de imigrantes italianos foram decisivos no movimento cooperativista cafeeiro capixaba, especificamente na Região Centro-Serrana do estado. Procurou-se nesta pesquisa investigar mais profundamente as conclusões do documento acima citado.

Tratamos de relacionar a localização geográfica das cooperativas de cafeicultores do Espírito Santo com a origem étnica dos seus fundadores. Pelo anexo G e pela figura 1, pode-se visualizar que as cooperativas agrárias de cafeicultores se localizam em municípios de colonizadores italianos e seus descendentes. São eles: Nova Venécia, Jaguaré, São Gabriel da Palha, Rio Bananal, Marilândia, Colatina, Santa Tereza, Venda Nova do Imigrante, Vargem Alta (duas cooperativas) e Alfredo Chaves.

Em Conceição da Barra, município que não tem origem de colonizadores italianos, foi fundada, por descendentes de italianos, uma cooperativa agrária de cafeicultores no distrito de Vinhático. Sendo assim, são doze, ou seja, 54,54% das cooperativas no estado do Espírito Santo foram fundadas por cafeicultores de etnia italiana.

Essa etnia⁹⁴ iniciou o movimento cooperativista do setor de café com a criação das cinco primeiras cooperativas de cafeicultores. Na Região Centro-Serrana do Espírito Santo, fundaram a Cooperativa Agrária de Cafeicultores de Venda Nova, a Cooperativa Agrária de Cafeicultores de Jaciguá e a Cooperativa Agrária de Cafeicultores de Santa Teresa. Na Região Noroeste do estado fundaram a Cooperativa Agrária de Cafeicultores de Colatina e a Cooperativa Agrária de Cafeicultores de Marilândia, conforme consta no anexo G. Na Região Centro-Serrana do Espírito Santo, das seis cooperativas fundadas no período em análise, cinco, ou seja, 83,33% são de descendentes de imigrantes italianos.

Os imigrantes italianos que aportaram no estado do Espírito Santo na segunda metade do século XIX são, majoritariamente, da região do Vêneto da Itália e da Região do Trentino. Esses imigrantes, conforme discutido no tópico sobre a história do cooperativismo no Brasil, que de acordo com Grosselli (2008), conheciam o cooperativismo como sistema de organização social e econômica de sucesso em ambientes de economia atomizada e de instabilidades e crises.

Essa visão de que em regiões de pequenas propriedades e de colonização ítala e teuta, com sua formação cultural associativista e religiosa, era um precioso estímulo ao cooperativismo do café no Espírito, se encontra em um documento do programa de diversificação da agropecuária capixaba do Instituto Brasileiro do Café (IBC,1967). Esse documento em seu diagnóstico, ao se referir sobre a influência desses colonizadores no cooperativismo do setor de café, afirma ter constatado que da criação das cooperativas de cafeicultores do estado, das 22 existentes, em torno de 54,54% foram criadas por descendentes de imigrantes italianos.

Adilon Vargas de Souza⁹⁵, em uma entrevista dada ao autor da tese também atesta a importância dos descendentes de imigrantes italianos na criação de cooperativas capixabas de café. Souza (2020) então confirma que foi nas regiões de colonização de italianos que prosperaram as cooperativas de café, argumentando ainda que esse impulso cooperativista de cafeicultores se devia à cultura associativista desses povos.

⁹⁴ A etnia dos fundadores foi identificada pelos sobrenomes dos mesmos nas atas de criação de cada cooperativa em ESPÍRITO SANTO (2019).

⁹⁵ SOUZA, A. V. de. **Entrevista I**. [mai. 2020]. Entrevistador: Roberto Amadeu Fassarella. Vila Velha-ES, 2020. 1 arquivo .amr (36 min.).

Um conceito que auxilia na explicação da influência da cultura italiana em práticas cooperativas é o de italianidade. O sociólogo e professor da Universidade de Passo Fundo (RS) João Carlos Tedesco (2015), ao tratar dos movimentos associacionistas de origem italiana no Brasil, liga esses movimentos ao conceito de italianidade, como um conjunto de atributos típicos do povo italiano. Afirmo o autor:

"O associacionismo étnico-italiano (de imigrantes e descendentes) no Brasil foi intenso desde os primeiros anos, inclusive anterior à delimitação oficial do início do período imigratório (1875); essa realidade é parte integrante, diríamos, de seu *ethos* cultural e político. As formas, as ações, os vínculos, as intencionalidades, as seletividades de sujeitos pertencentes; as correlações histórico-culturais e territoriais transfronteiriças; as temporalidades entrecruzadas; as repressões, as emergências e os temores atuais fazem parte do caleidoscópio amplo, diversificado, não homogêneo e redimensionado temporalmente; por isso denominamos de italianidades (no plural)" (TEDESCO, 2015).

Escreveu o professor de História da América Latina da Universidade de Nápoles, Ângelo Trento (1989), que os movimentos associacionistas étnicos dos imigrantes italianos na história Brasil são fruto de um processo do ambiente sócio-cultural e econômico da Itália com objetivos específicos de profissões, grupos sociais e regionais. Segundo ainda o autor, esses movimentos em seus ambientes sócio-culturais e econômicos têm influência de outras dimensões humanas, como a religiosa, a política, a ideológica, a empresarial.

Tedesco (2015), ao tratar desse tema no Brasil, divide esses movimentos associacionistas ligados às italianidades em momentos históricos de tempo. O primeiro momento vai do ano de 1875 a 1940, que se caracteriza pela dimensão solidarística, reconstrução étnica e reconhecimento social. O segundo momento, no período entre a Segunda Grande Guerra e 1990, se caracteriza pelas acomodações internas e reacomodação étnica. E o terceiro momento, o dos anos 2000, o autor analisa as "territorialidades gêmeas - os denominados *gemellaggi*. A análise se fixará nos dois primeiros momentos, por se referir ao período de estudo desta tese.

No primeiro momento histórico, segundo o sociólogo e professor de sociologia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná Silvio Antonio Colognese (2004), o associacionismo étnico italiano no Brasil se deu através de instituições formais e/ou informais de auxílio mútuo para atender necessidades de saúde, educacionais e lazer. Mas, segundo ainda o autor, outras modalidades de cooperação se desenvolveram

nessas comunidades de imigrantes italianos e descendentes, tais como: clubes, círculos, associações comunitárias e pequenas cooperativas. O autor afirma ainda que as cooperativas se fizeram presentes principalmente no meio rural e foram os germes do desenvolvimento do cooperativismo na região sul do Brasil. Em suma, esses movimentos de natureza cooperativa então deram origem a organizações de trabalhadores (inclusive na forma de sindicatos), de cunho ideológico-político, no campo do cooperativismo e assistencialismo, movimentos típicos da italianidade.

A pesquisa de Luigi Biondi (2012) atestam que os movimentos agregacionistas de comunidades de italianos e descendentes também se registraram no primeiro momento no estado de São Paulo. Assegura o autor que muitas formas de organizações associativas foram do mesmo formato das do sul do país. Mas o autor constatou uma característica interessante desses movimentos em São Paulo, o da pluralidade, em que se destaca as influências das culturas regionais da Itália de onde vieram esses imigrantes, com fortes vínculos culturais e políticos de cada região, e de forte matiz patriótico, o que revelou nesse Estado, de acordo com as instituições agregacionistas, uma pluralidade de etnicidades no interior dos próprios descendentes italianos.

Em suma, nesse primeiro momento, a manifestação da italianidade nos movimentos agregacionistas foram de forte caráter étnico e patriótico, materializados nos campos assistencialista, cooperativista, educacional, ideológico e lúdico, marcando em cada um sua origem regional da Itália, mas agora num novo território nas regiões onde foram assentados. É nesse sentido que os autores afirmam em italianidades, tamanha a diversidade de modelos de cooperação.

Durante a Segunda Grande Guerra, os movimentos associacionistas de etnia italiana sofreram perseguição por parte do Governo Vargas, devido à Itália ser aliada do Eixo na Guerra. Foram tempos difíceis para esses movimentos. Mas, após o término da Guerra, o governo italiano retomou sua aproximação com o mundo e então os movimentos étnicos no Brasil retomaram suas atividades. Os movimentos agregacionistas se fortaleceram e novos tipos de movimentos surgiram no Sul do Brasil e em São Paulo. Foram criadas associações ligadas a regiões italianas de origem dos imigrantes⁹⁶. Essas associações valorizavam aspectos políticos, ideológicos, econômicos, culturais e recreativos, da preservação da língua, também com o objetivo de mantê-los ligados às

⁹⁶ Associações vênetas, piemontesas, trentinas, friulanas, lombardas.

regiões de origem dos seus antepassados. "Produziam e mantinham uma memória e identidade coletiva, ressituidas no tempo" de modo a preservarem suas origens regionais e se adaptarem coletivamente nos territórios nos quais se estabeleceram (TEDESCO, 2015, p. 268).

Esses estudos revelam as fortes forças de agregação e/ou cooperação dos imigrantes italianos e seus descendentes em terras brasileiras em muitas dimensões da vida humana, como a cultural, a político-ideológica, a econômica, a recreação e lazer, na saúde, na educação. E todos esses movimentos foram permeados por influência profunda da Religião Católica. Apesar de não termos encontrado nenhum estudo especificamente que trate da italianidade no Espírito Santo, constata-se em documentos do poder público, conforme já citados, a importância dos imigrantes italianos e seus descendentes na criação de cooperativas capixabas de café. Também os escritos de Cavati (1973) e Grosselli (2008) nos revelam práticas de cooperação nas comunidades de assentamentos de italianos no estado, como os mutirões para construção de igrejas, estradas, áreas de lazer, para auxílio de famílias em dificuldades, entre outros. Todas essas formas de ações coletivas são atributos da italianidade.

No Espírito Santo se repete o mesmo fenômeno da presença de italianos e seus descendentes em movimentos cooperativos na América Latina e no Brasil, como o caso de criações de cooperativas no sul do país e a militância e importância dos trabalhadores imigrantes italianos das indústrias de São Paulo no final do século XIX, sobre as possibilidades de formação de cooperativas e outras entidades associativas naquela unidade da federação.

Do exposto, pode-se concluir com segurança que a etnia italiana teve influência no movimento cooperativista do setor de café no Espírito Santo, atestando a importância da italianidade no conjunto dos fatores da hipótese desta tese.

4.2.3 A Igreja Católica como fator de apoio ao movimento cooperativista do setor de café no Espírito Santo.

O segundo fator que aparece como responsável pelo avanço do cooperativismo é a atuação das igrejas cristãs que foi descrita historicamente na Europa Continental, no

Canadá e América Latina no tópico 2.3 do capítulo 2 desta tese. Na Alemanha, a Igreja Luterana; na Itália, França, Canadá e em alguns países da América do Sul, a Igreja Católica. A ação do clero católico no movimento cooperativista foi inspirada inicialmente na Carta Encíclica Papal *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII, no Decreto Papal de 18 de novembro de 1911 do Papa Pio X, que no capítulo sobre a ação social da Igreja orientava e pedia ao clero católico que pregasse e estimulasse os fiéis católicos para se organizarem em entidades associativas e em cooperativas por serem estruturas de práticas solidárias e fraternas, portanto atendendo aos preceitos contidos nos evangelhos. Vimos que foi por iniciativa do clero católico que teve início, no sul do Brasil, o movimento cooperativista no país.

Outro documento papal foi inspirador para os movimentos cooperativistas. No ano de 1961, foi aprovada e divulgada outra Carta Encíclica Papal, a *Mater et Magistra*, do Papa João XXIII. Essa encíclica reforça os aspectos doutrinários da Encíclica *Rerum Novarum*, no que diz respeito à ação social da Igreja Católica, orientando claramente o clero para agir junto às comunidades católicas no sentido de estímulo ao associativismo e cooperativismo, em especial naquelas que predominam agricultores de regime familiar (JOÃO XXIII, Papa, 1961). Essa encíclica, como veremos, será a base da atuação do clero católico no cooperativismo no norte do Espírito Santo.

Souza (2020)⁹⁷, certifica que a Igreja Católica foi elemento fundamental no movimento cooperativista de cafeicultores no Espírito Santo, principalmente no início do mesmo. E associa a influência da Igreja Católica no cooperativismo de café naquelas regiões de colonização de descendentes de imigrantes italianos.

Um primeiro documento que levanta a questão da influência da religião no desenvolvimento do cooperativismo do café no estado é Espírito Santo (1968). Certifica esse documento que naquelas áreas com presença majoritária de descendentes de italianos, estes por princípios religiosos são em essência portadores do espírito cooperativo. Esse relatório legitima a ideia da influência das igrejas, com base em doutrina cristã, na criação de entidades cooperativas.

⁹⁷ SOUZA, A. V. de. **Entrevista I**. [mai. 2020]. Entrevistador: Roberto Amadeu Fassarella. Vila Velha-ES, 2020. 1 arquivo .amr (36 min.).

Máximo Zandonade (1992) escreve sobre participação da Igreja Católica no desenvolvimento do cooperativismo. Relata o autor que o representante máximo local da Igreja, o bispo arquiocesano de Vitória, Dom João Batista Motta Albuquerque foi um baluarte no movimento. Como exemplo cita que o bispo organizou um seminário na Escola Agroctécnica Federal de Rive, município de Alegre, para discutir os caminhos do cooperativismo estadual. Nesse seminário participaram lideranças estaduais, prefeitos, presidentes de cooperativas, delegados de sindicatos rurais, vigários das paróquias, fazendeiros e pequenos produtores rurais. O autor ainda relata uma visita pessoal do arcebispo à Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Venda Nova onde, em reunião com seus cooperados, pregou no sentido de estimulá-los a participarem ativamente no fortalecimento da cooperativa local.

D. João Batista Motta Albuquerque realizava visitas às cooperativas para incentivar o movimento em todo o estado. No ano de 1961, foi realizado outro grande evento sobre cooperativismo, o Encontro Cooperativista no município de Domingos Martins com a presença de delegados de 26 cooperativas do Estado. Esse encontro foi presidido pelo Dr. Lígio de Souza Mello do IBC e novamente contou "com a presença e o apoio moral de Dom João Batista de Albuquerque, quando os resultados fizeram-se sentir logo no ano de 1962" (ZANDONADE, 1992, p. 148).

A participação do arcebispo aparece inclusive na criação da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Colaboradores de Previdência em Vitória, na qual participa com o padre Stepherson Holtz como membros cooperados da mesma. No estatuto dessa cooperativa, consta que seus objetivos eram, além de proporcionar crédito e moeda pela mutualidade com taxa módica de juros, também de proporcionar elevação moral e social e fomentar o crédito cooperativo (ESPÍRITO SANTO, 2019). Nesse último objetivo citado para criação dessa cooperativa no ramo de crédito, nos traz a lembrança o texto da Encíclica Papal *Rerum Novarum*, que trata da missão do cooperativismo no mundo, o de contribuir para a elevação moral e social dos povos, o que configura claramente a influência da Igreja Católica na fundação da mesma.

A missão de pregação doutrinária e ações para um movimento cooperativista no Estado do Espírito Santo lembra, conforme escrito por Pinho (2004), Dom Antonio dos Santos Cabral que foi bispo de Natal de 1917 a 1921, quando na sua diocese e em outras partes da Região Nordeste, também em sua missão apostólica, com suas pregações e encontros

em comunidades divulgava e orientava os fiéis católicos para uma mudança nas estruturas socioeconômicas via cooperativismo.

Uma congregação religiosa, a Congregação dos Filhos do Sagrado Coração de Jesus - MCCJ, cujo clero é conhecido como padres combonianos, se destacou na criação de cooperativas no norte capixaba. O padre comboniano Carlos Furbetta⁹⁸ (1995), relata a obra comboniana na fundação da Cooperativa dos Cafeicultores de Ecoporanga⁹⁹ no ano de 1964.

Quinze dias depois de empossado na Paróquia, o Pe. Sório organizou uma reunião para tratar da fundação da Cooperativa dos Cafeicultores de Ecoporanga. Quem lançou o projeto da assembléia foi o Pe. Aldo Gerna, representante do Sr. Bispo. Assessor e animador do “sonho” é o Pe. Steferson de Baixo Guandu. Escreveram-se mais de 100 sócios com subscrição de cotas que atingem Cr\$ 4.000.000,00. Também os protestantes cujos pastores tinham sido convidados tomam parte: alguns até na Diretoria.[...]. No dia 4 de abril de 1965 celebrou-se assembléia geral para novas eleições. Ficou eleito Presidente o Pe. Sório; como Gerente, o Sr. Sebastião Custódio, protestante. Contamos com a presença do Pe. Aldo Gerna¹⁰⁰ (FURBETTA, 1995, p. 14).

Como em outras cooperativas, membros do clero católico além de agirem no campo doutrinário na organização do movimento cooperativista, participavam também na gestão das mesmas. Chama a atenção no caso acima a presença de outras religiões, por exemplo, a protestante na organização da cooperativa, o que reafirma a presença da doutrina cristã nos movimentos cooperativistas.

Outra cooperativa que teve a participação de padres combonianos foi a Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Vinhático, fundada em 1964 no distrito de Vinhático no município de Conceição da Barra. Esse distrito foi fundado por descendentes de imigrantes italianos que migraram do sul do Espírito Santo. Furbetta (199. s.p.) expressa dessa forma a influência do clero católico sobre a cooperativa:

Da cooperativa de Vinhático era a alma que dava vida e orientação a toda estrutura [da produção de café]. Para os problemas próprios dos agricultores recorria a técnicos da Acares. Realizava periodicamente reuniões congressos de proprietários... [...] Em dezembro de 73, grande reunião de 108 proprietários no salão paroquial para ouvir a palestra do

⁹⁸ Padre Carlos Furbetta foi pároco da Paróquia de Ecoporanga a partir de 1984, quando escreveu em livretos (cadernos) a história da presença comboniana em vários municípios do norte do estado do Espírito, que foram publicados pela própria Paróquia.

⁹⁹ Não foram encontrados registros dessa cooperativa nos arquivos da Junta Comercial do Estado do Espírito Santo.

¹⁰⁰ Padre Aldo Gerna foi o primeiro bispo da Diocese de São Mateus.

Dr. Ailton da CCPL do Rio e orientador da Coopnorte de Nova Venécia. - quando sentiu que não poderia mais ficar em Vinhático, a 12.2.74, o pe. Celso reuniu os sócios das duas cooperativas, a Coopnorte de Nova Venécia e a Cooperativa Agrária de Vinhático, e promoveu a fusão das duas "para melhor a atender aos produtores e trabalhadores rurais".

A citação acima é interessante, porque revela que além dos combonianos agirem no campo da fundação e organização das cooperativas, agiam também em estratégias para fortalecimento das mesmas, quando, nesse caso o Pe. Celso, ao entender que a cooperativa de Vinhático não tinha mais as condições de operar, convocou uma reunião entre cooperativas e fundiu a de Vinhático com a Cooperativa Agropecuária Norte - Coopnorte, localizada no município vizinho de Nova Venécia.

A maior cooperativa de café conilon do Brasil, a Coaabriel, que opera até hoje, foi criada em 1963, com participação relevante dos padres combonianos. A história da criação dessa cooperativa será melhor detalhada no próximo capítulo.

O que constatamos na pesquisa é que a atuação da Igreja Católica, através do bispo arquidiocesano em todo o estado e dos missionários combonianos ao norte, foi decisiva na criação de cooperativas, notadamente as de cafeicultores, o que comprova o fator religiosidade do conjunto de fatores da hipótese como um fator causa do movimento do cooperativismo de café no estado do Espírito Santo na década de 1960.

4.2.4. O poder público como fator de apoio aos movimentos cooperativistas de cafeicultores no Espírito Santo.

Passamos à discussão referente ao terceiro fator da hipótese, o da ação do poder público como dinamizador do cooperativismo agrário capixaba. De acordo com Souza (2020)¹⁰¹, as políticas públicas federais, para cafeicultura capixaba, tiveram pouco efeito sobre o movimento de cooperativismo no setor café. Souza (2020) assegura que foi o apoio e orientação da Igreja Católica e do Governo do Estado através da Acares e lideranças locais que fizeram deslanchar o cooperativismo capixaba de café. Foi um movimento originariamente capixaba.

¹⁰¹ SOUZA, A. V. de. **Entrevista I**. [mai. 2020]. Entrevistador: Roberto Amadeu Fassarella. Vila Velha-ES, 2020. 1 arquivo .amr (36 min.).

Especificamente sobre as políticas públicas federais para o cooperativismo agrário, que somente se efetivaram após normatizações pertinentes e específicas para o cooperativismo do poder público federal. A primeira questão diz respeito à legislação aplicada ao cooperativismo e sua influência na constituição de cooperativas. Nas atas de todas as cooperativas de cafeicultores do Espírito Santo são citados os seguintes Decretos-Lei como basilares para a criação e estruturação das cooperativas: Decreto-Lei Nº 22.239 de 19 de dezembro de 1932, Decreto-Lei Nº 581 de 01 de agosto de 1938 e Decreto-Lei 8.401 de 19 de dezembro de 1945. Vimos, de acordo com Port (2014), que o primeiro país a instituir um corpo de leis próprias para a institucionalização de cooperativas foi o Canadá, e como foi importante o aparato jurídico para o desenvolvimento do cooperativismo naquele país. As atas de criação das cooperativas capixabas de cafeicultores apontam também nesse sentido que uma legislação pertinente foi basilar para a constituição das cooperativas de cafeicultores capixaba, sendo, portanto, um estímulo aos movimentos cooperativistas, por proporcionarem segurança jurídica e orientação para estruturação das cooperativas (ESPÍRITO SANTO, 2018).

Fora o aparato legislativo, o cooperativismo do setor de café no estado do Espírito Santo, a partir da década de 1950, passou a receber dois tipos de incentivos por parte do poder público, um como orientação na fundação e estruturação das cooperativas e outro como crédito cooperativo.

No que concerne ao apoio do poder público local ao cooperativismo e à orientação e estruturação das cooperativas de café, o governo do Estado, por intermédio do Decreto Nº 9.893 de 26 de outubro de 1939, instituiu que a Secretaria de Agricultura o Departamento de Economia e Assistência ao Cooperativismo prestasse, via cooperativas, assistência à agricultura capixaba. E foi no ano de 1942, quando esse órgão iniciou suas atividades, que historicamente podemos considerar o momento inicial de destaque de políticas públicas locais que auxiliaram na alavancagem do cooperativismo capixaba, especialmente o do ramo agrário (ACARES, 1971).

A participação do poder público estadual na criação de cooperativas é narrada por Zandonadi (1992, p. 177) que, ao descrever o movimento cooperativo de Venda Nova¹⁰², relata que em 1947 "vários encontros com o chefe de seção de cooperativismo

¹⁰² Hoje município de Venda Nova do Imigrante. Na década de 1940 era ainda uma pequena comunidade fundada por imigrantes oriundos da Região do Vêneto na Itália.

do Espírito Santo, Dr. Álvaro Fraga"¹⁰³ para discutir a possibilidade de um consenso entre produtores rurais e parceiros para a criação de uma cooperativa. E assim começou o movimento cooperativista naquela comunidade. O autor, continuando sua narrativa, informa que com a orientação do Departamento de Economia e Assistência ao Cooperativismo - DAC é que se começou a preparação de uma "equipe de gente jovem do início de 1947 para fundar a cooperativa local". Afirma ainda que o Dr. Álvaro Fraga secretariou a Assembleia Geral que fundou a cooperativa que foi denominada de Cooperativa Agrária de Lavrinhas.

Comprovações do apoio do setor público na criação de cooperativas capixabas de cafeicultores podem ser encontradas em atas de fundação das mesmas. Na ata de fundação da Cooperativa de Cafeicultores de Jaguaré, consta que o Chefe da Seção de Cooperativismo da Secretaria de Agricultura do Estado do Espírito Santo, Dr. Álvaro Fraga, também foi solicitado para dirigir os trabalhos da assembleia de criação daquela cooperativa. Na criação da Cooperativa de Cafeicultores de Barra de São Francisco, é citado na ata da assembleia de fundação, que foi convidado o extensionista local da Acares, o Engenheiro Agrônomo Inácio Resende Andrade para presidir a assembleia (ESPÍRITO SANTO, 2018). Esses exemplos com participação direta de agentes de órgãos públicos estaduais, atestam o interesse e o envolvimento do poder público estadual no movimento de criação de cooperativas de cafeicultores no Espírito Santo.

O apoio do poder público, tanto estadual como federal referente à organização das cooperativas, podem ser confirmados por várias obras e documentos. Zandonadi (1992, p. 148), ao relatar sobre um Encontro Cooperativista no município de Domingos Martins em 1961 com a presença de delegados de 26 cooperativas do Espírito Santo, afirma que esse Encontro foi presidido pelo Dr. Lígio de Souza Mello do IBC, o que abona o argumento do envolvimento do setor público visando estabelecer também uma política cooperativa a nível estadual, que envolvesse todas as cooperativas no desenvolvimento do cooperativismo capixaba.

A Acares foi a instituição estadual responsável para operar o desenvolvimento do cooperativismo agrário capixaba com o uso do crédito rural orientado. O documento

¹⁰³ Álvaro Fraga era Engenheiro Agrônomo e Chefe da Seção de Cooperativismo da Secretaria de Agricultura do Estado do Espírito Santo.

(ACARES, 196.) nos revela o espírito de trabalho da Acares para o desenvolvimento do cooperativismo no Espírito Santo, o qual afirma:

Sòmente o cooperativismo e o Associativismo podem resolver alguns dos problemas básicos do meio rural. A ACARES procura sempre, como apoio de Entidades interessadas, divulgar o Cooperativismo e desenvolver o espírito de união, interesse e confiança, nas populações rurais (Acares, 196., p. 12).

Nessa citação, além do ideal da instituição sobre a importância da cooperação no meio rural, nos chama a atenção para o fato de que o cooperativismo e o associativismo devem emergir quando, por parte da sociedade local, surgir interesses em apoiar essas práticas que levam a resultados almejados tanto a níveis individuais como coletivos.

A Acares tinha em seu quadro de técnicos, nos escritórios locais, especialistas treinados para orientar as cooperativas por setores (SOUZA, 2020)¹⁰⁴, citando os de leite em Cachoeiro de Itapemirim e Nova Venécia, de banana em Alfredo Chaves e o de café em todo o estado.

Em ACARES (196., p.12), está descrito como a Acares em nível local desenvolvia trabalho para a implantação e funcionamento de cooperativas no início da década de 1960. Cita o exemplo da criação da Cooperativa Agrária de Muniz Freire, onde foi instalada a referida cooperativa com "esforço conjugado da Associação Rural, do Fomento Agrícola, do Escritório da Acares e líderes locais". Na narrativa do relatório, observamos que a Acares como órgão público procurava agir baseada nos aspectos filosóficos da doutrina cooperativista, quando o movimento de cooperação deve emergir das necessidades e interesses de uma sociedade local. Esse *modus operandi* da Acares narrado no documento para a Cooperativa Agrária de Muniz Freire era realizado em todas as cooperativas agrárias dos municípios capixabas.

Um exemplo da atuação da Acares de apoio e orientação às cooperativas de cafeicultores, é aquele descrito sobre a Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Jaciguá. No trabalho realizado nela, se destacava a formação técnica sobre despulpamento, "organizada por um esforço cooperativo de entidades, técnicos e líderes" com aquela cooperativa e que praticamente triplicou a produção de café despulpado e duplicou o preço do mesmo, aumentando a renda dos cafeicultores

¹⁰⁴ SOUZA, A. V. de. **Entrevista I**. [mai. 2020]. Entrevistador: Roberto Amadeu Fassarella. Vila Velha-ES, 2020. 1 arquivo .amr (36 min.).

daquela região. Além da capacitação técnica na produção de café por intermédio da cooperativa, era ministrada também para os cafeicultores, formação na área de gestão em cooperativas e educação doutrinária em relação à importância do cooperativismo numa cafeicultura de pequenos proprietários, estimulando-os a agirem cooperativamente. E esse trabalho, como descrito no documento da Cooperativa de Jaciguá, também era realizado em todas as cooperativas capixabas de cafeicultores (ACARES, s.d., p. 7).

Constava no organograma da Acares, na Divisão de Agricultura, o Setor de Cooperativismo, responsável pelas políticas cooperativistas da agricultura capixaba. Os relatórios da Acares revelam que em projetos de ações e atividades realizadas por essa entidade pública, na década de 1960, tinha como entidades cooperadoras a Central das Cooperativas Agrícolas do Espírito Santo e a Cooperativa Central dos Cafeicultores do Espírito Santo (ACARES, s.d.). A Acares produzia material didático sobre doutrina cooperativista e normas de trabalho em cooperativas agrárias para seus técnicos sobre cooperativismo como os especificados em ACARES (1971) e SOUZA (1966).

Essas publicações que constam em ACARES (1971) e SOUZA (1966) orientavam os técnicos da entidade em como divulgar e doutrinar para a missão no desenvolvimento do cooperativismo, em como agregar os agricultores para a ação cooperativa e como instalar e operar uma cooperativa. Os documentos atestam que a Acares participou efetivamente da criação de cooperativas agrárias e a partir daí o cooperativismo agrário se estruturou de forma consistente no Estado. A tabela 19 mostra a evolução da participação da Acares na fundação e assistência a cooperativas agrárias no Estado do Espírito Santo na primeira metade da década de 1960, que passou de seis cooperativas no ano 1960/1961 para 30 no ano de 1964/1965.

Zandonadi (1992) confirma a importância e apoio da Acares através do Escritório Regional do município de Castelo no desenvolvimento cooperativista de Venda Nova do Imigrante ainda no final da década de 1950. O apoio vinha sobre orientação para a gestão da cooperativa e viabilização de crédito orientado aos produtores via cooperativa. Importante ressaltar que essa instituição contribuiu inclusive para a construção da sede da cooperativa no município. O autor também narra que em reuniões de representantes de cooperativas do estado a Acares estava sempre presente com seus técnicos para orientar e incentivar o movimento cooperativista e participar da estruturação das cooperativas no estado.

Os efeitos das políticas de fomento às cooperativas e do trabalho doutrinário, assim como a orientação técnica sobre formação e funcionamento de cooperativas pela Acares em todos os municípios do estado, podem ajudar a explicar porque no período de 1962 a 1966 foram implantadas 80,95% do total, ou seja, 17 cooperativas no setor de café no estado. Porém, dessas 17 cooperativas, cinco foram fundadas no biênio 1962/1963, anterior ao início do programa de erradicação dos cafezais, o que comprova que a fundação das mesmas deve estar ligada às políticas de intervenção para o desenvolvimento do cooperativismo no Brasil e também às políticas específicas implantadas nesse sentido pelo Estado do Espírito Santo.

Outro documento que atesta a participação em consonância entre poder público estadual e federal no cooperativismo cafeeiro capixaba é aquele publicado pelo Instituto Brasileiro do Café, IBC (1967). Esse relatório esclarece que a Acares era o órgão de apoio ao cooperativismo, como nas mobilizações de criação de cooperativas, bem como nas suas estruturas de funcionamento, e o IBC era o responsável, via cooperativas, pela assistência aos cafeicultores em todas as etapas do sistema agroindustrial do produto, desde a produção no campo, o beneficiamento até a comercialização.

Tabela 19. Cooperativas agrárias fundadas e assistidas com a assessoria da Acares no período de 1960 a 1965.

Ano	Número de cooperativas
1960/1961	6
1961/1962	10
1962/1963	18
1963/1964	24
1964/1965	30

Fonte: Souza, 1966, p.15

No que tange à questão financeira, foram disponibilizadas, como parte do apoio do poder público, às cooperativas de café linhas de crédito cooperativo. Esse aporte financeiro veio dos seguintes órgãos: o Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S/A, Banco do Brasil S/A, Banco Nacional de Crédito Cooperativo e IBC. As três

últimas instituições participavam como parte de um programa de fomento às cooperativas por parte do Governo Federal¹⁰⁵ (ACARES, s.d).

O IBC operacionalizava empréstimos via Banco do Brasil às cooperativas, sendo que parte do crédito era usado para melhoria das instalações das entidades cooperativas e parte era repassado aos cooperados. Um personagem importante e entusiasta do cooperativismo foi o Dr. Lígio de Souza Melo, Diretor de Cooperativismo do IBC, que, por meio desses programas, foi um agente importante na dinamização do movimento cooperativo nas regiões serranas e sul do Estado (ZANDONADI, 1992).

Numa assembleia do dia 27 de agosto de 1961 da Cooperativa de Cafeicultores de Venda Nova, é citada a presença de Álvaro Fraga e Pedro Burnier¹⁰⁶, que foram naquela assembleia expor sobre o sucesso que a Cooperativa dos Cafeicultores de Jaciguá alcançou com os empréstimos obtidos perante o IBC, quando os cafeicultores da região de Jaciguá conseguiram vender a produção de café via cooperativa em condições melhores que as praticadas no mercado. A missão dos dois Engenheiros Agrônomos na assembleia era a de estimular os cooperados da Cooperativa de Cafeicultores de Venda Nova a operar junto ao IBC créditos cooperativos buscando o mesmo sucesso da outra cooperativa (ESPÍRITO SANTO, 2019).

A confirmação do financiamento de bancos públicos em apoio às cooperativas capixabas de cafeicultores consta no capítulo III do estatuto da Cooperativa de Cafeicultores de Venda Nova, onde nos seus objetivos, na seção de crédito pode-se ler:

Conceder financiamento aos associados, para desenvolvimento de seus cultivos, adotando para essa operação o Regulamento da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, do Instituto Brasileiro do Café, ou do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, quando as operações forem financiadas por intermédio desses órgãos.

¹⁰⁵ Os objetivos das políticas públicas sobre apoio ao cooperativismo no setor de café eram que fossem centrados nas regiões serranas. O argumento dos órgãos públicos sobre essa escolha pela região serrana era baseado no que continha na proposta do Programa de Erradicação e Renovação dos Cafezais do governo federal para o Estado do Espírito Santo, que era erradicar as lavouras das regiões tropicais, aquelas abaixo das altitudes de 400 metros e concentrar as políticas públicas nas regiões edafo-climáticas propícias ao café da espécie arábica. Dessa forma, também os estímulos ao cooperativismo no setor de café por parte do poder público local deveriam acontecer nas regiões serranas do estado, onde se concentravam as lavouras do café da espécie arábica (ACARES, 196.).

¹⁰⁶ Pedro Burnier é Engenheiro Agrônomo e foi extensionista do Escritório Local da Acares no município de Cachoeiro de Itapemirim.

Nessas modalidades de crédito, as cooperativas eram intermediárias entre os agentes financeiros e os cooperados. Esse tipo de apoio do poder público federal às cooperativas agrárias foi instituído em todo o Brasil, com o mesmo *modus operandi* que consta no estatuto da Cooperativa de Cafeicultores de Venda Nova.

Outro documento que atesta a operacionalização de políticas agrícolas públicas via cooperativismo no Estado do Espírito Santo é o relatório do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S/A (1965, p. 19-20), ao informar que, para atender o que orientava a Lei Federal 4.824 de 30 de abril de 1964 do governo federal que institui o crédito a cooperativas, o Banco de Crédito Agrícola do Estado do Espírito Santo S. A. se tornou o único banco do país que na época sistematizou o crédito às cooperativas na forma de crédito rural orientado. A Acares era a instituição que intermediava a operacionalização dessa modalidade de crédito cooperativo junto aos cafeicultores.

Confirma-se que o poder público, por meio de políticas públicas estaduais e federais, orientou na criação e conformação de cooperativas capixabas de cafeicultores. O apoio de órgãos públicos foi também no setor financeiro, com políticas de crédito às cooperativas. Comprova-se, dessa forma, que o poder público, tanto estadual como federal, foi um dos fatores de estímulo ao cooperativismo no setor de café do estado do Espírito Santo.

4.2.5 Sistema agroindustrial da cafeicultura capixaba e as crises do café no movimento cooperativista capixaba de cafeicultores

Nessa perspectiva, o quarto fator hipotético, o que trata sobre o sistema de comercialização de café no advento do cooperativismo nos setor, merece um destaque em relação aos demais. Os autores Namorado e Rousseau e a Encíclica Papal *Rerum Novarum* asseveram que para a gênese de um movimento de cooperação, terá que existir uma realidade que desperte o interesse para pôr em ação as forças da colaboração. Em outras palavras, é nas situações em que os seres humanos não encontram condições de resolver problemas que o afligem ou não conseguem individualmente atender seus interesses particulares, é que procuram, via entidades cooperativas, o atendimento dessas necessidades. No caso, o sistema de comercialização de café no Espírito Santo se enquadra nessa realidade com três tipos de problemas para o cafeicultor.

A literatura na área de economia agroindustrial separa o sistema agroindustrial de um produto em três setores: o setor de produção agrícola; o setor a montante da produção agrícola, aquele de produção e comercialização de insumos produtivos para a produção no campo; e o setor a jusante da produção agrícola, de comercialização e industrialização de produtos produzidos a partir do campo¹⁰⁷. O diagrama 02 apresenta de forma simplificada o sistema agroindustrial de um produto agrícola. O setor a jusante da produção agrícola, com uma estrutura de mercado de café com excesso de intermediação que deprimia o preço do grão para o produtor. Ainda a jusante havia outro problema, se refere à necessidade de qualificar o grão de café, só possível com máquinas e equipamentos inviáveis ao pequeno produtor rural, ação que se torna possível a eles via cooperativa.

Para desenvolver esse tema é necessário, em primeiro lugar, lembrar sobre a questão da estrutura agrária do estado do Espírito Santo, que era baseada nos pequenos e médios estabelecimentos rurais. Conforme já analisado, de acordo com as estatísticas do Censo Agrícola de 1960 do IBGE (1963), na década de 1960, em torno de 89, 40% dos estabelecimentos rurais do estado eram de tamanho inferior a 100 ha, o que tornava a produção agrícola atomizada e em pequenas lavouras de café. Nessa situação, o produtor rural individualmente tinha pouco ou nenhum poder de negociação tanto nos setores a montante de produção, como nos mercados de bens agrícolas, aqueles a jusante da produção, necessitando de estruturas de agregação, como cooperativas, por exemplo, para obter melhores rendimentos econômicos e mais segurança em seus negócios.

¹⁰⁷ Relacionado a esse tema, sugere-se consultar as seguintes obras:

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas (SP): UNICAMP/IE, 1998.

MENDES, J. T. G.; PADILHA JUNIOR, J. B. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

ZYLBERSZTAJN, D. Conceitos, Evolução e Apresentação do Sistema Agroindustrial. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Org. **Economia & gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000, cap. 1, p. 01-22.

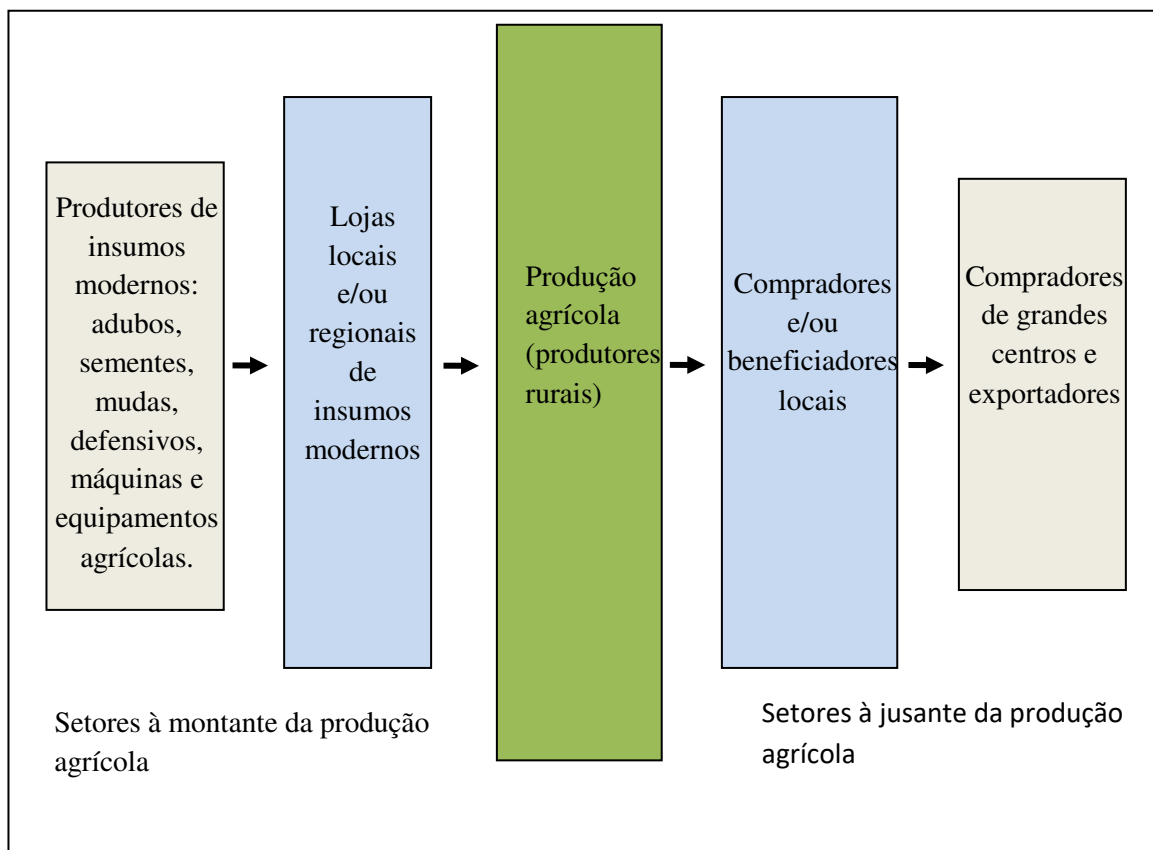


Diagrama 02. Diagrama simplificado de um sistema agroindustrial de produtos agrícolas.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Conseqüentemente, essa característica da estrutura agrária agravava a situação dos pequenos e médios produtores no mercado tanto a montante como a jusante da produção no campo. No setor a montante, a questão se voltava para a exigência de processo de modernização agrícola como parte do progresso técnico no campo, no qual, os agricultores, para se tornarem competitivos, necessitavam substituir práticas produtivas antigas e tradicionais por modernas. E por que essa substituição tecnológica?

A resposta está no modelo histórico de expansão da cafeicultura capixaba. É necessário recordar que a crise que se iniciava no final da década de 1950 seria agravada pela baixa produtividade dos cafezais na época, fato que explica a procura por parte dos cafeicultores de novas tecnologias. Tratou-se anteriormente nesta tese, da discussão envolvendo o modelo de expansão dos cafezais capixabas, que foi baseada no ciclo derrubada de floresta/plantio de café. Nos primeiros anos de plantio, os pés da rubiácea em terrenos novos, com pouco desgaste do solo, tinham produtividade elevada. Com o passar dos anos em cultivo, os solos se esgotavam, as lavouras diminuían a

produtividade até o ponto de se tornarem inviáveis economicamente. O ciclo de uso da terra então se completava com a erradicação das lavouras para a formação de pastagens.

Ao iniciar a década de 1950, a fronteira agrícola capixaba já havia sido esgotada e o ciclo de derrubada de florestas/plantio de café que permitia uma boa produtividade também havia terminado. Os cafezais capixabas produziam com baixa produtividade. Logo, a solução viria com novas práticas tecnológicas, aquelas advindas da Revolução Verde. Entretanto, as novas tecnologias exigiam novos fatores de produção (majoritariamente, sementes melhoradas, adubos e defensivos químicos, mecanização e irrigação). Esses insumos por serem adquiridos obrigatoriamente nos mercados de fatores de produção tinham um custo relativamente elevado para o cafeicultor, fato que dificultava a aquisição dos mesmos por parte dos produtores rurais. Era necessário barateá-los. Essa situação poderia ser resolvida eliminando os intermediários, via cooperativas.

Esse setor a montante da produção agrícola, a indústria de insumos para a agricultura era uma estrutura de mercado oligopolista¹⁰⁸ e, portanto, com o poder de ditar preços a um valor acima do que o mercado em concorrência produziria, objetivando obter maiores margens de lucro. E mais, essas firmas oligopolistas, conforme mostra o diagrama 02, não vendem diretamente ao produtor e sim para distribuidores locais, formando uma cadeia de distribuição na qual cada elo incorpora ao preço os custos e as margens de lucro dos seus comerciantes. O comprador final dessa cadeia era o produtor rural, que pagava por todos os custos e margens de lucros desses agentes que agem a montante da produção agrícola, o que torna elevado o preço desses insumos para o produtor rural, tornando a aquisição dos mesmos praticamente inviável, especialmente para os pequenos e médios produtores rurais por não possuírem recursos financeiros suficientes para aquisição desses insumos industriais.

Ou seja, o produtor rural tinha dificuldade de adquirir os fatores de produção das novas tecnologias por falta de recursos financeiros, e mais, esses fatores de produção precisavam estar à disposição dos agricultores capixabas a preços mais acessíveis, necessitando então de estruturas adequadas à distribuição dos mesmos, situação que foi

¹⁰⁸ Um setor econômico é oligopolizado quando é formado por poucas firmas que ditam os preços para quem compra seus produtos.

visualizada pelas cooperativas, que se organizaram e montaram uma seção de venda de insumos.

De acordo com os estatutos das cooperativas agrárias no Estado, na maioria absoluta delas, constava uma seção de venda de insumos produtivos para seus cooperados. As cooperativas adquiriam os recursos produtivos em grandes quantidades diretamente das firmas produtoras a preços mais baratos, eliminando a intermediação do setor, e os repassavam aos cooperados a valores inferiores aos do mercado. Os cafeicultores, nessas condições, podiam adquirir os insumos para aplicar em modernas práticas de cultivos em suas lavouras e torná-las economicamente rentáveis (ESPÍRITO SANTO, 2019).

Com relação ao setor a jusante da produção, conforme mostra o diagrama 02, a situação se inverte. E com auxílio do diagrama 01, pode-se visualizar para o estado do Espírito Santo, a partir dos estabelecimentos rurais, a cadeia de agentes na distribuição dos produtos agrícolas até os grandes centros consumidores. Geralmente, a partir da produção no campo, a cadeia de comercialização se iniciava com pequenos atacadistas e caminhoneiros intermediários locais, que ao adquirirem os produtos dos produtores os entregavam a um grande atacadista de um grande centro urbano, e este último geralmente vendia esses produtos a um varejista. Hoffmann (1978, p. 155) mostra que no Brasil, para aqueles produtos que não necessitavam de processamento, em geral 77%, os produtores rurais os vendiam para um atacadista local e 2% para caminhoneiros. Estes os vendiam para um atacadista de um grande centro consumidor e esse atacadista para um varejista final, o que caracteriza uma intermediação de vários agentes a partir da produção no campo.

Conforme mostram os diagramas 01 e 02, quando o produto agrícola necessitava de ser industrializado, o produtor rural o vendia para uma indústria processadora, essa após processar os produtos os vendia para agentes que encontravam pela frente da cadeia de comercialização. A questão relevante é que tanto as indústrias processadoras como os atacadistas e varejistas dos mercados centrais compõem uma tipologia de mercados oligopsionizada¹⁰⁹, de poucas e grandes firmas compradoras dos produtos agrícolas, com poder para fixar preços para os compradores, no caso, o produtor rural), e geralmente os fixavam a valores baixos.

¹⁰⁹ Estrutura de mercado caracterizada por poucas e grandes firmas compradoras de determinado bem.

E a visão desse setor a jusante, era que os preços pagos ao produtor rural deveriam ser os mais baixos possíveis, porque as firmas que adquirem os produtos dos produtores rurais não os vendem diretamente ao consumidor e sim para outras firmas, formando uma cadeia de comerciantes até chegar ao consumidor final. Nesses elos dessa cadeia, cada firma cobra do comprador seguinte seus custos e margens de lucro, com o consumidor final pagando por todos os custos desses serviços. Se o preço pago ao produtor rural for elevado, eleva todos os custos da intermediação diminuindo assim os lucros dos agentes intermediários¹¹⁰.

A análise dos fatores acima mostrava, para o período em análise, uma estrutura inadequada tanto a montante como a jusante da produção dos estabelecimentos rurais do ponto de vista da remuneração dos agricultores. Já foi analisado neste capítulo, sobre a visão dos formadores de opinião nos meios de comunicação das décadas de 1910, 1920 e 1930, dos agentes públicos e dos próprios produtores rurais na década de 1950 e 1960, que o cooperativismo seria a solução para tornar a estrutura de mercado tanto dos fatores de produção como da comercialização dos produtos, mais justa e eficiente para os produtores rurais e o consumidor final, conforme analisado anteriormente.

O sistema agroindustrial do café no período de estudo desta tese, era reconhecido pelos produtores rurais como uma estrutura que não atendia aos seus interesses econômicos? A resposta é encontrada nos documentos da fundação das cooperativas, como as atas e estatutos de criação das mesmas.

Pode-se constatar a consciência por parte dos produtores rurais da situação acima descrita no estatuto da primeira cooperativa criada no setor de café, a Cooperativa Agrária de Lavrinhas. No capítulo III, o dos objetivos sociais consta que a Cooperativa

tem por objetivo social unir os agricultores que possuem propriedade rural ou exploração agrícola no território de sua área de ação e promover a venda em comum de sua produção e a defesa dos seus interesses econômicos (ESPÍRITO SANTO, 2019).

A criação da referida cooperativa objetivava principalmente a venda em comum, isto é, via cooperativa, da produção dos cooperados (o produto era o café), o que demonstra

¹¹⁰Estudos realizados nas décadas de 1960 e 1970 em São Paulo revelam que para muitos produtos, o produtor rural recebia no preço dos mesmos, um valor inferior a 30% do valor pago pelo consumidor, e que em média o produtor rural recebia somente 45% do valor pago pelo consumidor pelos produtos comercializados nos mercados (BRANDT, 1980).

que o sistema de comercialização do café (o setor a jusante) não atendia mais aos interesses dos produtores rurais.

Essa comprovação se amplia quando da análise dos estatutos das seguintes cooperativas, criadas na década de 1950: Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Jaciguá, Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Santa Tereza e Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Colatina. Os objetivos sociais para a criação dessas cooperativas, constam praticamente a mesma redação do da Cooperativa Agrária de Lavrinhas. Portanto, a visão de que o setor a jusante da produção agrícola não atendia mais os interesses do cafeicultor, era ampliada para o estado como um todo (ESPÍRITO SANTO, 2019).

Os cooperados da Cooperativa Agrária de Lavrinhas se reuniram em assembleia, no dia 27 de agosto de 1961, para deliberarem sobre a alteração do nome da cooperativa e do conteúdo de seu estatuto. Ficou assim o objetivo social do novo estatuto da Cooperativa:

A Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Venda Nova tem por objetivo social unir os agricultores e cafeicultores que possuem propriedade rural ou exploração agrícola no território de sua área de ação e promover o fomento, venda em comum e beneficiamento da produção, compras em comum, crédito e consumo, a defesa dos interesses econômicos e profissionais de seus associados (ESPÍRITO SANTO, 2019).

Para atender a esse novo objetivo, foi estruturado cinco tipos de serviços na Cooperativa de Venda Nova: a seção de produção, a seção de vendas em comum, a seção de compras em comum e consumo, a seção de crédito e a seção de educação e higiene. A seção de compra em comum e consumo¹¹¹ era a de prover, através de um armazém-cooperativo, recursos produtivos aos produtores rurais, tais como: plantas vivas, sementes, adubos, defensivos agrícolas, máquinas e equipamentos agrícolas, entre outros. A função da seção de produção agrícola era de prover o transporte e armazenamento da produção, instalar ou arrendar máquinas e utensílios agrícolas e adotar melhores mecanismos de comércio (ESPÍRITO SANTO, 2019). Essa última seção complementa a seção de compra em comum e consumo em atender o cooperado no suprimento de insumos

¹¹¹ Na seção de compra em comum e consumo, foi instalado um armazém/supermercado para a venda de bens de consumo aos associados. Essa atividade caracteriza essas instituições na tipologia de cooperativas agrárias mistas.

produtivos. Dessa forma, fica evidente que o setor a montante da produção cafeeira no campo também não atendia mais adequadamente os cafeicultores.

No estatuto da Cooperativa Agrária de Cafeicultores de Venda Nova consta claramente que a função da seção de vendas em comum era o de eliminar os intermediários na comercialização do café, vendendo o produto para o último agente a jusante do sistema agroindustrial do mesmo. Está com destaque também nessa seção a instalação de uma estrutura de beneficiamento de café, cujo objetivo era o de produção de um grão com melhores atributos de qualidade (ESPÍRITO SANTO, 2019).

Nos objetivos sociais descritos de todas as cooperativas criadas na década de 1960, a redação dos objetivos sociais delas é praticamente a mesma da que consta na Cooperativa Agrária de Cafeicultores de Venda Nova. Em todas elas, pelos seus estatutos sociais, são estruturados no mínimo três tipos de serviços: a seção de venda em comum, a seção de compras em comum e consumo e a seção de educação e higiene. As descrições das funções de cada seção que se encontram no estatuto social são as mesmas em todas as cooperativas de cafeicultores.

As cooperativas então operariam com dois setores internos: um primeiro na compra e venda de recursos produtivos para o agricultor e o segundo no processamento e comercialização dos produtos produzidos nos estabelecimentos rurais. No setor de compra e venda de insumos, a cooperativa conseguia preços mais baixos por dois motivos, primeiro porque ao comprar diretamente dos fabricantes grandes quantidades de insumos negociava um preço menor por eles, e segundo por eliminar os intermediários, diminuía o custo de aquisição desses insumos por parte dos agricultores, o que possibilitava a venda aos cooperados a preços inferiores aos praticados nos mercados.

Com relação ao setor de processamento e comercialização dos produtos dos cooperados, a cooperativa ao processar e comercializar grandes volumes de produtos negociava melhores níveis de preços com as firmas compradoras e que estavam também mais próximas dos consumidores, eliminado uma série de intermediários da cadeia de comercialização, o que resultava geralmente em melhores preços tanto para o cooperado como para o consumidor final.

Em relação à elevação dos níveis de qualidade do grão do café, havia outras questões ligadas a ele que preocupavam os cafeicultores cooperados e os órgãos públicos responsáveis pelo setor. Uma estava ligada à própria estrutura do cooperativismo no setor de café, especialmente em relação à articulação entre elas. Uma segunda preocupação se referia à exportação do café, que era realizada por intermediários exportadores que controlavam o setor de exportação. Vejamos como se articulou o cooperativismo cafeeiro do estado do Espírito Santo nesse sentido.

A solução para melhoria da qualidade do grão passaria pelo despulpamento, processo que exigia elevados níveis de investimento, inviável técnica e economicamente para pequenos e médios produtores rurais, majoritários no estado naquela época. Em 1962, 1.200 estabelecimentos rurais, ou seja, em torno de 2% deles despulpavam café. Numa estrutura fundiária predominantemente de pequenos e médios estabelecimentos rurais e pequenas lavouras por estabelecimento, uma opção viável para despulpamento seria via cooperativas, capazes de se estruturarem com máquinas e equipamentos adequados para essa finalidade. Nesse sentido, seria dada aos cafeicultores que decidissem pelo cooperativismo a solução para o principal problema que envolvia a qualidade do produto, o despulpamento. A meta era chegar a 4.200 cafeicultores despulpando o produto via cooperativas, e com capacitação para a produção de café de qualidade¹¹² (ACARES, 1963, n.p).

As cooperativas do setor de café se articularam para a solução das questões acima citadas, por exemplo, com a criação em 1962, da Federação das Cooperativas de Cafeicultores do Estado do Espírito Santo (FECCEs, a primeira central cooperativa no estado, muito importante para o desenvolvimento do cooperativismo no setor. De acordo com Pinho (2004), a criação dessas centrais cooperativas sempre foi imprescindível para o sistema cooperativo, pela articulação e auxílio mútuo entre cooperativas de um mesmo ramo. A autora, em um levantamento de registros, verificou que as centrais de cooperativa apareciam praticamente em todos os ramos em que se formavam cooperativas e a capacidade delas em articular e atender os interesses das afiliadas.

¹¹² Estudo realizado em seis cooperativas de cafeicultores no Estado de São Paulo em 1966 confirma essa ideia da possibilidade de melhorar atributos de qualidade dos grãos de café via cooperativismo. O estudo conclui que as cooperativas se aparelhavam adequadamente para o processamento visando melhorar a qualidade do café, sendo assim, os cafeicultores cooperados preferiam as cooperativas para o preparo dos grãos, uma vez que a melhoria da qualidade do café via cooperativas era estatisticamente significativa. (BARBOSA; CARTILHO; PEREIRA; GOMES; MORAES; CAMPOS, 1966).

No estado do Espírito Santo, a Fcces além de congregar as cooperativas de cafeicultores e atender aos interesses de cada filiada, montou uma estrutura de exportação de café, a fim de evitar a intermediação dos exportadores e melhorar também através da exportação, os níveis de preços aos produtores. No seu terceiro ano de funcionamento, já ocupava o 13º lugar entre as 38 firmas de exportação de café no estado. A Fecces foi uma instituição que além de participar da coordenação entre as cooperativas de café, em conjunto com a Acares, coordenava as atividades e as políticas de cooperação das atividades cafeeiras (ACARES, 1971).

Segundo Zandonadi (1992), a Fecces, que foi fundada por 26 cooperativas¹¹³, assumiu também como seu objetivo a melhoria da qualidade do café capixaba através das estruturas das cooperativas, passando a comercializar esses cafés diretamente com o exterior. Atesta ainda o autor que esse plano de melhoria da qualidade de café contou com o apoio da Acares e do IBC. Desse modo, toda a produção de café beneficiado pelas cooperativas era exportada pela FECCES para o Porto de Hamburgo na Alemanha, com entregas e datas pré-fixadas.

Esse relato de Zandonadi (1992, p. 185 - 186) comprova a ação das cooperativas de cafeicultores, sob a coordenação da Fecces, para produção de cafés de qualidade no estado, citando mais detalhadamente o caso da cooperativa do município de Venda Nova do Imigrante. Tal assertiva é esclarecedora nesse sentido:

A FECCES, em pouco tempo, estruturou-se para a comercialização de cafés finos destinados ao carente mercado europeu. As cooperativas não mediram esforços, cada uma querendo superar a outra na melhor produção de cafés finos, o que ajudou a FECCES a obter bons preços na venda ao exterior. Através de um trabalho eficiente, conseguiu resultados altamente compensadores, melhorando o mau conceito dos cafés capixabas. Desse modo, a safra 62/63, tipo 4, bebida mole, da Cooperativa de Venda Nova alcançou o preço de Cr\$7.680,00, quando o tipo 7/8, Rio Zona, conseguiu somente Cr\$ 2.850,00. Um progresso tão repentino que surpreendeu os agentes no exterior que chegaram a duvidar que o café despulpado fosse produzido no Espírito Santo, tanto que, em 1964, o agente do porto de Hamburgo (Alemanha Oriental), Sr. Eugênio, esteve aqui, na sede da nossa Cooperativa, em visita de reconhecimento. O Sr. Eugênio presidiu uma reunião de produtores, na qual, servindo-se de um intérprete, congratulou-se com eles, dizendo que os grãos aqui produzidos não ficavam nada a dever aos suaves colombianos e incentivou os produtores a prosseguir no melhoramento da qualidade.

¹¹³ Participaram da criação das FECCES, outras cooperativas do ramo agrário que não eram somente de cafeicultores.

Zandonadi (1992) afirma que, pela exigência de investimentos para operação de beneficiamento por despulpamento do produto, era praticamente impossível o beneficiamento de café por parte de pequenos produtores para atingir a qualidade de grãos exigidos pelos mercados internacionais. O que se pode concluir é que os *policy makers* da agricultura do Estado do Espírito Santo e de lideranças rurais tiveram a visão de que, num ambiente estrutural de produção de café dominado por pequenos produtores e pequenos plantios, necessitando atender a um mercado internacional cada vez mais exigente por cafés de qualidade, o beneficiamento dos grãos via cooperativas era o mais recomendada.

Em 1963, nas zonas serranas do estado, quando já operavam cinco cooperativas com 11% dos cafeicultores cooperados dos 15.000 existentes na região, era despulpado 33% do café lá produzido via essas cooperativas. Essa estatística de despulpamento para região serrana era muito acima quando comparadas a outras regiões cafeeiras do estado onde ainda não havia uma estrutura cooperativista em atividade, o que revela a capacidade das cooperativas em elevar os níveis de qualidade dos grãos de café (ACARES, 1963, n.p).

No ano de 1964, devido à crise do café, com a saturação no mercado de cafés finos e a erradicação dos cafezais, a situação financeira da Fecces se tornou precária e não conseguiu mais cumprir com a finalidade para a qual foi criada (ZANDONADE, 1992, p. 202 - 203).

A Fecces, apesar de seu desempenho e sucesso no setor de café num período curto de tempo, por força legal e por necessidade, passou a se denominar Central das Cooperativas de Cafeicultores do Espírito Santo (COCCES), o que trouxe consequências para seus negócios de comercialização. E em 1970 foi incorporada à Central de Cooperativas Agrícolas do Estado do Espírito Santo (CENTRALCOPE), deixando de existir como uma central cooperativa específica de cafeicultores (ACARES, 1971).

A comprovação do quarto fator, o de excesso de intermediação no sistema de comercialização do café a partir do produtor rural também se confirma em dois níveis, um na história da criação de cada cooperativa e outro com a criação de uma central de cooperativas de cafeicultores, a Fecces. No primeiro nível, nos objetivos encontrados

nos estatutos da criação das cooperativas de café, a unanimidade consta que o principal objetivo era o de eliminar ao máximo possível os intermediários "gananciosos", e assim promover um melhor retorno aos cafeicultores cooperados. Está claro nos estatutos, que havia por parte dos cooperados fundadores dessas entidades, consciência e conhecimento de um sistema de comercialização que causava danos econômicos aos produtores de café do estado do Espírito Santo. No segundo nível, a missão da Fecces era, além da articulação e cooperação entre cooperativas, o de eliminar os intermediários da exportação e contribuir para elevar a qualidade do café capixaba¹¹⁴.

Com relação às influências das crises do mercado de café como um fator hipotético do tipo estrutural que provocaria um movimento cooperativista, não se encontrou evidências que o confirmassem. Nas análises das atas de criação e dos estatutos de todas as cooperativas de cafeicultores, em nenhuma delas se encontrou referências sobre as crises do café como um fator motivador para suas fundações.

Os documentos e os estudos desenvolvidos na época também não citam as crises de mercado de café como um empecilho para o desenvolvimento da cafeicultura capixaba. Assim, conforme constam nos objetivos dos estatutos das cooperativas, também nos documentos e estudos realizados, o que deveria ser solucionado via cooperativa era o problema da comercialização do café com excesso de intermediação, a questão referente à qualidade do grão e a provisão de novos insumos industriais de produção no campo.

¹¹⁴ Apesar de o cooperativismo agrário apresentar no período o maior crescimento quando comparado aos outros ramos, a partir do final da década de 1960, com exceção do setor de aves e laticínios que mantiveram crescimento satisfatório, os demais setores do cooperativismo agrário, principalmente o do café, entraram em decadência.

Isso pode ser explicado por três grupos de fatores: problemas e entraves de ordem geral, e entraves relacionados com os órgãos do cooperativismo e problemas e entraves ligados às cooperativas e seu sistema (ACARES, 1971).

O primeiro grupo de fatores diz respeito ao egoísmo e falta de mentalidade cooperativista por parte dos indivíduos que, quando o ambiente socioeconômico oferece respostas mais positivas que a cooperativa, os cooperados a abandonam e preferem atuar nos mercados, o que explica as oscilações dos resultados e por vezes o fim de suas atividades.

Ligado ainda a esse grupo de fatores, pode ser relacionado a posição e poder de grupos de liderança nas cooperativas, que após determinado tempo, as usam para benefício próprio em detrimento dos demais cooperados, levando esses ao desânimo e a abandonar a cooperativa. E, por fim, as interferências partidárias na estrutura de gestão das cooperativas, que a usam com interesses políticos, desvirtuando-as de sua real missão, que é através da cooperação elevar o nível de bem estar dos cooperados e do progresso da coletividade.

De acordo com diagnóstico da Acares, o principal problema das cooperativas já instaladas era a organização administrativa deficiente por falta de pessoal qualificado para tal fim. O objetivo foi o de ampliar o sistema de cooperativas de cafeicultores nas zonas serranas, atingindo 20% dos proprietários e melhorar a estrutura da organização do sistema, a capacidade dos gestores e desenvolver o espírito cooperativista dos cooperados e através das cooperativas melhorar também tecnicamente as lavouras naquela região (ACARES, 1963, n.p).

Zandonadi (1992), ao contrário, atesta que a crise do café que se abateu sobre o estado do Espírito Santo, a partir do final da década de 1950, foi a causadora do fim das operações da Fecces, o que, conseqüentemente, levou ao insucesso cooperativas singulares.

Souza (2020)¹¹⁵, confirma essa visão de que a última crise do café não teve influência sobre o movimento de cafeicultores em busca do cooperativismo. Declara Souza que (2020):

[...] não foi a crise que produziu a solução via cooperativismo. O cooperativismo surgiu como um ferramental adequado já principalmente concentrado nas regiões de descendência italiana e alemã, que já tem um espírito associativista já de origem e que foi evoluindo e se concentrou nessas cooperativas. Começou nessas duas, Jaciguá, Venda Nova, Colatina. Se organizaram nesse sentido. Lá em Aracruz, Colatina lá no norte. Iúna, Santa Tereza. Foram surgindo outras cooperativas nas regiões de cafeicultores e entraram no sistema de comercialização [...].

Souza (2020) reitera que os movimentos de cafeicultores na criação de cooperativas no seu início aconteceram nas regiões de colonizações italianas e alemães, com apoio das igrejas, e que suas estruturas eram compostas de duas seções para atender seus cooperados, uma para oferecer produtos de consumo e outra para prover ferramentas e instrumentos para os trabalhos no campo, e que não tinham como objetivo comercializar café. Somente com o início da assistência da Acares, é que foram introduzidos nas cooperativas existentes e para aquelas que seriam criadas mais dois serviços, o de comercialização e o de beneficiamento de café, e que esses movimentos em nada tinham de relação com a crise do café da década de 1960. Souza (2020) complementa afirmando que então os objetivos das cooperativas passaram a ser também o de eliminar intermediários do setor.

Tanto a visão de Zandonadi (1992) como a de Souza (2020) confirmam que o início e o posterior desenvolvimento do cooperativismo capixaba do setor de café não teve relação com a crise do mercado de café da década de 1960, inclusive afirmam que se iniciou num momento anterior àquela crise. E mais, os primários objetivos das cooperativas de

¹¹⁵ SOUZA, A. V. de. **Entrevista I**. [mai. 2020]. Entrevistador: Roberto Amadeu Fassarella. Vila Velha-ES, 2020. 1 arquivo .amr (36 min.).

cafeicultores era o de atender os cooperados na provisão de bens de consumo e de instrumentos e ferramentas para o trabalho no campo.

E por que as crises da economia cafeeira não originaram movimentos cooperativistas? Porque, com exceção da última grande crise, nenhuma delas causou consequências para a cafeicultura capixaba. Mas também, possivelmente, porque essas crises eram temporárias e cíclicas e que os mercados e o poder público brasileiro sempre tiveram uma solução satisfatória para os agricultores. Os produtores de café conheciam as características daquelas crises e suas soluções. Não institucionalizariam uma estrutura de grandes investimentos e mobilização popular que se perpetuaria no tempo para solução de adversidades que eram temporárias. Além disso, deve ter sido o caso da crise da década de 1960 que, mesmo sendo de grande repercussão econômica, especialmente para o Espírito Santo, teria um final como todas as outras, isto é, tudo seria resolvido pelo próprio mercado e pelo poder público.

CAPÍTULO 5

A COOPERATIVA AGRÁRIA DOS CAFEICULTORES DE SÃO GABRIEL NO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA PALHA - ES.

Neste capítulo é analisada a história e a institucionalização da Cooperativa Agrária de Cafeicultores de São Gabriel da Palha. Para uma compreensão mais ampla desse fenômeno, seguindo a mesma lógica metodológica adotada no segundo, terceiro e quatro capítulos, é descrita a história da colonização da região noroeste do Estado do Espírito Santo que se inicia no final século XIX, com destaque para o município de São Gabriel da Palha.

A partir da descrição do processo colonizatório, se analisa a socioeconomia produtiva do meio rural da região e do município para identificar se a colonização em toda a região noroeste, em especial em São Gabriel da Palha, seguiu o mesmo modelo que se estruturou a partir daquele da colonização do solo capixaba dos primeiros imigrantes europeus que se estabeleceram a partir da segunda metade do século XIX. A pesquisa caminha também no sentido de identificar a origem étnica dos primeiros colonizadores da região. Essa análise auxilia na compreensão do fenômeno cooperativo no setor de café em São Gabriel da Palha.

Para atender a esses objetivos, o capítulo foi composto em 3 tópicos. O primeiro tópico trata da origem do município de São Gabriel da Palha, analisando a história da colonização na Região Noroeste do estado do Espírito Santo, onde o município está localizado, com uma descrição sumária do ambiente natural anterior à ocupação na região. Já no segundo tópico será analisada a construção das obras de infraestrutura e a importância dessas no desenvolvimento regional, a política de arrematação de famílias para ocuparem a região, mas privilegiando o modelo de assentamentos de famílias e, por fim, no terceiro tópico, as atividades agrícolas, os personagens da fundação do município e a origem étnica dos primeiros donatários.

O segundo tópico é dedicado a uma análise descritiva da estrutura de produção agropecuária do município, originária da marcha colonizatória. Os dados e informações são basicamente os publicados nos Censos Agropecuários de 1960 e 1970 pelo IBGE. Para o Censo de 1960, os dados e informações são do município de Colatina, no qual

São Gabriel da Palha pertencia administrativamente como distrito. Pressupõe-se que a média dos dados e informações de Colatina, por lógica, se aplica também àquele distrito. A análise da situação agrária de São Gabriel da Palha no Censo de 1970 comprova as pressuposições de que o município, em média, é representado pelos dados e informações do município a que pertencia antes de 1963, ano em que o mesmo foi emancipado, elevando-se à categoria de município. Esse tópico se reveste de importância fundamental, pois revela o modelo de colonização, a estrutura fundiária, as relações sociais de trabalho no campo e a estrutura de produção nos estabelecimentos rurais ligada à ocupação das áreas com as atividades produtivas na agropecuária do município. Essas variáveis no seu conjunto irão auxiliar no entendimento do movimento cooperativo agrário de São Gabriel da Palha.

O terceiro tópico é sobre uma análise histórica do movimento cooperativo que resultou na criação da Coaabriel. Procura-se identificar as causas, as motivações, bem como os personagens fundadores da mesma. Nesse sentido, a análise aborda a relação entre o movimento cooperativo dos cafeicultores e o sistema agroindustrial do café no município, a etnia da população local, a influência da Igreja Católica, o apoio do poder público ao movimento e as crises do mercado internacional do café.

Os autores usados como referências para esse capítulo são: Pierre Deffontaines (1944); Orlando Valverde (1961); Walter Alberto Egler (1962); Levy Rocha (1972); Luiz Serafin Derenzi (1974); Luiz Busatto (2002); Maria Stella de Novaes (1980); José Lázaro Celin (1984); Altair Malacarne (2000); Eliezer Ortolani Nardoto (2012); Carlos Furbetta (1995) e Carlos Furbetta (199.);

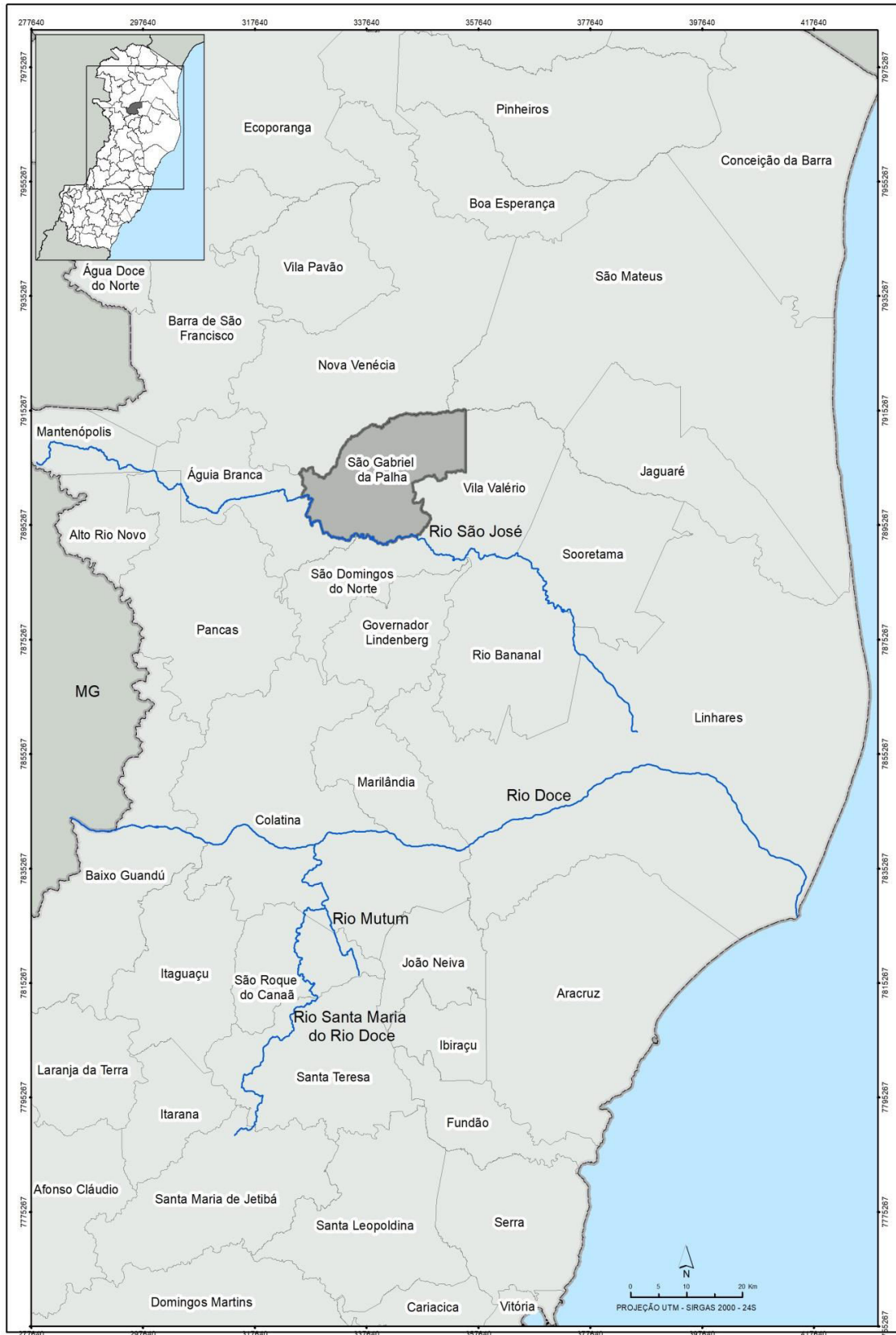
Foram utilizadas três fontes de informações e de dados: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1963), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1974), Instituto Brasileiro do Café (1963) e em Espírito Santo (2018), os registros de criação de cooperativas da Junta Comercial do Estado do Espírito Santo - JCEES; JOÃO XXIII, Papa (1961); COOABRIEL (2019).

5.1 A origem do município de São Gabriel da Palha

São Gabriel da Palha até 1963 pertencia administrativa e politicamente ao distrito do município de Colatina. E Colatina está localizada geograficamente na Região Noroeste do Estado do Espírito Santo, visualizado no mapa 01. Essa região, até final do século XIX, era praticamente despovoada, habitada à margem esquerda do Rio pelos Índios Botocudos. As características naturais da região quando era só floresta foi descrita no livro **Viajantes estrangeiros no Espírito Santo** de Levy Rocha (1972).

De acordo com Rocha (1972, p.125), o geólogo canadense naturalizado norte-americano Charles Frederick Hartt, em companhia do explorador Edward Copeland, empreendeu no ano de 1865 uma viagem via Rio Doce na região. Hartt, ao analisar as florestas às margens do Rio Doce, fez o seguinte comentário em seu livro "Em parte alguma do Brasil, nem mesmo no Pará, vi floresta mais exuberante do que a do Rio Doce. A floresta forma uma densa muralha ao longo do rio, tão densa que o olhar não penetra em sua sombra". Esse ambiente natural exuberante vai explicar a atração e também as dificuldades de colonização da região.

Outra viajante realizou uma viagem exploratória na região em 1888, a Princesa Teresa da Baviera que, caminhando, cavalgando em animais e navegando pelo Rio Doce, nos fornece informações importantes daquela região banhada por aquele rio. Rocha (1972, p. 144), ao narrar a viagem da Princesa Teresa, comenta da visão da Princesa sobre os habitantes primitivos da região, os índios Botocudos e de um aldeamento para esses índios, o aldeamento de Mutum criado em 1859, que além dos índios, contava com um "carpinteiro preguiçoso" e uns três soldados com a missão de manter a ordem no local, o que aponta para aquela época que os indígenas já conviviam pacificamente com os brancos. Na narrativa do autor é também citado que encontros esparsos aconteciam com brancos e negros que habitavam de forma primitiva os locais por onde passava a comitiva da Princesa Teresa.



Mapa 01. Localização geográfica do município de São Gabriel da Palha no estado do Espírito Santo.

Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves, 2019.

Rocha (1972, p. 147) afirma que foram encontradas algumas fazendas, uma inclusive, de um tal Sr. Francisco Vieira de Carvalho, que emigrara de Cantagalo levando escravos para instalar uma grande lavoura de café e uma outra de um prussiano onde a comitiva da Princesa Teresa pernitoitou, onde "comeram um saboroso jantar com assado de paca e raízes de inhame". E Derenzi (1974) confirma a realidade de ausência de colonizadores brancos na região, quando conclui em sua pesquisa, que a margem esquerda do Rio Doce da Região Noroeste do Estado era conhecida somente por caçadores.

As narrativas dos estudos citados nos revelam uma região habitada somente por índios da tribo dos botocudos e parcialmente conhecida por caçadores. Era uma região com densa floresta e com umas poucas e esparsas tentativas de atividades produtivas por parte de colonizadores, e apontam, inclusive, naquela época em tentativas de empreendimento nela, a vocação para o café. Os meios de viajar pela região eram pelas picadas abertas pelos índios, caçadores e navegação por canoas pelos rios, principalmente pelo Rio Doce. Era essa a realidade que os colonizadores enfrentariam para ocupar e povoar a região onde iria mais tarde ser fundado o município de São Gabriel da Palha. Que além das dificuldades da densa e inexplorada floresta, a própria travessia para a margem esquerda do Rio Doce, que é onde se localiza hoje a sede do município de Colatina, era muito difícil.

De acordo com Luiz Busatto (2002, on-line), a colonização da Região Noroeste do Espírito Santo, teve início em 1887, quando numa expedição chefiada pelo Engenheiro Cristiano Boaventura da Cunha Pinto, ao chegar a foz do Rio Santa Maria, subiram em direção ao norte em picadas de caçadores, e chegaram onde hoje se localiza a cidade de Colatina. Na margem direita do Rio Doce construíram um rancho para se instalarem e no final de 1888 construíram no alto de uma colina um barracão, onde hoje é Colatina conhecido com Barracão de Santa Maria, objetivando a recepção de imigrantes. E um primeiro projeto de importância para a colonização da região foi a criação do Núcleo Colonial Antônio Prado¹¹⁶ em 1887. Os lotes com imigrantes nesse Núcleo Colonial só

¹¹⁶ A sede desse núcleo ficava na confluência do Rio Mutum com o Rio Santa Maria do Doce. Mais tarde esse núcleo veio a se chamar Colatina, em homenagem a esposa do governador Muniz Freire, que se chamava Colatina. "O núcleo Antônio Prado era composto de oito seções: Santa Maria, São Jacinto, Mutum, Baunilha, Baunilha de Baixo, Baunilha de Cima, Córrego da Ponte e Colatina. A exploração das terras se fazia das nascentes dos rios para a foz. Assim aconteceu no rio Santa Maria do Rio Doce" (BUSATTO, 2002, on-line). O Rio Santa Maria do Rio Doce, um afluente do Rio Doce, tem uma extensão de 93 km, cuja nascente fica localizada no município de Santa Tereza.

passaram a ser ocupados a partir de 1888, quando no período de 1888 a 1891 foram assentados 4.289 imigrantes italianos.

Maria Stella de Novaes (1980, p. 99), localiza o Núcleo Colonial Antonio Prado, que se "estendia de São Jacinto¹¹⁷ até o atual município de Colatina". A sede ficava na confluência do Rio Mutum com Santa Maria do Rio Doce cuja localização pode-se observar no mapa 01. A autora descreve assim o início de vida desses imigrantes italianos no Núcleo:

Sem recursos para a vida, os imigrantes trabalhavam quinze dias, para o Governo, abrindo estradas e construindo barracões. Com o resultado compravam ferramentas, alimentos e iniciavam suas próprias colônias. O título de propriedade, ou a escritura, era expedido, quando completavam o pagamento dos lotes.

Lutaram os imigrantes, com as maiores dificuldades, mormente pela falta de assistência médica e de escolas para seus filhos! Mas, como Ibiracú, Colatina foi feita pelo braço forte dos imigrantes italianos. É um orgulho da imigração, no Espírito Santo (NOVAES, 1980, p. 100).

Esse primeiro núcleo colonizador foi pioneiro na ocupação das terras de Colatina naquele final de século XIX e início do seguinte, quando, com o trabalho dos imigrantes italianos, se iniciou obras de infraestrutura, como abertura de estradas e barracões e nos lotes o início das atividades econômicas. Essa ocupação se deu na margem direita do Rio Doce.

Em 1906, a estrada de ferro, "penetrando no vale do rio Doce", chegou a Colatina, que passou a centralizar grande parte das atividades da região, fato que atraiu ainda mais colonos descendentes de imigrantes italianos que emigravam do sul do Estado, e passaram a adquirir propriedades rurais, se instalando nos lugares. Em vista disso, com a derrubada das florestas iniciavam plantios agrícolas aumentando nela as atividades produtivas. Colatina passou a constituir um "novo centro demográfico e econômico da região norte", o que transformou Colatina, em 1907, na nova sede do município, antes localizada em Linhares (CELIN, 1984, p. 125 - 126).

Diante desse quadro era necessário acelerar a colonização da região norte do Espírito Santo. Conforme narra Novaes (1980), para atender a essa necessidade, no ano de 1923, no governo do Presidente do Estado Nestor Gomes (1920-1924), foi criada a

¹¹⁷ O Distrito de São Jacinto está atualmente localizado no município de São Roque do Canaã.

Companhia Territorial de Colonização¹¹⁸ com sede em Colatina, cuja imagem 02 mostra os colonizadores em busca de terras para ocupar e se instalarem como proprietários na região.

A diretoria dessa instituição foi formada pelo Dr. Atilio Vivacqua, Cel. Ildefonso Brito e Artur Oberlander Tibau (NOVAES, 1980, p.102). Segundo a autora, a Diretoria da Companhia convidou agentes para participarem do projeto de colonização da ocupação da margem esquerda do Rio Doce, conforme descrito abaixo:

Procedido o levantamento da área concedida pelo Estado à referida Companhia, para colonizar, vários Agentes foram destacados para convidar interessados e conduzi-los à região, oferecendo-lhes lotes de vinte e cinco ou cinquenta hectares, raramente glebas maiores, e facilidades para seu pagamento. Dentre esses agentes, destacaram-se os Srs. Alberto Ceolin, Guilherme Simonato, Bartolo Malacarne e outros, que devassaram toda a região, localizando, aí, centenas e centenas de famílias, procedentes do Sul do próprio município, e do Sul do Estado, na maioria oriundas de antigos imigrantes.

Desse movimento migratório, bem de acordo com os planos da referida Companhia, em certos pontos da área surgiram núcleos urbanos, como *Marilândia, Novo Brasil* (que antes da Segunda Grande Guerra, chamava-se Nova Itália), *Km 61, São Domingos, Palha* (agora São Gabriel da Palha), *Bananal, São Pedro de Marilândia e São Rafael* (NOVAES, 1980, p. 102-103).

A Companhia Territorial atuou por dez anos em assentamentos de colonização da região. Os resultados das atividades da Companhia aparecem na fundação de colônias e núcleos populacionais importantes na ocupação e desenvolvimento da região e do estado, dando origem a Marilândia, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha, Rio Bananal, hoje municípios do Espírito Santo, todos ao norte do Rio Doce, e que foram fundamentais na expansão da cafeicultura pelo norte capixaba a partir do final da década de 1920.

¹¹⁸ No ano de 1933, o Juiz de Direito de Colatina Dr. Celso Calmon Nogueira da Gama, por requerimento do Promotor de Justiça, decretou a dissolução da Companhia Territorial. Eram diretores na época: Dr. José Hermann Tautpheus Bello, Antônio E. Pinto e Nilo Costa (MALACARNE, 2000).

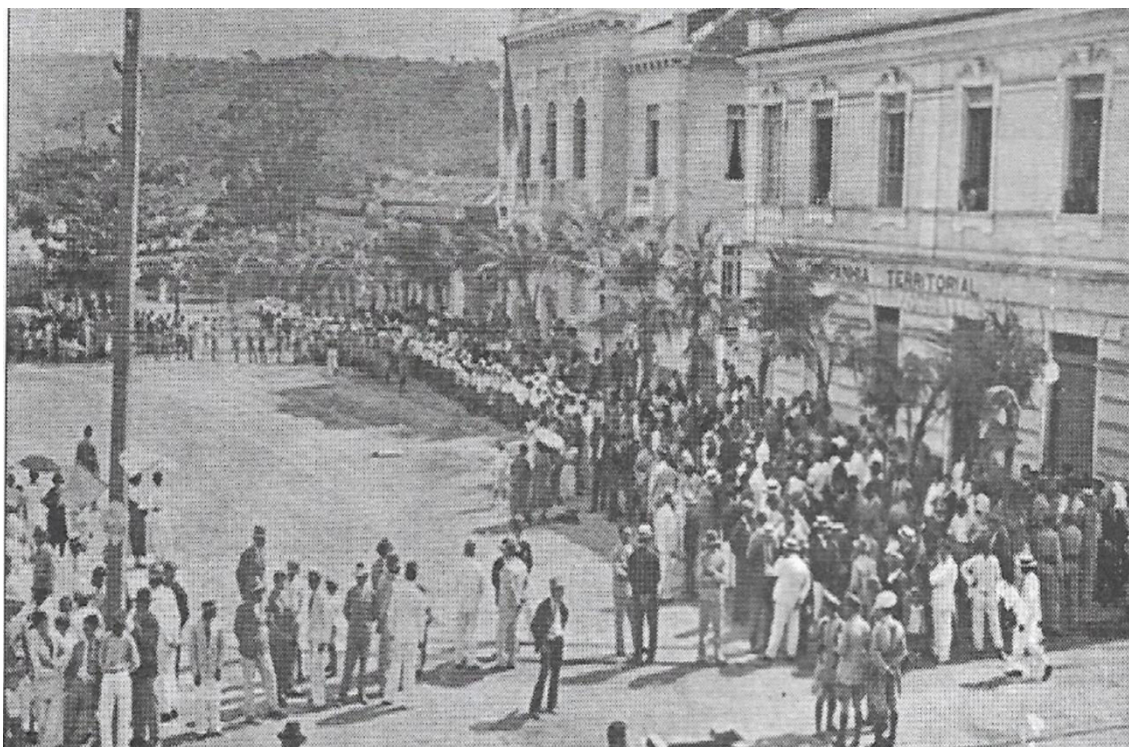


Figura 02. Companhia Territorial de Colonização, município de Colatina 1933.
Fonte: Malacarne, 2000.

A estratégia da Companhia Territorial "visava extrair o máximo o potencial" das novas terras localizadas na região, principalmente aquelas localizadas à margem esquerda do Rio Doce. A Companhia, por meio de seus agentes e agenciadores de terras, com propagandas sobre as novas terras a serem colonizadas, conseguiu obter grande repercussão na região sul do Estado. "Muitas famílias inteiras ou repartidas", de Iconha, Alfredo Chaves, Venda Nova (hoje município de Venda Nova do Imigrante) dentre outras localidades migraram e se estabeleceram, de início, na Região Noroeste do Espírito Santo (CELIN, 1984, p. 126).

Para atender aos objetivos previstos para a ocupação das terras na Região Noroeste do Espírito Santo, principalmente ao norte do Rio Doce, a Companhia Territorial tinha a sua disposição uma área prevista de 28.000 hectares. Existia muita terra a ocupar ao norte do rio, e era necessário acelerar o processo de assentamentos por parte dos capixabas, pois elas estavam sendo exploradas por mineiros e baianos. E a Companhia Territorial do início de sua atuação até 1932 já havia vendido 15.000 hectares para 1.368 famílias, com 7.940 pessoas assentadas na região. E para aproveitamento da madeira derrubada nas novas terras construiu a Serraria Barbados e estradas de rodagem para Marilândia e Terra Alta (Linhares). Essa serraria fazia parte daqueles

objetivos de extrair ao máximo as potencialidades econômicas daquelas terras (MALACARNE, 2000, p. 23).

A ocupação das terras onde hoje se localiza São Gabriel da Palha teve início em 1925 pelo agente da Companhia Territorial Bertolo Malacarne¹¹⁹. E, segundo Malacarne (2000, p. 22), logo após Bertolo Malacarne ser nomeado como agente da Companhia Territorial, no ano de 1923, em sociedade com o guarda-livros de Vitória-ES, Nelson Pinto Costa, fundaram a firma de colonização Costa & Malacarne em Colatina, que passou a existir legalmente em 1929. O autor afirma que, de 1923 a 1928, antes de ser legalizada, a firma operou com autorização do secretário de agricultura do Estado do Espírito Santo, Dr. Benvindo de Novaes. Mas, a partir de 1929, ela passou a operar com um contrato com o Estado para a "Nova Concessão" para colonizar áreas de terra na região.

A firma Costa & Malacarne foi encarregada de colonizar 10.000 hectares de terra às margens do médio Rio São Gabriel (posteriormente passou a denominar-se Rio São José), onde se localizam hoje os municípios de São Domingos do Norte e São Gabriel da Palha. Essa área de terra a ser colonizada pela firma era distinta daquelas a serem colonizadas pela Companhia Territorial. Os serviços de agrimensura da área a ser colonizada pela firma foram prestados pelos agrimensores José Mirabeau Fernandes Calmon, Corinto de Souza, Demósthene Motta e Milthor Fernandes Calmon, todos prestadores de serviços para a Companhia Territorial e contratados pela firma Costa & Malacarne para aquele fim (MALACARNE, 2000).

Malacarne (2000), em sua narrativa, afirma que Bertolo Malacarne iniciou o movimento colonizatório da área onde se localiza São Gabriel da Palha em 1925, no lugar denominado Cachoeira da Onça, no hoje Rio São José. Devido à presença da malária no local que atacou seus companheiros, e que inclusive vitimou seu cunhado Domingos Almofrei, decidiram retornar a São Domingos (hoje município de São Domingos do Norte), no qual já haviam iniciado o processo de colonização.

¹¹⁹De acordo com Malacarne (2000), em entrevista com a filha de Bartolo Diógena Malacarne, ele nasceu de uma família de imigrantes italianos em 13 de Abril de 1881, numa localidade chamada Cachoeirinha, no hoje município de Alfredo Chaves. Saiu de casa cedo com o objetivo de conhecer o mundo. Trabalhou e fundou negócios em cidades da Zona da Mata no Estado de Minas Gerais, no município de Vila Velha-ES, Vitória-ES e em 1925 foi nomeado agente da Companhia Territorial de Colonização no município de Colatina-ES, região na qual trabalhou até o fim dos seus dias (MALACARNE, 2000).

Conforme narra Novaes (1980, p. 123), Bartolo Malacarne em 1930 partiu novamente para Cachoeira da Onça, "para realização de seu deslumbrante sonho", a colonização daquela parte da região norte do Espírito Santo. De acordo com a autora, Bertolo ainda no primeiro contato ficou encantado com o local, a cachoeira, o planalto com a mata virgem exuberante que ele descobrira, no qual anteviu um futuro promissor. "Imaginou levantar, em suas cercanias, uma obra humana, perene!..." Cumprindo a missão que assumiu como sua, fez a derrubada da mata, e entre o córrego e o morro, o terreno foi nivelado e as terras loteadas.

A narrativa de Novaes (1980, p. 124) continua descrevendo que no período de julho de 1927 a julho de 1928, junto com seu agrimensor Mirabeau Fernandes, numa área total de 8.512 hectares, mediram 154 lotes, "divididos em cinco grupos onde construiu a primeira casa, que entregou a um tal Anísio Mathias e sua esposa que passaram a ter a função de "fiscalizar o desenvolvimento da colonização". Os primeiros lotes foram entregues a proprietários de terras da região, todos descendentes de imigrantes italianos que emigraram da região sul do estado. Os que receberam os primeiros lotes de terra foram: Angelo Spadetti, Antonio Zani, Batista Bragatto, Etoe Dalton, Jerônimo Camata, João Spadetti, Luis Colombi, Pedro Spadetti, Vicente Colombi, Virgílio Camara.

Esses primeiros donatários, cumprindo o acordo com Bartolo, construíram suas casas, e nelas residiram definitivamente. "E as casas foram surgindo, graciosas, enfileiradinhas, de estuque e cobertas de palha", formando uma vilazinha no ermo da região¹²⁰. Em julho de 1939, foi firmado um contrato por dez anos com Romualdo Masioli, para participar da colonização de São Gabriel da Palha, que também assentou na região descendentes de imigrantes italianos, que dentre outros são citados: Virgílio Malacarne, Eugênio Malacarne, André Malacarne, Silvano Malacarne, Nicola Calabrás, Alexandre

¹²⁰De acordo com Diógena Malacarne, em entrevista a Altair Malacarne, por determinação de seu pai "os colonos deveriam agrupar-se em um mesmo núcleo residencial, servindo cada um de suporte aos outros, afastando-se, assim, o inconveniente de residirem em casas muito isoladas dentro das matas". Deste núcleo residencial é que surgiu primeira rua de São Gabriel da Palha, hoje denominada Av. Graciano Neves, a principal artéria da cidade (MALACARNE, 2000).

E com relação ao nome dado ao município, Diógena Malacarne informou que seu pai Bartolo era muito religioso e ligado a vida dos santos, dos anjos e dos arcanjos da Igreja Católica, e que o termo São Gabriel do nome se deve ao fato que no dia 27 de setembro que ele considerou a fundação do município, era dia do Arcanjo São Gabriel, e o termo Palha foi devido ao fato de que as primeiras casinhas que foram construídas eram cobertas de palha. Por isso São Gabriel da Palha (MALACARNE, 2000).

Godio, Marcos Pexxini, Olívio Pexxini e Carlos Paganini (NOVAES, 1980, p. 124 - 125).

Novaes (1980, p. 123) resume assim os serviços prestados por Bartolo Malacarne na colonização do norte do estado do Espírito Santo:

Temos a maior satisfação em registrar, nesta modesta contribuição para o conhecimento dos resultados inapreciáveis que a imigração italiana trouxe ao Espírito Santo, o extraordinário feito de Bartolo Malacarne, ao empreender o desbravamento de uma região bela e fértil, que se transformaria, mais tarde, num promissor município do Estado: São Gabriel da Palha. Cumpria-se, aliás, um dos objetivos da Companhia Territorial de Colonização...

Esse resultado, além do esforço de uma política pública voltada para a colonização de uma região do estado ainda despovoada e selvagem no início do século XX, expressa a ação de homens com idealismo e uma população disposta a colonizar novas terras, principalmente os descendentes de imigrantes italianos, que a partir de meados do século XIX já haviam demonstrado em outras regiões do estado sua capacidade de colonizar terras em situações adversas.

Outra tentativa de povoar a região foi através de uma concessão do governo do Estado à Sociedade de Varsóvia no ano de 1928 para assentamento de imigrantes poloneses na região. O contrato de concessão se estendeu até 1946, no qual a Sociedade de Varsóvia recebeu uma área de 50.000 hectares onde foram assentadas 252 famílias de imigrantes poloneses. Apesar de o assentamento possuir boas condições em infraestrutura de saúde (com presença de médico polonês), educação (contava com professores) e assistência espiritual, realizada por religiosos, aproximadamente mais da metade das famílias abandonaram a colônia, dirigindo-se "aos estados meridionais", buscando encontrar melhores condições de vida (CELIN, 1984, p. 128).

As famílias polonesas que permaneceram na região fundaram uma comunidade que veio a se chamar Águia Branca¹²¹, que mais tarde se transformou em distrito de São Gabriel da Palha, hoje município de Águia Branca. Segundo Malacarne (2000), as famílias desses imigrantes poloneses migraram, a partir de 1935, para a vila de São Gabriel da Palha, e dos descendentes de poloneses do município um deles se destacou como

¹²¹ O nome de Águia Branca é devido águia branca ser o símbolo da bandeira polonesa.

político e no movimento do cooperativismo em São Gabriel da Palha, Eduardo Glazar¹²².

Comentou-se nesse tópico que um dos obstáculos para a colonização onde se localiza São Gabriel da Palha era a floresta que, na observação do geólogo Charles Frederick Hartt, chegava a ser mais densa que as florestas do estado do Pará e que formava uma espécie de muralha que o olhar humano não conseguia penetrar. Impressão semelhante também a da Princesa Teresa em sua viagem exploratória que realizou naquela região em meados do século XIX.

Um segundo obstáculo seria os índios botocudos, que habitavam principalmente ao norte do Rio Doce, mas que pelas narrativas de Rocha (1972), já na metade do século XIX, aquela nação indígena já estava em contacto e convivendo com o branco pacificamente. Tanto que, quando o poder público iniciou o processo colonizatório, inclusive ao norte do Rio Doce, não há registros de confrontos com índios. E Egler (1962) informa que os indígenas não chegaram a representar um obstáculo intransponível, pois quando um grupo de brancos mais ou menos numeroso penetrava nas terras de domínio dos índios, estes recuavam sem grandes resistências.

Ao sul do Rio Doce, a ocupação começou a acelerar no final do século XIX, com projetos de colonização, como o Núcleo Colonial Antonio Prado e os da Companhia Territorial, que atraíram colonizadores, principalmente do sul do Estado, o que acelerou a ocupação daquele território. Mas além da densidade da floresta, a ideia de existência de indígenas e a ocupação ao norte do Rio Doce tinha um terceiro obstáculo até 1929, a travessia de uma margem a outra do Rio Doce. Mas vimos que, mesmo com esse obstáculo, a colonização daquele lado do rio teve início ainda em 1925, com homens de capacidade empreendedora, quando antes mesmo da inauguração da ponte em 1928, o local onde se localiza São Gabriel da Palha já estava sendo explorado pelos assentados dos projetos do colonizador Bertolo Malacarne. E como os primeiros exploradores fizeram a travessia do Rio Doce? Em canoas e, principalmente, por uma balsa deslizando com um cabo de aço que ligava uma margem a outra.

¹²² Alguns autores que estudaram a ocupação da região onde se localiza São Gabriel da Palha, como Renato Pacheco, atestam que foram os poloneses que fundaram esse município. Mas o imigrante polonês Eduardo Glazar confirma em entrevista a Malacarne (2000, p. 112-113), que quando os poloneses chegaram a São Gabriel da Palha em 1936, já existia o povoado e que Bertolo Malacarne já residia no local, que "cuidava de sua propriedade e organizava a venda de terrenos do estado para os imigrantes italianos". Essa declaração de um imigrante polonês confirma que realmente o fundador de São Gabriel da Palha foi Bertolo Malacarne junto com os descendentes de imigrante italianos.

Foi com a construção da ponte sobre o Rio Doce, a Ponte Florentino Avidos, concluída no final de 1928 que potencializou a ação colonizadora das áreas ao norte daquele rio. A partir da inauguração da ponte, o fluxo populacional e de mercadorias de uma área a outra das margens do rio aumentou e Colatina passou a ter uma importância econômica e de logística ainda maior na região. A importância da Ponte Florentino Avidos é analisada por autores que estudaram a história e estrutura econômica que nos revelam as atividades econômicas que impulsionaram a região nos anos seguintes do início de sua colonização.

Pierre Deffontaines (1944) nas conclusões de seu estudo sobre o povoamento e atividades produtivas nas áreas ao norte do Rio Doce, assevera que a princípio, até a construção da Ponte Florentino Avidos, o processo de ocupação aconteceu inicialmente de forma lenta. Mas que se intensificou a partir de sua inauguração com a corrida de famílias procurando adquirir terras naquelas áreas ainda cobertas por matas virgens, que quando se instalavam providenciavam a derrubada das florestas e a queimada das mesmas, para em seguida darem início aos plantios nas propriedades. O autor assim confirma a importância daquela obra de infraestrutura para o crescimento e desenvolvimento regional.

Walter Alberto Egler (1962), em estudo realizado sobre a vegetação, a topografia e as atividades econômicas dos núcleos colonizadores realizados na região ao norte do Rio Doce, também conclui que todo esse movimento pioneiro só pode ser intensificado para a margem esquerda do Rio Doce, pela construção de uma obra fundamental para a colonização e progresso da região, a Ponte Florentino Avidos sobre o Rio Doce iniciada em 1927 e terminada em 1928, que permitiu a comunicação para a margem esquerda do rio e possibilitou que atividades econômicas se desenvolvessem em maior ritmo de ambos os lados do rio. Garante o autor que, com a construção da ponte, Colatina se tornou o principal centro de atuação de profissionais para atrair e agenciar famílias e assentá-las em ambos os lados do rio. E confirma que para todas as atividades produtivas realizadas ao norte do Rio Doce, o escoamento era por Colatina.

A extração de madeira tornou-se atividade econômica de importância, que contava naquele momento com travessia facilitada sobre o Rio Doce pela ponte. A madeira era embarcada no trem para outros centros onde era beneficiada. Seguida da derrubada e queimada das árvores, vinha como atividade econômica comercial o café. A primeira

atividade, a extração de madeira era realizada em bases capitalistas e a segunda, o cultivo do café era desenvolvido em um grande número de pequenas propriedades. E, dessa forma, a expansão da colonização para a região norte do Espírito Santo levou consigo as lavouras de café (EGLER, 1962).

Orlando Valverde (1961) concorda que a construção da ponte foi importante para a frente pioneira nas áreas ao norte do Rio Doce, mas defende a ideia de que foi o aumento do preço do café que acelerou o processo do povoamento e atividades econômicas, com hegemonia da economia cafeeira naquelas áreas. Afirma o autor que se valorizou demasiadamente a importância da ponte sobre o processo colonizatório ao norte do Rio Doce, mas que são estímulos econômicos que levam ao avanço sobre áreas ainda não ocupadas, portanto, obras de infraestrutura são incentivos auxiliares ao desenvolvimento. Nesse caso, por essa lógica, a atividade promotora daquela corrida pioneira foi o café.

Mas o café, após a derrubada e venda da madeira, foi a principal atividade produtiva nos estabelecimentos rurais? E qual o tamanho dos lotes vendidos às famílias que decidiram se estabelecer no local? Essa resposta à última pergunta se encontra em Malacarne (2000) que apurou que o tamanho médio dos lotes vendidos às famílias eram de 20 hectares a 35 hectares, o que caracterizará no futuro uma região de predominância de pequenos e médios produtores rurais, conforme será discutido no tópico 5.2 deste capítulo.

No tocante à ocupação da terra com atividades produtivas na região (município de Colatina), se constata pela tabela 20, que havia ainda em 1960 uma predominância de florestas, com ocupação de 34,33% das terras. Com relação a atividades produtivas, as pastagens participam com 23,55%, seguida do café com 20,49% das áreas cultivadas. Essas estatísticas comprovam a importância do café na economia agrária da região.

E mais, as estatísticas da tabela 20 certificam a diversificação da economia agrícola da região, o que confirma os resultados das pesquisas de Celin (1984), Buffon (1992) e Rocha e Morandi (2012), de que quando do avanço da colonização do território capixaba pela região norte, este se fez com o mesmo modelo de estabelecimentos das regiões sul e centro-serrana do Estado, ou seja, no que diz respeito à composição de atividades econômicas nos estabelecimentos rurais, essas foram realizadas num modelo de diversificação de atividades produtivas.

Tabela 20. Áreas cultivadas com atividades agropecuárias selecionadas no município Colatina-ES, segundo o Censo Agropecuário de 1960.

Atividades agropecuárias	Área (ha)	Porcentagem (%)
Pastagens	74.981	23,55
Banana	5.990	1,88
Café	65.244	20,49
Arroz	9.030	2,84
Cana-de-açúcar	4.268	1,34
Feijão	14.765	4,64
Mandioca	1.895	0,60
Milho	18.885	5,93
Matas e Florestas	109.301	34,33
Terras incultas	21.610	6,79
TOTAL	318.376	100

Fonte: IBGE, 1963.

Além do café e pecuária, se observa também, mas em menores percentuais, o cultivo de banana e de culturas temporárias como arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca e milho. A função dessas culturas era o de abastecimento interno das propriedades (atividades de subsistência), com o excedente da produção das mesmas vendido nos mercados. O milho aparece com 5,93%, o maior percentual entre as culturas temporárias, o que se deve ao fato do milho ser fundamental na alimentação das famílias (nas formas de polenta, bolos, etc.), de suínos e aves, fundamentais na alimentação, estabilidade e equilíbrio do núcleo familiar.

Em Novaes (1980, p. 226) se encontra descrita a tática dos imigrantes italianos e seus descendentes na constituição e objetivos do estabelecimento rural, quando afirma:

Afetivo e laborioso, o italiano venceu a crise de ajustamento ao meio espírito-santense: radicou-se de tal modo que, do ranquinho perdido na clareira da mata, com a perseverança de sua atividade em abater a floresta e iniciar os primeiros roçados, formou sua criação de porcos, sua horta, seu pomar; proporcionou à sua família todos os recursos de subsistência e a possível educação dos filhos. O ranquinho transformou-se em casa rebocada e caiada, coberta de taboinhas, depois, telhado resistente. O sítio ... a granja...

A autora revela a visão do imigrante italiano no seu novo ambiente na formação de sua propriedade rural, onde a prioridade era garantir com a maior segurança possível o bem estar e sobrevivência da família com atividades que garantissem produtos de consumo interno na propriedade. Essa segurança e bem estar passava pela produção no estabelecimento rural de todas as atividades para sua subsistência, por isso o feijão, a

banana, o arroz, a mandioca, os pomares, a horta. O milho e a mandioca, além de atender na alimentação direta dos membros familiares, eram usados para alimentar os animais, principalmente suínos e aves. Dos suínos, obtinham carne e gordura e das aves, carne e ovos. Por isso, o milho em especial era uma atividade que garantia o equilíbrio daquele modelo de estabelecimento rural. O café foi a principal atividade comercial, uma vez que ao vender seu produto no mercado poderia adquirir outros bens que não poderiam produzir na propriedade. Esse modelo de estabelecimento rural, fundado pela colonização italiana lá no seu início, foi o mesmo que acompanhou os descendentes na sua marcha colonizadora para a região norte do estado do Espírito Santo.

Em uma entrevista a Malacarne (2000, p. 110 - 116), Eduardo Glazar descreve como era São Gabriel da Palha, quando lá chegou em 1943, 18 anos após sua fundação. Segundo o entrevistado, o vilarejo tinha poucas casas cobertas de tábuas (as folhas de palmito das coberturas das casas já estavam sendo substituídas por tábuas), não tinha igreja, escola e as ruas eram esburacadas. Glazar declara que foi dele o primeiro armazém construído no ano em chegou ao local. Informa ainda o polonês em sua entrevista como foi construída a primeira estrada ligando São Gabriel da Palha a Colatina: de São Domingos até Sabiá, foi construída por Bertolo Malacarne; do Sabiá até São Gabriel da Palha a obra foi realizada pelos poloneses Boleslau Ruszczychi, Valério Koszarowski e Eduardo Glazar. E foi essa obra que impulsionou São Gabriel da Palha, por abrir novos horizontes, possibilitando novos investimentos. Glazar atesta ainda em sua entrevista que o café foi a atividade que mais contribuiu para o desenvolvimento do município e foi ele que instalou lá a primeira máquina de pilar café.

Olhando as imagens 03 e 04 de São Gabriel da Palha nos anos de 1943 e 1948, mesmo após vinte anos de sua fundação, pode-se visualizar que era ainda um povoado incipiente. Essas imagens corroboram a tese de Valverde (1961), de que somente após a Segunda Grande Guerra, com o estímulo da elevação dos preços de café, a economia regional deslanchou com a expansão das lavouras da rubiácea.



Figura 03. Município de São Gabriel da Palha - ES em 1943.
Fonte: Malacarne, 2000.

Sabe-se que quando uma atividade econômica se expande gerando emprego e renda, outros setores se desenvolvem a reboque, como o comércio, as atividades do setor público, a exigência de infraestrutura e no caso do café, investimentos no beneficiamento e industrialização do mesmo. Esse parece ser o caso também da região onde se localiza São Gabriel da Palha.

Com o crescimento da economia proporcionado pelo café, se desenvolveu o comércio, os investimentos em beneficiamento de café, a estrada de carro que passou a transitar, não só carros, mas também caminhões de carga e posteriormente os investimentos públicos em saúde, educação, segurança. São Gabriel da Palha foi crescendo e, em 1946, se transformou em distrito de Colatina e, em 21 de novembro de 1963 com a aprovação da Lei n. 1875 pela Assembleia Legislativa do Estado, foi elevado à categoria de município.



Figura 04. Município de São Gabriel da Palha - ES em 1943.
Fonte: Malacarne, 2000.

5.2 O município de São Gabriel da Palha e a cafeicultura

Nesse ínterim, observa-se uma aproximação entre as informações sobre a estrutura produtiva da agropecuária do município de São Gabriel da Palha na década de 1960 com as do município de Colatina, do qual geográfica e administrativamente fazia parte como distrito ainda nesse ano. Ao se proceder a análise das variáveis da economia agrária de Colatina na década de 1960, constata-se pela tabela 21, que 91,78% dos estabelecimentos rurais tinham tamanho inferior a 100 ha, e ocupavam 65,50% das terras agrícolas do município. Uma medida de grau de concentração de riqueza é o Índice de Concentração de Ginni. Para Colatina, o índice era de 0,533, o que revela um grau de concentração média da terra para o município de Colatina, inferior ao do Estado que era de 0,604 (IBGE, 1963). Essas estatísticas revelam uma distribuição relativamente mais equitativa da posse da terra, com predomínio de pequenos e médios estabelecimentos rurais naquele município, o que também deve valer para São Gabriel da Palha para o ano de 1960.

Pode-se aqui fazer uma outra constatação para o município de Colatina na década de 1960 com relação ao cultivo de café, comparando as tabelas 20 e 21. Vimos pela tabela 20 que os estabelecimentos rurais eram diversificados em atividades agrícolas. As matas e florestas apareciam ocupando 34,33% da terra, pastagens com 23,55% e café com 20,49% das áreas cultivadas, e as atividades de subsistências com uso do restante da terra. Como de acordo com a tabela 21, a predominância no meio rural de Colatina era de pequenos estabelecimentos, e pelo tipo de ocupação de terras, se deduz que as lavouras de café por estabelecimento rural no município eram de pequenos plantios.

Tabela 21. Grupos de área total e estabelecimentos rurais no município de Colatina, segundo o Censo Agropecuário de 1960.

Estrato de área (ha)	Estabelecimentos rurais			Área total		
	Número	%	% acumuladas	Área (ha)	%	% acumuladas
Menos de 5	137	2,19	2,19	573	0,18	0,18
5 - 10	203	3,25	5,44	2.338	0,73	0,91
10 - 20	997	15,97	21,41	15.552	4,88	5,79
20 - 50	3.212	51,44	72,85	106.579	33,48	39,27
50 - 100	1.182	18,93	91,78	83.602	26,26	65,50
100 - 200	399	6,39	98,17	53.596	16,83	82,33
200 - 500	131	2,1	100,00	39.552	12,42	97,75
500 - 1.000	20	0,32	100,00	12.764	4,01	100,00
Acima de 1.000	3	0,048	100,00	3.920	1,00	100,00
TOTAL	6.244	100	-	318.376	100	-

Fonte: IBGE, 1963.

Informações e dados consistentes sobre a estrutura produtiva no setor agrário do município de São Gabriel da Palha são os do Censo Agropecuário de 1970 do IBGE. São com as informações desse Censo Agropecuário que iniciamos uma análise específica sobre a agropecuária desse município.

Com relação à estrutura fundiária do município de São Gabriel da Palha, conforme tabela 22, pode-se observar que 93,38% dos estabelecimentos rurais se encontravam nos extratos de área com menos de 100 ha, ocupando 65,61% das terras agrícolas e mais, que os estratos de área entre 20 ha e 50 ha continham o maior número de estabelecimentos rurais, perfazendo 44,92%, ocupando 40,28% das terras.

Tabela 22. Grupos de área total e estabelecimentos rurais no município de São Gabriel da Palha, segundo o Censo Agropecuário de 1970.

Estrato de área (ha)	Estabelecimentos rurais			Área total		
	Número	%	% acumuladas	Área (ha)	%	% acumuladas
Menos de 5	125	6,71	6,71	207	0,25	0,25
5 - 10	148	7,95	14,66	1.271	1,53	1,78
10 - 20	335	18,00	32,66	5.206	6,27	8,05
20 - 50	836	44,92	77,58	26.742	32,24	40,28
50 - 100	294	15,80	93,38	21.010	25,33	65,61
100 - 200	74	3,97	97,35	10.129	12,21	77,82
200 - 500	41	2,20	99,55	12.041	14,51	92,33
500 - 1000	6	0,32	99,87	3.615	4,35	96,69
Acima de 1000	2	0,10	100	2.642	3,18	100
TOTAL	1.861	100	-	82.956	100	-

Fonte: IBGE, 1974.

As estatísticas da tabela 22 mostram a distribuição relativamente equitativa da terra em São Gabriel da Palha na década de 1960, com o predomínio dos pequenos e médios estabelecimentos rurais. E comparando a estrutura fundiária de São Gabriel da Palha em relação à do Espírito Santo, se verifica que a distribuição da terra do município é relativamente mais equitativa, já que no estado os estabelecimentos rurais com menos de 100 ha totalizam 89,47% e ocupam 49,75% das terras agrícolas.

Quanto ao uso da terra, o município de São Gabriel da Palha chama a atenção pela importância do cultivo de café na composição relativa das atividades agropecuárias, quando comparado com o estado. Pode-se observar na tabela 23, que para o Espírito Santo em 1970, as áreas com café ocupavam 5,51% do total das áreas agrícolas, enquanto que em São Gabriel da Palha, as lavouras de café ocupavam 13,05 % das áreas do meio rural do município. E ainda para o município, se subtrairmos as áreas com matas e florestas, as áreas em descanso e terras produtivas não utilizadas, o percentual das áreas ocupadas com café aumenta para 18%, ficando abaixo apenas das áreas cultivadas com pastagens. Ao se considerar somente as áreas de cultivos com lavouras, dessas o café ocupava 44%, e com 19,15% a área cultivada com milho vem em segundo lugar. Essas estatísticas mostram a importância da atividade cafeeira em relação ao uso da terra no município.

No que diz respeito ao tamanho das lavouras de café, o Censo Agropecuário do Estado do Espírito Santo de 1970 não dispõe de informações que permitam uma medida exata

nesse sentido em termos de município. Mas é possível uma aproximação com relação ao tamanho médio das lavouras no município baseada em estudos realizados no estado. Em meados da década de 1960, o tamanho médio das lavouras para a zona cafeeira sul era de 10,2 ha, zona cafeeira norte era de 9,84 ha e para o Espírito Santo era de 10,29 ha, pequenos em relação ao tamanho médio das lavouras no restante do Brasil (IBC, 1964, p. 41).

Tabela 23. Áreas cultivadas com atividades agropecuárias selecionadas no estado do Espírito Santo e no município de São Gabriel da Palha-ES, segundo o Censo Agropecuário de 1970.

Áreas cultivadas	Estado do Espírito Santo		São Gabriel da Palha	
	Área (ha)	Porcentagem (%)	Área (ha)	Porcentagem (%)
Pastagens	1.829.975	48,68	34.191	41,21
Cacau	23.872	0,63	-	-
Café	222.158	5,51	10.824	13,05
Arroz	50.813	1,35	2.403	2,90
Cana-de-açúcar	20.798	0,55	286	0,34
Feijão	68.930	1,83	1.194	1,44
Mandioca	31.840	0,85	254	0,31
Milho	184.980	4,92	4.710	5,68
Matas e Florestas	680.048	18,09	18.383	22,16
Outras	645.946	17,18	12.711	15,32
TOTAL	3.759.360	100	82.956	100

Fonte: IBGE, 1974.

Verifica-se também que o tamanho médio das lavouras na zona cafeeira norte, onde se localiza o município de São Gabriel da Palha, é menor que a média estadual. De acordo com a tabela 22, 93,38% dos estabelecimentos rurais tinham áreas com menos de 100 ha e ocupavam 65,61% das áreas agrícolas do município, sendo que 68,70% das terras eram ocupadas com pastagens, matas e florestas. Enquanto as terras produtivas não utilizadas e as culturas de subsistência ocupavam 10,675% das terras. Isto posto, pode-se deduzir, com razoável grau de certeza, que as lavouras de café eram de pequenos plantios.

A importância do café para o município ficava ainda mais evidente, quando se analisa os aspectos econômicos da atividade. Essa situação pode ser constatada na tabela 24, que enquanto para o Espírito Santo o café representava 32,98% do valor da produção das atividades agropecuárias na sua totalidade, para São Gabriel da Palha, esse percentual

era de 63,54%, o que evidencia a forte dependência econômica da agropecuária do município em relação à cafeicultura, principalmente quando comparada ao estado. Fato que aumenta a importância econômica dessa atividade, por ela ser exercida de forma atomizada no espaço geográfico, o que gera emprego e renda em todo o interior do município.

Tabela 24. Valor da produção em porcentagem de produtos agropecuários selecionados no estado do Espírito Santo e no município de São Gabriel da Palha-ES, segundo o Censo Agropecuário de 1970.

Atividades produtivas	Porcentagem (%)	
	Estado do Espírito Santo	São Gabriel da Palha
Animais	32,23	15,21
Grande porte	22,04	8,92
Médio porte	4,24	3,81
Pequeno porte	5,95	2,48
Vegetais	62,93	79,14
Cacau	1,86	-
Café	32,98	63,54
Arroz	11,15	4,54
Cana-de-açúcar	4,56	0,35
Feijão	3,77	1,70
Mandioca	3,76	2,34
Milho	6,88	5,67
Extração vegetal	4,84	1,82

Fonte: IBGE, 1974.

Nas condições do produtor, também se constata a importância do café em São Gabriel da Palha. As estatísticas da tabela 25 informam que, para 1970, os proprietários estavam presentes em 94,4% dos estabelecimentos rurais, numa proporção maior que a do estado, onde essa condição de produtor era de 92,28%. Na mesma tabela se comprova também que para o município e o estado para a condição de parceiros, os percentuais são de 4,89% e 2,12%, respectivamente, evidenciando uma importância relativamente maior do regime de parceria no município quando comparada a do Estado. Essas estatísticas mostram a importância do regime de parceria no município, o que é coerente e característico da lavoura cafeeira.

Pode-se avançar nas relações sociais de produção ao analisar a composição das categorias de mão de obra no meio rural. A tabela 26 mostra, comparando relativamente a composição, que para o Espírito Santo a mão de obra familiar participava com 65,81%

e parceiros com 19,90%, que somadas perfazem 85,71% da mão de obra total na agropecuária capixaba.

Tabela 25. Condição do produtor nos estabelecimentos rurais no município de São Gabriel da Palha do Estado do Espírito Santo, segundo o Censo Agropecuário de 1970.

Condição do Produtor	Estado do Espírito Santo		São Gabriel da Palha	
	Número	Percentual (%)	Número	Percentual (%)
Proprietário	65.252	92,28	1.760	94,57
Arrendatário	603	0,85	5	0,27
Parceiro	1.499	2,12	91	4,89
Ocupante	3.358	4,75	5	0,27
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	70.712	100	1.861	100

Fonte: IBGE, 1974.

Essa forma de relações sociais de produção, com presença importante de parceiros nas lavouras cafeeiras capixabas, foi identificada por Graziano da Silva (1998) ao comparar São Paulo com o Espírito Santo. No primeiro se consolidou o regime de colonato nas relações de trabalho entre grandes proprietários e trabalhadores, já no Espírito Santo surgiu um outro tipo relação social de produção, o da parceria. Isso devido ao modelo de colonização adotado pelos imigrantes europeus no Estado, baseado na pequena propriedade e uso majoritário da mão de obra, que complementava os trabalhos no campo com parceiros.

Tabela 26. Pessoal ocupado por categoria na agropecuária do município de São Gabriel da Palha-ES e no Estado do Espírito Santo segundo o Censo Agropecuário de 1970.

Categoria da mão de obra	Estado do Espírito Santo		São Gabriel da Palha	
	Número	(%)	Número	(%)
Familiar	197.194	65,81	5.353	63,33
Permanentes	19.285	6,43	282	3,33
Temporários	17.619	5,88	629	7,44
Parceiros	59.632	19,90	2.214	26,19
Outra condição	5.917	1,97	65	0,77
TOTAL	299.647	100	8.453	100

Fonte: IBGE, 1974.

No município de São Gabriel da Palha, a mão de obra familiar com 63,33% apresenta um percentual inferior ao do Estado, mas a participação dos parceiros, com 26,19% é superior ao mesmo, onde essas categorias somadas totalizam 89,52% do uso da mão de obra no meio rural do município. Essas estatísticas da composição da mão de obra, com participação relativamente mais elevada de parceiros em São Gabriel da Palha em relação ao estado, são coerentes com o perfil da utilização da mão de obra nas lavouras de café, que historicamente tem a mão de obra familiar como majoritária, e que nos pequenos e médios estabelecimentos cafeeiros o trabalho é complementado no regime de parceria. Nos municípios onde a atividade cafeeira assume maior participação relativa na ocupação das áreas agrícolas, tende a se elevar proporcionalmente a participação dos parceiros.

Essas estatísticas comprovam uma situação histórica que, com a imigração europeia de teutos e italianos iniciada a partir da metade do século XIX, os assentamentos desses imigrantes foram em pequenos estabelecimentos rurais nas regiões sul e centro-serrana sul, sendo a base do trabalho a mão de obra familiar. Outra característica das propriedades era a diversificação agrícola, com atividades de produção de produtos para o consumo interno e o café como principal produto de mercado. Quando do esgotamento das áreas ocupadas nas regiões dos antigos assentamentos, parte dos descendentes daqueles imigrantes migrou para a região norte do estado, mantendo nessas novas regiões de colonização o mesmo modelo de propriedade das regiões de origem, o que explica no município de São Gabriel da Palha, o mesmo modelo de colonização, ou seja, o predomínio dos pequenos e médios estabelecimentos rurais com diversificação de atividades e uso predominantemente de mão de obra familiar com parceiros completando os trabalhos nas atividades agropecuárias, o que confirma os resultados das pesquisas de (ALMADA, 1993), (CELIN, 1984) e (BUFFON, 1992).

O que se pode inferir sobre São Gabriel da Palha nesse quadro acima descrito é que, na década de 1970, se caracterizava com uma economia agrícola de pequenas propriedades dispersas em todo o interior do município, de produção atomizada, diversificada no interior de seus estabelecimentos e de pequenos plantios em todas as atividades, inclusive o café. Enquanto os demais cultivos, como por exemplo, de milho, feijão, mandioca, arroz, e cana-de-açúcar eram para a própria subsistência, o café era, praticamente, a única atividade econômica destinada ao mercado, com a qual os produtores mantinham seus estabelecimentos rurais.

Mas a economia cafeeira capixaba entrou em crise a partir da década de 1950, tanto nos mercados do café, como em seu sistema agroindustrial. São Gabriel da Palha, com uma produção cafeeira que dominava a economia e as relações sociais de produção, também entrou em crise. Dessa forma, há semelhança dos ambientes onde se originou e se desenvolveu os movimentos cooperativistas na Europa e Continente Americano, isto é, de crises e estruturas na economia que não satisfaziam aos agentes que atuavam nessas estruturas. Nessas circunstâncias, no município de São Gabriel da Palha, emergiu um movimento cooperativista culminando na criação da Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de São Gabriel, que se tornou alicerce para a economia regional.

Naquele cenário da década de 1960, é que pode-se ainda depreender sobre a importância do movimento cooperativista do Município de São Gabriel da Palha. Nele, dos 1.861 estabelecimentos rurais, 425 proprietários, ou seja, 22,8% deles eram associados a cooperativas, percentual muito superior à média do Estado, no qual somente 14,60% dos estabelecimentos rurais eram associados (IBGE, 1974). Como a única cooperativa em atividade no município na década de 1970 era a Coaabriel, é razoável supor que os estabelecimentos associados a essa cooperativa eram especialmente de cafeicultores.

5.3 A Cooperativa Agrária de Cafeicultores de São Gabriel - Coaabriel

Vimos que no período de 1947 ao final da década de 1960, foram criadas 22 cooperativas agrárias de cafeicultores no Espírito Santo, fenômeno já discutido no capítulo anterior. Aqui então, ao selecionarmos estudar o movimento em maiores detalhes sobre a criação de uma cooperativa de cafeicultores, a Coaabriel, importante até hoje no sistema agroindustrial do café na região noroeste capixaba¹²³, se objetiva

¹²³ Atualmente a Coaabriel possui 2.012 cooperados.

A Coaabriel está estruturada para oferecer 10 tipos de serviços: comercialização de café, armazenagem de grãos de café, loja de vendas de insumos (Cooabricampo), fábrica de sal mineral (Coabrisal), jardim clonal/produção de mudas, assessoria técnica, laboratório de análises, financiamento, assessoria jurídica e concurso conillon de excelência.

A comercialização de café é um dos principais serviços prestados pela Coaabriel e oferecendo vantagens e oportunidades aos cooperados "de comercializarem a quantidade de acordo com sua necessidade". Na atualidade, a estrutura de comercialização é composta por 09 unidades de comercialização de café. A Coaabriel é considerada o termômetro regulador do preço do café conilon do Brasil.

O setor de armazenagem de café é composto por oito armazéns de grãos distribuídos pelos estados do Espírito Santo e da Bahia. No Espírito Santo, os armazéns estão localizados na região noroeste, nos seguintes municípios: Águia Branca, Alto Rio Novo, Nova Venécia, Vila Valério, Boa Esperança e São

compreender mais detalhadamente esse movimento cooperativista no estado do Espírito Santo.

A Coabriel foi fundada em 13 de setembro de 1963 por 38 cooperados, relacionados no quadro 3, conforme consta na ata de criação da Coabriel (ESPÍRITO SANTO, 2019).

A Coabriel começou a operar no ano de sua fundação na comercialização e armazenamento de café, num armazém alugado, visualizado na imagem 05. No início da década de 1970, a Coabriel já operava numa sede própria, construída no início da década de 1970, visualizada na imagem 06.

Para entendermos de forma mais profunda a criação da Coabriel, descrevemos o ambiente socioeconômico da região na época em que ocorreu o movimento cooperativista onde se localiza o município de São Gabriel da Palha e analisaremos, conforme consta na hipótese deste trabalho, se os mesmos fatores que levaram ao movimento cooperativista de cafeicultores capixabas, se aplicam também ao mesmo movimento em São Gabriel da Palha.

Gabriel da Palha. No sul do estado da Bahia estão localizados nos seguintes municípios: Teixeira de Freitas e Itabela. "Os armazéns da Coabriel são modernos e bem equipados, construídos sob avançados padrões tecnológicos, que asseguram qualidade ao produto durante o tempo de armazenagem".

As lojas de insumos "Cooabricampo" são compostas por oito lojas que atuam como distribuidoras diretas de insumos de produção aos seus cooperados com o melhor custo/ benefício.

A fábrica de sais minerais da Coabriel, "Coabrisal", trabalha com a produção de quatro fórmulas de sais minerais: Coopbov Leite, Coopbov Engorda, Coopbov Cria e Recria e Coopbov Seca. "O Coabrisal é um suplemento mineral produzido com base em análises de solos e de folhas das pastagens das regiões norte e noroeste capixaba e sul da Bahia".

O serviço Jardim Clonal / Produção de Mudanças é uma unidade própria de produção de mudas de café com jardim clonal, para produção de mudas clonais que são disponibilizadas aos cooperados. Esse serviço é realizado em convênio com o Incaper.

O serviços de financiamento da Coabriel financia adubos, calcários, defensivos, implementos, mudas clonais de café conilon e custeio de safra em "equivalência café" para seus cooperados.

O serviço de assistência técnica é realizado de duas formas: convencional e estruturada. A convencional "que atende e orienta o sócio sem o agendamento prévio". A estruturada pelos "Programas de Consultoria Técnica e Gerencial, com agendamento programado para capacitar o sócio com ferramentas de gestão e empregos de tecnologias em modelo estruturado. Ambas direcionam os sócios a buscarem melhor custo benefício respeitando os preceitos sócio-ambientais".

O serviço de laboratório de análise "disponibiliza aos seus clientes um laboratório eficiente, que realiza análise química e física de solos, foliar, água para irrigação, fertilizantes orgânico e corretivo agrícola".

Os serviços de advocacia são realizados por um escritório de "advocacia preventiva que auxilia os associados na elaboração de contratos agrários, informações previdenciárias/ fiscais e outras informações de interesse dos produtores rurais".

O Concurso Conilon de Excelência Coabriel é realizado desde o ano de 2003 como "um instrumento de incentivo à melhoria da qualidade do café produzido na região. Os lotes são avaliados em classificação, aspecto e bebida" (COOABRIEL, 2020).

Quadro 03. Relação dos cooperados fundadores da Cooperativa Agrária de Cafeicultores de São Gabriel no município de São da Gabriel da Palha-ES

Nome dos fundadores	
Batista Colombi	João Cavatti
José Scalfoni	Miguel Piacratz
César Zan	Sebastião Toniato
Loclarindo Lorenzoni	Luiz Zani
Alcides Spadetto	Elizeu Scalfoni
José Teodoro Dias	Aiton Cavati
Mário Bragatto	José Mauri
Gustavo Miltratz	Ernesto Catani
João Colombi Primo	Tranquilo Uliana
Fernandez Mauri	João Colombi
Daniel Pelissari	Alcino Lorenzoni
Estafani Thomas	Alcino Carletino
Aurélio Bastianello	João Batista Bastos
Aurélio Dalla Pícolla	Padre Simão Civalero
Mansueto Colombi	Izauro Montovanelli
José Cavatti	Zelino Très
Vicenti Colombi	Anastácio Pinafo
Placidino Ângelo de Freitas	Joventino de Souza
José Mariano de Oliveira	José Pereira

Fonte: ESPÍRITO SANTO, 2019

No quadro do meio rural apresentado no tópico anterior, conforme tabela 24, vimos que o meio rural do município de São Gabriel da Palha, na década de 1960, era dominado por pequenos produtores, onde os estabelecimentos rurais com tamanho menor de 50 ha representam 77,58% do total deles. Predomina também no meio rural com 65,81% a mão de obra familiar, do total da empregada no campo. O uso da terra era assim distribuído: 13,05% com café, 22,16% com matas e florestas e 41,21% com pastagens. Logo, chama a atenção a importância do café na economia rural, que representa 63,54% do valor total da produção agropecuária, o que demonstra uma dependência econômica quase absoluta desse produto, já que o segundo em percentual são os produtos de origem animal, com 15,21% do total do valor da produção agrícola municipal. Foi nesse ambiente socioeconômico e de crise na economia cafeeira que aconteceu o movimento de cafeicultores para a criação de uma cooperativa.



Figura 05. Primeiro armazém da Coabriel, 1963.
Fonte: Coabriel, 2020.



Figura 06. Prédio da primeira sede própria da Coabriel, início da década de 1970.
Fonte: Coabriel, 2020.

Baseamo-nos na convicção de que os fatores que geraram os movimentos da fundação de cooperativas de cafeicultores no estado do Espírito Santo foram: a origem étnica dos fundadores; a influência da Igreja Católica; o apoio do poder público; o sistema agroindustrial de comercialização do café; e as crises do mercado de café. Para realização da análise dos fatores que levaram a criação da Coobriel, vamos buscar primeiramente nos documentos de criação, atas de fundação e estatutos sociais a motivação para o empreendimento dessa cooperativa.

Os objetivos sociais da criação da Coobriel constam no artigo 14º do seu estatuto social, com a seguinte redação:

A Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de São Gabriel tem por objetivo social unir os agricultores e cafeicultores que possuem propriedades rurais, ou exploração agrícola dentro de sua área de ação e promover o beneficiamento, a industrialização e venda em comum de sua produção, bem como a aquisição de utilidades necessárias à subsistência e ao desenvolvimento da produção dos seus associados e da defesa de seus interesses econômicos (ESPÍRITO SANTO, 2019).

Para atender aos objetivos de sua criação, a Coobriel se propôs a oferecer os seguintes serviços: de vendas em comum, de compra em comum e consumo e de educação e higiene. Para operar a oferta desses serviços, a cooperativa se estruturou internamente em três seções: a seção de vendas em comum, a seção de compra em comum e consumo e a seção de educação e higiene (ESPÍRITO SANTO, 2019).

Observando o objetivo social para a fundação e estrutura de oferta de serviços aos cooperados, identificamos claramente um dos fatores hipotéticos desta tese que levaram a criação da Coobriel. Esse fator é o sistema agroindustrial do café no município de São Gabriel da Palha.

Essa condição do sistema agroindustrial do café encontra-se expressa em todos os estatutos das cooperativas de cafeicultores do Estado do Espírito Santo (ESPÍRITO SANTO, 2019). De acordo com esses documentos, são comuns nos objetivos das cooperativas de cafeicultores expressos nos seus estatutos, expressões como, "eliminar os intermediários gananciosos", "eliminar os intermediários", o que comprova uma consciência e conhecimento por parte dos cafeicultores sobre o sistema agroindustrial do café capixaba.

Na Coaabriel, com relação à seção de beneficiamento, industrialização e venda do café, o artigo 15º de seu estatuto estabelece que, na seção de vendas em comum do café, o objetivo era a venda do produto com eliminação dos intermediários, garantindo melhores preços ao cafeicultor, que seria uma das medidas para promover o desenvolvimento da produção cafeeira da região (ESPÍRITO SANTO, 2019). A sociedade rural de São Gabriel da Palha tinha consciência de que a intermediação na comercialização a jusante da produção agrícola impedia melhores rendimentos aos cafeicultores, e portanto era necessário ser eliminada ao máximo possível. As atividades de comercialização de café pela cooperativa teve início ainda no ano de sua fundação, num armazém alugado. Em 1974, a comercialização de café da Coaabriel era operada em armazém próprio.

Outro aspecto a jusante da produção agrícola era fundamental para melhores retornos econômicos ao produtor, o do beneficiamento e industrialização do café. O objetivo do beneficiamento e industrialização do café era vender um grão de qualidade compatível com as exigências do mercado internacional e atender melhor os consumidores finais. E isso passava pelo despulpamento do grão, que exigia máquinas e equipamentos com valores incompatíveis com os produtores de café de São Gabriel da Palha que eram, na maioria, pequenos produtores rurais. A maioria deles individualmente não possuía condições financeiras de adquirir essas máquinas e equipamentos, ficando essa função de beneficiamento para agentes intermediários da região, que auferiam lucros com as operações de beneficiamento. Uma das possibilidades para os produtores rurais era realizar as operações de beneficiamento por uma entidade coletiva, e o fizeram por intermédio da Coaabriel. Dessa forma, os resultados econômicos das operações de beneficiamento retornariam aos produtores e não mais para os agentes intermediários (ESPÍRITO SANTO, 2019). Um ano após a fundação da cooperativa, já operava nela uma máquina de beneficiar café, conforme consta na ata da assembleia de 16 de maio de 1964 (ESPÍRITO SANTO, 2019).

No tocante à seção de compra em comum e consumo¹²⁴, um dos objetivos era, através de um armazém-cooperativo, de prover os cafeicultores de recursos modernos de

¹²⁴ Na seção de compras em comum e consumo, consta um armazém-cooperativo (tipo supermercado) para venda de bens de consumo para as famílias dos cooperados. Essa estrutura comprova a visão da necessidade de eliminar também a intermediação no mercado de bens de consumo e promover nesse sentido também a defesa dos interesses econômicos dos associados. Portanto, a Coaabriel era uma cooperativa agrária mista.

produção, tais como, plantas vivas, sementes, adubos, defensivos agrícolas, máquinas e equipamentos, entre outros (ESPÍRITO SANTO, 2019). A ideia era, no setor a montante da produção agrícola, de eliminar os intermediários, com a cooperativa adquirindo os recursos produtivos das firmas produtoras em grandes quantidades, auferindo dessa forma menores preços por eles, e vendendo diretamente ao cooperado, eliminando a intermediação do setor. Os preços mais baixos ao cafeicultor viriam então por duas vias, a compra mais barata dos insumos pela cooperativa nas firmas que os produziam e eliminação da intermediação no setor.

Atestam assim, na visão dos produtores rurais, como era importante eliminar a intermediação em todos os elos do sistema agroindustrial do setor de café no município de São Gabriel da Palha. E a estrutura de comercialização do café, com eliminação da intermediação, também no município, deveria ser radical, chegando até ao setor de exportação. Para isso, foi criada a Fecces, da qual a Coabriel era filiada, que seria responsável, além das relações de fortalecimento do cooperativismo cafeeiro, também pela exportação do café beneficiado e industrializado pelas cooperativas de cafeicultores capixabas.

Confirma-se na Coabriel que o sistema agroindustrial do café, por não atender mais às necessidades dos cafeicultores, foi o fator estrutural essencial para originar o movimento de cafeicultores para sua criação.

No que diz respeito à etnia, vimos no capítulo anterior, que esse fator hipotético foi vital para o movimento cooperativista capixaba de cafeicultores, onde mais de 50% das cooperativas no ramo de café, de acordo com as atas das assembleias de fundação, foram criadas com maioria de cooperados de descendentes de imigrantes italianos. A Coabriel faz parte dessa estatística, conforme pode-se constatar no quadro 03, dos 38 fundadores, vinte e oito, ou seja, 73,68% deles são de descendência italiana.

Essa constatação para a Coabriel confirma numa unidade cooperativa o que se encontra nas obras de Cavati (1973), Grosselli (2008) para o Espírito Santo. Os autores afirmam que, no estado do Espírito Santo, em várias das comunidades de imigrantes italianos, exemplos de práticas coletivas solidárias, como os mutirões para a construção de igrejas, escolas, estradas; a fundação de organismos coletivos; os mutirões em auxílio a famílias em dificuldades. Valem também para o Coabriel as conclusões de

estudos de Mora Rodriguez (2012) e Pinho (1966) para a América Latina; os de Pinho (2004) e OCB (1973) para a região sul do Brasil e IBC (1967) nas conclusões do capítulo 4 desta tese para o Espírito Santo, que comprovam que a etnia italiana foi decisiva em movimentos cooperativos capixabas de cafeicultores.

O terceiro fator que se reveste de importância para o cooperativismo na região foi o apoio da Igreja Católica. O clero católico regional, além das doutrinas contidas nos evangelhos, teve uma base sólida para a missão de apoio ao cooperativismo, a Encíclica *Mater et Magistra*. Essa Encíclica Papal foi uma continuação e reforço para outra Encíclica anterior, a *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII. Ambas orientam os cristãos, mas principalmente o clero, para que cuidem dos problemas sociais e econômicos do mundo, ou seja, que não se limitem apenas das questões espirituais da vida humana, mas também de sua vida material. Esses documentos papais orientam o clero no sentido de que o cooperativismo no mundo capitalista é benéfico e incentivam a participação em movimentos para o desenvolvimento do cooperativismo, por ser o mesmo uma estrutura socioeconômica que conduziria a humanidade para uma vida de solidariedade, fraternidade e justiça material humana, reconhecendo, assim, no cooperativismo uma prática humana que estaria de acordo com as doutrinas expressas nos textos evangélicos.

Conforme descrito no segundo capítulo, vimos que a Igreja Católica foi fundamental no crescimento do cooperativismo na Europa Continental. Com relação à influência da Igreja no cooperativismo nas Américas, um caso emblemático é o do sucesso do cooperativismo no ramo de crédito no Canadá, com o modelo de cooperativas Desjardins, idealizado na passagem do século XIX para o seguinte por um convicto e fervoroso católico, Gabriel-Alphonse Desjardins. De acordo com Port (2014), o modelo de cooperativa Desjardins foi inspirado em doutrinas cristãs e se difundiu com sucesso pelo Canadá e depois pelos EUA, graças ao apoio do clero católico das paróquias espalhadas pelo território canadense. Também na América do Sul, especialmente em países como Colômbia, Argentina e Brasil (neste, de início, nos estados da Região Sul), o cooperativismo surgiu e se disseminou com sucesso graças à contribuição da Igreja Católica, conforme analisado e descrito no capítulo dois desta tese. Esse fenômeno se repete no município de São Gabriel da Palha no estado do Espírito Santo.

Como escreve Cavati (1973), foi com a imigração italiana que houve uma ampliação da presença de membros do clero católico no estado do Espírito Santo. Esse autor e também Grosselli (2008), ao analisarem as condições de partida dos imigrantes italianos da Região Norte da Itália, afirmam que aqueles imigrantes antes de partirem procuravam os bispos das dioceses provinciais e não pediam auxílio material, mas auxílio espiritual nas suas novas vidas nas terras para onde emigravam. Solicitavam aos bispos diocesanos nas regiões de onde emigravam, que enviassem padres para que pudessem ter acesso aos ensinamentos e viver de forma plena os sacramentos da Igreja. Os imigrantes italianos foram, aos poucos, sendo atendidos em seus pedidos, o que propiciou o avanço da Igreja Católica no estado do Espírito Santo, principalmente nos núcleos coloniais italianos.

A chegada de uma ordem religiosa na região norte do Estado foi relevante para o desenvolvimento do cooperativismo na região, a Congregação dos Filhos do Sagrado Coração de Jesus - MCCJ, e seus membros conhecidos como missionários combonianos. Os religiosos chegaram ao Brasil, pelo município da Serra no Estado do Espírito Santo, em 23 de julho de 1952. No ano de 1955, ocuparam as paróquias de Ibiracú e de João Neiva. Em 1954, fundaram a Paróquia de Nova Venécia, em 1956 a de São Gabriel da Palha e, em 1957, a de Montanha. Nos anos seguintes fundaram as paróquias de Mantenópolis e Mucurici. No ano de 1955, assumiram e reestruturaram as paróquias de São Mateus e de Conceição da Barra (NARDOTO, 2012).

De acordo com Eliezer Ortolani Nardoto (2012), o *modus operandi* da MCCJ era baseado no binômio evangelização/educação. Antes de aportarem no Brasil, os combonianos desenvolveram uma experiência profunda na evangelização e métodos de educação nas populações do interior da África. O objetivo era formar um quadro humano dentro da própria África, para além da evangelização, que fosse capaz de desenvolver socioeconomicamente aquele continente. Quando chegaram ao Espírito Santo, os missionários combonianos traziam consigo essa experiência. Além de assumirem as paróquias, seguindo a missão da Congregação, fundaram seminários, entre os quais o dos municípios de Ibiracú e São Gabriel da Palha e atuaram na organização de instituições coletivas conforme preconizava a Encíclica Papal *Mater et Magistra* do Papa João XXIII, lançada em 15 de maio de 1961.

A história da participação dos padres combonianos na criação da Coaabriel está ligada às mensagens dessa Encíclica. No ano seguinte a divulgação da Encíclica, os missionários reuniram-se no município de Nova Venécia "para discussão e aprofundamento do conteúdo da Encíclica *Mater et Magistra*, do Papa XXIII, considerada como marco principal da Doutrina da Igreja Católica" (NARDOTO, 2012, p. 248).

De fato, a Carta Encíclica *Mater et Magistra* foi uma atualização da Carta Encíclica *Rerum Novarum* e tem um conteúdo voltado para as questões sociais dos povos, em especial em relação à situação dos agricultores. Na época de sua edição, principalmente em países sub-desenvolvidos como o Brasil, estavam em marcha grandes processos de êxodo rural. A Encíclica levanta essas questões, se expressando assim no item 123 do tópico sobre as Exigências da Justiça quanto às Relações entre os Setores Produtivos da Terceira Parte sobre as Questões Sociais:

123. Sabemos que, à medida que uma economia progride, diminui a mão de obra empregada na agricultura, aumenta a percentagem dos que trabalham na indústria e nos vários serviços. Pensamos, contudo, que o êxodo da população, do setor agrícola para outros setores produtivos, não é provocado somente pelo progresso econômico. Deve-se a múltiplas outras razões, como a vontade de fugir de um ambiente considerado fechado e sem futuro; a sede de novidades e aventuras, que domina a geração presente; a esperança de enriquecimento rápido; a miragem de uma vida mais livre, com os meios e facilidades que oferecem os aglomerados urbanos. Mas julgamos que não se pode duvidar de que este êxodo é também provocado pelo fato de ser o setor agrícola, quase em toda a parte, um setor deprimido, tanto no que diz respeito ao índice de produtividade da mão-de-obra, como pelo que se refere ao nível de vida das populações rurais (JOÃO XXIII. PAPA, 1961).

Essa preocupação acima leva o Pontífice a sugerir que a sociedade, através de políticas de Estado, deva diminuir as diferenças de produtividade do trabalho entre os setores da economia, o que levaria a diminuir suas diferenças de remuneração, o que faria com que os trabalhadores rurais não se sentissem diminuídos em relação aos dos setores urbano-industriais. Essa medida poderia diminuir o êxodo rural.

Ainda nos itens 143 e 144 do tópico acima desse referido documento papal, se encontra uma orientação para os agricultores, que, além de produzirem os alimentos essenciais à vida e matérias primas fundamentais a outros setores da economia, devem ser os protagonistas de sua própria elevação, assim expressa no texto apostólico:

143. Estamos convencidos que os protagonistas do progresso econômico e social e da elevação cultural nos meios rurais devem ser os mesmos interessados, quer dizer, os lavradores. Podem facilmente convencer-se de quanto é nobre o seu trabalho: vivem no templo majestoso da criação; estão em relações freqüentes com a vida animal e vegetal, inesgotável nas expressões e inflexível nas leis, a qual lembra constantemente a Providência do Criador; das suas mãos, por assim dizer, brotam, em toda a sua variedade, os alimentos que sustentam a família humana; e com elas proporcionam à indústria um número cada vez maior de matérias-primas.

144. Esse trabalho manifesta igualmente a dignidade dos que o realizam e distingue-se pela riqueza dos conhecimentos de mecânica, química e biologia que exige; conhecimentos que devem atualizar-se constantemente, tantas são as repercussões dos progressos técnicos e científicos no setor agrícola. E, igualmente, um trabalho caracterizado pelos aspectos e valores morais que lhe são próprios, pois exige agilidade na orientação e adaptação, paciência na espera, sentido da responsabilidade, espírito perseverante e empreendedor (JOÃO XXIII. PAPA, 1961).

O texto citado acima valoriza as atividades no campo, lembrando ainda que os lavradores ao contacto com a natureza, no cultivo dos vegetais e manejo das criações na produção agrícola, lembram a Providência do próprio Criador da terra, realizando duas missões, a de alimentar a humanidade e abastecer a indústria de matérias primas. É, sem dúvida, uma bela forma de expressão para valorização, por parte dos cristãos católicos, das atividades do homem do campo.

A Carta Encíclica *Mater et Magistra* indica o caminho para que o produtor rural alcance valorização que lhe é devida, e mais, de como devem ser as atitudes do clero católico para realizar mais essa missão, especificamente a de promoção dos agricultores. Essa orientação se encontra no item 145 do tópico sobre as Exigências da Justiça quanto às Relações entre os Setores Produtivos da Terceira Parte sobre as Questões Sociais, indicando a solidariedade e a colaboração entre os produtores rurais. Podemos observar essas orientações na citação a seguir:

145. Repare-se ainda que, no setor agrícola, como aliás em qualquer outro setor produtivo, a associação é atualmente uma exigência vital; e muito mais, quando o setor se baseia na empresa familiar. Os trabalhadores da terra devem sentir-se solidários uns dos outros, e colaborar na criação de iniciativas cooperativistas e associações profissionais ou sindicais. Uma e outras são necessárias para tirar proveito dos progressos científicos e técnicos na produção, contribuir eficazmente para a defesa dos preços, e chegar a um plano de igualdade com as profissões, ordinariamente organizadas dos outros setores produtivos; e para que a agricultura consiga fazer-se ouvir no campo político e junto dos órgãos da administração pública. Porque hoje as vozes isoladas quase não têm possibilidade de chamarem sobre si as atenções, e muito menos de se fazerem atender (JOÃO XXIII. PAPA, 1961).

A citação desse item 145 da Encíclica *Mater et Magistra* é impressionante. Em primeiro lugar, ao se referir sobre organizações coletivas, citando especificamente as cooperativas, como entidades para operarem em estrutura de produção de agricultores familiares, público majoritário da agricultura do município de São Gabriel da Palha. Em segundo lugar, visualiza a situação em que nos ambientes atomizados de pequenos produtores, esses individualmente, quase sempre não se fazem ouvir e muito menos serem atendidos em seus interesses. As iniciativas cooperativistas propiciariam a esses produtores o atendimento de seus interesses, inclusive no que tange tirar melhor proveito do progresso científico e técnico. O texto desse documento papal nos faz lembrar da visão de Rousseau (1981) de que quando individualmente um ser humano não tiver condições de solucionar um problema que o aflige, ele geralmente busca na cooperação a solução para esse problema. Lembra-nos também a origem do movimento para a criação da Cooperativa dos Probos de Rochdale, e como que aqueles tecelões encontram na cooperação o caminho para operarem com sucesso num ambiente econômico hostil a eles.

Após discutirem e se aprofundarem nas lições da Carta Encíclica Papal *Mater et Magistra*, o missionários combonianos, identificando na região capixaba onde atuavam as condições expostas no documento papal, partiram para uma ação no sentido de organizar entidades coletivas entre os agricultores. Foi o texto daquela Encíclica e da situação socioeconômica dos agricultores da região que inspiraram os padres combonianos ao movimento para criação da Coaabriel. Coube ao padre comboniano Simão Civallero, primeiro pároco da Paróquia de São Gabriel da Palha, a missão de liderar o movimento para a criação da cooperativa.

No site da Coaabriel, se encontra a seguinte narrativa:

A Coaabriel – Cooperativa Agrária de Cafeicultores de São Gabriel é a maior Cooperativa de Café Conilon do Brasil, com 56 anos de atuação.

A comunidade católica, através do Padre Simão Civalero, pároco municipal, foi quem teve a iniciativa da criação de uma cooperativa, ainda na década de cinquenta quando sensibilizava os produtores através de reuniões e cursos de cooperativismo, como forma de buscar solucionar as grandes dificuldades, sobretudo dos cafeicultores, que na época já detinham um grande parque cafeeiro da variedade arábica.

No dia 13 de setembro de 1963, quatro meses após a emancipação do município de São Gabriel da Palha, 38 cafeicultores constituíram a

COOABRIEL. O marco aconteceu no antigo cine estrela (COOABRIEL, 2019).

O padre Simão Civallero, seguindo as recomendações da Encíclica *Mater et Magistra*, inicia o movimento da criação da cooperativa, com encontros e cursos de cooperativismo entre os produtores e a população local, esclarecendo como uma cooperativa poderia solucionar os problemas que os afligiam, principalmente os produtores de café. O padre concebeu a seguinte estratégia: primeiro, identificar os problemas da cafeicultura na época, depois, conscientizar os agricultores de como uma cooperativa levaria a cabo a solução de seus problemas e, por fim, com os agricultores conscientes da realidade e mobilizados, partir para a ação. E sua missão alcançou sucesso, pois essa cooperativa é a maior de café conilon do Brasil (NARDOTTO, 2012).

Um empresário, político da região e ex-prefeito do município de São Gabriel da Palha, Eduardo Glazar (2005, p. 123), confirma a importância do padre Simão Civallero na criação da Coaabriel:

Quando esse padre chegou, não falava bem a língua portuguesa, mas rapidamente começou a dominá-la. Era muito trabalhador, participou ativamente no desenvolvimento de São Gabriel da Palha, principalmente no setor religioso e educacional. [...] O padre Simão também participou de outras atividades, inclusive foi um dos que estimulou a fundação e a organização da Cooperativa de Cafeicultores de São Gabriel, que existe até hoje, [...].

A importância da Igreja Católica na criação da Coaabriel também é confirmada na ata de sua fundação, na qual na presidência da assembleia estava o padre Stepherson Holz, e foi eleito, como primeiro presidente, o próprio padre Simão Civallero para o período de 1963 a 1965 (ESPÍRITO SANTO, 2019). Nesse viés, a importância da Igreja para a cooperativa continua, quando para segundo presidente foi eleito o padre José Simonato para o período de 1965 a 1967.

Se configura, o que aconteceu em tantas outras regiões do mundo, como Europa Continental, Canadá, América do Sul, no sul do Brasil e no Estado do Espírito Santo em geral, uma influência decisiva da Igreja Católica no desenvolvimento do cooperativismo do setor de café no município de São Gabriel da Palha.

Com respeito ao apoio do poder público, este também se confirma como fator vital na criação da Coaabriel. Constam na ata de criação dois elementos indicativos da relevância do poder público na fundação da Coaabriel. O primeiro elemento é referente à legislação, onde está incluído no texto da ata que os cooperados se orientaram no Decreto-Lei 24.647 de 19 de julho de 1934 e no Decreto-Lei 5.893 de 19 de outubro de 1943 para fundar e estruturar o funcionamento da mesma.

Contém ainda no texto da ata de fundação da Coaabriel, que os fundadores para a criação da cooperativa seguiram todas as recomendações de setores especializados do poder público, como as da Divisão de Cooperativismo e Organização Rural (antigo S. E. R.) do Departamento Agro-Pecuário da Secretaria da Agricultura do Estado do Espírito Santo e do IBC. Se ratifica, nessa passagem documental dos registros da fundação da Coaabriel, uma estrutura especializada em apoio ao cooperativismo agrário nos órgãos públicos que existia no Espírito Santo e que atuou diretamente na fundação dessa cooperativa.

O apoio e doutrinação por parte do poder público federal se confirma também tempos após a Coaabriel ser fundada. Na ata da assembleia dos cooperados do dia 12 de dezembro de 1973, está escrito que esteve presente o representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Sr. Carlos de Freitas, a convite da direção da cooperativa, para uma palestra e novas orientações sobre cooperativismo (ESPÍRITO SANTO, 2019).

Nos documentos da criação da Coaabriel, como de todas as cooperativas de cafeicultores do estado, e nas obras escritas sobre a região, não foram encontradas referências que comprovassem uma ligação entre as crises do café e o movimento para criação da cooperativa. E a região noroeste capixaba, onde se localiza a Coaabriel, foi uma das regiões mais atingidas por aquela crise da década de 1960. Conforme visto nos objetivos expressos no estatuto da criação da Coaabriel, as razões para a fundação da cooperativa foi o sistema agroindustrial do café em funcionamento na região, bem como em outras regiões do estado, que levaram os cafeicultores ao movimento da criação da Coaabriel, com apoio do poder público e da Congregação Comboniana da Igreja Católica. Nesse sentido, se aplicam os mesmos argumentos que foram usados no tópico 5 do capítulo 4 para refutar a hipótese de que as crises do café não tiveram relação com o movimento que levou à criação da Coaabriel.

Em suma, quatro fatores elencados na hipótese dessa tese se confirmam como determinantes na criação de uma cooperativa singular, quais sejam: origem étnica de seus fundadores, o apoio da Igreja Católica, o apoio do poder público e o sistema agroindustrial do café no município de São Gabriel da Palha.

CONCLUSÕES

O objetivo da tese foi o de investigar os fatores causais do movimento cooperativista de cafeicultores capixabas iniciados a partir do final da década de 1950, e intensificados na década de 1960. A hipótese a ser averiguada foi a de que quatro fatores foram motivadores para esse movimento: um sistema agroindustrial do café com excesso de intermediação, tanto a montante como a jusante da produção agrícola, e seus agentes auferindo lucros elevados, deprimindo o preço do produto para o produtor rural; a presença majoritária de uma população de etnia italiana nas principais regiões produtoras de café no Espírito Santo; a atuação da Igreja Católica no movimento do cooperativismo no setor agrário capixaba e a ação do Estado com políticas públicas direcionadas especificamente para o desenvolvimento do cooperativismo na agropecuária. A análise da hipótese foi realizada em dois níveis, sendo o primeiro no âmbito do cooperativismo cafeeiro capixaba como um todo, e o segundo numa unidade cooperativa, a Coobriél, localizada no município de São Gabriel da Palha.

Para balizar as análises da hipótese, segue-se a tradição da micro história. Dessa forma, cinco temas foram considerados prioritariamente. O primeiro tema a ser considerado historicamente na tese é o cooperativismo, desde sua gênese na Inglaterra, passando por sua consolidação na Europa Continental e sua introdução e expansão pelo Continente Americano. Na evolução do cooperativismo, consideramos ainda como a Igreja Católica iniciou seu apoio na Europa, ainda no final do século XIX, e no Continente Americano, especificamente no Canadá e regiões da América Latina. E, por fim, como outro elemento surgiu no desenvolvimento do cooperativismo, o poder público.

Já o segundo tema diz respeito à história da introdução e expansão do café no Brasil e no estado do Espírito Santo e as diferenças de sua introdução, expansão e estrutura de produção nesse Estado, quando comparado com outras regiões cafeeiras brasileiras e como essa estrutura teve influência no cooperativismo cafeeiro capixaba.

No terceiro tema, o foco foi sobre as crises no mercado de café, comparando suas consequências para os outros estados cafeeiros do Brasil em relação às do estado do Espírito Santo, e se essas crises foram determinantes para o movimento de cooperativo de cafeicultores no estado.

No quarto tema, o estudo se voltou ao cooperativismo capixaba, com detalhes para o do setor cafeeiro. A pesquisa teve início com a origem do pensamento cooperativista capixaba desde a segunda década do século XX, passando pelos movimentos cooperativistas com a criação das primeiras cooperativas, sua expansão pelos ramos em vários setores, até a década de 1970.

Por fim, foi desenvolvida a formação histórica do município de São Gabriel da Palha, desde o início de sua colonização realizada por descendentes de imigrantes italianos, o modelo de ocupação territorial, as relações de trabalho no campo, as atividades econômicas desenvolvidas na agropecuária e a relação do município com a cafeicultura.

Dessa maneira, procurou-se, com base na construção temporal e nas diferenças geográficas de cada fenômeno histórico, investigar os fatores causais que influenciaram o desenvolvimento do cooperativismo do café a nível local. Procurou-se, portanto, com a proposta de análise da micro história, com base em fenômenos que tiveram início mesmo que num passado distante, e nas diferenças dos efeitos desses fenômenos a nível geográfico, explicar um fenômeno, o cooperativismo no setor de café, num tempo determinado e com especificidade local, o estado do Espírito Santo e o município de São Gabriel da Palha.

Havia, já na segunda década do século XX, uma visão de que em vários setores da economia capixaba, o sistema de comercialização de bens era estruturado com excesso de intermediação e que os agentes envolvidos nesse sistema operavam com altas margens de lucros, pagando um baixo preço para os produtores e cobrando um preço alto aos consumidores. Uma ideia consolidada na época era de que o cooperativismo seria o substituto mais adequado àquele sistema de comercialização injusto. No tocante a essa situação, de que quando num sistema socioeconômico está organizada uma estrutura que não atende mais aos interesses particulares de membros da sociedade, eles buscam na agregação/cooperação a solução para atender esses interesses. Assim, nesse tipo de realidade, uma pesquisa que dedica a estudar o cooperativismo, em primeiro lugar, é a busca de conhecimento sobre os conceitos e doutrinas do próprio cooperativismo e da interpretação dessa realidade.

Como esse estudo é dedicado ao cooperativismo de café no Espírito Santo, buscou-se a compreensão da realidade sobre a economia cafeeira a partir do momento que se inicia os movimentos de criação das cooperativas de cafeicultores.

Na história do Espírito Santo, com a imigração europeia, a partir da metade do século XIX, a colonização que foi realizada com os assentamentos dos imigrantes na maior parte do território rural capixaba foi com base na pequena propriedade familiar, com diversificação de atividades, tendo basicamente como único produto para o mercado o café, cultivado em pequenos plantios por estabelecimento rural. Esse modelo primeiramente implantado na região serrana sul se manteve com a expansão da frente colonizadora para o norte do estado. Foi num ambiente majoritariamente de pequenos produtores, que se desenvolve o cooperativismo no setor de café. É também uma realidade com a população de imigrantes europeus, na maioria de etnia italiana.

Nessa realidade da cafeicultura capixaba, todo o sistema agroindustrial do café no período estudado estava organizado com excesso de intermediação, de tal maneira que o cafeicultor era explorado a montante da produção, pagando elevados preços pelos modernos insumos de produção e a jusante pelo excesso de intermediação, fato que deprimia o preço do café para o produtor rural.

E havia outra questão ligada à cadeia de comercialização, as exigências de atributos de qualidade maior pelo mercado internacional, uma vez que tal comércio não aceitava mais os cafés de qualidade inferior, uma característica da produção capixaba. A qualidade do café passava pelo despulpamento, que necessitava de equipamentos de alto valor não acessíveis ao pequeno produtor rural. O despulpamento só seria possível nas grandes fazendas ou por agentes intermediários do sistema de comercialização do produto.

Para o pequeno produtor rural, maioria produtora do café no estado, o beneficiamento com controle do produtor pode ser por intermédio de uma entidade coletiva como cooperativa, por exemplo. Conclui-se também que outro entrave específico da cafeicultura capixaba é aquele que diz respeito ao modelo tecnológico de expansão das lavouras via avanço pela fronteira agrícola com derrubada de florestas e novos plantios de café, que se esgotou na década de 1950, fazendo cair a produtividade das lavouras de café pelo esgotamento do solo.

Era necessário outro modelo tecnológico, que viria com aquele da Revolução Verde. Para implantação dessas tecnologias, era necessário adquirir insumos modernos, de preços relativamente elevados e de difícil acesso aos pequenos cafeicultores capixabas. Dessa forma, o problema da comercialização ligada à economia do café não era somente

com relação ao produto, mas também de comercialização de insumos. A saída para esse entrave era visualizada pelos produtores e pelos órgãos do poder público, via cooperativas, que adquiririam os insumos modernos diretamente das fábricas a preços mais baixos e os repassariam a preços mais acessíveis aos cooperados.

O cooperativismo como uma estrutura coletiva de mercado apareceu como proposta na década de 1910 em diante, em artigos e matérias nos meios de comunicação da época. Na ideia dos autores dos escritos, a sugestão era para fundação de cooperativas de dois ramos. No ramo de crédito para solução de acesso a recursos financeiros por parte de pequenos empresários, agricultores e consumidores, no qual os dois primeiros agentes, pequenos empresários e agricultores, dinamizariam a economia por aumento e diversificação de oferta dos produtos e o terceiro, os consumidores, pelo aumento da demanda.

Particularmente, no setor cafeeiro, mesmo com um sistema de comercialização, tanto no mercado de insumos como no mercado de café com excesso de intermediação, com problemas na produção com qualidade do produto e com crises históricas no mercado, somente a partir do final da década de 1959 é que o cooperativismo no setor de café teve início de forma pujante. Temporalmente esse movimento coincide com o início da grande crise na economia cafeeira que atingiu também o Espírito Santo, o que nos leva à conclusão da importância dela na criação de dezenove cooperativas de 1959 até o final da década de 1960 no estado. No lapso de tempo entre 1959 a 1970, foram fundadas 86,36% das vinte e duas cooperativas agrárias de cafeicultores no Espírito Santo.

O sistema de comercialização, tanto a montante quanto a jusante, foi determinante para a criação de cooperativas de cafeicultores no Espírito Santo. Nos estatutos de todas as cooperativas fundadas havia três seções. Uma de fornecimento de insumos, para disponibilizar recursos modernos, como adubos, defensivos, máquinas e equipamentos agrícolas, cujo objetivo era o de incentivar e racionalizar os sistemas de produção nos estabelecimentos rurais. No setor de comercialização dos produtos, as cooperativas tinham duas funções, a de eliminar os intermediários do setor e, através de despoldadores coletivos, produzir cafés de qualidade para o mercado. Essa estrutura organizada pelas cooperativas avançou para a criação da Fecces, cujos objetivos foram o de fortalecer as cooperativas em uma coordenação central para cooperação entre cooperativas e de orientar na produção de cafés de qualidade e eliminar, inclusive, os

intermediários no sistema de exportação, objetivo esse que obteve sucesso por um curto período de tempo operando como entidade exportadora.

Outro fator hipotético para o desenvolvimento cooperativista capixaba de cafeicultores que se mostrou pertinente foi a italianidade, visto que maioria absoluta das cooperativas de cafeicultores foram criadas por descendentes de imigrantes italianos. Sendo assim, a importância da presença de italianos e seus descendentes na formação de cooperativas de produtores de café foi atestada por diagnósticos e estudos elaborados por órgãos públicos estaduais e federais no início da década de 1960, os quais asseveraram que a maioria das cooperativas existentes foram fundadas por descendentes de imigrantes italianos. No mais, identificaram que essa etnia, por questões culturais, era portadora de valores agregacionistas, como o associacionismo, a solidariedade e a fraternidade. Destarte, a doutrina da italianidade é assim reforçada na visão dos *policy makers* locais que estiveram presentes no movimento cooperativista também na região sul do país, onde teve origem o cooperativismo brasileiro.

O apoio da Igreja Católica como fator ligado ao movimento cooperativista capixaba na cafeicultura foi confirmado conforme exposto na hipótese. Os documentos escritos sobre a influência da italianidade na criação de cooperativas capixabas revelam que outro fator motivador que inspirou os cafeicultores para formação de cooperativas foi o fervor religioso. Assim, como a Igreja Católica, na Europa, no Canadá e no sul do Brasil, as doutrinas das Cartas Encíclicas Papais *Rerum Novarum* e *Mater et Magistra* também orientaram e dinamizaram os movimentos cooperativistas dos cafeicultores do Espírito Santo na década de 1960. Outros documentos e obras escritas confirmam a participação do clero da Igreja Católica, não só no sentido doutrinário, mas também na criação das cooperativas, participando, inclusive, na fundação como cooperados e gestores das mesmas. Constatou-se que o Arcebispo de Vitória esteve empenhado numa missão doutrinária e evangelizadora em apoio ao cooperativismo em todo o estado e que, na região norte, os padres combonianos estiveram comprometidos nos movimentos cooperativistas de cafeicultores.

A partir do Canadá e da América Latina, outro elemento considerável apareceu no cenário do desenvolvimento cooperativista a partir do início do século XX, o Estado. O poder público nessas regiões da América, ao constatar não ter as condições para cumprir suas funções no ambiente socioeconômico e ao observar o sucesso do cooperativismo

em outras partes do mundo, visualizou nele a possibilidade de deslanchar o processo de desenvolvimento econômico. No Brasil, o início da intervenção se deu num primeiro momento a partir de um aparato legal produzido a partir de 1932, com Decretos-Lei e normatizações específicas no sentido de orientar a fundação, estruturação e legitimação das cooperativas no país. Todo o aparato legal foi se aperfeiçoando com o tempo, de modo que as cooperativas em cada setor tivessem, a partir do poder público, leis e normas adaptadas de acordo com a evolução e necessidades de cada período. O Governo Federal, para estimular ainda mais o cooperativismo, criou órgãos públicos, como o BNCC, por exemplo, para prover créditos às cooperativas de modo que essas se estruturassem e expandissem em todos os ramos pelo Brasil, com aporte financeiro por parte do poder público.

A importância do aparato jurídico federal para as cooperativas capixabas de cafeicultores se encontra nas atas de criação dessas entidades. Consta nas atas como os cooperados se orientaram pelas leis existentes para, além da criação, formatar a estrutura de funcionamento das cooperativas. Esses documentos comprovam que as leis existentes na época foram um estímulo e um norteador que legitimaram as cooperativas dos cafeicultores criadas a partir do final da década de 1950 e da seguinte.

No Espírito Santo, o apoio do poder estadual aconteceu diretamente nas cooperativas agrárias e em duas vertentes. A primeira foi por meio de crédito rural orientado do Banco de Crédito Agrícola do Estado do Espírito Santo S/A para esse ramo de cooperativas. As cooperativas tendo acesso a essa modalidade de crédito, repassavam os valores para os cafeicultores, e era responsabilidade da antiga Acares, através de seu corpo técnico, orientar as formas de uso dos recursos financeiros. Esse uso geralmente era para aquisição de novos insumos produtivos, beneficiamento do café para melhorar a qualidade sua qualidade e para comercialização do produto no mercado.

O Estado do Espírito Santo, na segunda vertente, ainda na década de 1940, criou órgãos em apoio ao cooperativismo no setor rural na Secretaria de Agricultura, que pouco ou nenhum efeito tiveram sobre o cooperativismo capixaba. Foi através da Acares, por meio de estrutura própria, que um aparato público se efetivou como apoio e orientação ao cooperativismo agrário. Representantes da Acares e do IBC participavam nas assembleias de fundação para orientar e apoiar a fundação das cooperativas de cafeicultores, nas quais as orientações dos agentes públicos eram seguidas com rigor.

A Acares produziu manuais para seus técnicos visando capacitá-los para operarem como extensionistas na orientação de atividades de gestão e operação das cooperativas de cafeicultores. Esse órgão público ainda, através das cooperativas de cafeicultores, ministrava treinamentos aos cafeicultores no sentido de melhores práticas de cultivo e beneficiamento dos grãos, o que possibilitava acesso a melhores mercados e níveis mais elevados do preço do café, proporcionando como consequência maiores retornos econômicos.

E, por fim, a hipótese de que as crises periódicas do café como fator estrutural foram indutoras dos movimentos cafeeiros não se confirmou. A conclusão é de que, por serem cíclicas e solucionadas pelo próprio mercado e pelo poder público, não induziram a movimentos cooperativos.

Com relação ao estudo de caso, as mesmas conclusões dos fatores hipotéticos causais dos movimentos cooperativistas para o estado como um todo, se aplicam ao movimento cooperativista dos cafeicultores do município de São Gabriel da Palha.

Nesta tese chegou-se a algumas conclusões sobre a necessidade de novos estudos para aprofundar os conhecimentos historiográficos nas áreas da história do café e cooperativismo no estado do Espírito Santo.

Foi observada uma carência de pesquisas sobre a estrutura do sistema de comercialização do grão de café em níveis regionais e municipais no Espírito Santo, notadamente no período após a colonização europeia que teve início na segunda metade do século XIX. Portanto, estudos regionalizados são necessários porque essa colonização europeia foi baseada nos pequenos estabelecimentos rurais e pequenos plantios de lavouras de café, enquanto que no sul, a lavoura cafeeira era baseada em grandes propriedades. Dessa forma, pode-se apurar se um sistema de produção de café baseado na grande propriedade gerou historicamente uma cadeia de comercialização do produto distinto daquele em ambientes produtivos de pequenos estabelecimentos rurais com pequenos plantios.

Estudos são recomendados para investigar com maior profundidade os fatores que induziram a criação de cada cooperativa em particular no Espírito Santo, bem como os fatores que as levaram ao sucesso ou insucesso.

Pesquisas sobre as políticas de crédito cooperativo do BNCC para o estado são interessantes para a compreensão de como foi realizada a operacionalização e a distribuição dos valores financiados por cada cooperativa e por região, para inclusive avaliar a eficácia dessa política.

E no que diz respeito ao apoio da Igreja Católica, duas linhas de pesquisa são fundamentais. Em primeiro lugar, pesquisar a relação entre o catolicismo o conceito de italianidade. Se o catolicismo é parte do comportamento da etnia italiana, esse atributo seria parte dos atributos da italianidade e, portanto, seria impraticável ou difícil de separar a italianidade e influência da Igreja como fator indutor de movimentos cooperativistas. Em segundo lugar, mais estudos são indicados sobre o apoio da Igreja Católica aos movimentos cooperativistas do Espírito Santo, logo, para que se tenha um maior entendimento do tema, essas pesquisas devem ser realizadas por região e por entidade cooperativa.

REFERÊNCIAS

Fontes documentais:

ACARES - ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO ESPÍRITO SANTO. **Realizações e resultados**. Vitória, ES: ACARES, [196 -].

_____. **Desenvolvimento para a agricultura do Espírito Santo: plano diretor 1963-1965**. Vitória, ES: Acares, 1963.

_____. **Relatório 1959/60, programa de trabalho 1960/1961**. Vitória, ES: Acares (s.d.).

(ACARES. Treinamento Em Serviço). Apostila. **O cooperativismo na agricultura**. In: CONGRESSO NACIONAL DO CAFÉ, 4, 1971, Vitória, ES. ACARES, 1971. 29 p.

ANTE-PROJECTO DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. Diário da Manhã, Vitória, ES, ano 28, n. 2979, p. 4, 24 abr. 1935. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&PagFis=41256&Pesq=cooperativismo>>.

BANCO DE CRÉDITO AGRÍCOLA DO ESPÍRITO SANTO S/A. **Relatório de 1937 apresentado a Assembléia Geral dos Acionistas a 19 de fevereiro de 1938**. Vitória, 1938. 16 p.

_____. **Relatório e balanços referentes ao ano de 1938**. Imprensa Oficial. Vitória, 1939. 33 p.

_____. **Relatório e balanços referentes ao ano de 1939**. Vida Capixaba. Vitória, 1940. 27 p.

_____. **Relatório e balanços: exercício de 1940**. Vitória, 1941. 23 p.

_____. **Relatório e balanços: exercício de 1941**. Vitória, 1942. 23 p.

_____. **Relatório e balanços: exercício de 1942**. Vitória, 1942. 26 p.

_____. **Relatório do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S/A:** exercício de 1944. Vitória, 1945. 32 p.

_____. **Relatório do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S/A:** exercício de 1945. Vitória, 1946. 38 p.

_____. **Relatório 1965.** Vitória, 1966. 43 p.

BARBOSA, L. F.; CARTILHO, A. de.; PEREIRA, L. S. P.; GOMES, F. P.; MORAES, R. S.; CAMPOS, H. de. **A contribuição das cooperativas de cafeicultores na melhoria do tipo do café.** [São Paulo]: IBC, 1966. 27 p.

BRASIL. Decreto-Lei n. 22.239 de 18 de dezembro de 1932. **Diário Oficial da União.** Rio de Janeiro, 23 dez. 1932. Secção 1, p. 23386. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22239-19-dezembro-1932-501764-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

BRASIL. Decreto-Lei n. 24.647 de 19 de julho de 1934. **Diário Oficial da União.** Rio de Janeiro, 14 dez. 1934. Secção 1, p. 14247. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24647-10-julho-1934-507150-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

BRASIL. Decreto-Lei n. 5.893 de 19 de outubro de 1943. **Diário Oficial da União.** Rio de Janeiro, 27 out. 1943. Secção 1, p. 15905. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5893-19-outubro-1943-415859-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

BRASIL. Decreto-Lei n. 1.412 de 13 de agosto de 1951. **Diário Oficial da União.** Rio de Janeiro, 21 ago. 1951. Secção 1, p. 26. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1412-13-agosto-1951-361901-publicacaooriginal-1-pl.html>>.

BRASIL. Decreto-Lei n. 52.093 de 04 de junho de 1963. **Diário Oficial da União.** Brasília, 5 jun. 1963. Secção 1, p. 447. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-52093-4-junho-1963-392179-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **O café na economia mundial**. S. L. 1935.

CETCAF - CENTRO TECNOLÓGICO DO CAFÉ (CETCAF). **Cafeicultura capixaba**. Disponível em:

<<http://www.cetcaf.com.br/Links/cafeicultura%20capixaba.htm>>.

COOPERATIVISMO DE CRÉDITO: FALA-NOS SOBRE SUA DISSEMINAÇÃO NO ESTADO O 7º CONGRESSO DE CRÉDITO POPULAR E AGRÍCOLA. Diário da Manhã, Vitória, ES, ano 22, n. 2081, p. 1, 13 jul. 1929. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&pesq=cooperativismo>>.

COOPERATIVAS DE CRÉDITO. Diário da Manhã, Vitória, ES, ano 22, n. 2069, p. 3, 29 jun. 1929. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&pesq=cooperativismo>>.

COUTINHO, J. A. S. Estructura agrícola. **Cachoeirano**. Cachoeiro de Itapemirim, ES, ano 39, n. 39, p. 2, 25 set. 1915. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217719&pesq=cooperativismo>>.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Interventor (1930-1943: João Bley). **Exposição feita pelo Interventor Federal Major João Punaro Bley perante as classes conservadoras, municipalidades do Estado, na homenagem que lhe prestam em comemoração ao décimo aniversário de sua administração no Espírito Santo**. Vitória.

_____. Governador (1959 - 1962: Carlos Lindenberg). **A economia espírito-santense em face do problema do café**. Vitória, 1961.

_____. **Diagnóstico para planejamento econômico do Estado do Espírito Santo**. S/L: Governo Christiano Dias Lopes Filho, 1966. (Estudos para o desenvolvimento econômico do Estado do Espírito Santo, v. 1).

_____. Junta Comercial do Estado do Espírito Santo. Registro das cooperativas do Estado do Espírito Santo (Documento interno disponível na Intranet da Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, 2018).

_____. Secretaria de Estado da Agricultura. **Espírito Santo: projeto PAGES 01 – renovação da cafeicultura capixaba.** Vitória: SEAG, 1968.

GUIMARÃES, M. M. **Espírito Santo, um ramal de café no Brasil.** Secretaria da Agricultura do Espírito Santo, 1954. (Reportagem)

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário 2006: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. **Censo Agropecuário.** Rio de Janeiro, p. 1-777, 2006. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualização/periódicos/51/agro_2006.pdf.

_____. **Estatísticas históricas do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

_____. **Censo Agrícola de 1960:** estado do Espírito Santo. Rio de Janeiro, 1963.

_____. **Censo Agropecuário: Espírito Santo.** Rio de Janeiro, 1983. (IX Recenseamento Geral do Brasil, 1980 v. 2, t. 3, n. 17).

_____. **Censos Econômicos:** agrícola, industrial, comercial e dos serviços. Rio de Janeiro, 1950. (Recenseamento Geral do Brasil, 1940. Série Nacional, v. 3).

_____. **Censos Econômicos:** Espírito Santo, 1956. (Recenseamento Geral do Brasil, 1950. Série regional, vol. 22, t. 2). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v22_t2_es.pdf. Acesso em: 18 set. 2017.

IBC - INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. Anuário estatístico do café. 1922/1977. Rio de Janeiro: IBC, 1977.

_____. Departamento de Assistência à Cafeicultura. **Programa de diversificação no Espírito Santo.** Vitória, 1967.

_____. Departamento Econômico. **Cafeicultura no Espírito Santo**. Vitória, 1963.

JOÃO XXIII, Papa. **Carta Encíclica *Mater et Magistra*** (Sobre a recente evolução da questão social à luz da doutrina cristã). Roma: Vaticano, 1961. Disponível em: http://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html.

JORNAL do Campo ES: especial cooperativismo. **Jornal do Campo ES**. Vitória: Rede Gazeta, 2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7799808/>.

Leão XIII, Papa. **Carta Encíclica Papal *Rerum Novarum*** (Sobre a condição dos operários). Roma: Vaticano, 1891. Disponível em: http://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html.

O COOPERATIVISMO. Diário da Manhã, Vitória, ES, ano 22, n. 2006, 14 abr. 1929. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=572748&pasta=ano%20192&pesq=cooperativismo>.

REGO, O. O registro pelo Systema "torrens" como vantagem jurídica e econômica para o crédito agrícola: federação de caixas rurais, carteira central de crédito agrícola. **Vida Capixaba**, Vitória, ES, ano 8, n. 209, p. 22-23, 3 abr. 1930. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=156590&pesq=cooperativismo>.

TORRES FILHO, A. E. M. Crédito agrícola e as caixas Reiffeisen. **Diário da Manhã**, Vitória, ES, ano 7, n. 50, p. 1, 20 fev. 1912. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&pesq=cooperativismo>.

Fontes orais:

SOUZA, A. V. de. **Entrevista I**. [mai. 2020]. Entrevistador: Roberto Amadeu Fassarella. Vila Velha-ES, 2020. 1 arquivo .amr (36 min.). Entrevista na íntegra se encontra em CD no Apêndice J desta tese.

Obras gerais:

AGUIAR, A. **O café no Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Alba Oficinas Gráficas, 1932. 56 p.

ALBUQUERQUE, M. C. C.; NICOL, R. **Economia agrícola: o setor primário e a evolução da economia brasileira**. São Paulo: MacGraw-Hill, 1987.

ALMADA, V. P. F. de. **A escravidão na história econômico-social do Espírito Santo – 1850/1888**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, 1981. 240 p.

ALMADA, V. P. F. de. **Estudos sobre estrutura agrária e cafeicultura no Espírito Santo**. Vitória: SPDC/UFES, 1993.

ANCARANI, G. Le istituzioni cooperative nella storia della società italiana. In: STROPPIA, C. (Org.). *La cooperazione per un progetto della società italiana*. Milão: Franco Angeli, 1984, p. 189-211.

ANDRADE, E. N. de. **A cultura do café nas Índias Neerlandesas**. São Paulo: Libris, 1913.

CARDIM, F. **Tratados da terra e da gente do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

BACHA, C. J. C. **Economia e política agrícola no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BASBAUM, L. **História sincera da República**. 4. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1981, vol. 1.

BIALOSKORSKI NETO, S. Agronegócio cooperativo. In: BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão agroindustrial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 711- 734.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Aspectos econômicos das cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

BIONDI, L. Mãos unidas, corações divididos. As sociedades italianas de socorro mútuo em São Paulo na Primeira República: sua formação, suas lutas, suas festas. **Tempo - Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense**, n.1, jul. 2012.

BRANDT, S. A. **Comercialização agrícola**. Piracicaba, SP: Livroceres, 1980.

BUFFON, J. A. B. **O café e a urbanização no Espírito Santo**: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas: São Paulo, 1992.

BUSATTO, L. A imigração italiana no Espírito Santo. *In*: BUSATTO, Luiz. **Estudos sobre imigração italiana no Espírito Santo**. Vitória, 2002. Cap. 2. Reunião de artigos relacionados com imigração italiana, publicados em diversos periódicos. Disponível em: <http://www.estacaocapixaba.com.br/2016/01/foto-guilherme-santos-neves-anos-1950.html>.

CALDAS, S. T. **Café**: um grão de história. São Paulo: Dialetto, 2006.

CANCIAN, N. A. **Cafeicultura paranaense (1900-1970)**. Curitiba: Grafipar, 1981.

CARDIM, F. **Tratado da terra e gente do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/251/1/168%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>.

CARVALHO, E. F. **Política e economia mercantil nas terras do Espírito Santo (1790 a 1821)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, 2008.

CAVATI, João Batista. **História da imigração italiana no Espírito Santo**. Belo Horizonte: São Vicente, 1973.

CELIN, J. L. **Migração européia, expansão cafeeira e o nascimento da pequena propriedade no Espírito Santo**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1984.

CENZI, N. L. **Cooperativismo: desde as origens ao Projeto da Lei de Reforma do Sistema Cooperativo Brasileiro**. Curitiba: Juruá, 2012.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

COLOGNESE, S. A. **As associações étnicas de italianos: identidade e globalização**. São Paulo: Itália Nova, 2004.

COOABRIEL. **Histórico**: conheça melhor a história da Coaabriel. Disponível em: <<https://cooabriel.coop.br/pt/historico-cooabriel/>>. Acesso em: 12 de nov. de 2019.

COQUE MARTINEZ, J. Las cooperativas en América Latina: visión histórica general y comentario de algunos países tipo. **Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**. Valência-España, n. 43, p. 145-172, 2002.

Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/174/17404309.pdf>>.

DELFIM NETO, A. **O problema do café no Brasil**. 3. ed. Campinas: Unesp, 2009.

DEFFONTAINES, P. Ensaio de divisões regionais e estudo de uma civilização pioneira. **Boletim geográfico**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 19, out. 1944. p. 985-999.

DERENZI, L. S. **Os italianos no Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

EGLER, W. A. A zona pioneira ao norte do Rio Doce. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, ano 20, n. 167, mar-abr, 1962. p. 147 - 180. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1962_v20_n167_mar_abr.pdf.

FASSARELLA, R. A. **Padrões de crescimento do setor de culturas do estado do Espírito Santo**. Dissertação (Mestrado em Agronomia: Economia Agrária) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiróz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1987.

FASSARELLA, M. R. **O modelo *just in time* do setor de hortaliças e legumes no estado do Espírito Santo: o caso da Chácara São Bernardo**. 2016. Monografia -

(Graduação em Ciências Econômicas) - Departamento de Economia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2016.

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 15. ed. São Paulo: Globo, 2012.

FAUSTO, B. Expansão do café e política cafeeira. In: _____. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III - O Brasil republicano. v.8. Estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FLEURY, Maria Tereza Leme. **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983.

FRAGA, C. C. Resenha histórica do café no Brasil. **Agricultura em São Paulo**. v.10, n.1, 2p. 1-21, jan., 1963.

FURBETTA, C. **Presença comboniana em Ecoporanga**. Ecoporanga: Paróquia de São José Operário - Diocese de São Mateus, 1995.

FURBETTA, C. **Presença comboniana em Montanha, Mucurici e Vinhático**: uma paróquia em três e três em uma. Ecoporanga: Paróquia de São José Operário - Diocese de São Mateus, 199.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 16. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

GIDE, C. **O problema cooperativista**. Ceará: Minerva, 1936.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GLAZAR, E. **Brava gente polonesa**: memórias de um imigrante, formação histórica de São Gabriel da Palha e expansão do café conilon no Espírito Santo. Vitória, ES: Flor e Cultura, 2005.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas (SP): UNICAMP/IE, 1998.

GROSSELLI, R. M. **Colônias imperiais na terra do café**: camponeses trentinos (vênets e lombardos), nas florestas brasileiras. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008. (Coleção Canaã, 6).

HOBBSAWAN, E. J. E. **A era das revoluções (1789 -1848)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOFFMANN, R. et al. **Administração da empresa agrícola**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1978.

IBC - INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. **Movimento cooperativista e a cafeicultura**. Rio de Janeiro: IBC, 1965.

KLAES, L. S. **Cooperativismo e ensino a distância**. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

LASSARE, G. **Coopératives contre cartels et trusts: l'expérience suédoise**. Paris: Fédération Nationale des Cooperatives de Consommateurs, 1939.

LAZZARINI, W. **Programa de racionalização da cafeicultura brasileira**. In: **Simpósio sobre o desenvolvimento do estado do Espírito Santo, 1968, Vitória. Anais ... Vitória, [196.]. v. 1, p. 47-59.**

LEPETIT, B. **Sobre a escala na história**. In: REVEL, J. **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 77-102.

MALACARNE, A. **São Gabriel da Palha – a história da origem**. Nova Venécia (ES): Gráfica Cricaré, 2000.

MATIELLO, J. B.; CARVALHO, F. **Do cafezal ao cafezinho**. Ministério da Indústria e Comércio - Instituto Brasileiro do Café, S/D.

MAURER JUNIOR, T. H. **Cooperativismo, uma economia humana**. São Carlos (SP): Metodista, 1966.

MERLO, P. M. S. **Conilon capixaba: 100 anos de desafios, crescimento e inovação**. Vitória (ES): Bumerangue Produção de Comunicação, 2012.

MORA PORTUGUEZ, A. Visión histórica del movimiento cooperativo en América Latina. In: MOGROVEJO, R.; MORA PORTUGUEZ, A.; VANHUYNEGEM, P. (Eds.). **El cooperativismo en América Latina: una diversidad de contribuciones al desarrollo sostenible**. La Paz: OIT, Oficina Regional de la OIT para América Latina y el Caribe, 2012. Cap. 1, p. 29-86. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_188087.pdf.

NAMORADO, R. **Cooperativismo: história e horizontes**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2007. (Oficina do CES, 278). Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/11091/1/Cooperativismo%20-%20hist%C3%B3ria%20e%20horizontes.pdf>.

NARDOTO, E. O. **In Nomine Domine**. São Mateus, ES: ed. do autor, 2012.

NOVAES, M. S. **Italianos e seus descendentes no Espírito Santo**. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 1980.

ORTEGA, A. C.; JESUS, C. M. de. **Café e território: a cafeicultura no Cerrado Mineiro**. Campinas, SP: Alínea, 2012.

OCB - ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **O que é, o que faz e o que pode fazer o cooperativismo no Brasil**. Brasília, 1973.

OCB/ES - ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESPÍRITO SANTO. **Ramos do cooperativismo**. s/d. Disponível em: <http://novo.ocbes.coop.br/cooperativa.asp?ramo=Agropecu%Elrio>.

OCB/ES - ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESPÍRITO SANTO. **Histórico da OCB/ES**. s/d. Disponível em: http://www.ocbes.coop.br/ocb/index.php?module=s_ocb/historico&pag=historia.

PACHECO, R. J. C.; EUSTACHIO, W. I. **Poloneses no Espírito Santo**. Colatina (ES): Departamento de Imprensa Oficial, 1972.

PINHO, D. B. **O cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

PINHO, D. B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1966.

PORT, M. Cooperativismo financeiro no mundo. In: MEINEN, E.; PORT, M. (Org.). **Cooperativismo financeiro**: percurso histórico, perspectivas e desafios. Brasília: Confebras, 2014.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PUPPIN, D. **Do Vêneto para o Brasil**. Vitória, (ES): Escolas Profissionais Salesianas, 1981.

RECH, D. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: Fase, 1995.

REIS, A. S. **Mercado de hortaliças e legumes**: uma análise da região Centro-Serrana do Estado do Espírito Santo. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Departamento de Economia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2016.

RETROSPECTIVA cinquenta anos de café no Brasil: produção, comércio, indústria, consumo - 1950-2000. Santos, SP: Museu do Café, 2006.

REVEL, J. Microanálise e construção social. In: REVEL, J. **Jogos de escala**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 15-38.

ROCHA, H. C.; COSSETTI, M. P. **Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo, 1850/1930**. Vitória: UFES, Departamento de Economia, NEP, 1983.

ROCHA, A. C.; MORANDI, A. M. **Cafeicultura e grande indústria**: a transição no Espírito Santo. 1955-1985. 2. ed. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012.

ROCHA, L. **Viajantes estrangeiros no Espírito Santo**. 2. ed. Brasília (DF): Ebrasa, 1972.

ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social**. São Paulo: Hemus, 1981.

SALGADO, M. M. T. **Transformações na economia agrícola dos municípios do Espírito Santo: 1960-1975**. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 1982.

SALETTI, N. **Donatários, colonos, índios e jesuítas: o início da colonização no Espírito Santo**. 2. ed. Coleção Canaã, v. 13. Vitória, ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2011.

SANTOS, V. D. **Crescimento, crise e reestruturação da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá – COCAMAR**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão dos Agronegócios). Universidade Paranaense, Umuarama, PR, 2001.

SCHNEIDER, J. O. As origens do cooperativismo moderno. In: MAY, Nilson Luiz (Coord.). **Compêndio de Cooperativismo Unimed**. Porto Alegre: WS, 1998.

SIMONSEN, R. **Aspectos da história econômica do café**. São Paulo, 1938.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SIQUEIRA, M. P. S. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória, 1950 - 1980**. 2. ed. Vitória, ES: Grafitusa, 2010.

SIQUEIRA, M. P. S. **O desenvolvimento do Porto de Vitória, 1870 -1940**. Vitória, ES: Codesa, 1984.

SIQUEIRA, M. P. S. **O crescimento sócio-econômico do Espírito Santo e a participação do Porto de Vitória na economia capixaba - 1890 a 1920**. Vitória, ES: [s.n.], 1981. Esse trabalho foi tema da palestra conferida no Instituto Jones dos Santos Neves, no dia 21 de janeiro de 1981.

SOUZA, J. V. P.; BIALOSKORSKI NETO, S. Formação das cooperativas de café no Brasil: uma análise econômica e institucional. In: XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural - SOBER, 2004, Cuiabá - MT. Dinâmicas Setoriais e Desenvolvimento Regional. **Anais...** Cuiabá - MT: SOBER, 2004. v.1

SOUZA, A. V. **Normas de trabalho com cooperativas agrárias**. Vitória, ES: ACARES, 1966.

SOUZA, A. C. R. de. A política de erradicação dos cafezais em 1962: recepção e repercussão na imprensa e suas consequências na economia capixaba. **Revista Sinais**, Vitória, v. 1, n. 1, p. 80-104, jun. 2015.

TAUNAY, A. E. **Pequena história do café no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945.

TEDESCO, J. C. Associacionismo, familismo e imigração: dinâmicas de reconstrução de italianidades no Sul do Brasil. In: RANDÜNZ, R.; HERÉDIA, V. B. M (Org.). **Imigração e sociedade: fontes e acervos da imigração italiana no Brasil**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2016. p. 258 - 285.

TOPIK, S.A **presença do estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930**. São Paulo: Record, 1987.

TRENTO, A. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1989.

VALVERDE, O. A velha imigração italiana e sua influência na agricultura e na economia do Brasil. **Boletim geográfico**. Rio de Janeiro, ano 19, n. 161, março-abril, 1961. p.145-167.

VIEIRA, J. C. F. **O crédito agrícola e a sciencia da cooperação**. São Paulo: Estabelecimento Gráfico Artistic José Naim, 1916. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003059.pdf>.

VILELLA, A. V.; SUZIGAN, W. **Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.

WACHOWICZ, R. C. **Norte Velho, Norte Pioneiro**. Curitiba: Vicentina, 1987.

TAQUES, R. C.; DADALTO, G. G. Zoneamento agroclimatológico para a cultura do café conilon no estado do Espírito Santo. In: FERRÃO et al. (org.). **Café Conilon**. Vitória, ES: INCAPER, 2007, cap.2, p.51–63.

ZANDONADI, M. **Venda Nova do Imigrante: 100 anos da colonização italiana no Sul do Espírito Santo**. Belo Horizonte, 1992.

ANEXOS

ANEXO A - Produção exportável de café pelos principais estados produtores no Brasil no período de 1820/21 a 1960/61 por 1.000sacas de 60kg

Safr	Estados												
	Brasil	Rio de Janeiro		São Paulo		Minas Gerais		Espírito Santo		Paraná		Outros	
	Produção	Produção	%	Produção	%	Produção	%	Produção	%	Produção	%	Produção	%
1820/21	5.606,00	4.402,00	78,52	1.204,00	21,48	-	-	-	-	-	-	-	-
1885/86	5.565,00	3.893,00	69,96	1.672,00	30,04	-	-	-	-	-	-	-	-
1890/91	5.358,00	2.413,00	45,04	2.945,00	54,96	-	-	-	-	-	-	-	-
1895/96	5.476,00	3.293,00	60,14	3.083,00	56,30	-	-	-	-	-	-	-	-
1900/01	13.845,00	1.264,00	9,13	8.932,00	64,51	3.137,00	22,66	278,00	2,01	-	-	-	-
1905/06	11.652,00	989,00	8,49	6.983,00	59,93	2.896,00	24,85	555,00	4,76	-	-	-	-
1910/11	11.543,00	739,00	6,40	8.458,00	73,27	1.711,00	14,82	484,00	4,19	-	-	-	-
1915/16	15.773,00	745,00	4,72	11.711,00	74,25	2.345,00	14,87	713,00	4,52	-	-	-	-
1920/21	16.426,00	1.258,00	7,66	10.246,00	62,38	3.650,00	22,22	1.104,00	6,72	70,00	0,43	-	-
1925/26	15.126,00	767,00	5,07	10.087,00	66,69	2.711,00	17,92	1.167,00	7,72	120,00	0,79	-	-
1930/31	17.419,00	1.010,00	5,80	10.097,00	57,97	3.200,00	18,37	1.566,00	8,99	347,00	1,99	570,00	3,27
1935/36	20.927,00	995,00	4,75	13.522,00	64,62	3.686,00	17,61	1.623,00	7,76	613,00	2,93	488,00	2,33
1940/41	16.456,00	507,00	3,08	10.217,00	62,09	3.196,00	19,42	1.180,00	7,17	932,00	5,66	424,00	2,58
1945/46	12.701,00	672,00	5,29	6.101,00	48,04	2.872,00	22,61	1.992,00	15,68	674,00	5,31	390,00	3,07
1950/51	16.754,00	210,00	1,25	8.118,00	48,45	2.751,00	16,42	1.388,00	8,28	4.026,00	24,03	252,00	1,50
1955/56	22.064,00	231,00	1,05	9.268,00	42,01	3.743,00	16,96	2.048,00	9,28	6.306,00	28,58	456,00	2,07
1960/61	29.848,00	238,00	0,80	11.558,00	38,72	3.690,00	12,36	3.102,00	10,39	14.322,00	47,98	359,00	1,20

Fonte: Fraga (1963, p. 15-16). Elaborado pelo autor.

ANEXO B - Produção exportável de café pelos principais estados produtores no Brasil no período de 1990 a 2015 por 1.000sacas de 60kg

Ano	Estados										
	Brasil	Minas Gerais		Espírito Santo		São Paulo		Paraná		Outros	
	Produção	Produção	%	Produção	%	Produção	%	Produção	%	Produção	%
1990	14.246,34	2.749	19,30	2.776,62	19,49	7.347,32	51,57	1.184,40	8,31	189	1,33
2000	966,033	595,823	61,68	145,697	15,08	140	14,45	23,947	2,48	60,57	6,27
2010	1.792,87	1.377,58	76,84	180,334	10,06	160,855	8,97	29,176	1,63	44,93	2,51
2015	2.115,64	1.350,00	63,81	325,069	15,37	170,136	8,04	39,62	1,87	230,82	10,91

Fonte: < <http://aliceweb.mdic.gov.br/> >.

ANEXO C - Estabelecimentos rurais por estratos de área na agricultura do estado do Espírito Santo, segundo os Censos Agropecuários de 1960, 1980 e 2006.

Estrato de área (hectares)	Ano								
	1960			1980			2006		
	Número	(%)	(%) acumulado	Número	(%)	(%) acumulado	Número	(%)	(%) acumulado
0 - 5	2.347	4,28	4,28	5.163	8,7	8,7	23.403	27,9	27,9
05 - 10	4.180	7,63	11,91	6.200	10,45	19,15	16.850	20,09	47,99
10 - 20	9.619	17,56	29,46	10.875	18,33	37,47	16.544	19,72	67,71
20 - 50	22.305	40,71	70,17	20.066	33,82	71,29	16.668	19,87	87,57
50 - 100	10.663	19,46	89,63	9.572	16,13	87,42	5.872	7	94,57
100 +	5.678	10,36	100	7.464	12,58	100	4.556	5,43	100
TOTAL	54.792	100	-	59.340	100	-	83.893	100	-

Fonte: IBGE (1963); IBGE (1983); IBGE (2010). Elaboração do autor.

ANEXO D. Áreas cultivadas com atividades agropecuárias selecionadas no estado do Espírito segundo o Censo Agrícola de 1960.

Áreas cultivadas	Área (ha)	Porcentagem (%)
Pastagens	840.471	29,04
Café	329.488	11,38
Arroz	47.531	1,64
Cana-de-açúcar	30.203	1,04
Feijão	73.421	2,53
Milho	154.717	5,35
Matas	891.992	30,82
Terras incultas	320.740	11,08
TOTAL	2.894.177	100,00

Fonte: IBGE, 1963.

ANEXO E - Pés erradicados, área liberada e valor pago aos cafeicultores do Programa de Erradicação dos Cafezais, 1962-1967.

Estados	Cafeeiros erradicados (1000 pés)			Área liberada (ha)			Valor pago aos cafeicultores (Cr\$1.000 de ago/1966)		
	1ª fase	2ª fase	Total	1ª fase	2ª fase	Total	1ª fase	2ª fase	Total
São Paulo	244.420	54.944	299.364	304.762	62.135	366.897	17.729,00	21.420,00	39.149,00
Minas Gerais	230.564	133.139	363.703	241.538	111.596	353.134	11.609,00	35.671,00	47.280,00
Paraná	125.712	124.185	249.897	161.062	146.000	307.062	7.429,00	52.538,00	59.967,00
Espírito Santo	67.903	235.272	303.175	60.429	239.000	299.429	3.707,00	66.547,00	70.254,00
Outros	54.887	108.257	163.144	50.726	115.000	165.726	2.198,00	31.980,00	34.178,00
TOTAL	723.546	655.797	1.379.343	818.517	673.731	1.492.248	42.672,00	208.156,00	250.828,00

Fonte: Instituto Brasileiro do Café (1968).

ANEXO F - Diversificação agrícola nas áreas liberadas pela execução do Programa de Erradicação dos Cafezais ,Jun/62 - Ago/66.

Culturas substitutivas	São Paulo		Minas Gerais		Paraná		Espírito Santo		Outros estados		Brasil	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Pastagem	81.676	26,8	160.623	66,5	65.069	40,4	42.361	70,1	17.095	33,7	366.824	44,8
Milho	78.019	35,6	34.298	14,2	17.878	11,1	5.680	9,4	15.218	30,0	151.093	18,5
Arroz	51.809	17	3.865	1,6	2.738	1,7	60	0,1	6.087	12,0	64.559	7,9
Algodão	22.248	7,3			25.770	16,0	242	0,4	152	0,3	48.412	5,9
Feijão	6.400	2,1	18.115	7,5	7.731	4,8	1.088	1,8	3.500	6,9	36.834	4,5
Cana-de-açúcar	19.505	6,4	4831,0	2,0	2.255	1,4	1.269	2,1	964	1,9	28.824	3,5
Mandioca	4.267	1,4	4.106	1,7	3.382	2,1	6.405	10,6	1.522	3,0	19.682	2,4
Amendoim	16.762	5,5			1.772	1,1			51	0,1	18.585	2,3
Mamona	4.267	1,4			4.671	2,9	363	0,6	761	1,5	10.062	1,2
Café	3.047	1	966	0,4	483	0,3	121	0,2	101	0,2	4.718	0,6
Reflorestamento	1.524	0,5	1.691	0,7	805	0,5	181	0,3			4.201	0,5
Outras Culturas	15.238	5	13.043	5,4	28.372	17,7	2.659	4,4	5.275	10,4	64.723	7,9
TOTAL	304.762	100,0	241.538	100,0	161.062	100,0	60.427	100,0	50.726	100,0	818.517	100,0

Fonte: ROCHA & MORANDI (2012, p.83).

ANEXO G - Cooperativas de cafeicultores, por município, origem étnica dos fundadores e data de fundação, no Estado do Espírito Santo no período de 1940 a 1970.

Cooperativa	Município	Etnia dos fundadores	Data de fundação
Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Venda Nova	Venda Nova do Imigrante	Italiana	20/09/1947
Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Marilândia	Marilândia	Italiana	1948 / Registro: 13/04/1960
Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Jaciguá	Vargem Alta	Italiana	14/07/1952
Cooperativa dos Cafeicultores de Santa Teresa	Santa Teresa	Italiana	22/10/1959
Cooperativa dos Cafeicultores de Colatina	Colatina	Italiana	17/12/1959
Cooperativa Agrária dos Lavradores e Cafeicultores de Baixo Guandú	Baixo Guandú	Diversas	15/05/1962
Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Baixo Guandú	Baixo Guandú	Diversas	30/05/1962
Cooperativa Agrária dos Cafeicultores da Região do Caparaó	Alegre	Diversas	13/09/1962
Cooperativa dos Cafeicultores de Ecoporanga	Ecoporanga	Diversas	13/03/1964
Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Jaguaré	Jaguaré	Italiana	20/01/1963
Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Vargem Alta	Vargem Alta	Italiana	20/04/1963
Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Afonso Cláudio	Afonso Cláudio	Diversas	28/08/1963
Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de São Gabriel	São Gabriel da Palha	Italiana	05/12/1963
Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de São José do Calçado	São José do Calçado	Diversas	12/03/1964

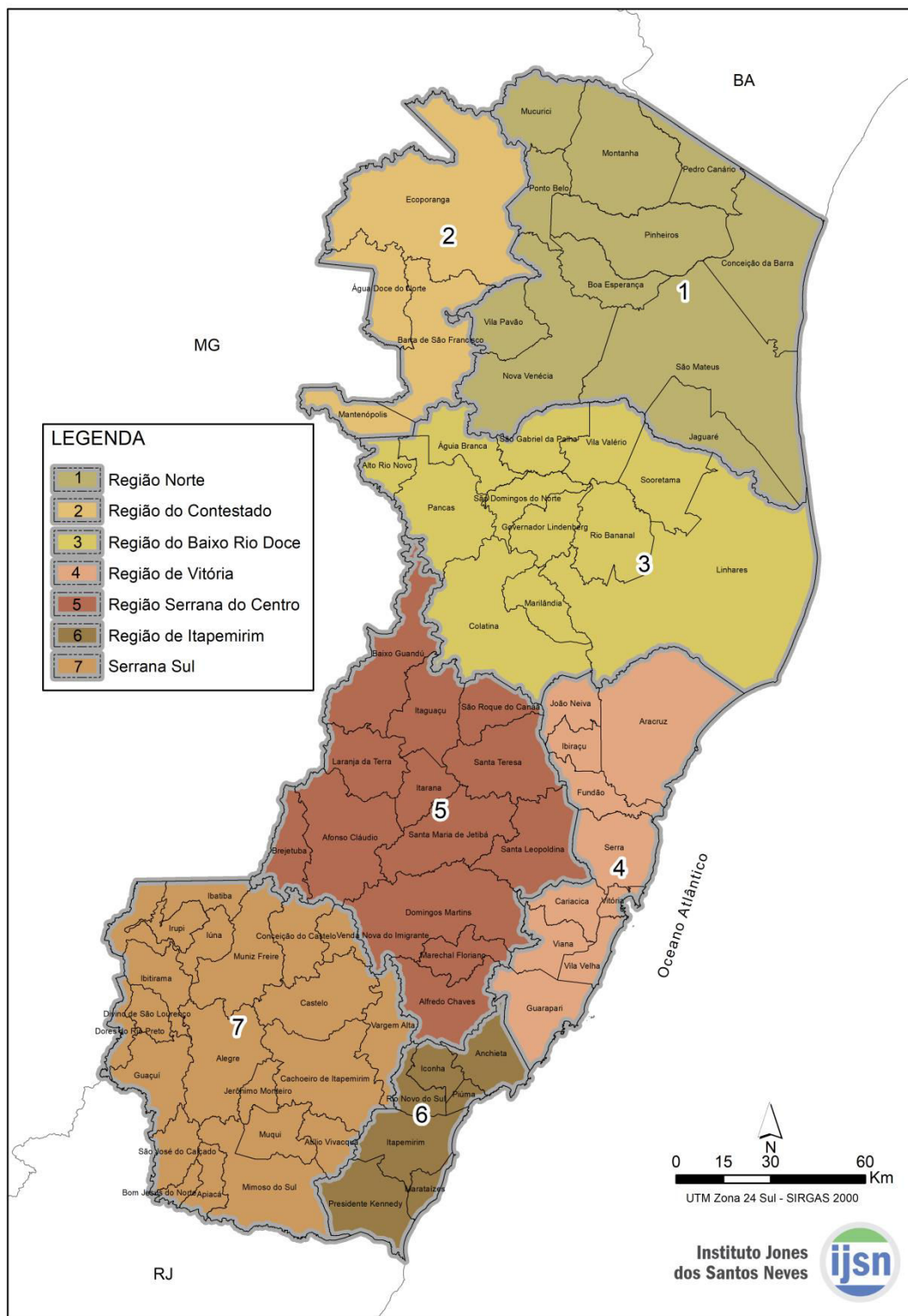
Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Nova Venécia	Nova Venécia	Italiana	14/03/1964
Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Mantênópolis	Mantênópolis	Diversas	12/04/1964
Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Vinhático	Conceição da Barra	Italiana	23/04/1964
Cooperativa dos Cafeicultores de Guaçuí	Guaçuí	Diversas	03/09/1964
Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Alfredo Chaves	Alfredo Chaves	Italiana	17/10/1964
Cooperativa dos Cafeicultores de Iúna	Iúna	Diversas	02/12/1964
Cooperativa Agrária de Cafeicultores de Barra de São Francisco	Barra de São Francisco	Diversas	23/05/1965
Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Rio Bananal	Rio Bananal	Italiana	196

Fonte: Espírito Santo, 2019.

ANEXO H - Cooperativas agrárias criadas no Estado do Espírito Santo no período de 1930 a 1970.

Cooperativa	Município	Data de fundação
Cooperativa Agrária de Consumo dos Produtores de Cereais da Valla do Souza	Jerônimo Monteiro	25/04/1935
Cooperativa Agrária de Consumo dos Lavradores e Criadores de Cachoeiro de Itapemirim	Cachoeiro de Itapemirim	01/10/1935
Cooperativa Agrária de Domingos Martins	Domingos Martins	15/02/1938
Cooperativa de Laticínios de Cachoeiro de Itapemirim - CLCI	Cachoeiro de Itapemirim	31/12/1938
Cooperativa de Laticínios de Alegre	Alegre	01/04/1939
Cooperativa Agrária de Cariacica	Cariacica	03/03/1939
Cooperativa Agrária de Itapemirim	Itapemirim	13/05/1939
Cooperativa Agrária Mixta de Muniz Freire	Muniz Freire	21/10/1939
Cooperativa Agrária Mixta de Alfredo Chaves	Alfredo Chaves	21/10/1939
Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Venda Nova	Venda Nova do Imigrante	20/09/1947
Cooperativa Agrária de Córrego D'Água	Aracruz	07/05/1948
Cooperativa Agrária do Vale do Itabapoana Ltda - Cavil	Bom Jesus de Itabapoana	05/08/1948
Cooperativa Leiteira de Vitória Ltda	Vitória	17/03/1949
Cooperativa Agrária de Parajú	Domingos Martins	18/04/1949
Cooperativa Agrária do Vala do Souza	Jerônimo Monteiro	25/08/1949
Cooperativa Agrícola de Plantas Oleaginosas Ltda	Itapemirim	06/06/1951
Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Jaciguá	Vargem Alta	24/07/1952
Cooperativa Agropecuária do Norte do Espírito Santo - Coopnorte	Nova Venécia	30/04/1953
Cooperativa Granjas Reunidas de Campinho	Domingos Martins	02/05/1954
Cooperativa Agrícola Mista dos Lavradores do Município de Alegre	Alegre	01/03/1956
Cooperativa Agrária de Limoeiro	Castelo	04/10/1956
Cooperativa de Laticínios de Mimoso do Sul	Mimoso do Sul	07/03/1957
Cooperativa Agrária de Cachoeiro de Itapemirim Ltda	Cachoeiro de Itapemirim	13/09/1957
Cooperativa Agropecuária de Muqui Ltda	Muqui	10/11/1957
Cooperativa Agrária de Muniz Freire	Muniz Freire	08/10/1958
Cooperativa dos Cafeicultores de Santa Tereza	Santa Tereza	22/10/1959
Cooperativa dos Cafeicultores de Colatina	Colatina	17/12/1959
Cooperativa Agrícola Mista Ferro e Aço	Aracruz	07/09/1960
Cooperativa Agrária dos Lavradores e Cafeicultores de Baixo Guandú	Baixo Guandú	15/05/1962
Cooperativa Agro-Industrial Muqui no	Muqui	20/05/1962

Norte Ltda		continuação
Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Baixo Guandú	Baixo Guandú	30/05/1962
Cooperativa dos Cafeicultores da Região do Caparaó	Alegre	13/09/1962
Cooperativa de Laticínios de Alfredo Chaves	Alfredo Chaves	10/01/1963
Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Jaguaré	Jaguaré	20/01/1963
Cooperativa de Laticínios de Guaçuí	Guaçuí	19/03/1963
Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Vargem Alta	Vargem Alta	20/04/1963
Cooperativa Agro-Industrial de Aracatiba Ltda	Viana	01/05/1963
Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de São Gabriel - Cooabiel	São Gabriel da Palha	05/12/1963
Cooperativa Agrária Mista de Castelo	Castelo	19/12/1963
Cooperativa Agrária da Fazenda do Centro	Castelo	30/12/1963
Cooperativa Agropecuária dos Produtores de Itarana - Capil	Itarana	16/01/1964
Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Iúna	Iúna	02/02/1964
Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de São José do Calçado	São José do Calçado	12/03/1964
Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Nova Venécia	Nova Venécia	14/03/1964
Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Mantenópolis	Mantenópolis	12/04/1964
Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Vinhático	Conceição da Barra	23/04/1964
Cooperativa Agrícola Mista de Itapemirim Ltda	Itapemirim	09/05/1964
Cooperativa Agrária de Monte Belo	Iconha	10/05/1964
Cooperativa Agrícola Mista da Serra	Serra	02/07/1964
Cooperativa Agrária dos Produtores da Região de Aracruz - Cafeicruz	Aracruz	09/07/1964
Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Guaçuí	Guaçuí	03/09/1964
Cooperativa Agropecuária Mista de Mimoso do Sul Ltda	Mimoso do Sul	22/12/1964
Cooperativa Agropecuária Centro Serrana - Coopeavi	Domingos Martins	07/02/1965
Cooperativa dos Lavradores do Vale do Itabapoana Ltda	Bom Jesus do Norte	18/02/1965
Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Barra de São Francisco	Barra de São Francisco	23/05/1965
Cooperativa Agro-Industrial de Nova Almeida	Nova Almeida	30/09/1965
Cooperativa de Laticínios de Montanha Ltda	Montanha	02/12/1965
Cooperativa Agrícola Mista de Jardim Limoeiro	Serra	30/03/1968
Cooperativa Agropecuária de Linhares - Camil	Linhares	13/05/1969
Cooperativa Integrada de Produção Avícola Ltda - Cipal	Domingos Martins	29/08/1969



ANEXO I. Divisão político-administrativa municipal e por zonas fisiográficas do estado do Espírito Santo de acordo com o Censo Agrícola de 1960.
Fonte: IBGE, 1963.